

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

RITA DE CÁSSIA DE ANDRADE SILVA ADVÍNCULA

**SOCIEDADE CIVIL NO ESPAÇO DE ATUAÇÃO COM A JUVENTUDE: UMA
CARTOGRAFIA SOCIAL**

**NATAL
2006**

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA.

Advíncula, Rita de Cássia de Andrade Silva.

Sociedade civil no espaço de atuação com a juventude : cartografia social /
Rita de Cássia de Andrade Silva Advíncula . – Natal, RN, 2006.

?? f.

Orientador: Prof. Dr. José Willington Germano.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio
Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento
de Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura e representações.

1. Organizações da sociedade civil – Mapeamento e caracterização - Dissertação. 2. Sociedade civil – Dissertação. 3. Associativismo – Dissertação. 4. Cartografia – Dissertação. 5. Bairros periféricos – Natal (RN) – Dissertação. I. Germano, José Willington. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. II. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 316.354

RITA DE CÁSSIA DE ANDRADE SILVA ADVÍNCULA

**SOCIEDADE CIVIL NO ESPAÇO DE ATUAÇÃO COM A JUVENTUDE: UMA CARTOGRAFIA
SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Willington Germano

NATAL

2006

RITA DE CÁSSIA DE ANDRADE SILVA ADVÍNCULA

SOCIEDADE CIVIL NO ESPAÇO DE ATUAÇÃO COM A JUVENTUDE: UMA CARTOGRAFIA SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Aprovado em ____ de _____ de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Willington Germano (UFRN) - Orientador

Profa. Dra. Norma Missae Takeuti (UFRN) – Examinadora titular

Prof.Dr. Hermano Machado Ferreira Lima (UECE) – Examinador titular

Prof. Dr. João Emanuel Evangelista de Oliveira (UFRN) - – Examinador suplente

AGRADECIMENTOS

A realização da presente pesquisa só foi possível porque contei com uma dose extraordinária de sensibilidade, cooperação e solidariedade de muitas pessoas e instituições que acreditaram neste trabalho. Tenho, portanto, muitos a quem agradecer.

Creio ser justo começar agradecendo a Deus. A um Deus de Paz, de compaixão, de justiça, de esperança e de amor, que minha mãe me ensinou a crer e cujo dedo se fez muito presente durante todo o processo de gestação da pesquisa.

À minha mãe Elizabete e ao meu pai Gercino, sempre incrivelmente presentes na vida dos filhos, os maiores entusiastas de todos os nossos esforços e conquistas. Responsáveis por nosso gosto pelos livros e pelo conhecimento, bem como pela nossa consciência de que este último deve ser utilizado sempre para o bem. Muito obrigada pela força, por manterem firme minha determinação para superar as adversidades e seguir em frente. Obrigada pelo incentivo, apoio, caronas, os copinhos de suco, o cuidado com os netos e os muitos outros carinhos e mimos.

Agradeço de forma especial ao meu muito querido orientador Willington Germano, que assumiu comigo o compromisso de realizar este trabalho, compartilhando generosamente seu conhecimento, sabedoria, sensibilidade, amizade, amorosidade, cuidado com a qualidade acadêmica e responsabilidade social com a produção do conhecimento. Trilhar junto com o professor os caminhos, desse curso, do estágio docência, dos encontros da Confraria Aprendiz e do desenvolvimento dessa cartografia foi um privilégio.

A Sara, minha irmã, amiga, conselheira, que partilhou de todos os momentos deste trabalho, discutindo o foco, lendo meus escritos e contribuindo para o seu aprimoramento. Foi suporte não só intelectual, mas também afetivo, não permitindo que eu desistisse em momentos em que parecia que não conseguiria vencer as dificuldades. Igualmente agradeço aos meus irmãos Eduardo, Heitor e Saulo, pelo cuidado, parceria, carinho, pela pronta disponibilidade em todos os momentos.

A Carlos, meu companheiro, por ter assumido minha maternidade durante esse período; e a Lídia, Clara e Álvaro, meus amados filhos que foram extremamente compreensivos com minhas ausências maternas, pelo carinho que me dedicaram e por assumir algumas das minhas atribuições de casa ou de mãe.

Importante registrar um reconhecimento especial ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, através do seu colegiado, pela sensibilidade e concessões feitas, quando a saúde faltou, dando sinais de que o estilo de vida precisava mudar e me impediu de cumprir alguns requisitos nos prazos usuais. Em particular ao professor João Emanuel, pela mediação solidária nesses

momentos, bem como pela importante contribuição dada na ocasião da minha qualificação, e à profa. Norma Takeuti, amiga e companheira de outras iniciativas no campo da juventude e de observação dos seus sujeitos, pela co-orientação deste trabalho e todo o incentivo e esforço pessoal que promoveu para sua finalização.

Um agradecimento especial à professora Vilma Sampaio, secretária municipal do Trabalho e Assistência Social, bem como à secretária adjunto de Assistência Social Ilzamar Silva, pelo carinho com que me acolheram num desafio novo de contribuir na execução de uma política pública governamental de grande relevo, como o é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e pela ajuda decisiva para a finalização deste trabalho.

Tenho muito a agradecer ainda à minha coordenadora Suerda Barbosa, por assumir algumas das minhas atribuições, bem como à minha equipe de trabalho, André, Geiza, Mariselle, Marluce, Thiago e todos os coordenadores dos núcleos de base que demonstraram grande profissionalismo e se fizeram profundamente amigos e solidários.

A todos os amigos da base de pesquisa Cultura, Política e Educação e da nossa querida Confraria Aprendiz, pelas trocas de conhecimentos e afetos.

Às amigas Ana Catarina e Geovânia, pela oferta generosa de amizade, incentivo e ajuda nos momentos mais difíceis e decisivos, cuja colaboração e apoio foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui.

Tudo que vivi no percurso de gestação dessa pesquisa fez desse período um dos mais ricos de minha vida e todos vocês fizeram parte disso.

Muito obrigada.

Das Utopias

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
a mágica presença das estrelas!

Mário Quintana.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo realizar uma cartografia social com vistas a mapear e caracterizar as organizações da sociedade civil (OSC) que atuam com adolescentes e jovens da Região Oeste da cidade de Natal, observando-se suas características quanto: ao perfil, temas, atividades principais, formas de inserção no espaço público e participação em redes sociais, buscando identificar as diferenças e semelhanças que as singularizam e identificam. Uma vez que existem poucos estudos sobre o universo da sociedade civil do Rio Grande do Norte e de Natal, o ponto de partida foi a construção de um banco de dados objetivando construir uma visão geral, panorâmica dessas organizações - onde estão, quando foram criadas, o que fazem, como se relacionam com os demais segmentos (Estado, Mercado, Sociedade Civil) - além de dados básicos formais e de localização. Os principais recortes adotados foram: a) as OSC que atuam com o público adolescente e jovem; e b) as OSC que atuam ou têm sede em quatro bairros periféricos da Região Administrativa Oeste da cidade (Felipe Camarão, Bom Pastor, Cidade Nova e Guarapes). O presente estudo identificou como os impactos das transformações sociais em curso, motivadas pelos processos da globalização, se manifestam no espaço local e influenciam nos perfis e atuação das organizações cartografadas. O campo das OSC é um campo heterogêneo, com marcas políticas, culturais e ideológicas, caracterizado pela sua capilaridade, sua dimensão local/global e multicultural. Sendo as OSC um sujeito social de importância fundamental nos processos de transformação, e tendo a idéia de Emancipação Social em Boaventura de Sousa Santos, como referência, a pesquisa realizou uma classificação das organizações conforme o conjunto de características, já mencionadas, estabelecendo oito tipos de associativismo. Esses tipos, e suas respectivas características foram analisadas numa perspectiva relacional, a partir dos mecanismos da Cartografia Simbólica: a escala, a projeção e a simbolização. Os referenciais teóricos, que deram luz a presente pesquisa, foram: o debate sobre Sociedade Civil e a idéia de Emancipação Social que se redefinem em meio à disputa entre dois projetos políticos - o projeto do capitalismo neoliberal globalizado (hegemônico) e o projeto da emancipação social (contra-hegemônico) - e exigem um esforço teórico de compreensão de sua heterogeneidade, diversidade e complexidade. Os autores centrais foram Boaventura de Sousa Santos, Antonio Gramsci, através das leituras trazidas por Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho, além de Alberto Rivera que apóia a construção dos tipos de associativismo identificados na realidade local. Finalmente, a pesquisa permitiu conhecer como se configura, no presente momento, o campo social da sociedade civil que atua no “Espaço dos 4 Bairros” e como os distintos perfis analisados e as

áreas de atuação das organizações definem os potenciais emancipatórios das mesmas, fazendo com que estas se movimentem ou se situem entre dois pólos: o pólo da regulação/adaptação e o pólo da emancipação/transformação.

Palavras-chave: Sociedade Civil. Associativismo. Juventude. Cartografia Social. Organizações da Sociedade Civil. Bairros Periféricos de Natal-RN.

ABSTRACT

This report has as its objective the setting up of a social cartography, mapping and characterizing non-governmental organizations working with adolescents and young people (OSC) in the western districts of the city of Natal. Characteristics such as the profile, themes and principal activities, how the organizations fit into the public sector and their participation in social networks are observed. Thus common differences and similarities which serve as a means of identification, take as reference the symbolic cartography of Boaventura de Sousa Santos. Since there are relatively few studies relating to civil society of Rio Grande do Norte and in particular, Natal, the starting point was the setting up of a database allowing for a general overview. Hence a panorama of the organizations could be observed: where they are located, when they were formed how they operate and their relationships with other sectors (the state, the market and civil society) in addition to basic facts and location. The principal lines of enquiry were a) the OSC which operate with the public comprising adolescents and young people and b) the OSC operating or having branches in four suburbs on the periphery of the western administrative region of the city (Felipe Camarão, Bom Pastor, Cidade Nova and Guararapes). The present report has identified the impacts of ongoing social transformation caused by the process of globalization, by the various currently contested political projects which are as follows: the project of neoliberal globalized capitalism (hegemonic) and the project of social emancipation (contra-hegemonic), how these are seen from the local viewpoint and how they influence the profiles and operation of the cartographic organizations. The area of the OSC is a heterogeneous one with political, cultural and ideological strains, characterized by its infiltration, its local/global and multicultural dimensions. As civil organizations are fundamental in the processes of transformation within society, and following the idea of social emancipation referred to by Boaventura Santos, the enquiry classified the organizations according to the afore-mentioned characteristics, establishing eight types of associations. These different types and their respective characteristics were analysed from a related perspective using the mechanisms of symbolic cartography: scale, projection and symbolisation. The theoretical references underpinning this research arise from the debate on civil society which becomes redefined as a result of the dispute involving the two afore-mentioned political projects. These demand the theoretical application of the comprehension of heterogeneity in its diversity and complexity together with the idea of social emancipation. The main authors consulted were Boaventura de Sousa Santos, Antonio Gramsci, through the texts translated by Marco Aurelio Nogueira; Carlos Nelson Coutinho and Alberto Rivera, who supported the construction of the types of associations identified by the local reality. Finally this research enabled an understanding of the current form of social action happening in

the “Space of the Four Neighbourhoods” (Espaço dos 4 Bairros) and how the distinct profiles analysed together with the areas of operation of the organizations define their emancipatory potentials within the following two poles: regulation/adaptation and emancipation/transformation.

Key words: Civil society. Youth. social cartography. Associations. non-governmental organizations. suburbs on the periphery of Natal-RN

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População por faixa etária dos bairros compreendidos na área de abrangência da pesquisa - 2006	72
TABELA 2 – População adolescente e jovem dos bairros compreendidos na área de abrangência da pesquisa – 2006	72
TABELA 3 – Anos de freqüência aos bancos escolares dos responsáveis pelos domicílios.....	74
TABELA 4 – Títulos de utilidade pública federal, registro no CNAS e certificação como OSCIP – por área de abrangência - Brasil e espaço da pesquisa – 2006	110
TABELA 5 – Organizações cartografadas inscritas nos Conselhos de Direitos – 2006	122
TABELA 6 – Organizações cartografadas que participam de fóruns ou redes por tipo de associativismo – 2006	129

INTRODUÇÃO

O processo de construção da democracia que vivemos hoje no Brasil tem contribuído para desenhar novos contornos para a esfera da sociedade civil, bem como para a democracia, a cidadania e a participação social. Isso vem redefinindo os modos de ser e de agir de uma sociedade muito mais complexa e que tem o desafio ético/político de lidar com o agravamento da pobreza e da desigualdade social, cuja superação desafiadora se dá num cenário de disputa global entre o projeto do capitalismo neoliberal hegemônico e o projeto da emancipação social e da solidariedade que vem se construindo, de baixo para cima, nas periferias e semiperiferias do mundo.

Estes projetos são aqui entendidos como “projetos políticos”, expressão empregada no sentido trazido por Dagnino (2004, p.98), para quem eles servem para “designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos”. A autora ressalta ainda que, uma das virtudes específicas dessa abordagem é o vínculo que estabelece entre a cultura e a política, ou seja, não se reduzem as estratégias de atuação política no sentido estrito, mas estas produzem, expressam e veiculam significados que integram matrizes culturais mais amplas.

Inserida no campo em que se desenrolam esses projetos políticos, temos uma sociedade civil mais diversificada, plural e complexa, que assume novos papéis, ao mesmo tempo em que o projeto neoliberal vem arruinando as condições de exercício da soberania nacional, com o enxugamento do Estado e o enfraquecimento da idéia de Estado-nação. O formato do Estado neoliberal, com o propósito do Estado mínimo, isenta-se progressivamente de suas prerrogativas de garantidor de direitos e promotor da seguridade social. Este Estado ‘ausente’ transfere progressivamente suas responsabilidades de oferta e regulação de políticas sociais e de garantia de direitos para o espaço da sociedade civil.

Assim, observar o campo da sociedade civil nos dias atuais tem sido um convite desafiador, haja vista que aponta para a necessidade de uma atualização desse debate, em termos teóricos e conceituais, como também em termos de sua ação coletiva. No presente trabalho, no qual focamos as organizações civis que atuam com/para a juventude em Natal, um elemento essencial para compreender o atual desenho que assume esse campo social se apresenta sob a forma da multiplicação e diversidade de perfis de organizações que compõem a sociedade civil. Este fenômeno, portanto, se converteu no ponto de partida para a observação e análise dos seus significados, limites e possibilidades frente ao projeto da Emancipação Social.

O projeto emancipatório, na concepção de Santos (2003), tem caráter multicultural e está relacionado às tensões entre a diferença e a igualdade, ou seja, à exigência de reconhecimento da diferença e de redistribuição da igualdade. Nesta leitura, pensar a diferença significa buscar caminhos alternativos à tradição, que encontra no reconhecimento da diferença a condição e justificação para as relações de desigualdade, para o individualismo e o particularismo.

Um dos caminhos percorridos para pensar esse projeto emancipatório tem sido o mapeamento de um conjunto de experiências contra-hegemônicas, que vem acontecendo em diversas partes do mundo, pelo projeto “Reinventar a Emancipação Social”, coordenado pelo professor Boaventura de Sousa Santos. Esses estudos têm tornado possível visualizar as possibilidades e dificuldades de construção de novas cidadanias e do multiculturalismo emancipatório, que passam pelo caminho da construção de novas concepções alternativas de dignidade humana.

Um dos desafios apontados pelo autor é a “reconstrução de um vocabulário e de instrumentos emancipatórios” (SANTOS, 2003, p. 26). Este exercício seria possível a partir dos recursos de uma “sociologia das ausências”, possibilitando identificar os silêncios, as ignorâncias e as “incompletudes” das distintas culturas, experiências e saberes, que, por sua vez, seriam inteligíveis aos distintos sujeitos a partir de uma “teoria da tradução”. Uma teoria “que permitiria criar sistemas de relações e de compreensão mútuas e articular diferenças e equivalências entre experiências, culturas, formas de opressão e resistência” (idem, ibdem).

Pensar em emancipação social é pensar em solidariedade que “pressupõe, necessariamente, a inclusão do outro, a responsabilidade para com os outros e o alargamento do sentido do nós. Desse modo não existe solidariedade sem alteridade, ou seja, sem vínculo com o outro.” (GERMANO, 2006, p. 44)

No projeto “Reinventar a emancipação social”, Santos (2005, p. 93) apresenta uma cartografia das iniciativas por ele identificadas como contra-hegemônicas, na medida em que busca “determinar em que medida a globalização alternativa está a ser produzida a partir de baixo e quais são suas possibilidades e limites.”

Partindo desse debate, nossa indagação central, a título de problema de pesquisa, se afigura em indagar como se caracterizam as organizações sociais do campo da sociedade civil que atuam com adolescentes e jovens na região Oeste de Natal, assim como sua relação com os contextos de criação, as suas áreas de atuação e as formas de inserção no espaço público, com vistas a identificar sinais potenciais de Emancipação Social.

Neste sentido, o objetivo a que se destina alcançar o presente trabalho é o de realizar um mapeamento e caracterização das organizações da sociedade civil que atuam com adolescentes e

jovens na região Oeste da Cidade do Natal – RN, procurando identificar a relação existente entre os perfis encontrados com os contextos de sua criação, as formas de institucionalidade e reconhecimento público que buscam, os espaços de participação social que ocupam, e as temáticas que trabalham.

Lançando mão da “cartografia simbólica das representações sociais”, desenvolvida por Santos (2002) para a análise do campo do direito, desenvolvemos nosso mapeamento a partir da idéia de uma Cartografia Social. Este instrumento já tem demonstrado, em meio à ousadia de uma transgressão metodológica, as suas possibilidades e “as virtualidades do método para desocultar problemas, clarificar tendências e suscitar debate.” (idem, ibidem, p. 97). Como nos explica Cortesão e Stoer, “uma carta procura desdobrar, dispor num plano simplificado e legível todo um emaranhado de informações recolhidas.” (2002, p. 378)

Não é objetivo dessa pesquisa lançar um olhar sobre as organizações individualmente, mas desenhar um mapa social de algumas tendências mais gerais, quanto ao que é predominante, singular ou o que está ausente, aquilo que as igualam ou as diferenciam, considerando os aspectos e variáveis já assinalados, que, em parte, foram levantados a partir do uso associado de uma abordagem quantitativa e qualitativa, apoiando, assim, a análise social quanto ao cenário construído por essas organizações na cidade de Natal.

Para realizar a cartografia em pauta, trilhamos alguns caminhos com vistas a tecer e inter-relacionar, com a realidade local, as idéias e reflexões que têm permeado o debate sobre os novos contornos e desenhos assumidos por essa sociedade civil complexa, que ocorre tanto nas ciências sociais, como entre os próprios sujeitos sociais do campo da sociedade civil.

Temos, assim, os conteúdos dos capítulos distribuídos da seguinte forma: no capítulo 1, realizamos uma incursão teórico/conceitual sobre o debate atual em torno de terminologias e conceitos como: organização não governamental, terceiro setor, sociedade civil, emancipação social e processos de globalização.

No capítulo 2, contextualizamos o espaço social dos “4 Bairros”, que compõem o universo empírico da pesquisa, bem como o quadro referencial que delinea o tema da Juventude, marcado atualmente pela preocupação social em face do diagnóstico adverso ao qual está submetida, bem como o que esse diagnóstico tem mobilizado em termos de política pública.

O capítulo 3 apresenta nossa cartografia social, elaborada a partir da cartografia simbólica de Boaventura Santos, trazendo os resultados obtidos e a análise dos dados empíricos sistematizados. Como parte desse processo, foi construído um banco de dados contendo elementos caracterizadores das organizações nos seguintes aspectos: formas de institucionalização, de reconhecimento e de

credenciamentos públicos e formais; participação social e política; temas e áreas de atuação, além de dados básicos de identificação e localização.

E, no último momento, apresentamos nossas considerações sobre as análises da pesquisa em pauta, considerando os resultados objetivos alcançados, bem como as virtualidades do método da Cartografia Social, ora desenvolvido.

A relevância do trabalho, para além da importância que o tema ocupa na atualidade, possui bases de caráter científico e teórico pela incursão em torno das principais idéias e conceitos que circundam o tema em si. Possui ainda relevância social uma vez que existem poucos estudos e informações disponíveis sobre o universo das organizações da sociedade civil no estado do Rio Grande do Norte e em Natal. Outrossim, apresenta-se como relevante pelo exercício de aplicar a metodologia de uma cartografia social, baseada na cartografia simbólica de Boaventura Santos que, tal qual foi desenvolvida, pode significar, com os devidos aprimoramentos, uma inovação metodológica. A partir dessa cartografia, foi realizado um criterioso processo de sistematização das informações, num banco de dados manipulável e passível de contribuir com outros estudos sobre o campo da sociedade civil de Natal e seus sujeitos sociais.

Aliado à observação do processo de multiplicação das organizações da sociedade civil, situada no universo empírico compreendido por quatro bairros da região administrativa Oeste da cidade do Natal – Felipe Camarão, Cidade Nova, Bom Pastor e Guarapes –, articulamos dois temas fundamentais e de importância crescente, que compõem o recorte temático deste trabalho: o diagnóstico adverso ao qual estão sujeitos os adolescentes e jovens, e o movimento em torno da formulação e implementação de políticas públicas de juventude, atualmente em debate no Brasil e no mundo.

A Região Oeste de Natal é constituída por dez bairros⁴, sendo a segunda região mais populosa da cidade, com 195.584 habitantes⁵. Os principais problemas sociais que a cidade de Natal e, em particular, a Região Oeste enfrentam estão fortemente relacionados à pobreza, ao desemprego, à falta de renda e à baixa oferta de serviços públicos. São índices adversos que atingem principalmente a população de faixa etária infantil, uma vez que 41,8% das crianças vivem em famílias com renda inferior a meio salário mínimo.

Uma outra questão preocupante e urgente se expressa nos altos índices de violências presentes na região, como a exploração sexual infanto-juvenil, a violência doméstica, a violência

⁴ Quintas, Nordeste, Dix-Sept Rosado, Bom Pastor, Nossa Senhora de Nazaré, Felipe Camarão, Cidade da Esperança, Cidade Nova, Guarapes e Planalto.

⁵ Fonte: IBGE – Censo de 2000.

urbana, além da problemática relacionada à gravidez precoce, com índices que se aproximam dos 30% dos partos de nascidos vivos, em alguns bairros, como é o caso de Guarapes.

O espaço empírico desse estudo, enquanto um espaço não só geográfico, mas também social, lócus onde a vida ganha concretude, estará sendo por nós nomeado por “Espaço dos 4 Bairros” um lugar onde se desenrolam as diversas formas de relações de maior ou menor intensidade, em termos de mobilização social e de emancipação, bem como de regulação e dominação entre os distintos sujeitos sociais que ali transitam. Lugar onde reside, como observa Lopes (2000), uma parte importante daqueles “sem lugares” ocupantes de territórios emblemáticos da espacialidade social da desigualdade, na cidade de Natal.

Assim como todos esses aspectos foram catalisadores das escolhas teóricas e metodológicas do estudo, o nosso interesse pelo tema está relacionado com uma parte importante de nossa trajetória de vida, de envolvimento nos movimentos sociais de Igreja Católica, com a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), movimento estudantil, sindical, político partidário e, nos anos mais recentes, no trabalho político e social via organizações da sociedade civil. Essas participações permitiram, inclusive, a vivência em alguns dos espaços caracterizados em nossa pesquisa.

Dentre essas muitas incursões que nos permitiram vivenciar experiências com diferentes potenciais de emancipação social e de transformação, destacamos as que se deram no “Espaço dos 4 Bairros” e que foram determinantes no nosso interesse em contribuir com a produção de um conhecimento socialmente responsável e capaz de apoiar a ampliação dos processos de mobilização social daquele espaço.

Temos, pois, nos últimos dez anos, contribuído em diversas iniciativas desenvolvidas por projetos ou organizações, como o Projeto UNI-Natal⁶, o Projeto Saúde no Ar, a Disciplina Saúde e Cidadania⁷, o Fórum Engenho de Sonhos de Combate à Pobreza, a Associação Companhia Terramar. Em todas essas iniciativas o trabalho com adolescentes e jovens foi uma constante, atuando com temáticas distintas, como saúde e educação, meio ambiente, comunicação radiofônica, inclusão digital, arte e cultura.

Estas passagens nos possibilitaram reafirmar a crença no potencial emancipador das lutas sociais, que acontecem nas periferias, bem como vivenciar práticas de solidariedade e de resistência,

⁶ Os projetos UNI-Natal, Saúde no Ar, Disciplina Saúde e Cidadania e Engenho de Sonhos têm em comum serem iniciativas que além de envolver organizações da sociedade civil e comunidade tinham como instituição âncora a UFRN. Esses projetos foram desenvolvidos no período de 1994 a 2005, não simultaneamente. A Disciplina Saúde e Cidadania continua a existir, uma vez que é uma ação continuada do departamento de Saúde Coletiva.

⁷ No período de 2000 a 2005, sendo que neste último ano, se deu de forma institucionalizada via estágio docência pelo PPGSC.

como também de dominação, regulação e adaptação, que foram, inclusive, constatadas quanto ao seu potencial emancipatório ou regulador no presente trabalho.

Isto posto, esperamos ter alcançado, através deste trabalho, o objetivo, que é oferecer uma contribuição teórica, metodológica e social para a melhor compreensão do fenômeno, ampliando o conhecimento a respeito da realidade específica que compõe o universo empírico da sociedade civil no “Espaço dos 4 Bairros”.

Nosso intento é, por fim, se somar aos sujeitos que vêm buscando construir para a criação de um conhecimento socialmente responsável e para uma concepção de uma ciência eticamente comprometida com o humano, com o local, com “o Sul”⁸, com o periférico, para a produção de novos sentidos para a emancipação social e para a solidariedade.

⁸ Boaventura Santos utiliza a expressão “o Sul” referindo-se às muitas formas de conhecimento geradas nas experiências, “locais”, “marginais”, “contra-hegemônicas”, “não acadêmicas”, “inferiores” do mundo, como alternativas contra-hegemônicas, como formas de “conhecimento-emancipação”, novos modelos de racionalidade que, ao “dilatam o presente”, promoveria o alargamento e reconhecimento da experiência social, e novas formas de compreensão do mundo, para além da “compreensão ocidental do mundo”.

1 O CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL NO SÉCULO XX E A BUSCA DE UMA IDENTIDADE PARA OS SEUS SUJEITOS

1.1 O cenário da segunda metade do século XX: da Guerra Fria e Ditaduras Militares aos processos de redemocratização do Brasil

As conseqüências negativas do modelo neoliberal para as sociedades, gerando ainda mais pobreza e exclusão, já foram constatadas pelos distintos segmentos de governos e sociedade civil, tendo sido admitidas publicamente, inclusive pelo Banco Mundial e o FMI grandes protagonistas e idealizadores desse modelo.

Estes últimos têm inclusive criado medidas compensatórias para diminuir a pobreza, que, porém, apresentam poucos ou nenhum resultado, pois, como assinala o economista iraniano Rahnama, (apud LATOUCHE, 2004, p.3) “o que continuamos a chamar de ajuda não passa de uma despesa destinada a reforçar as estruturas geradoras da miséria”, visto que a pobreza, tal qual a vemos, é um efeito inevitável do próprio modelo de desenvolvimento capitalista pautado no crescimento econômico e na competitividade global (SANTOS, 2002).

Esse modelo de desenvolvimento favorece e atinge de forma desigual os países, e conseqüentemente seus respectivos povos, conforme sua posição no sistema mundial. Alguns dos países periféricos e semiperiféricos são sumariamente desconectados do sistema da economia global ou submetidos às imposições neoliberais, configurando-se o que Castells (1999) chama de “conexão perversa”.

Essa pobreza assume uma face ainda mais cruel do que, por exemplo, ocorreu no século XVIII e XIX, uma vez que já estão disponíveis os recursos econômicos, tecnológicos e humanos para sua extinção. Sobre essa questão Santos assim sintetiza o que chama de “a nova pobreza globalizada [que] não resulta de falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias e subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial” (2002, p. 35).

Em resposta a tais conseqüências, observa-se uma reação de organismos internacionais, governos e também da sociedade civil e movimentos sociais globais, frente à gravidade da “questão social” contemporânea e o agravamento dessas conseqüências, com a pobreza extrema, a decomposição da sociedade, a generalização da violência social, a globalização do crime organizado, o

desencanto e descrédito com a política, o desequilíbrio ainda maior entre pobres e ricos e a destruição do meio ambiente.

Enfim, trata-se de um cenário que, segundo afirma Ray Offenheiser⁹, pode levar a uma não governabilidade das nações, bem como à destruição das condições de reprodução da vida. Nessa mesma direção de análise, observamos a contribuição de Oliveira:

As mudanças paradigmáticas do fim do século XX e início do século XXI trazem, por um lado, dívidas e incertezas quanto à perspectiva de mudança social do ponto de vista estrutural. Por outro lado, especialmente as mudanças decorrentes da globalização aprofundaram a exclusão e a marginalização de milhões de pessoas no mundo todo; no entanto, 'esses processos estão sendo enfrentados por resistências, iniciativas de base, inovação comunitária, e movimentos populares que procuram reagir à exclusão social, abrindo espaço para a participação democrática, para a edificação da comunidade, para alternativas às formas dominantes de desenvolvimento e de conhecimento, em suma, para a inclusão social' (SANTOS, 2002, p. 457) e para a democratização do Estado (OLIVEIRA, 2003, p. 16).

Numa análise mais global, os distintos caminhos dessa reação têm raízes na nossa história recente, em particular, mobilizadas pelo clima gerado no pós-Segunda Guerra Mundial, e a nova geografia espacial e ideológica estabelecida pela "Guerra Fria". O mundo encontrava-se mobilizado por grandes mudanças sociais, políticas e tecnológicas, marcado por turbulências, conflitos e medos de diversas ordens. Como observa Hobsbawm, o período da Guerra Fria não foi apenas um período de conflito beligerante ou de corrida armamentista, mas também uma luta ideológica entre dois projetos antagônicos.

Como a URSS, os EUA eram uma potência representando uma ideologia que a maioria dos americanos sinceramente acreditava ser o modelo para o mundo. [...] E o anticomunismo era genuína e visceralmente popular num país construído sobre o individualismo e a empresa privada, e onde a própria nação se definia em termos exclusivamente ideológicos ('americanismo') que podiam na prática conceituar-se como o pólo oposto ao comunismo (HOBSBAWM, 2004, p. 232).

As conseqüências sociais, políticas e econômicas daquele período, em suas faces mais evidentes, foram, em primeiro lugar, a polarização do mundo em dois blocos, cada um controlado econômica e politicamente por uma das duas superpotências; e em segundo, a polarização também do debate e das definições elaboradas em termos dos projetos de desenvolvimento e das distintas referências quanto ao reconhecimento dos direitos e da dignidade humana, que foram se introjetando nas respectivas consciências e culturas de todos os segmentos, inclusive da sociedade civil:

⁹ Membro da Oxfan, Estados Unidos, em sua exposição no Seminário "A ilusão do desenvolvimento e as alternativas de mudança social para os países do Sul", Painel 1, promovido pela ABONG, Alop e Ceaal, em 02 de fevereiro durante o Fórum Social Mundial de 2002, em Porto Alegre-RS.

[...] durante a guerra fria, na maior parte dos últimos cinquenta anos, a Declaração dos Direitos Humanos, aprovada em 1948 pela maioria das nações do mundo, foi interpretada, particularmente pelos Estados Unidos, pela ótica dos direitos civis e políticos ao passo que os direitos econômicos, sociais e culturais dessa mesma declaração tornaram-se domínio e interesse da União Soviética e da China. Assim, durante a guerra fria, um debate sobre direitos humanos foi claramente dividido entre Leste, de um lado, [...] e, de outro, o Ocidente, [...] empurrando essas definições, de alguma forma, para a consciência pública (OFFENHEISER, 2002, p.110).

Na América Latina, o confronto entre os projetos do capitalismo versus socialismo se materializava, de um lado, com a revolução socialista de Cuba; e de outro, com a instalação das ditaduras militares no Brasil, em 1964, e em seguida no Chile, Argentina e Uruguai, incentivadas pelos Estados Unidos. Este país implementava uma reação radical aos movimentos reformistas e ao sentimento antiimperialista e antiamericano que emergiam. Germano assim sintetiza o cenário de “ameaças” à hegemonia americana:

O Brasil nos anos 1960, por sua vez, se caracterizava por uma enorme ebulição social e política. O país havia se industrializado e se urbanizado e vivenciava um processo de democratização desde a queda da ditadura Vargas, em 1945. Uma onda nacionalista, desenvolvimentista e de matizes populistas deu o tom da política naqueles tempos. Havia um sentimento antiimperialista nos anos 1950 que ganha corpo no início da década de 1960. Ao mesmo tempo, a crise social do campo desponta na cena pública com toda força, fazendo com que a reforma agrária fosse incluída como ponto prioritário da agenda política. [...] Foi durante o governo João Goulart, por conseguinte, que se intensificou o processo de mobilização social em favor das reformas estruturais da sociedade brasileira, denominadas ‘reformas de base’, [...]. (GERMANO, 2005, p. 141-142).

Com o processo de urbanização e industrialização no Brasil crescem os movimentos sindicais urbanos e o movimento estudantil universitário. No Nordeste, tida como a “região problema”, ocorre a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), enquanto intervenção estatal, que desencadeia uma onda desenvolvimentista. Emergem as “Ligas Camponesas” e os sindicatos rurais, estes últimos, nos informa Germano (2005, p. 142), assumindo o lugar de “*catalizadores da adesão de intelectuais e de projetos reformistas ou revolucionários*”, em particular nos movimentos de educação e cultura popular.

As disputas ideológicas mundiais continuaram influenciando o cenário político e social da região nordestina, bem como o agravamento da crise social e econômica. Além do mais, os Estados Unidos intensificam sua ação de controle ideológico e econômico através dos projetos financiados pela “Aliança para o Progresso”. Configuravam-se assim um novo cenário e tensões entre esses dois distintos projetos e seus respectivos sujeitos.

Essa nova conformação de forças e tensões emergentes na região Nordeste faz com que as oligarquias tradicionais percam espaço no processo eleitoral. Políticos nacionalistas e/ou de esquerda

são eleitos para cargos executivos, como Miguel Arraes, eleito prefeito do Recife e posteriormente governador de Pernambuco, e Djalma Maranhão, eleito prefeito de Natal, em 1960.

A gestão do então governador Aluísio Alves (1961-1964) foi fortemente marcada por essa disputa ideológica tendo sido, inclusive, apoiada financeiramente pelo governo americano. Através da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o governo americano financiou a construção do primeiro grande conjunto habitacional de Natal, e, na ocasião, talvez do Brasil, denominado Cidade da Esperança, inaugurado em 1962, com 504 moradias. Em 1974, embora ainda tivesse acessos bastante precários, já possuía 2.434 moradias e uma população de 12 mil habitantes. (LIMA, 2001, p. 14) O conjunto Cidade da Esperança dava início a um processo mais sistemático de ocupação do que viria a ser a região Oeste da cidade de Natal, até então ocupada, de forma espontânea, por pequenos sítios esparsos.

Com o golpe militar de 1964, todo esse movimento em prol das reformas estruturais de base e ampliação da democracia, pela via da conquista de direitos sociais, é violentamente interrompido e ocorre uma mudança do foco das lutas – até então direcionado para o direito ao desenvolvimento (direitos sociais e econômicos) –, passando o campo da sociedade civil a concentrar-se nas lutas sociais e de classes – luta pela hegemonia – (MONTAÑO, 2005, p. 15) e para a restauração da democracia e dos direitos políticos e civis.

O período compreendido entre os anos de 1964 a 1974, como destaca Gohn (1995), foi um período de intensa movimentação política, com as experiências de guerrilha (luta armada), greves e movimentações por mais liberdade, como estratégias de luta com vistas a tomada do poder, a exemplo das revoluções Russa, Cubana e Chinesa.

A Igreja Católica também teve um papel determinante nos processos de luta pelo restabelecimento da democracia, com a implantação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), dentre os quais o Rio Grande do Norte teve participação importante. Estas fizeram parte de uma nova posição assumida pela Igreja Católica, inaugurada com o Concílio Vaticano II, ocorrido em 1964, que foi reafirmada nos Congressos de Medellín (Colômbia), em 1968, e de Puebla (México), em 1978, a partir dos quais a igreja assume a “opção preferencial pelos pobres” e a definição do “ser cristão enquanto aquele que luta pelas injustiças sociais” (GOHN, 1995, p 107). Os movimentos e iniciativas promovidos pela Igreja foram berçários de muitas lideranças e organizações comunitárias e populares que surgiram nesse período e nas décadas seguintes e marcam fortemente as orientações políticas e metodológicas dessas organizações. Essa influência, inclusive, poderá ser observada nas organizações cartografadas.

No final da década de 1970, marcada por diversas lutas pela democratização e retomada das mobilizações sindicais, tem-se, em 1979, a criação do Partido dos Trabalhadores, que demarcou um novo momento da luta social e política no país e que, 21 anos depois, viria a governar o país, com a eleição do líder sindical e operário, Luís Inácio Lula da Silva.

Posteriormente, com o início do processo de restabelecimento da democracia no país, em meados dos anos 80 (1985), novamente observamos uma mudança e ampliação no foco de atuação dos movimentos sociais, da sociedade civil e, dentro desta, das emergentes “Organizações Não Governamentais”, porém, num cenário mundial completamente distinto dos primeiros 25 anos do pós-Segunda Guerra Mundial, muito mais adverso e complexo.

A década de 1980, que sob a dimensão econômica foi classificada como a “década perdida”, quando olhada do ponto de vista das experiências sociais e políticas foi extremamente rica. Em 1984, a Campanha pelas Diretas Já marcou a agenda política com o intento de restabelecer as eleições presidenciais, desembocando no processo da Assembléia Constituinte. Este processo mobilizou amplos setores sociais, numa luta política forte, que debateram e formularam critérios que vieram a compor o conjunto de artigos constitucionais. Os movimentos sociais tiveram participação de destaque em particular nos avanços expressos nos capítulos da saúde, dos direitos das crianças e adolescentes e educação, bem como na instituição de novos espaços de participação direta.

Porém, apesar de toda essa efervescência cultural e política, o cenário de profunda crise econômica deixou profundas marcas e um “quadro desanimador: a desmobilização e descrença das massas” (GONH, 1995, p. 124).

Nos anos de 1990, enuncia Gohn, foram novamente redefinidos os cenários das lutas sociais no Brasil.

Os movimentos sociais populares dos anos 70/80 se alteram substancialmente. Alguns entram em crise: de militância, de mobilização, [...] de credibilidade nas políticas públicas, de confiabilidade e legitimidade junto à própria população. Surgem novos movimentos sociais, centrados mais em questões éticas ou de revalorização da vida humana. (GOHN, 1995, p.125)

No cenário internacional, um fato que influenciou fortemente o imaginário dos sujeitos que atuavam nas lutas sociais e políticas foi a crise e posterior decadência e colapso do estatismo soviético, levando ao súbito colapso do comunismo no Leste Europeu: “Assim terminou, em um espaço de tempo equivalente a um instante pelos padrões históricos, a experiência revolucionária mais importante do século XX.” (CASTELLS, 1999, p. 414). O mundo estava, pela primeira vez na história, organizado com base em um conjunto de regras econômicas praticamente comuns – as regras do capitalismo neoliberal.

No contexto do fim de um milênio, marcado tanto pela crise do projeto do socialismo, como pela crise das idéias de mudanças radicais via processos revolucionários, os movimentos sociais, em particular as organizações da sociedade civil, enfrentam a necessidade de buscar novas referências para pensar um projeto de sociedade e de desenvolvimento.

Porém, ressalta Maturana (1997, p. 45), “[...] o fracasso das sociedades comunistas não é um fracasso da preocupação social, mas o fracasso da crença de que alguém pode dizer ao outro o que é bom para o outro [...] sem gerar sofrimento”. Busca-se, então, definir quais as bases conceituais e éticas que vão orientar os novos processos de mudança social e a luta por um projeto de sociedade que tenha como foco a dignidade humana, a democracia, a liberdade e o respeito à diversidade nas suas múltiplas formas de expressão. Ou seja, um projeto que possa dar igual importância tanto aos direitos civis e políticos, quanto aos direitos econômicos, sociais e culturais.

Um caminho que vem sendo debatido nos distintos fóruns alternativos e contra-hegemônicos, em particular no Fórum Social Mundial, é a via dos Direitos Humanos, uma vez que “[...] perante a crise aparentemente irreversível desses projetos de emancipação [da revolução e do socialismo], são essas mesmas forças que recorrem hoje aos direitos humanos para reinventar a linguagem da emancipação.” (SANTOS, 2003, p.429).

Em conferência proferida no Fórum Social Mundial, edição de 2002, Offenheiser (2002) também esboça alguns raciocínios sobre esse debate e reflete sobre os desafios que possam direcionar e levar a uma aproximação do que chama de “a via correta de acesso para o desenvolvimento” pelo caminho da promoção dos direitos humanos.

Uma primeira tendência, que aponta, está na sua preocupação com a dignidade humana, que se conforma numa nova discussão sobre desenvolvimento, o que começa a substituir a linguagem dos tecnocratas e economistas pelo uso de termos morais e éticos. Uma das palavras que ganha um novo sentido, segundo o autor, é a *pobreza*. Esta deixa de ser compreendida como ausência de bens públicos para concentrar-se na questão da discriminação e da exclusão, estando fundada numa perspectiva de direito às oportunidades do desenvolvimento. Essa abordagem, segundo o autor, “promove uma análise mais estruturada sobre a forma pelos quais os recursos são alocados para apoiar o desenvolvimento humano.” (OFFENHEISER, 2002, p. 113).

Destaca ainda a importância do fortalecimento da dimensão política do desenvolvimento, uma vez que este não é simplesmente um processo econômico, nem gerencial salientando a necessidade de promover participação e *empowerment* nas sociedades: o “acesso à via correta reforça a energia da sociedade civil, suas agendas de mudanças sociais com relação às obrigações do Estado e da

comunidade internacional e o respeito dos contratos sociais com suas populações” (OFFENHEISER, 2002, p. 113).

Uma das possibilidades que a via dos direitos humanos para o desenvolvimento vem configurando é a perspectiva de instituição de uma base legal internacional que poderá ser usada para pressionar governos e organismos internacionais em torno da questão das desigualdades e da justiça social. Esse caminho remete o debate para o campo da institucionalidade e de uma revalorização do papel do Estado:

A via dos direitos humanos concentra-se no tema das instituições e de sua força, e de sua integridade, que nos leva, como ativistas, a pensar novamente com muito cuidado sobre o tipo de instituição que queremos, o tipo de Estado, e o tipo de sistema de governo que realmente funciona para as pessoas, com bases mais democráticas e justas. (OFFENHEISER, 2002, p. 114)

Embora também reconheça as possibilidades dos direitos humanos para “reinventar a linguagem da emancipação”, Santos faz uma ressalva de que se estes forem considerados como universais teriam um caráter hegemônico, pois seriam um *localismo globalizado* das visões ocidentais de direitos humanos; em sua segunda premissa, os direitos humanos são concebidos como multiculturais, assumindo a forma de *cosmopolitismo*, ou seja, como globalização contra-hegemônica. E continua dizendo que, “uma política contra-hegemônica de direitos humanos no nosso tempo, exige que estes sejam transformados à luz do que é chamado de multiculturalismo emancipatório...” (SANTOS, 2003, p.438)

Como exemplo emblemático recente, temos a campanha global das Metas do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁰, que foi assinada por 191 países, inclusive o Brasil. Essas nações se comprometem com a implementação de um conjunto de políticas para a redução da pobreza, com a luta contra a fome, com a redução das mortalidades infantil e materna, com a questão de gênero, com a reversão do progresso da Aids e com a sustentabilidade do meio ambiente. Essa campanha tem envolvido não só governos e organismos internacionais, mas amplos setores da sociedade civil em diversos países.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nasceram das grandes conferências internacionais dos anos 90, sobre população, meio ambiente, gênero, direitos humanos, desenvolvimento social. Seu grande mérito é integrar os compromissos assumidos nessas

¹⁰ “Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – os ODM – contemplam a redução da pobreza, a luta contra a fome, a redução das mortalidades infantil e materna, a questão de gênero, a reversão do progresso da Aids, a sustentabilidade do meio ambiente. São objetivos de desenvolvimento humano. Em 2000, as “8 Metas do Milênio” foram aprovadas por 191 países da ONU, em Nova Iorque, na maior reunião de dirigentes mundiais de todos os tempos. Estiverem presentes 124 Chefes de Estado e de Governo, inclusive o Brasil.” Fonte: Site do PNUD, acesso em 26/09/06: <http://www.pnud.org.br/odm/index.php?lay=odmi&id=odmi>

conferências numa grande agenda mundial de desenvolvimento, definindo metas claras, prazos (até 2015) para seu cumprimento e indicadores do progresso alcançado por cada região, país, comunidade do planeta. (PNUD, 2000)

Um outro exemplo são as Convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o trabalho infantil¹¹, que se constituíram em marcos históricos e jurídicos no combate ao trabalho infantil e na regulação do trabalho adolescente no mundo.

Não podemos perder de vista que, como assinala Santos (2002), por trás dessas prescrições “civilizatórias” ou medidas humanitárias, impostas ou pactuadas pelos organismos de cooperação internacionais e governos, está também a imposição ou indução de uma uniformização do padrão de desenvolvimento, dos modos de vida e do modelo de democracia ocidental, “europeizado” ou “americanizado”, cujo propósito, além de criar as condições para a reprodução econômica, pela determinação de uma regra comum a ser praticada pelos países (centrais e periféricos), é também uma estratégia de dominação cultural e política.

Porém, ainda assim, é importante reconhecer que algumas dessas políticas e prescrições (projetos de desenvolvimento local sustentável, educação e saúde), que vêm condicionadas à liberação de empréstimos, pelo Banco Mundial e até mesmo do Fundo Monetário Internacional (FMI), têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida das pessoas nos países periféricos.

Ressaltamos que não existem ilusões de nossa parte quanto às intenções dos que formulam ou prescrevem esses “avanços” que vêm por uma via institucional supra-estatal. Eles são uma resposta controlada às pressões sociais e políticas de muitos segmentos e movimentos sociais espalhados por diversos pontos do planeta, como forma de diminuir ou neutralizar as tensões, protestos e mobilizações desses movimentos, frente à gravidade dos problemas sócioambientais que enfrentamos.

Por outro lado, esses avanços não deixam de ser resultado de uma conquista desses movimentos, que, de alguma forma, têm avançado no sentido de tornar o capitalismo menos selvagem. São também reflexos de experimentações positivas dos próprios movimentos sociais, em todo o planeta, como, por exemplo, do governo brasileiro atual, que têm instituído programas de transferência de renda, de combate à pobreza e à fome (ações dos Programas Fome Zero e Bolsa Família), de gestão participativa, dentre outros.

Enfim, convivemos em meio a uma tensão permanente entre as distintas forças hegemônicas e contra-hegemônicas: “a globalização longe de ser consensual, é, como veremos, um vasto e intenso

¹¹ Convenção nº 138: Idade Mínima para Admissão em Emprego. Aprovada na 58ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra – 1973), entrou em vigor no plano internacional em 19.6.76 e foi ratificada pelo Brasil em 26.06.2001; Convenção nº 182: Relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Ação Imediata com Vista à sua Eliminação. Adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua 87ª sessão, em Genebra, a 17 de Junho de 1999. Entrada em vigor na ordem internacional: 19 de Novembro de 2000 e ratificada pelo Brasil no mesmo ano.

campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos de outro;” (SANTOS, 2002, p. 27)

Um volume importante dos incentivos financeiros, disponibilizados por agências internacionais de fomento, passou a ser deslocado para programas e projetos desenvolvidos por organizações da sociedade civil local. Essa estratégia das políticas supranacionais é ainda consequência e parte da própria política neoliberal, da sua agressiva investida para a redução do Estado, que perdeu centralidade na intervenção direta de parte das políticas sociais.

Essa transferência de recursos via agências de cooperação internacional para as organizações da sociedade civil, e as políticas globais firmadas nos grandes acordos internacionais supra exemplificados são desdobramentos do que poderíamos chamar de uma globalização de políticas sociais ou, na definição de Santos (2003), de um *localismo globalizado* das políticas sociais. Estas passam a ser definidas não só pelas demandas locais, pelas agendas nacionais ou programas dos Estados-nação, mas pelas agendas políticas supranacionais, ou seja, conforme define o “Grupo de Lisboa (1994)”, citado por Santos (2002, p. 26), anuncia o “fim do sistema nacional enquanto núcleo central das actividades e estratégias humanas organizadas.”

O termo globalização é usualmente utilizado para se referir à globalização econômica, porém, estamos considerando a definição de Boaventura Sousa Santos, que prefere não se referir à globalização como uma entidade única, pois, de fato, existem várias globalizações, enquanto conjunto diferenciado de relações sociais. Propõe, o autor, a seguinte definição:

A globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de considerar como sendo local outra condição social ou entidade rival. [...] aquilo a que chamamos globalização é sempre a globalização bem-sucedida de determinado localismo. Em outras palavras, não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, uma imersão cultural específica. (SANTOS, 2003, p. 433).

Os modos de produção da globalização, ainda segundo Santos (2003, p. 433-435), dão origem a duas formas de globalização hegemônica: o *localismo globalizado*, que consiste em um determinado fenômeno local ser transformado em um fenômeno global social e culturalmente aceito; e o *globalismo localizado*, através do qual fenômenos e determinações globais são reconfigurados e estruturados no local, com vistas a atender determinados imperativos transnacionais. São, por exemplo, as regras internacionais de comércio que impõem a divisão internacional da produção.

Os processos da globalização imprimem uma radical transformação nas condições de exercício de poder e soberania dos Estados-nação. Sobre essas condições, Santos recorre às contribuições de Bob Jessop (1995), que identifica três tendências:

[...] a *desnacionalização do Estado*, com certo esvaziamento do aparelho do Estado nacional que decorre do facto de as velhas e novas capacidades do Estado estarem a ser reorganizadas, tanto territorial como funcionalmente, aos níveis subnacional e supranacional. Em segundo lugar a *de-estatização dos regimes políticos* reflectida na transição do conceito de governo (government) para o de governação (governance), ou seja, de um modelo de regulação social e econômica assente no papel central do Estado para um outro assente em parcerias e outras formas de associação entre organizações governamentais, para-governamentais e não-governamentais, nas quais o aparelho de Estado tem apenas tarefas de coordenação enquanto *primus inter pares*. E, finalmente, uma tendência para a internacionalização do Estado nacional [...]" (SANTOS, 2002, p. 38)

Ao se referir ao processo de transnacionalização do campo da educação em Portugal, Cortesão e Stoer trazem a contribuição de Dale (1999), para quem os mesmos processos e mecanismos da globalização (hegemônica) que atuam sobre o campo da educação, também atuam e influenciam outros campos da sociedade, dentre os quais o campo das organizações da sociedade civil:

Os 'mecanismos' que dão origem a esses efeitos sobre as políticas educativas nacionais são dois que aliás, já existiam nas décadas de 1950/60 e que resultaram da intervenção das organizações internacionais, nomeadamente 'através, por exemplo, da realização de empréstimos e do ensino de formas (normatizadas) de fazer planeamentos educacionais. Incluem também outros cinco mecanismos mais recentes, diretamente associados com o processo da globalização, e que são: a 'harmonização' (por exemplo, aquela promovida pela organização regional do Tratado de Maastricht), a 'disseminação' (presente nas actividades de organizações como a OCDE, através, por exemplo, dos seus esforços de definir prioridades), a 'standardização' (ilustrada na política científica adoptada pela UNESCO onde respeito aos Direitos Humanos é considerado condição para ser membro da comunidade internacional), a 'implantação de interdependência' (mecanismos identificado em grande medida com as ONGs, por exemplo na sua promoção de materiais 'verdes' para o currículo) e a 'imposição' (presente, por exemplo, nas medidas obrigatórias associadas com os empréstimos para a educação do Banco Mundial) (CORTESÃO E STOER, 2002, p. 380). [grifo nosso]

Ou seja, as influências de uma esfera supranacional sobre o campo da sociedade civil não se dão apenas pela via da prescrição de temas e do financiamento. Mas também no campo da formulação dessas políticas, destacando-se o papel dos organismos ligados à ONU, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a OIT, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), dentre outros.

No campo da formulação de diagnósticos e políticas para juventude, a Unesco tem assumido um papel de destaque, bem como nos temas relacionados à cultura e educação, desenvolvendo uma série de estudos, pesquisas, programas e recomendações. Tudo isso, conforme ela mesma intitula, é parte de uma "cadeia civilizatória" que possa "levar a humanidade a atingir padrões aceitáveis de convivência humana e solidariedade" e que poriam em prática um "plano internacional [...]" que

registram princípios, valores e recomendações sobre educação, escola, conhecimento, cultura, ética, juventude e cultura de paz”¹². (CASTRO, 2001, p. 24).

Essas formulações, por sua vez, influenciam não só políticas de governo, mas as direções estratégicas que serão adotadas pelos agentes financiadores na elaboração de suas pautas e programas de doações de fundos.

Entre algumas dessas agências de cooperação internacionais, estão a Fundação Ford, a Fundação W. K. Kellogg e o Banco Mundial, que, desde os anos 1970, vêm financiando projetos com foco em temas como Educação e Desenvolvimento e, a partir dos anos 1990, vêm privilegiando o diálogo e as parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs). Sobre essa mudança de foco do Banco Mundial, Gohn (1998) e Falconer (1999) nos informam que, entre 1973 e 1988, apenas 6% dos projetos financiados pelo Banco eram originários de ONGs; em 1994, metade dos projetos de financiamento envolviam ONG's de diferentes tipos e objetivos. Desde 1983, existe um Comitê ONG-Banco Mundial.

O Banco Mundial é, sem dúvida, a instituição internacional que mais contribuiu para a consolidação e disseminação deste campo no mundo em desenvolvimento. [...] Para o Banco, o interesse em trabalhar com ONGs decorre da sua constatação de que estas organizações podem contribuir para a qualidade, sustentabilidade e efetividade dos projetos que financia. O Banco Mundial acredita que o trabalho em parceria com ONGs permite incorporar em seus projetos as vantagens características destas organizações: a *inovação*, devido à escala pequena dos projetos, a incorporação da multiplicidade de *alternativas e opiniões* diversas; a *participação* de populações locais e a *consulta* à população beneficiária; a melhor *compreensão* dos objetivos dos projetos pela sociedade; o *alcance ampliado* da ação, atingindo a quem mais precisa e finalmente; a *sustentabilidade*, ou continuidade de projetos após a retirada do Banco. (FALCONER, 1999, p. 5).

MONTAÑO (2005, p. 19), em sua análise crítica sobre o “fenômeno do Terceiro Setor”, que considera com um “sentido ideológico¹³, mistificado” e articulado ao projeto neoliberal, adverte para a linha tênue que define a distinção entre um terceiro setor que exerce um papel claramente instrumental quanto aos interesses do capital e, de outro lado, um segmento identificado com os sujeitos e processos de lutas sociais, de fato, emancipatórias. Para o primeiro caso, estamos diante de um processo de reestruturação neoliberal, na medida em que assume uma nova modalidade de enfrentamento das seqüelas da “questão social”, pela via da execução de serviços e políticas sociais

¹² Em nota de rodapé, Castro (2001) apresenta o seguinte esclarecimento sobre o papel da Unesco: “A história da UNESCO, uma instituição com mais de meio século de existência, tem se caracterizado fundamentalmente por uma incessante luta pela democratização dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade. O seu campo de abrangência compreendendo as áreas da Educação, Ciência e tecnologia, Cultura, Comunicação, Informática e Desenvolvimento Social indica que por intermédio da generalização do conhecimento, a humanidade poderá atingir padrões aceitáveis de convivência humana

¹³ Montañó se utiliza do termo “ideológico” para referir-se ao “Terceiro Setor” na acepção marx-engelsiana presente na obra *A Ideologia Alemã*, como “falsa consciência” (nota explicativa do próprio autor, p. 22).

assistencialistas. Para o segundo caso, temos um processo contra-hegemônico, com fins libertários e que define um outro modo de inserção e participação.

Nesse cenário complexo, o desafio para as organizações da sociedade civil não é só o de atuar no campo da reivindicação por políticas sociais e direitos políticos e civis, mas concretizar esses direitos em direitos sociais (OFFEHEISER, 2002; GOHN 1998). Essa intervenção, que no cenário anteriormente descrito (de ditadura militar) ocorria, muitas vezes pela estratégia do confronto entre sociedade civil e governo, agora se recoloca em termos de parceria e governança (*governance*). Ou seja, passam as organizações da sociedade civil a atuar na formulação e execução dessas políticas e programas sociais, de retomar o desafio de atuar no campo da promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais, projeto político interrompido pela Ditadura Militar.

Assim sendo, podemos sintetizar, a partir das contribuições de Boaventura Santos, Ray Offenheiser e Maria da Glória Gohn, que o desafio que se observa é a necessidade de se conceber um projeto estruturante (de sociedade) que possa orientar o enfrentamento dos problemas sociais, considerando, por exemplo, a questão do acesso aos direitos básicos de saúde, subsistência, segurança; ou o direito a não sofrer discriminação de raça, gênero, cultura, etnia ou orientação sexual, ainda tão escandalosamente inacessível para a maior parte da população do mundo. Todos esses problemas formam coletivamente a base de um desafio ético e político que o modelo neoliberal, em seu tratamento meramente gerencial, tem dado pouca importância.

Como necessidade básica concreta desse projeto ético, enfatiza Offenheiser (2002), temos o desafio intelectual e teórico de definir padrões básicos de acesso à moradia, saúde, educação e trabalho para o país, que pressupõem um “outro conhecimento possível” que possa reorientar as respectivas agendas, identificando e reconhecendo a diversidade e singularidades regionais e não impondo padrões pré-estabelecidos de desenvolvimento ou de direitos humanos.

Os termos das reflexões que trazemos refletem a pluralidade de fatores, de idéias e tensões que influenciam os caminhos e escolhas das organizações da sociedade civil. Outrossim, fazem parte de um debate contra-hegemônico que ainda está se construindo e que já demonstra alguma influência sobre a ação de segmentos expressivos dessa sociedade civil, debate este que se vocaliza principalmente nos fóruns e redes regionais e globais. Vêm também se constituindo em uma série de iniciativas que caminham para a construção de uma agenda comum mundial, para um “outro desenvolvimento possível (?)” bem como para uma outra noção e uma nova pauta para os direitos humanos.

O Fórum Social Mundial (FSM), um dos espaços no qual vem se dando o presente debate, tem sido desde sua primeira edição, em 2001, uma arena não só de diagnósticos e reflexões sobre a

realidade de hoje, mas também de proposições em torno dos caminhos possíveis de serem construídos e assumidos pelos movimentos sociais, sociedade civil e governos.

Mais do que um evento de grande porte, como aponta Frei Betto (2003), o FSM tem construído uma rede mundial de alternativas – sociais, econômicas, políticas, culturais e religiosas – que sinalizam para um desenho novo de civilização, regido pela paz e para a justiça social. O FSM é o reflexo de um processo mundial constituído de inúmeras iniciativas locais e cotidianas, que “descortinam novos horizontes”. Santos assim o define:

O FSM é o conjunto das iniciativas de intercâmbio transnacional entre movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), e os seus conhecimentos e práticas das lutas sociais locais, nacionais e globais, levadas a cabo em conformidade com a Carta de Princípios de Porto Alegre contra as formas de exclusão e de inclusão, de discriminação e igualdade, de universalismo e particularismo, de imposição cultural e relativismo, produzidas ou permitidas pela fase actual do capitalismo conhecida como globalização neoliberal. (SANTOS, 2005 a, p. 15)

Assim, estas são algumas das reflexões que trazemos em torno dos cenários das sociedades complexas e das novas relações local/global, Norte/Sul, Centro/Periferia e conseqüentemente em torno das novas institucionalidades e relações entre Estado, sociedade civil, mercado e organismos internacionais. Estas relações refletem a complexidade de pensar hoje o lugar e o papel das organizações da sociedade civil, em particular daquelas que estamos analisando, conforme o recorte proposto na pesquisa, qual seja: organizações que atuam junto ao público jovem e adolescente em bairros da periferia da cidade de Natal.

As organizações da sociedade civil, em particular, aquelas que são o centro de nosso estudo, enquanto participantes e formuladoras desse debate, possivelmente têm influenciado e sofrido suas conseqüências, bem como das múltiplas variáveis aqui apresentadas. Os diversos modelos de desenvolvimento e referenciais de direitos humanos são conseqüência não só das convicções dos distintos sujeitos sociais, mas também das experiências histórico-sociais que as formaram, sendo, portanto, uma construção social e ideológica que possivelmente influencia e define as suas visões de mundo e os modos de conceber suas práticas cotidianas.

1.2 Organizações da Sociedade Civil e os caminhos de um Novo Associativismo

Um segundo movimento que se fez necessário para entender esse universo ou esse espaço, do qual fazem parte as organizações da sociedade civil, foi buscar compreender os diversos sentidos atribuídos às terminologias utilizadas para denominar, descrever ou qualificar esses sujeitos sociais nos aspectos jurídicos/formais de sua constituição, mais particularmente nos aspectos social e político de sua atuação (ação coletiva).

É comum observarmos o uso de diferentes termos, significando a representação de um mesmo segmento, sujeito ou fenômeno social. Assim, Organizações Não Governamentais (ONGs), Terceiro Setor, Sociedade Civil, Movimentos Sociais, entidades não lucrativas, organizações civis, dentre outros, são utilizados de forma indistinta. Esta polissemia, verificada como sendo um fenômeno mundial, encontra razões não só nos significados semânticos dos termos em si, mas, no caso do Brasil, possui também, significados construídos pela nossa história recente, que redefiniram as formas de ação coletiva e de identidade dos movimentos e da sociedade civil.

Puede decirse que cada tipo de asociación es el resultado de algún ciclo histórico de emergencia de formas de identidad y de acción colectivas que en su momento definieron un campo de conflicto. (...) o bien constituyen espacios de mediación entre los sistemas económico y político y la sociedad (RIVERA, 1998, p. 13).

Como já comentado anteriormente, as mudanças nas formas de associativismo ocorridas entre os anos 1970 e 1990 estiveram relacionadas também às mudanças no cenário global: crise do emprego e as conseqüentes mudanças no mundo do trabalho, o processo de redemocratização vivenciado pela América Latina, em particular no Brasil, a hegemonia do projeto neoliberal global, bem como das demais formas de globalização cultural, política e social e os avanços tecnológicos no campo da automação, informática, informação e comunicação, dentre outros fatores a estes correlacionados ou derivados.

Na segunda metade dos anos 1980 e anos 1990 do Século XX, estruturaram-se movimentos e redes associativas compostas por sujeitos remanescentes dos movimentos sociais, políticos e sindicais das décadas de 1970 e 1980, com uma nova conformação organizativa, as ONGs. Essas novas redes e movimentos sociais ganham uma maior complexidade e são determinadas por uma série de mudanças locais e globais.

No Brasil, alguns desses determinantes foram os avanços institucionais, cuja caixa de ressonância foi a Constituição de 1988, criadora de uma série de espaços de participação na formulação e controle social sobre políticas públicas: “O próprio poder público passou a estimular a

participação popular em órgãos colegiados, muitos deles criados a partir de exigências constitucionais”. (GOHN, 1998, p. 10).

Uma outra mudança no campo institucional/governamental que contribuiu para a ampliação e capilarização de processos participativos foi a conquista de cargos executivos por partidos políticos do campo democrático/popular, instituidores de experiências de gestão participativa, revelando-se como uma ação indutora “de mudanças nos padrões de organização da população e nas formas locais de intermediação de interesses sociais” (COSTA, 1997, p. 2).

Gohn ressalta que, embora alguns autores preconizem o fim das formas tradicionais de associativismo, que caracterizaram as lutas sociais nos anos 1970 e 1980, a exemplo dos sindicatos, estas formas continuam vivas e contribuindo no processo de consolidação da frágil e recente democracia brasileira: “[...] as formas antigas não desapareceram, mas coexistem em várias localidades, sob a forma de mobilização e protestos de massa ou, em tristes casos, como práticas clientelistas e corporativistas, estimuladas por grandes programas dos próprios órgãos públicos.” (GOHN, 1998, p. 10)

O campo da sociedade civil comporta uma grande diversidade de sujeitos coletivos e segmentos, bem como de terminologias, que, como já foi dito, ganham usos indistintos. Quando nos referimos às formas de associativismos – os “movimentos sociais” –, encontramos algumas concepções que, em comum, têm os aspectos da ação coletiva e da busca por rupturas mais radicais. Em Castells (1997, p.3), citado por Gohn (1998, p. 13), movimentos sociais são “... ações coletivas propositivas, as quais resultam, na vitória ou no fracasso, em transformações nos valores e instituições da sociedade”. Conceituando movimento social, Rivera (1998) nos apresenta as formulações de Touraine (1994), para quem:

[...] un movimiento social es aquel tipo de acción colectiva que cuestiona la historicidad, es decir, el núcleo sociocultural del orden establecido, o sea, las instituciones y valores del Estado capitalista y del mercado, en el caso de las sociedades capitalistas tradicionales, y del monopolio de la información en la sociedad postindustrial. (TOURAINÉ, 1994, citado por RIVERA, 1998, p. 10)

Melucci define movimento social como sendo “uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere.” (MELUCCI, 2001, p. 35).

Por solidariedade, o autor entende a “capacidade dos atores se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social”; por conflito, “a relação de oposição entre dois (ou mais) atores que se confrontam para o controle de recursos aos quais ambos atribuem valor.” No conflito, embora haja interesses contrapostos, há uma aceitação de certas “regras do jogo”, ou seja,

não há disputa nem questionamento da legitimidade do poder. E, por fim, a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema consiste na extrapolação “da gama de variações que um certo sistema pode tolerar sem modificar a própria estrutura” (MELUCCI, 2001, p. 35-37).

Deste modo, o autor identifica três tipos de conduta dos movimentos sociais: O movimento reivindicatório, por uma diversa distribuição dos recursos; o movimento político, luta pela ampliação ou conquista de uma maior participação nas decisões; e o movimento antagonista, que consiste numa ação coletiva portadora de um conflito que atinge a produção de recursos de uma sociedade, que coloca em questão os objetivos da produção social e a direção do desenvolvimento (MELUCCI, 2001).

É dentro destes novos contornos que, nos anos 1990, o campo das lutas sociais ganha uma maior complexidade em função, além dos aspectos contextuais já abordados, das novas demandas de participação. “Em algumas localidades os movimentos entraram em um novo ciclo de ação coletiva, fundada não na simples contestação-pressão, como nos anos 70, ou na pseudo-negociação dos anos 80, mas em práticas que envolvem um agir coletivo” (GOHN, 1998, p. 12), o que mobiliza para outros campos de conflito, além do tradicional capital-trabalho, tais como o campo da cultura.

Essas novas práticas coletivas participativas foram conquistadas na medida em que alguns militantes identificaram que o cenário dos anos 1990 trazia novas oportunidades políticas: criação dos espaços institucionais de articulação entre sociedade e órgãos públicos e a ascensão ao poder de novos segmentos sociais – pelo voto direto –, conquistando cadeiras nas diversas esferas do parlamento e do poder executivo municipal, estadual e, mais recentemente, na esfera federal.

Nesse contexto, Giddens (1987), citado por Gohn, (1998, p. 13) assinala que, mesmo com a forte investida neoliberal para o enfraquecimento do Estado, este ainda “é o mais importante container do poder na era moderna. Os movimentos sociais estão obrigados a se interessar pela questão do Estado.”

É visível que os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil, de um modo geral, nos anos 1990, continuam a desempenhar papel decisivo na consolidação e fortalecimento da democracia e na ampliação de direitos civis e políticos, mas ampliam sua atuação na medida em que assumem novamente a bandeira da defesa, formulação e a execução de programas promotores dos direitos sociais e econômicos, com vistas à concretização da democracia, compreendida como acesso a bens e serviços públicos, ou seja, a democratização das riquezas geradas pelo desenvolvimento econômico.

Provocadas a assumir a execução de políticas públicas, o modo de agir das organizações da sociedade civil dos anos 1990 assume uma nova configuração, ganhando um maior nível de institucionalidade e formalização, assim como otimizando seus modelos e práticas de gestão,

mudanças necessárias para que estas dêem conta do novo papel de atuação direta. Este novo direcionamento também gerou impacto sobre o perfil profissional dos seus técnicos, para os quais não bastam mais a disponibilidade militante e/ou o “compromisso político com a causa”, substituídos, em grande medida, por um perfil mais gerencial.

A idéia de que a eficiência e a eficácia de resultados constituem o principal desafio das organizações da sociedade civil é fundamentalmente diferente do que se via em um passado recente, quando a mera existência de uma organização ou a validade da causa defendida por esta seriam apontados, freqüentemente, como suficientes para justificar uma doação de recursos a fundo perdido, sem maiores exigências quanto aos resultados a serem alcançados com o emprego destes (FALCONER, 1999, p. 11).

Esse lugar de executoras de políticas e programas é configurado como consequência também de outras mudanças globais, tendo, como principal, a investida neoliberal para redução do Estado, bem como: a) a crise de financiamento pelo qual passa a América Latina, em função do redirecionamento dos investimentos para o Leste Europeu, que inicia o processo de abertura política e de redemocratização; b) o consequente esforço das ONGs Latinas para a captação de recursos públicos governamentais; e c) a necessidade de otimizar a gestão e diversificar ações com vistas à sustentabilidade financeira, em atendimento aos novos critérios de doações das agências de cooperação internacional. “A América Latina redemocratizada passa a não ser mais prioridade, ao mesmo tempo em que se configura como prioridade a atenção para países mais pobres, como os da África, e para os países que surgem da queda do bloco socialista.” (TOMMAZI, 2004, p. 4)

Nesse percurso, observamos que o perfil e a identidade das organizações da sociedade civil que mais têm crescido nos anos 1990, não são os mesmos das que tinham maior expressão nos anos 1970 e 1980. Aquelas organizações tinham uma forte orientação política ideológica, eram, em sua maioria, articuladas com os partidos políticos de esquerda, movimentos sindicais ou com a Igreja Católica progressista.

O novo perfil, característico das organizações da sociedade civil que, predominantemente, emergem nos anos 1990, é o das organizações vinculadas à filantropia empresarial, estimuladas, em grande medida, pelos incentivos fiscais, ofertados pelo Estado, como também interessadas em construir uma imagem pública mais simpática e associada à idéia de responsabilidade social empresarial¹⁴. Estas organizações “[...] estruturam-se como empresas, autodenominam-se cidadãos, por se apresentarem como sendo sem fins lucrativos, atuam em áreas de problemas sociais cruciais, como

¹⁴ Segundo o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Responsabilidade Social Empresarial é, em resumo, uma filosofia e uma prática empresarial, voltadas para a viabilização de ações que levem a empresa ou instituição a comprometer-se com a comunidade em que se inserem e com os diversos públicos com os quais se relaciona, assumindo uma conduta social e ambientalmente responsável.

meninos e meninas em situação de risco, meio ambiente, alfabetização, direitos humanos, etc.” (GOHN, 1998, p.14).

Tem-se também, nessa década, um segmento emergente, nessa década, com atuação fortemente vinculada a temas que se manifestam com força, frente sua relevância no cenário atual, como meio ambiente, gênero, minorias, culturas periféricas e marginais, dentre outros.

De um modo geral, as organizações da sociedade civil ocupam espaços sociais e chegam a localidades onde as políticas de Estado não chegam, criando e desenvolvendo frentes de trabalho em um espaço público não-estatal, ampliando o universo de participação para campos e setores pouco ou ainda não politizados, multiplicando as possibilidades e formas de associativismo, em particular no âmbito do poder local e de temas específicos: “As ONGs contribuíram para a reconstrução do conceito de “sociedade civil”, termo originário do liberalismo que adquire novos significados, menos centrados na questão do indivíduo e mais direcionados para os direitos de grupos e de coletivos.” (GOHN, 1998, p. 14).

Sendo assim, observamos que os contextos gerais e influências políticas ideológicas mais fortes em cada década, dos últimos 50 anos, são aspectos definidores dos perfis e identidades das organizações e, conseqüentemente, das suas formas de atuação, assim como das formas distintas que se relacionam com o Estado e o mercado. Considerando um segmento expressivo das organizações da sociedade civil, parece haver um deslocamento, de certo modo, do *confronto* para a *colaboração* (entre sociedade civil e Estado), no que diz respeito às políticas sociais e nos sugerindo a necessidade de uma revisão da cultura cívica do país.

A emergência do Terceiro Setor representa, em tese, uma mudança de orientação profunda e inédita no Brasil no que diz respeito ao papel do Estado e do Mercado e, em particular, à forma de participação do cidadão na esfera pública. Isto tem levado à aceitação crescente da ampliação do conceito de público como não exclusivamente sinônimo de estatal: ‘público não-estatal’ (FALCONER, 1999, p. 2).

Sendo o campo da sociedade civil bastante heterogêneo considerando os seus diferentes segmentos, isso não significa que tenham desaparecido os conflitos, entre sociedade civil e Estado ou mesmo entre sociedade civil e mercado, mas estes conflitos, em algumas situações, deixam de ser “antagonistas”, deslocando-se para dentro do sistema de referência reconhecido pelos atores sociais envolvidos. Nesse caso, Melucci considera que:

Se o conflito não ultrapassa os limites do sistema de referência, encontramos-nos diante da competição de interesses no interior de uma certa ordem normativa. A ação tende, então, à melhoria da posição relativa do ator, à superação dos obstáculos funcionais, à modificação das relações de autoridade. O conflito opera no interior da preocupação comum dos parceiros em garantir a compatibilidade do sistema e de respeitar as regras da negociação. (MELUCCI, 2001, p. 36-37)

É o que se verifica, por exemplo, no processo de discussão de políticas públicas que acontecem nos espaços ora institucionalizados, como as recentes conferências e seminários estaduais e nacionais que vêm discutindo políticas públicas de juventude, ou no processo de debate que vem ocorrendo na Comissão Parlamentar de Juventude, criada pela Câmara dos Deputados, em 2003, e da qual participam representações da sociedade civil.

Com efeito, parece que as organizações que atuam na formulação e implementação de políticas públicas “de/para/com” juventude, no momento atual configuram muito mais a tendência da cooperação do que do confronto. Os conflitos ocorrem hoje dentro de certos limites e espaços institucionalizados, uma vez que já existem alguns consensos em torno, por exemplo, do mérito e da urgência de o Estado e a sociedade olharem para os jovens, bem como para que esse olhar se traduza em ações concretas, em políticas públicas, que lhes ofereçam mais e melhores oportunidades de desenvolvimento humano.

Conforme explica Melucci (2001), o conflito e as lutas se dão no sentido da construção de um “consenso organizado”, baseado num diálogo, cujas intenções estariam na exigência de uma diferente distribuição dos recursos ou na instituição de novas regras, que garantam uma melhor colocação dos atores no acesso a certos recursos ou de participação nos sistemas de representações.

Ainda assim, alguns movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que lutam pela reforma agrária, pelas questões de posse de terra na região Amazônica e questões de moradia e temas ambientais, convivem num campo onde as relações com o Estado e o mercado são marcadas por conflitos mais radicalizados, de caráter antagonista, que Alberto Melucci, assim define:

Manifesta uma oposição que diz respeito ao controle e à destinação de recursos cruciais. Os adversários se opõem porque definem de forma antagonista os objetivos, as condições, os meios da produção social. Atinge a legitimidade do poder e o uso dos recursos sociais. (MELUCCI, 2001, p. 34-35)

As novas formas de associativismo, emergentes no meio urbano nos anos 1990, não derivam de processos de mobilização de massa, como era característico das lutas sindicais e sociais, mas de processos de mobilizações pontuais, localizados (ora também globais) e multiculturais. Isso ocorre quando se observa uma mobilização gerada a partir de um apelo temático, como a “Campanha Por um Natal sem Fome” (ação pontual) do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), ou a atual mobilização em torno da criação de políticas públicas para a juventude, que vêm envolvendo amplos setores comprometidos com esse segmento em todo o país (ação estruturante).

Para alguns segmentos dessa sociedade civil, podemos considerar, como afirma Gohn (1998), a existência de um eixo articulatório fundamental da participação nos anos 1990, nominado como o eixo da solidariedade. Este é constituído por identidades que não mais passam exclusivamente pela identidade (corporativa) de classe, assumindo configurações mais complexas, fragmentadas e multiculturais, que abrangem a questão da cor, da etnia, do gênero, da geração, da cultura e da religiosidade, isto é, características sociobiológicas, culturais, espaciais, dentre outras. Assim, novas sociabilidades e identidades emergem e, conseqüentemente, as lutas para a conquista de direitos, justiça social e condições dignas de vida se fragmentam ou se capilarizam em muitas frentes.

A trama da participação cidadã se tece, portanto, a partir de múltiplos fios. [...] A grande ruptura que marca as últimas três décadas consiste na expansão, gradual e crescente, à esfera internacional deste compromisso com valores e causas de interesse público, antes vivenciadas, sobretudo no plano local e nacional. [...]

Temáticas como a proteção do meio ambiente e a defesa dos direitos humanos dão um novo conteúdo à noção de solidariedade internacional, introduzindo as noções de destino comum, cidadania global e gestão planetária. (OLIVEIRA, 2001 p. 8-9)

Santos (2002) chama a esse movimento de globalização contra-hegemônica, caracterizado por uma construção multiculturalista de caráter emancipatório, universalizador e cosmopolita. Esta globalização contra-hegemônica se desenvolve em duas frentes de âmbito local e global. No primeiro, pela redescoberta do sentido de localidade e comunidade, pela promoção de economias locais e de pequena escala, pelo aumento e fortalecimento da participação social (idéia de democracia participativa) nas questões mais locais (bairro, cidade, estado), pelo reconhecimento e aceitação das diversas identidades, culturas, igualdades e diferenças.

No âmbito global, os movimentos defendem medidas de proteção contra as investidas predadoras do globalismo neoliberal e buscam o fortalecimento do controle democrático das macropolíticas, através de conceitos, como os de cidadania pós-nacional e de constituição de uma esfera pública transnacional.

Esses movimentos e descobertas feitas pelos próprios sujeitos se dão em meio a turbulências. Ao mesmo tempo em que nunca foi tão profundo o sentimento de desconexão e de exclusão “[...] nunca tantos grupos estiveram tão ligados ao resto do mundo por via do isolamento, nunca foram integrados por via do modo como foram excluídos” (SANTOS, 2005, p. 17); esses sentimentos e contextos, continua Santos, paradoxalmente têm alimentado os movimentos, gerando distintas formas de reação, sejam elas ações conformistas (adaptação), sejam elas ações rebeldes (emancipação). Estas últimas, quando coletivizadas e em articulação local/global, constituem a globalização contra-hegemônica.

Talvez Marx, quando pensava e formulava suas teorias sobre o socialismo, sua análise do capitalismo (conflito antagônico entre capital/trabalho) e das lutas revolucionárias dos trabalhadores, não pudesse imaginar o caminho trilhado por esse capitalismo, rejuvenescido em suas próprias crises, cada vez mais flexível e virtual. Nestas novas virtualidades observamos também as correspondentes formas de expressão dos novos conflitos capital/trabalho. Possivelmente, a Marx não era previsível a multiplicidade dos grupos e de novos interesses, de ordem multicultural, que se entrelaçariam nas sociedades complexas, que desencadearam novos campos de conflito e novas expressões para as lutas sociais, dotados de uma autonomia própria.

O filósofo Robert Kurz, em sua análise dos eventos de maio e dezembro de 1968, em Paris, vê com pessimismo esse cenário, que considera de profunda crise, não só política como também intelectual e teórica. Em sua avaliação, esses eventos revelaram uma “completa nulidade”, quanto à perspectiva de, realmente, representarem um movimento pela emancipação social. Ao contrário, também segundo sua avaliação, eles foram configurados pela marca do que chamou de uma “solidariedade corporativa”, que deixou de fora da pauta de reivindicação e negociação aqueles que já “se encontravam fora” do sistema. Para Kurz, “somente uma solidariedade ilimitada, que atue sob o lema ‘Todos ou ninguém’, merece este nome.” (KURZ, 1996, p. 52).

Também critica fortemente os líderes dos movimentos citados, pois avalia que, para estas lideranças, “... não há mais o sonho de um modo de vida e de produção diverso, ou seja, [...] não há mais crítica do sistema.” (KURZ, 1996, p. 52). Uma das causas que aponta para esse cenário e posição desses atores é a ausência de uma nova teoria crítica do sistema que oriente os movimentos sociais. Rechaça ainda o tratamento dado à teoria crítica marxista por esses intelectuais:

O marxismo [conforme tratado por esses intelectuais] não foi transformado de acordo com o desenvolvimento da sociedade mundial, mas somente soterrado. No lugar de uma forma obsoleta da teoria crítica surgiu a total ausência de teoria. Ora, para a aceitação do mercado não é preciso uma teoria crítica, nem sequer uma teoria geral. [...] A crítica da economia política, tanto na França quanto na Alemanha e demais países, desapareceu de maneira tão consumada das cabeças e do discurso social como se jamais tivesse existido (KURZ, 1996, p.53).

Atento aos riscos a que estão sujeitos os novos movimentos sociais, frente a essa crise de referências, preocupação de que também comungamos, SANTOS (2005b) reconhece que não há mais uma teoria geral que dê suporte político e ético aos “novos movimentos sociais”, o que aumenta a possibilidade de cooptação das iniciativas contra-hegemônicas, pelo discurso liberal/social desse capitalismo globalizado, sem que esses “se dêem conta ou vejam nisso um fracasso.” (SANTOS, 2003, p. 23).

Para superação desse cenário, Santos (2003, 2004, 2006) propõe não uma teoria geral – “não precisamos mais de uma teoria geral” –, mas uma *sociologia das ausências* e uma *teoria da tradução* como alternativas contra-hegemônicas, como formas de “conhecimento-emancipação”, novos modelos de racionalidade que, ao “dilatar o presente”, promoveria o alargamento e reconhecimento da experiência social, e novas formas de compreensão do mundo, para além da “compreensão ocidental do mundo”, que é produzida pelo “conhecimento-regulação”.

Ao ampliar o reconhecimento das muitas formas de conhecimento geradas nas experiências “do Sul”, “locais”, “marginais”, “contra-hegemônicas”, “não acadêmicas”, “inferiores”, faz-se necessário criar “inteligibilidade entre elas, como também entre seus sujeitos sociais, movimentos, práticas, saberes, que ocorreria através de um trabalho de tradução que procura dar sentido para aquilo que nos separa e que nos une, para, eventualmente, maximizar o que nos une,..” (SANTOS, 2004, p. 51).

Para Castells, esses movimentos, essencialmente culturais, querendo apenas mudar as condições de vida em vez de assumir o poder, repercutiram fortemente em todas as esferas da vida e “se transformariam na fonte do ambientalismo, do feminismo e da contínua defesa dos direitos humanos, da liberdade sexual, da igualdade étnica e da democracia popular [...] com sua afirmação de autonomia individual contra o capital e o Estado, deram nova ênfase à política de identidade.” (CASTELLS, 1999, p. 415).

O autor ressalta ainda que, em grande medida, esses novos espaços e bandeiras de luta se dão também pelas conseqüências que, as mudanças ocorridas no capitalismo e na sociedade moderna, produziram sobre as relações de trabalho e de classes, como, por exemplo, o enfraquecimento da organização sindical e coletiva; o abandono dos setores mais frágeis (segmentos do trabalho informal); e o fim gradativo do Estado de bem-estar social seguido da destruição da rede de proteção social das pessoas.

Enfim, apoiando-nos na reflexão de Castells (1999), observamos que o trabalho hoje divide sua centralidade, como fator de organização social, identitário e de classe, com outras formas de luta e de agregação social das pessoas, que agora buscam novas referências de pertencimento e, conseqüentemente, de lutas.

A crise estrutural das formas tradicionais de representação está consolidada e as novas expressões e configurações de lutas e de identidade social estão evidentes, porém, seu alcance e futuro parecem ainda incertos.

Melucci (2001, p.10) sinaliza para o que chama de “desaparecimento da ação e dos sujeitos que coincidem com a nossa idéia tradicional de movimento [...] da modalidade de constituição dos

atores coletivos que caracteriza a época moderna”, o que não significa o desaparecimento da ação coletiva nem dos conflitos sociais. O autor sustenta ainda que

a idéia de que só a mudança das estruturas pode produzir transformações, sem envolver os nossos modos de construir individualmente e coletivamente, a mesma experiência humana, pertence às ilusões do passado. Se seremos, ou não, capazes de fazer de nossas mentes, dos nossos afetos e emoções, das nossas necessidades espirituais, um terreno de experiência de mudança, este é o desafio que devemos enfrentar (MELUCCI, 2001, p. 11).

Castells (1999, 2002) caminha numa linha semelhante, expressando ao mesmo tempo esperança e preocupação com os caminhos e papéis possíveis para essas “formas de identidades autônomas em construção”, que assumem os desafios sociais de se contrapor aos atuais padrões de dominação e exclusão:

Contudo o problema fundamental suscitado pelos processos de mudança social que são na maior parte externos às instituições e aos valores da sociedade, na forma em que esta se encontra, é que eles poderão fragmentar-se e não construir a sociedade. Em vez de instituições transformadas, teríamos comunas de todos os tipos. Em vez de classes sociais, presenciariamos o surgimento de tribos.

[...] A reconstrução das instituições da sociedade pelos movimentos sociais culturais, colorando a tecnologia sob o controle das necessidades e desejos das pessoas, parece requerer um longo caminho [...] Para que essa transição da identidade de resistência à identidade de projetos [de sociedade] se realize, será preciso surgir uma nova política (CASTELLS, 2002, p.429-30).

Com esse breve percurso teórico, buscamos identificar alguns dos elementos que contribuem para a conformação das múltiplas identidades que compõem o campo da sociedade civil, no que diz respeito às posições, respostas e contraposições (contra-hegemonia) às conseqüências da globalização econômica (globalização hegemônica), bem como das muitas outras globalizações em curso e “das novas formas de conflitividade¹⁵, de ação coletiva, das identidades sociais, culturais e subjetividades dos indivíduos”.

Seguimos fazendo uma cartografia das idéias e tentativas de conceituação e clarificação dos termos polissêmicos usuais que nomeiam essas organizações, bem como dos seus significados.

Consideramos que entender no tempo, no espaço e em meio a uma realidade complexa o que é e quem compõe esse campo social apresenta-se como uma necessidade primeira para identificar e compreender o significado que sua existência e atuação assumem “para da construção a visão desse mundo e, assim, para a própria construção desse mundo” (BOURDIEU, 2004, p. 139), e mais, como participam (ou não) da construção de um projeto de emancipação social.

¹⁵ Melucci (2001) define conflito como sendo a luta de dois (ou mais) atores pela apropriação de recursos valorizados por ambos. Os atores de um conflito se enfrentam, no interior de um campo comum (um sistema comum de referência), para o controle dos mesmos recursos.

Pensar a sociedade civil, enquanto um campo social, significa pensá-la enquanto um “sistema de relações entre posições”, como espaço de disputa, poder e conflito entre distintas visões e projetos de mundo, tal qual é concebido por Bourdieu, que assim define campo social:

Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distinguem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital. (BOURDIEU, 2004, p. 135)

A idéia de campo social em Bourdieu reforça nossa compreensão da sociedade civil, não como uma instância isolada, autônoma, mas em relação com outros campos, com o Estado, o mercado e com a própria sociedade civil, influenciando e sendo influenciada por esses distintos setores. Esse processo de influência implica, por exemplo, o reconhecimento e valorização dos capitais que são caros a cada um dos campos. Esse reconhecimento possibilita a intercomunicação entre os campos, condição, por exemplo, para que se construam os consensos.

Uma outra questão interessante, trazida por Bourdieu, é a relação que faz entre as espécies de capital e os poderes a eles atribuídos. Esse poder se dá principalmente pelo reconhecimento e valor que os sujeitos do mesmo campo ou de outros campos sociais atribuem a um determinado tipo de capital. Assim sendo,

a posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies –, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. (BOURDIEU, 2002, p. 134-135)

Pensamos que esse exercício reflexivo vai contribuir também para clarificar os elementos norteadores do olhar que vamos colocar sobre as organizações cartografadas, fundamentando também, a definição dos recortes e focos da análise para identificação dos elementos que possam apoiar a compreensão das formas de interação dessas organizações e os campos de influências, dos quais participam, nas esferas locais e global. Influências essas que, em última instância, possivelmente, definem também suas visões de mundo e a natureza de suas ações, com os adolescentes e jovens, tais como: os critérios de definição do perfil dos seus públicos; a natureza da oferta de serviços, ações e temas; os métodos que utilizam ou desenvolvem; os meios de sustentabilidade e as fontes de recursos que buscam; as parcerias e redes que constituem ou participam, entre outros.

1.3 Terminologias, temas e ideais – multiplicidade de denominação e expressão de identidades

As terminologias que são utilizadas para denominar esse campo de atuação, que não é Estado nem mercado, e vem assumindo uma parcela cada vez maior de ações sociais de natureza privada com fins públicos, são diversas: terceiro setor, organizações civis, organizações sem fins lucrativos, organizações voluntárias, organizações não governamentais (ONG), sociedade civil.

Essa multiplicidade de denominações reflete, de um lado, a diversidade de tipos de organizações, assim como os seus igualmente diversos campos e formas de atuação. Reflete ainda uma fragilidade conceitual, que tem mobilizado centros de pesquisa, organismos internacionais e os próprios sujeitos envolvidos a desenvolver estudos que contribuam para identificar as similaridades e identidades possíveis, em meio a tanta diversidade, com vistas a se construir um espaço de reconhecimento mútuo desses sujeitos, assim como suas distintas formas de influência.

La noción de tercer sector pone atención en factores de estructura y de operación de las asociaciones a que nos referimos: su carácter formal, vale decir, su permanencia organizacional; su carácter privado, pero con una naturaleza no lucrativa, lo que las diferencia del mercado; su capacidad de autogobierno, lo que las hace independientes del Estado, y su carácter voluntario en algún grado (Salamon y Anheier, 1995). La investigación empírica basada en estas premisas tiende a concentrarse en alguna de estas características, ante todo en lo no lucrativo. Esta definición deja de lado el problema de la acción y se concentra en la forma de la asociación. No distingue orígenes ni objetivos, no define espacios de acción, y por tanto, incluye una variedad tan grande de formas asociativas reales que su capacidad explicativa deviene sumamente restringida. (RIVERA, 1998, p. 1)

Em nossa revisão bibliográfica, observamos muitos percursos explicativos do que seja uma organização não governamental ou organização civil ou do terceiro setor, a partir de diferentes enfoques e abordagens, quais sejam: os contextos sociopolíticos em que emergiram; as trajetórias políticas e históricas de seus membros e das próprias organizações; os perfis, temas e naturezas de suas intervenções sociais; as suas fontes de financiamento; as formas como se relacionam com o Estado; o nível de profissionalismo versus militância política que comportam em suas práticas; a identidade formal/jurídica que assumem.

Falconer e Fischer, citados por Silva e Aguiar (2001), observam que nos últimos 15 anos houve um crescimento quantitativo e de tipos de organizações do “terceiro setor”, o que torna a tarefa de sua conceituação ainda mais difícil.

O termo “terceiro setor” é uma denominação relativamente recente e genérica, derivada da conjugação das finalidades do Primeiro Setor (o Estado) com as metodologias do Segundo Setor (o Mercado). O Terceiro Setor seria aquele que comportaria as organizações que visam a benefícios

coletivos¹⁶ (embora não sejam governamentais) e possuem natureza privada (embora não tenham o objetivo de obter lucro).

Muitos autores têm se apoiado na definição de Salamon e Anheier (1997), aqui citados através de Silva e Aguiar (2005), que porém, possui uma limitação analítica por seu caráter eminentemente estrutural e operacional, não contendo elementos que permitam identificar como as organizações se colocam frente aos movimentos de resistência contra os efeitos destrutivos da globalização econômica e do capitalismo liberal. Segundo os referidos autores, os critérios de definição dessas organizações expressam-se a partir de cinco características:

Estruturadas: possuem certo nível de formalização de regras e procedimentos, ou algum grau de organização permanente. São, portanto, excluídas as organizações sociais que não apresentem uma estrutura interna formal.

Privadas: estas organizações não têm nenhuma relação institucional com governos, embora possam dele receber recursos.

Não distribuidoras de lucros: nenhum lucro gerado pode ser distribuído entre seus proprietários ou dirigentes. Portanto, o que distingue essas organizações não é o fato de não possuírem “fins lucrativos”, e sim, o destino que é dado a estes, quando existem. Eles devem ser dirigidos à realização da missão da instituição.

Autônomas: possuem os meios para controlar sua própria gestão, não sendo controladas por entidades externas.

Voluntárias: envolvem um grau significativo de participação voluntária (trabalho não-remunerado). A participação de voluntários pode variar entre organizações e de acordo com a natureza da atividade por ela desenvolvida. (SILVA E AGUIAR, 2005, p.28).

No caso brasileiro, estes critérios correspondem a três figuras jurídicas dentro do novo Código Civil: associações, fundações e organizações religiosas e são classificadas a partir de um código de “Natureza Jurídica iniciado por 3, que designa as “Entidades sem Fins Lucrativos, que, segundo a composição da Tabela de Natureza Jurídica 2002, compõe-se de 14 categorias¹⁷.

Essa definição tem sido adotada por diversas instituições que promovem pesquisas e estudos sobre o setor, em particular citamos o Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETS) da Fundação Getúlio Vargas, que desenvolve o Projeto “Mapa do 3º Setor”, e o IBGE / IPEA que realizou em 2004 o estudo “As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil – 2002”, que discutiremos em capítulo mais adiante.

¹⁶ Importante ressaltar que os “benefícios coletivos” que caracterizam as ações do Terceiro Setor são diferentes de “benefícios públicos”. Muitas organizações do Terceiro Setor promovem benefícios coletivos privados, ou seja, promovem e ou defendem interesses de um número restrito de pessoas. Ex.: os sindicatos e associações de classe, grupos étnicos, segmentos específicos da sociedade.

¹⁷ 303-4: Serviço Notarial e Registral (Cartório); 304-2: Organização Social; 305-0: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); 306-9: Outras Fundações Mantidas com Recursos Privados; 307-7: Serviço Social Autônomo; 308-5: Condomínio em Edifícios; 309-3: Unidade Executora (Programa Dinheiro Direto na Escola); 310-7: Comissão de Conciliação Prévia; 311-5: Entidade de Mediação e Arbitragem; 312-3: Partido Político; 313-1: Entidade Sindical; 320-4: Filial, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeira; 321-2: Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior; e, 399-9: Outras Formas de Associação.

Fernandes (1994), citado por Silva e Aguiar (2005), na mesma linha e com a mesma limitação política e conceitual, define o Terceiro Setor como “um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos”, e elaborou o seguinte quadro explicativo:

QUADRO 1 – Ações Caracterizadoras dos Setores Público, Privado e do Terceiro Setor

Combinações resultantes da conjunção entre o público e o privado				
AGENTES		FINS		SETOR
Privados	⇒	privados	=	Mercado
Públicos	⇒	públicos	=	Estado
Privados	⇒	públicos	=	Terceiro Setor
Públicos	⇒	privados	=	(Corrupção)

FONTE: Fernandes (1994), apud Silva e Aguiar (2005).

O termo “Organização Não Governamental” surgiu pela primeira vez na ONU, após a Segunda Guerra Mundial, para designar organizações supranacionais que não foram estabelecidas por normativos ou acordos governamentais. No estudo realizado pelo Senado Federal em 1999, citado pela ABONG (2004, p. 3)¹⁸, “ONG seria um grupo social organizado, sem fins lucrativos, constituído formal e autonomamente, caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições de cidadania”.

Numa perspectiva não instrumental e sim política, para o sociólogo Herbert de Souza (Betinho), “uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia – liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade...” (ABONG, 2005, p. 3)

Rivera utiliza a terminologia “organizações civis”, com um sentido semelhante, ao nos apresentar e articular as contribuições de outros autores que tecem as seguintes definições:

La noción de organismos civiles comparte con el anterior concepto la idea de permanencia, autogobernabilidad y no lucratividad, pero subraya el carácter deliberado de la acción a favor de causas sociales que se juzgan justas (Canto, 1997). (...)

Así, por ejemplo, Luis Lópezllera las define como ‘...un conjunto de instituciones, asociaciones, grupos, equipos que se dedican a promover a la población mayoritaria, especialmente la de escasos recursos en vista de mejorar sus niveles de vida y su situación estructural dentro de la sociedad.’ (Foro de Apoyo Mutuo, 1995, pp.8-9). Por su parte, Miguel Concha dice que las organizaciones civiles son ‘agrupaciones no lucrativas, más o menos pequeñas, integradas por personas que idealmente deben ser completamente independientes de las instituciones gubernamentales o partidarias’. Agrega que las organizaciones civiles ‘han venido a sustituir las antiguas vías a través de las cuales se canalizaban las demandas y se han convertido en el canal idóneo por medio del cual la

¹⁸ Publicação: Ação das ONGs no Brasil: perguntas e respostas, p. 3 (Cartilha).

sociedad se comunica con... el gobierno y la sociedad' . (Ibid, 1995, p. 16, apud RIVERA, 1998, p. 5.)

Podemos, no entanto, observar alguns consensos em termos das definições de “organização não governamental” ou “organizações civis”, em torno das seguintes idéias: de autonomia em relação ao Estado; de sua finalidade pública; da não lucratividade e da atuação voltada para o bem comum. Observa-se também a atribuição a essas organizações do papel de *advocacy*¹⁹ dos desfavorecidos ou excluídos.

Um outro conceito que vem assumindo um lugar central no debate em questão, e que dá nome a um campo social de limites igualmente tênues, quanto ao entendimento de quem de fato dele participa, é o conceito de sociedade civil. Este ganha significações bastante diversas e pendulares conforme o contexto histórico do debate, as visões e projetos dos sujeitos que sobre o tema discorreram, ou com ele se identificam.

Tem-se, portanto, um debate em curso, que explicita a multiplicidade de visões e percepções do sentido e do lugar da sociedade civil, diante de um cenário de capitalismo globalizado, bem como de processos de ampliação da democracia e de mobilização social em torno de uma pauta multicultural dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que há um distanciamento das formas de organização política tradicionais.

Algumas abordagens e visões já buscam perceber a diversidade e multiplicidade existentes dentro da sociedade civil no contexto atual, em que esta assume uma face bastante complexa, bem como entender os seus significados. Essa complexidade aparece em distintas dimensões: no aspecto físico-espacial, assumindo uma dimensão global; no aspecto dos interesses, salientando-se ainda mais como campo de disputa de projetos societais emancipatórios e de dominação; no aspecto de seus sujeitos, evidenciando suas diferenças e singularidades e conseqüentemente sua segmentação e pluralidade de identidades; no aspecto de seus papéis, conformando novas concepções alternativas de globalização, de multiculturalismo, de democracia participativa, de relação com o Estado; em relação às suas práticas, assume um caráter gerencial e pouco politizado, ou projetos alternativos e práticas emancipatórias.

Assim sendo, tem-se que, dois projetos antagônicos, apresentam uma mesma demanda por uma sociedade civil ativa. Porém, adverte Dagnino (2004), trata-se de uma unidade de discurso, apenas aparente, que procura criar a ilusão de que falam da mesma coisa. Enquanto o projeto do

¹⁹ **Advocacy** – “Advocacy” não significa advocacia, e sim suscitar temas em fóruns públicos e oferecer informação para um amplo leque de formadores de opinião e responsáveis pela tomada de decisões. O objetivo é gerar entendimento do assunto. O trabalho de “advocacy” pode compreender o lobby, que é tentar convencer uma audiência definida, normalmente parlamentares, a apoiar determinados aspectos doutrinários e linhas de ação. Fonte: Glossário de Termos Técnicos para o Terceiro Setor / CNEP (www.amcham.com.br)

capitalismo neoliberal precisa de uma sociedade disposta e preparada para fazer par com o Estado mínimo, assumindo assim parte importante de suas prerrogativas sociais, o projeto alternativo da emancipação trabalha para uma sociedade civil que participe de uma ampliação da democracia, na perspectiva de uma “participação solidária”, de caráter cosmopolita.

Dagnino (2004) chama nossa atenção, portanto, para o que identifica como “aparentes coincidências no nível do discurso” que escondem as distinções e divergências fundamentais entre esses projetos. “Assim essa ‘confluência perversa’ determina um obscurecimento dessas distinções e divergências, por meio de um vocabulário comum e de procedimentos e mecanismos institucionais que guardam uma similaridade significativa.” (DAGNINO, 2004, p. 99)

Para compreender os sentidos dos sentidos atribuídos à noção (ou noções) de sociedade civil, bem como distinguir os sinais de manifestação dos seus distintos projetos, realizamos o exercício de identificar, em alguns autores, contribuições que possam nos auxiliar nesse exercício de compreensão.

Segundo Bobbio (1999), a sociedade civil, em Hegel, “constitui o momento intermediário entre a família e o Estado”, sendo também a esfera das relações econômicas, o espaço de formação das classes, bem como dos mecanismos de regulação externos, orientados pelo Estado liberal (administração da justiça e o ordenamento administrativo e corporativo):

[...] a sociedade civil de Hegel, ao contrário da sociedade desde Locke até os fisiocratas, não é mais o reino de uma ordem natural, que deve ser libertada das restrições e distorções impostas por más leis positivas, mas, ao contrário, o reino ‘da dissolução, da miséria e da corrupção física e ética’²⁰, reino esse que deve ser regulado, dominado e anulado na ordem superior do Estado. (BOBBIO, 1999, p. 52)

Embora Hegel reconheça a sociedade civil como essa esfera que intermediaria as relações econômicas, de um lado, e a vida privada e a pública, de outro lado, coloca o Estado como o *locus* do poder de regulação e dominação geral sobre a vida social e privada, a instância que conteria o conteúdo ético necessário para essa regulação.

Para Marx, como em Hegel, a sociedade civil estaria situada no momento das relações econômicas, porém Marx diverge do segundo, quando considera que essas relações “precedem e determinam o momento político”. A sociedade civil “constituiria uma esfera não estatal de influência que emerge do capitalismo e da industrialização.” (VIEIRA, 2001, p.36), sendo no âmbito das relações econômicas (estruturais) que se encontraria o elemento decisivo:

[...] as relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito

²⁰ G. W. F. Hegel, Philosophie des Rechts, § 185. Nota citada por BOBBIO.

humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de ‘sociedade civil’²¹ [...] a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. [...] A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1978, p. 129).

No século XX, o conceito de sociedade civil esteve fortemente associado às elaborações de Antonio Gramsci, que, dialogando com Marx e Hegel, elabora seu conceito de sociedade civil, colocando-a como momento ativo e decisivo do processo histórico e em relação ao Estado, que comporta justamente o equilíbrio entre duas esferas principais, a “sociedade política” e a “sociedade civil”. A primeira, é formada pelo conjunto de mecanismos legais e burocráticos de repressão e coerção, com os quais a classe dominante impõe seu poder. A segunda,

a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 2003, p. 127)

A idéia de sociedade civil, em Gramsci, está associada a um outro conceito que ganha relevância em sua obra, que é o conceito de hegemonia, enquanto uma direção consensual, resultado de uma solidariedade com outras lutas, construída através do diálogo, entendida como a “capacidade que um grupo tem de dirigir eticamente e estabelecer um novo campo de liderança.” (NOGUEIRA, 2003, p. 185).

Uma vez que elabora sua idéia de hegemonia, como resultado do diálogo e da construção de consensos pela persuasão, isto pressupõe também “a construção de um universo *intersubjetivo* de crenças e valores” (COUTINHO, 2003, p. 116)

Neste contexto, o Estado é concebido como “expressão jurídica de uma comunidade politicamente organizada como condensação política das lutas de classes ou como aparato de governo e intervenção” (COUTINHO, 2003, p. 191).

Para Gramsci, sociedade civil se constitui num conceito complexo e sofisticado que interage com a realidade social contemporânea, configurando-se em um projeto político transformador dessa

²¹ Nota do Tradutor: A sociedade civil é o campo onde os indivíduos, como pessoas privadas, buscam a satisfação dos seus interesses. Marx, ao contrário, distingue a concepção hegeliana de sua própria: a ‘sociedade civil’ corresponde ao nível onde se dá ‘o relacionamento entre os possuidores de mercadorias’, as ‘relações materiais da vida’ ou o ‘metabolismo social’. Ela constitui a anatomia ou a base da estrutura social. Mas a sociedade burguesa (o termo alemão é, também, como se viu, *bürgerliche Gesellschaft*) reúne, para Marx, não somente o modo burguês de produção como também as relações jurídicas, o Estado burguês, etc., que implica. Em sua realidade histórica, a *bürgerliche Gesellschaft* é a sociedade capitalista, com todas as suas formações sociais que lhe são próprias. (p. 129)

realidade, tendo como uma de suas virtudes a relação que estabelece entre política e cultura. Na visão gramsciana, esse “projeto político” indicaria “um conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade.” (DAGNINO, 2004, p. 98).

A sociedade civil não é apenas um campo de iniciativas privadas, mas tem uma “função estatal”, na medida em que se coloca como “hegemonia política e cultural de um grupo sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2000, p. 225, citado por NOGUEIRA, 2003, p. 186-187). Esta sociedade civil estaria disposta a construir um projeto societal mais amplo e de disputa do poder, com vistas a mudar (conquistar) o Estado, as relações sociais e as regras da macroeconomia capitalista, tal como temos hoje.

Esse debate clássico sobre o lugar e as diferentes formatações da sociedade civil constituiu-se em referência essencial para o seu ressurgimento, a partir da segunda metade do século XX, em particular nos anos 80. Igualmente, esta discussão ganha novos contornos e possibilidades, assim como novas interfaces, reconhecendo as “complexidades e interdependências” entre os muitos campos e esferas pública e privada nas quais transita.

Segundo Nogueira (2003, p. 186), “convivemos hoje com diferentes conceitos de sociedade civil, estruturados a partir de distintos programas de ação e influências teóricas. Flutuamos entre esses conceitos, tanto no plano teórico como no mais imediatamente político”. Também Alberto Rivera ressalta essa multiplicidade de dimensões e campos de atuação e influência, aderindo à tese de que

[...] la sociedad civil tendría dos componentes principales: por un lado, el conjunto de instituciones que definen y defienden los derechos individuales, políticos y sociales de los ciudadanos y que propician su libre asociación, la posibilidad de defenderse de la acción estratégica del poder y del mercado y la viabilidad de la intervención ciudadana en la operación misma del sistema; por otra parte, estaría el conjunto de movimientos sociales que continuamente plantean nuevos principios y valores, nuevas demandas sociales, así como vigilan la aplicación efectiva de los derechos ya otorgados. Tendríamos así que la sociedad civil contendría un elemento institucional definido básicamente por la estructura de derechos de los Estados de Bienestar contemporáneos, y un elemento activo, transformador, constituido por los nuevos movimientos sociales (ARATO, 1994, citado por RIVERA, 1998, p. 7)

Dado todo o período de ditadura vivido no Brasil e o contexto de confronto entre Estado e movimentos sociais que lutavam pela redemocratização do país, no período compreendido entre os anos 1960 e 1980, observa-se um forte sentimento por parte da sociedade civil de se diferenciar do Estado, associado apenas à idéia da coesão, da força e da violência, sob o domínio de uma burguesia conservadora e da força militar. Nessa perspectiva, a sociedade civil é tratada como uma esfera separada do Estado e do mercado, autônoma, de caráter criativo e contestador.

Segundo Coutinho (1999), essa idéia de separação foi particularmente forte não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Os conceitos de sociedade civil formulados naquele momento, ressalta

o autor, assumiram “traços de uma dicotomia radical e maniqueísta, na qual tudo o que provinha da sociedade civil era visto de modo positivo, enquanto tudo o que dizia respeito ao Estado aparecia marcado como sinal fortemente negativo”.

Esta postura permitiu a apropriação desta dicotomia, pelos defensores das políticas neoliberais (parte do Consenso de Washington), que a utilizaram para ‘demonizar’ o Estado, associando-o à ineficiência, corrupção, ao desperdício e, assim, justificando a sua redução.

Em tempos recentes, observa-se novamente uma reconceitualização e re colocação da sociedade civil em sua relação com o Estado e o mercado, e novos conceitos têm emergido:

Transitou-se assim de uma imagem de sociedade civil como palco de lutas políticas e empenhos hegemônicos, para a imagem que converte a sociedade civil ou em recurso gerencial – um arranjo societal destinado a viabilizar tipos específicos de políticas públicas –, ou em fator de reconstrução ética e dialógica da vida social (NOGUEIRA, 2003, p. 187).

O contexto de uma sociedade civil enquanto recurso gerencial, é configurado pela separação da pauta do social em relação à política, passando o social a ser tratado como uma questão técnicagerencial. Em conseqüência, observa-se amplos segmentos da sociedade civil assumindo (conscientemente ou não) a execução de políticas públicas e a assistência social, atribuições constitucionalmente atribuídas ao Estado.

A criação do Conselho da Comunidade Solidária, no ano de 1995, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi uma das muitas estratégias de constituir uma ponte institucional que possibilitasse a “parceria” entre governo e sociedade civil na execução de políticas sociais, inclusive criando os mecanismos para a transferência de recursos públicos para essas instituições.

Dagnino (2004, p. 102), ao discutir o que chama de “deslocamento do sentido da sociedade civil”, comenta que a criação desse Conselho é a expressão de um “deslocamento no sentido de representatividade”, que “não é obviamente inocente em suas intenções nem em suas conseqüências políticas.” A participação da sociedade civil nesse espaço interinstitucional se dá por meio de convites a indivíduos “com alta visibilidade na sociedade, artistas de televisão, pessoas que escrevem com freqüência na mídia impressa, etc.”; haveria, aí, continua a autora, um entendimento particular de representatividade, “associado a visibilidade social”. Utilizando uma linguagem de Gramsci, seria uma expressão do “transformismo molecular”²², que incorpora alguns intelectuais e personalidades políticas, muitas vezes de forma isolada, dos grupos e segmentos dos quais participavam.

Podemos interpretar essas iniciativas como parte das prescrições do Consenso de Washington para instalação do Estado mínimo, sendo, o exemplo acima, uma intervenção estatal, na

²² Coutinho, 1998, p.114, in: Coutinho, CN, Nogueira, M. A .

qual “o Estado tem de intervir para deixar de intervir, ou seja, tem de regular sua própria desregulação.” (SANTOS, 2002, p. 38)

Como reflexo da prevalência e absorção cultural do modelo neoliberal, conformou-se uma sociedade civil despolitizada, como expressão do que Nogueira chama de “uma solidariedade comunitária”, corporativa, que configura uma “trincheira para proteger o indivíduo e as associações voluntárias contra o Estado” (NOGUEIRA, 2003, p. 189). O autor chama a essa configuração de ‘sociedade civil liberista’, “nela o mercado comanda: a luta social faz-se em termos competitivos e privados, sem maiores interferências públicas ou estatais [...] essa sociedade civil vê-se como um ‘setor público não-estatal’ ”.

Neste modelo não há lugar para a questão da hegemonia, pois seus sujeitos não têm a pretensão de conquista do Estado, não questionam o *status quo*, nem as causas estruturais da pobreza; atuam na defesa de interesses corporativos, segmentados e egoísticos, desprovidos de uma “sensibilidade solidária”, que necessariamente envolve laços sociais e afetivos mais amplos e profundos e uma intervenção social estruturante.

Seus personagens típicos são aqueles que se organizam em torno da assistência social, em particular nas situações de calamidades e catástrofes, e no plano do voluntariado e da responsabilidade social empresarial. O modelo de Estado que corresponde a essa ‘sociedade civil liberista’ é o Estado mínimo, representativo e burocráticogerencial.

Um outro autor que tem observado a complexidade e multiplicidade de sujeitos sociais, contidos na sociedade civil, é o sociólogo François Houtart ²³, um dos formuladores do Fórum Social Mundial. Houtart (2001) também identifica a existência de diferentes concepções de sociedade civil que são igualmente expressões da sua multiplicidade interna, denominando-as: a concepção burguesa, a angélica e a analítica popular.

Na versão *burguesa* de Houtart, a sociedade civil seria um lugar de desenvolvimento das liberdades individuais, do exercício, por exemplo, “da liberdade de empresa”. Nessa concepção, o papel do Estado se limitaria “a organizar a regra do jogo e a da caridade²⁴”: “Trata-se de valorizar a rede de instituições que fazem a trama: os aparelhos ideológicos, as organizações voluntárias, dando-lhes um estatuto privado. Isto permite canalizar institucionalmente a demanda social dos grupos e das classes fragilizadas e de fragmentá-las. (HOUTART, 2001, p.2).

Ressalta ainda que o processo de cooptação de certos segmentos da sociedade civil, em particular de “certas organizações voluntárias, religiosas ou laicas”, para o desenvolvimento de ações de atenuação da pobreza, passa principalmente por uma “construção cultural” da ordem do mercado,

²³ Em conferência ministrada no Fórum Social Mundial, edição de 2001.

²⁴ Houtart, citando Michel Camdessus.

que se tornou uma norma universal de funcionamento das relações humanas. Essa construção permite deslocamentos do foco, pela despolitização e tecnificação do debate em torno da questão da pobreza e da desigualdade social e econômica:

O resultado é uma série de deslocamentos: do político ao mercado, do desenvolvimento para o crescimento, do cidadão ao indivíduo consumidor, do engajamento político aos referentes institucionais culturais (etnia, gênero, religião,...). A sociedade civil se despolitiza, pois, perante o mercado, a política torna-se cada vez mais virtual. Os movimentos sociais procuram sua identidade exclusivamente no seu próprio campo, em ruptura com a tradição política. As ONGs desenvolvem uma ideologia agressivamente anti-Estado. Os movimentos religiosos se multiplicam centrados sobre a salvação individual e desprovidas de proteção social. (HOUTART, 2001, p. 2).

Sobre essa construção social e cultural da ordem do mercado, Santos alerta para o perigo real da emergência do que chama de “fascismo social”, “um conjunto de processos sociais mediante os quais grandes setores da população são irreversivelmente mantidos no exterior ou expulsos de qualquer tipo de contrato social. [...] o melhor exemplo são os jovens dos guetos urbanos das grandes cidades, [...]” (SANTOS, 2006, p. 192-193).

A segunda tipificação de Houtart é a concepção “angélica” de sociedade civil, que seria composta pelas organizações e grupos sociais, geralmente fragilizados na sociedade atual, por alguns segmentos das ONGs, setores não mercantis da economia e pelas instituições de interesse comum, educativas e de saúde, ou seja: “da organização de todos os cidadãos que querem o bem”. Estes, segundo o autor, conseguem até conduzir alguns combates sociais, denunciam alguns abusos do sistema, mas não chegam a uma crítica mais profunda de sua lógica. “Sendo assim torna-se facilmente receptáculo das ideologias liberais anti-Estado, anticlasses, culturalistas, utópicas no sentido negativo da palavra, enfim, encontra, sem saber, a concepção burguesa da sociedade civil e se transformam.” (HOUTART, 2001, p. 3).

Poderíamos situar a sociedade civil angélica de Houtart, considerando o aspecto de sua baixa capacidade de formulação política, gerencial e de crítica ao sistema hegemônico, numa posição intermediária entre duas das configurações apresentadas por Nogueira: a sociedade civil liberista e a sociedade civil social, que descreveremos mais adiante.

A segunda configuração típico-ideal de sociedade civil, apresentada por Nogueira, é a ‘sociedade civil político-estatal’. Baseada na concepção gramsciana de sociedade civil, na qual observamos as idéias de hegemonia e consenso fortemente colocadas. Esta configuração permite a expansão das individualidades e singularidades dos distintos movimentos sociais, mas, ao mesmo tempo, busca promover iniciativas agregadoras e unificadoras de caráter superior e estruturante. “Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci esclareceu que o ato de governar continuaria a buscar o ‘consenso dos

governados', mas não apenas como 'consenso genérico e vago' que 'se afirma no instante das eleições', e sim como 'consenso organizado' "(NOGUEIRA, 2003, p. 190).

Essa sociedade civil teria sua base no associativismo, porém um associativismo organizado politicamente, enquanto 'ética do coletivo'. Nessa concepção, esclarece Nogueira:

A política é entendida como fator de mediação, um campo onde se combinam atos, regras e instituições voltadas para a conquista do poder, da direção e da liderança, bem como para a organização dos interesses e da própria vida comum, que se destinava a viabilizar uma integração da virtude privada e da virtude pública, dos interesses particulares e da vontade geral, do Estado e da sociedade, em suma, a possibilitar uma dissolução das distinções entre governantes e governados, 'simples' e intelectuais (Tortorella, 1998)" (NOGUEIRA, 2003, p. 191).

É portanto diferente da visão liberista que se apóia justamente num comunitarismo e associativismo espontâneo e desorganizado.

A idéia da sociedade civil gramsciana se fundamenta no "campo dos esforços sociais dedicados a organizar politicamente os interesses de classe [...] e projetá-los em termos de ação hegemônica" (NOGUEIRA, 2003, p. 190), que se viabiliza também através do Estado. Trata-se de um espaço de elaboração e viabilização de projetos globais de sociedade, formulados numa perspectiva ético-política. Uma vez que busca a conquista do Estado, avalia o autor, teria uma "maior capacidade de processar e articular demandas, maiores oportunidades de interferir na vida coletiva como um todo, eleger ou combater governos".

A sociedade civil político-estatal (gramsciana) não se sustenta fora do campo do Estado ou em oposição a ele, mas sim numa relação dialógica com este. Ou seja, o Estado e a sociedade civil são produzidos pelos mesmos processos políticos (SANTOS, 2003, p. 430).

O modelo de Estado correspondente seria o Estado ampliado ou máximo, democrático e participativo. Seus personagens típicos são os partidos políticos, sindicatos e outras representações e movimentos que tradicionalmente se propõem a pensar novos modelos de sociedades: "nela [na sociedade civil político-estatal] podem se articular movimentos que apontam seja para a construção de hegemonias, seja para o controle e o direcionamento dos governos, seja para a regulação estatal e o delineamento de soluções positivas para os problemas sociais." (NOGUEIRA, 2003, p. 192).

Na terceira tipologia de Houtart, que concebe a sociedade civil como *analítica* ou *popular*, o autor atribui à palavra "analítica" o sentido de uma leitura da sociedade civil em termos de relações sociais, que por si mesma (a própria leitura) é um ato político. Assim como Nogueira, Houtart destaca o risco de fragmentação das lutas e movimentos sociais, considerando que estes enfrentam um capitalismo virtualizado e difuso, em função, dentre outros fatores, dos avanços nas tecnologias de comunicação e informação que estabeleceram novas relações de espaço-tempo:

Esse fenômeno afeta as modalidades das lutas sociais [...] grupos sociais fragilizados pelo sistema econômico e que reagem em função de sua casta (os Dalis na Índia), de sua etnia, de seu gênero, sem fazer a ligação com as lógicas econômicas que estão na fonte de sua precariedade. As lutas particulares se multiplicam, mas a maior parte do tempo elas permanecem fragmentadas geograficamente ou setorialmente, face a um adversário cada vez mais concentrado (HOUTART, 2001, p. 3).

Destaca, por outro lado, que nesse mesmo espaço-tempo observa-se também o desenvolvimento de uma consciência social mais aprofundada e universalizante, na medida em que existe uma “sociedade civil popular” composta também por grupos sociais desfavorecidos ou oprimidos que, vivenciando e reconhecendo as causas de sua pobreza e exclusão, passam a se constituir numa base da resistência, que “reivindicam um espaço público organizado ao serviço do conjunto dos seres humanos e não de uma minoria.” (HOUTART, 2001, p. 3).

Numa linha de reflexão semelhante, Nogueira apresenta sua terceira configuração típico-ideal que a nomeia como sociedade civil *social*. Uma extensão crítica do conceito gramsciano do ponto de vista ético, mas que em alguns aspectos se aproxima da configuração liberista, por valorizar a idéia de uma sociedade civil em si, isto é, como uma esfera própria, autônoma, em relação ao Estado e ao mercado.

Nessa configuração, a política tem lugar de destaque, mas não se apresenta como expressão do poder, de dominação ou de hegemonia, mas sim convertida em uma ética. O foco da crítica é o sistema (entendido em sua dimensão global), sem, porém, se dispor a lutar ou criar governos alternativos. Muitas vezes exclui a luta institucional atuando “no campo da contestação ao sistema, mas não de governo do sistema”. Ou seja, não existe a intenção de mudar as estruturas produtivas, se limitando a reivindicar uma nova estrutura distributiva das riquezas, para diminuição das desigualdades, uma vez que a crítica ao sistema capitalista se dilui em muitas lutas localizadas, setorializadas e segmentadas, diluindo-se também o sentido da luta de classes, que, porém, não deixa de existir.

Kurz (1996, p. 68) contribui para a compreensão da nova dimensão da luta de classes, ao chamar a nossa atenção para percebê-la para além do conflito capital/trabalho, mas enquanto “contradição entre ‘produção social’ e ‘apropriação privada’ ”, contradição que estaria presente em todas as questões atuais, quais sejam: gênero, etnia/raça, geração, centro/periferia, dentre outras.

Os personagens típicos da sociedade civil social são os sujeitos que atuam na fronteira do Estado, numa perspectiva supra-institucional e supranacional: os novos movimentos sociais, centrados na vocalização de lutas não “materiais”, ou seja, como movimentos multiculturais e de “políticas de identidade”: raça/etnias, religiosas, culturais, de gênero, dentre outras. Atuam, em sua maioria, em rede, muito embora nem sempre com regularidade ou hierarquias organizacionais definidas. Ou seja, são os sujeitos e movimentos sociais antiglobalização hegemônica, proponentes de um projeto

emergente de uma sociedade civil global, em cujo projeto ensaiam-se as idéias de uma “cidadania global” e de uma “democracia cosmopolita” (VIEIRA, 2001, p. 28).

O modelo de Estado correspondente é um Estado Cosmopolita: territorialmente desenraizado, voltado para a proteção dos direitos de cidadania, concebidos para atuar em escala supranacional e qualificado técnica e politicamente para impor limites e restrições ao mercado.

Podemos encontrar uma correspondência entre a atuação destes sujeitos, tanto a sociedade como o Estado Cosmopolita, no contexto de viabilização das formas de globalização da resistência às formas hegemônicas de globalização formuladas por Boaventura Santos. Essa resistência, como propõe Santos (2002, p. 67), se daria pela organização e ampliação de movimentos e organizações nas periferias do mundo, constituição de redes de solidariedade transnacionais – que articulem tanto o Sul como o Norte –, a articulação internacional dos trabalhadores, lutas multiculturais de caráter internacional (movimento feminista, indígena), enfim, a articulação e sinergia entre as lutas locais e globais. A essa forma de resistência, Santos chama de *Cosmopolitismo*.

A outra forma de globalização contra-hegemônica que poderia se alimentar dessas formas de sociedade e Estado cosmopolita, é o que Santos (2002, 2003) denomina de *Patrimônio Comum da Humanidade*, que seriam as lutas pela proteção e desmercadorização dos recursos essenciais à vida humana e do planeta e que só podem ser garantidas em escala planetária; são as lutas mobilizadas pelos “temas que só fazem sentido em relação ao globo na sua totalidade: a sustentabilidade da vida humana na Terra, por exemplo, ou temas ambientais como a proteção da camada de ozônio.” (2003, p. 437).

O *cosmopolitismo* e o *patrimônio comum da humanidade*, como sintetiza Santos (2002, p. 71), são expressões de uma “globalização política alternativa” que vem se estruturando, mas que ao mesmo tempo sofre fortes investidas das formas de globalização hegemônica é um movimento emancipatório cujo futuro ainda é incerto, mas que, sendo observada pelas lentes fornecidas por uma “leitura paradigmática”²⁵ da realidade atual, pode ser interpretada como “a inauguração de uma nova era de solidariedade global ou até mesmo cósmica.” (SANTOS, 2002, p.94).

Nogueira, porém, observa certa fragilidade na sociedade civil social e no correspondente modelo de Estado, posto que, dada sua configuração pouco estruturada, pode ter uma baixa capacidade de intervenção nos espaços institucionais e na organização das lutas mais concretas, portanto, com poucas chances de se efetivar enquanto um projeto político viável. “Age-se para

²⁵ “[...] Os atores que privilegiam a leitura paradigmática tendem a ser mais apocalípticos na avaliação dos medos, riscos, perigos e colapsos do nosso tempo e a ser mais ambiciosos relativamente ao campo das possibilidades e escolhas históricas que está a ser revelado.” (SANTOS, 2002, p. 94), Essa leitura se contrapõe à leitura subparadigmática que considera as atuais transformações globais na economia, na política e na cultura apenas como uma turbulência temporária e um caos parcial que acompanharia normalmente qualquer mudança nos sistemas rotinizados. (Idem, ibdem)

contestar o poder e o sistema, mas não para articular capacidades de direção ético-política ou fundar novos Estados.” (NOGUEIRA, 2003, p. 194).

As investidas neoliberais para redução e enfraquecimento do Estado-nação também ameaçam esse projeto de um Estado Cosmopolita, pois minam, justamente, os mecanismos e o poder de regulação estatais, o que ameaça a concretização da idéia de uma cidadania global. Para Vieira (2001), a cidadania clássica, “definida no interior de um Estado territorial, afigura-se marginal a essa agenda, que expressa, de certa forma, a necessidade de enfrentar a globalização econômica no plano global, isto é, além das fronteiras territoriais do Estado-nação.” (VIEIRA, 2001, p. 28)

Todas essas visões e concepções de sociedade civil, aqui apresentadas, cabem na realidade contemporânea, convivem e disputam espaço social. Na verdade, elas espelham essa realidade, em sua diversidade de interesses e valores, muitas vezes antagônicos, que trazem consigo os projetos políticos e sociais que lhes são correspondentes. Muitos dos movimentos ou ações que se vinculam a essa “sociedade civil” ou ao chamado “Terceiro Setor” que, em última instância, faz parte da sociedade civil – hoje bem numeroso, diversificado e ideologicamente plural – transitam com bastante desenvoltura por essas distintas configurações de sociedade civil.

Vale salientar que as visões e concepções, aqui apresentadas, têm como propósito construir algumas referências que permitam a identificação e compreensão dos aspectos caracterizadores das distintas posições das organizações, bem como as suas singularidades e identidades. São estes elementos que vão possibilitar a caracterização e análise das organizações, ora cartografadas, no sentido de nos possibilitar a visualização das possíveis tendências, a partir de uma leitura paradigmática, que se constituem com leituras alternativas.

A sociedade civil, portanto, é um campo de interesses múltiplos que se contrapõem. Não é uma área ou campo social homogêneo, organizado exclusivamente pelos bons valores ou pelos interesses mais justos e éticos, mas um terreno que também abriga interesses escusos, idéias perversas, valores egoísticos e corporativos. Ou seja, reflete os campos de interesses e conflitos existentes na sociedade. “Cohen y Arato señalan que los movimientos e instituciones de la sociedad civil pueden localizarse tanto en la esfera privada como en la pública y estar vinculados al mercado y al Estado como puntos de contacto entre los subsistemas y la sociedad misma”. (RIVERA, 1998, p. 7)

Estes movimentos e instituições da sociedade estariam, portanto, sendo social, política e culturalmente influenciados pelos processos de globalização hegemônicos e contra-hegemônicos, transitando e atuando em distintos campos e assumindo diversos papéis: ora como braço social do mercado, ora como formas de resistência e de solidariedade contra a exclusão social.

Para além dos aspectos de sua institucionalidade e *locus* de existência (local ou global), a ação da sociedade civil é reconhecidamente importante nos processos e movimentos para os avanços sociais e políticos, em direção à emancipação social. Uma sociedade civil fraca ou cooptável deixa-se dominar pelos interesses do mercado e do Estado, nem sempre comprometidos com a promoção dos direitos humanos e com uma redistribuição social da riqueza.

Por outro lado e simultaneamente, pelo fortalecimento e consolidação da democracia participativa também observamos o crescimento de uma sociedade civil social e politicamente mais ativa e plural, que se organiza para reivindicar e formular políticas públicas e denunciar os fracassos do modelo liberal e suas conseqüências.

As distintas formas de atuação e de bandeiras de luta, presentes na sociedade civil, que se expressam, a partir dos anos 1990, são inquestionavelmente importantes para a conquista de justiça social e distributiva, para a paz e o bem comum. Porém, frente ao cenário atual, controverso e complexo, ainda não estão definidos os alcances que terão, uma vez que vivemos num momento marcado, com o que Santos (2005a) denomina de ausência de teoria, e portanto de uma “transição paradigmática”.

A “leitura paradigmática” sustenta que, entre o final dos anos 1960 e o início da década de 1970, o sistema mundial viveu uma “crise final da qual emergirá um novo paradigma social.” Estaria ocorrendo um colapso nos mecanismos de ajustamento estrutural do sistema, o que abre a possibilidade de novas experimentações sociais e para “escolhas históricas reais”, cujos resultados não são ainda previsíveis.

Essa crise, avalia Santos (2002, p. 92), nos países centrais assume a configuração de uma “dupla crise do regime de acumulação e do modo de regulação.” Por sua vez, parece ser o reflexo de uma crise muito mais profunda, “uma crise civilizatória ou epocal”.

A leitura paradigmática se contrapõem a uma leitura subparadigmática que avalia o momento atual como mais um processo de adaptação e ajustamento estrutural, não havendo sinais de que estaríamos vivendo um momento de transição entre regimes de acumulação (um “pós-fordismo”).

O debate que se confronta nessas duas leituras, esclarece Santos, tem dois registros principais, um analítico e outro político/ideológico, que colocam em causa “diferentes perspectivas sobre a natureza, o âmbito e a orientação política/ideológica das transformações em curso e, portanto, também das ações e das lutas que as hão de promover ou, pelo contrário, combater.” Santos (2002, p. 93).

A idéia de trazer o presente debate para esta pesquisa tem o propósito de levantar elementos que permitam a percepção da diversidade e singularidade existentes dentro do campo da sociedade

civil, partindo de uma discussão conceitual mais ampla e considerando seus aspectos ético/políticos, a fim de verificar como se manifestam as organizações da sociedade civil que atuam na periferia da periferia do mundo, nosso espaço de pesquisa.

Outrossim, buscamos subsidiar a elaboração do modelo de análise que possibilite identificar os distintos perfis existentes entre as organizações da sociedade civil que atuam com adolescentes e jovens na cidade de Natal.

Numa abordagem mais operacional, apresentamos a seguir uma tipificação elaborada por Rivera²⁶, quanto às formas de associativismo, que consideramos aplicável às organizações da sociedade civil, ora investigadas, no exercício de identificar as singularidades das organizações da sociedade civil que atuam com adolescentes e jovens na região Oeste da cidade de Natal.

Sobre o exercício de analisar e perceber essas singularidades e particularidades Rivera assinala que

la particularidad del tipo de acción que desarrollan los actores de la sociedad civil es que no se sitúa directamente en los campos económico o político, sino que define un campo social propio cuyo eje es fundamentalmente simbólico, y cuyo espacio privilegiado es la esfera pública, es decir, el conjunto de foros donde ideas, valores y principios pueden debatirse (RIVERA, Op. Cit, p. 05).

Em sua proposta de análise, Rivera se apóia na idéia de associativismo civil para referir-se às distintas formas de ação coletiva, que constituem a parte ativa da sociedade. Compreende associativismo como uma prática social e uma tradição cívica, formadora da sociedade civil moderna, e que assume formas de expressão diferentes, a depender do momento histórico ou fase de desenvolvimento do capitalismo mundial, conforme, inclusive, já discutimos em itens anteriores.

O autor identifica nove tipos de associativismos, quais sejam: Associações de caráter econômico/gremial; Associações políticas de tipo formal; Associações Religiosas; Associações políticas de tipo informal; Associações de tipo político/cultural; Associações de Assistência Social Privada; Associações de tipo Cultural; Associações Privadas de tipo Desportivo e Recreativo; e Associações do Tipo Urbano/Gremial. Estas tipologias serão descritas no capítulo III.

Deste modo, pode-se verificar que as contribuições acadêmicas levantadas até o presente momento fornecem subsídios hábeis a uma discriminação e classificação das organizações da sociedade civil, a partir do quadro referencial de conceitos e tipologias construídas, que vão nos permitir a aplicação da nossa cartografia social das organizações da sociedade civil, ora cartografadas,

²⁶ Alberto J. Olvera Rivera, Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales de la Universidad Veracruzana – México. Abril de 1998.

um recurso, como nos diz Santos (2003), para, de um lado, o reconhecimento das diferenças, e de outro, identificar as possibilidades de realização da igualdade pelo que se identifica que pode ser unido.

A contribuição teórica recapitulada nesta breve exposição revela o traço diverso e impreciso do conceito da sociedade civil e das organizações que dela emergem.

Esta imprecisão dos diversos termos que tentam dar nome e qualificar o que pertence ao universo ou campo das organizações da sociedade civil, como “terceiro setor”, “organizações não-governamentais”, dentre outros, revela a face ambígua de sua expressão, a ponto de gerar grande dificuldade de se extrair de sua essência intrínseca um conceito claro, bem como a natureza de sua ação coletiva. Não apenas no universo teórico esta dificuldade se configura, mas também na realidade concreta em que tais organizações se expressam. Esta volatilidade e imprecisão marcam a atuação de muitas organizações de uma certa indefinição, de uma “crise de identidade” quanto à sua natureza, finalidade e forma de se inserir no espaço público, assim como de se relacionar com o Estado, o mercado e a própria sociedade civil.

Para o nosso recorte temático, estas breves conclusões parciais também se aplicam. Ao levantarmos as organizações da sociedade civil que atuam com o público adolescente e jovem no município de Natal, observaremos uma visível e expressiva proliferação de organizações voltadas para fins desta natureza.

Muito embora a questão da adolescência e da juventude mereça pauta prioritária nas agendas de políticas públicas do país, necessário se faz um amadurecimento político de grande parte das organizações existentes, a fim de que atuem na busca de algo que possa efetivar intervenções e transformações estruturantes numa realidade que, conforme breve descrição a seguir, imprime preocupação considerável, por configurar um cenário absolutamente adverso para o desenvolvimento humano e social das pessoas e, em particular, dos adolescentes e jovens.

2 A ADOLESCÊNCIA E A JUVENTUDE NO CENTRO DA CENA GLOBAL E LOCAL: BREVE DIAGNÓSTICO

A questão da juventude – particularmente aquela relacionada ao segmento juvenil pobre, situado nos bairros periféricos das grandes cidades e capitais brasileiras – tem sido, cada vez mais, pauta de estudos, debates e preocupações de amplos setores da sociedade, do Estado e de organismos internacionais. Tais preocupações têm gerado, no âmbito do setor governamental/estatal e da sociedade civil, a realização de diagnósticos, muitas vezes seguidos de intervenções, com vistas a obter subsídios para o processo de definição de “políticas públicas para a juventude”.

Conforme é trazido por Tommazi, a condição juvenil é compreendida como a fase em que os indivíduos vivenciam um período do ciclo de vida, num determinado momento histórico e cenário cultural. É portanto definida como

O tempo em que se completa a formação física, intelectual, psíquica, social e cultural, processando-se a passagem da condição de dependência para a de autonomia em relação à família de origem. (...) Portanto, trata-se de uma fase marcada centralmente por processos de definição e de inserção social. (...) A condição juvenil não pode mais ser compreendida como apenas uma fase de preparação para a vida adulta, embora envolva processos fundamentais de formação. Ela corresponde a uma etapa de profundas definições de identidade na esfera pessoal e social, o que exige experimentação intensa em diferentes esferas da vida. (...) O reconhecimento da especificidade da juventude tem que ser feito num duplo registro: o da sua singularidade com relação a outros momentos da vida e da sua diversidade interna, que faz com que a condição juvenil assuma diferentes contornos. (Projeto Juventude: 2004, Documento de Conclusão do Projeto Juventude, pág. 10). (TOMMAZI, 2004, p. 5)

Em linhas gerais, esses diagnósticos apontam o seguinte cenário: o Brasil possui 33 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, dos quais 80% vivem nas cidades (IBGE, 2000) e 40% vivem nas famílias em situação de pobreza extrema, famílias sem rendimentos ou com até ½ salário-mínimo de renda per capita. Cerca de 17 milhões não estudam. Da parcela dos jovens que estudam, apenas 13,3% conseguiram alcançar o ensino superior. Em relação ao trabalho, 3,7 milhões de jovens encontram-se sem trabalho (PNUD, 2001), representando 47% do total de desempregados do país. Dos jovens inativos, 13,6% não trabalham, não estudam, nem procuram emprego. O desemprego atinge 26,2% dos jovens pobres contra 11,6% entre os ricos.

Embora não exista uma relação linear absoluta entre pobreza e violência, os efeitos desta última geram um ambiente de maior exposição dos jovens a diversos fatores de risco, pela convivência cotidiana com a referida violência (doméstica, abuso e exploração sexual, tráfico de drogas, corrupção policial, violência simbólica), e eles sofrem com as diversas formas de exclusão, preconceitos e rótulos.

Esse ambiente, segundo Castro (2001), facilita a elaboração de sentidos culturais perversos, inclusive com o comprometimento da subjetividade, da criatividade e da disposição para uma cultura de paz. Os jovens respondem com a violência à violência que os atinge. Segundo Miriam Abramovay (2002), “os jovens atualmente são os que mais matam e os que mais morrem”.

Destacamos, a seguir, três gráficos extraídos de uma pesquisa nacional, intitulada Perfil da Juventude Brasileira, que foi desenvolvida dentro do Projeto Juventude/Instituto Cidadania, ilustrando, em síntese, o conjunto de preocupações e expectativas dos jovens em relação às suas vidas e à sociedade em que vivem.

A referida pesquisa fez parte do conjunto de iniciativas que vêm fundamentando o processo de formulação e criação de políticas públicas para a juventude. Foi realizada pela Criterium Assessoria em Pesquisas, no ano de 2003, em áreas urbanas e rurais de todo o território nacional, junto a jovens de 15 a 24 anos, de ambos os sexos e de todos os segmentos sociais²⁷.



GRÁFICO 1 – Melhores coisas de ser jovem – síntese

Fonte: Projeto Juventude/Instituto Cidadania – Perfil da Juventude Brasileira, 2003

²⁷ A Amostra: probabilística inicial por sorteio (dos municípios, dos setores censitários e dos domicílios), combinada com controle de cotas de sexo e idade para a seleção dos indivíduos (estágio final). Total de 3.501 entrevistas, distribuídas em 198 municípios, contemplando 25 estados da União.

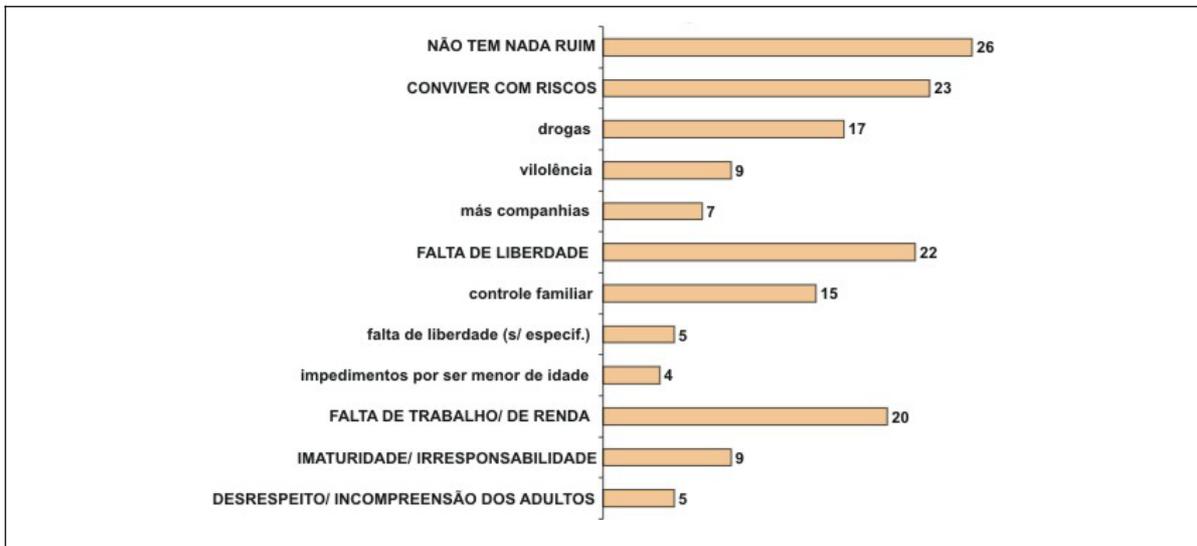


GRÁFICO 2: Piores coisas do ser jovem – síntese

FONTE: Projeto Juventude/Instituto Cidadania – Perfil da Juventude Brasileira, 2003

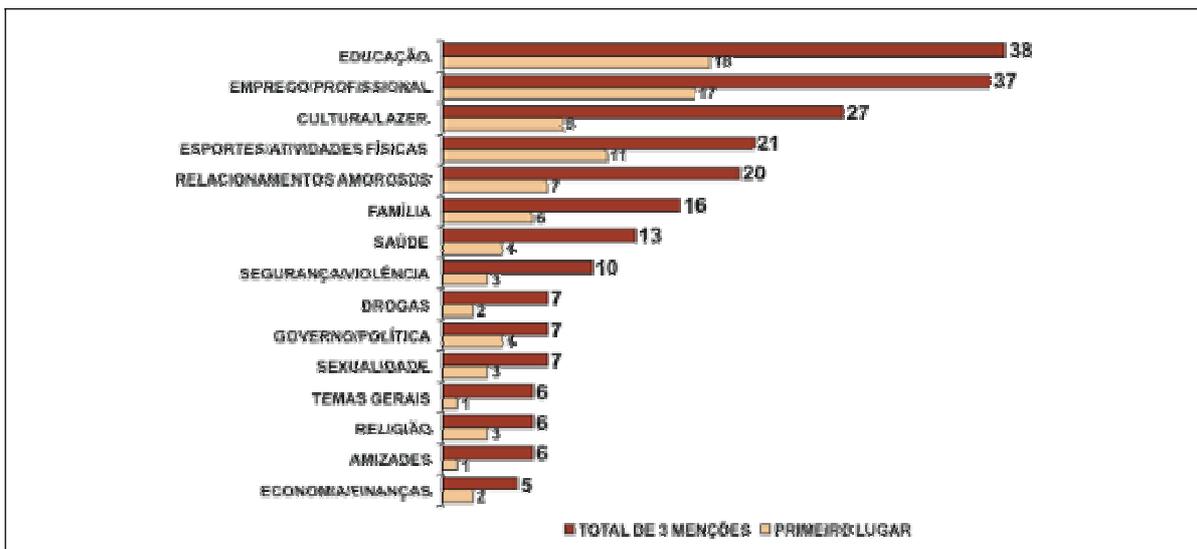


GRÁFICO 3: Assuntos que mais interessam aos jovens

FONTE: Projeto Juventude/Instituto Cidadania – Perfil da Juventude Brasileira, 2003

Tal diagnóstico é confirmado também localmente pelos indicadores e estudos realizados no ano de 2001/2002, pelo Fórum Engenho de Sonhos de Combate à Pobreza, intitulado Diagnóstico Interativo, que envolveu aproximadamente 700 adolescentes e jovens de cinco bairros da Região Oeste da cidade de Natal (em sua maioria em situação de risco social e pessoal).

Este estudo foi desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Metodológico/Pólen/Proex-UFRN/PPGCS, constituído pelos seguintes docentes e mestrands: profa. Dra. Norma Missae Takeuti

(coordenadora), profa. Dra. Ana Laudelina Ferreira Gomes, mestrandos Marlos Alves Bezerra e Périssom Dantas do Nascimento (PPGPsi).

Metodologicamente formulado para envolver os jovens como sujeitos e não como objetos do processo, constituiu-se em um conhecimento importante sobre a percepção que eles (os adolescentes e jovens participantes) têm de suas vidas, como sobre o trabalho, a família, seu cotidiano, escola, racismo, a questão da exclusão social, enfim, sobre as condições e circunstâncias em que estão imersos ou lhes são oferecidas, nos bairros e cidade onde residem.

Os dados levantados na pesquisa, em apreço, serão apresentados em um quadro referencial que consolidou as percepções dos participantes, numa representação social das suas próprias vidas. O mencionado quadro será referência para uma análise das possíveis correspondências entre o perfil das organizações da sociedade civil e seus eixos de ação prioritários, identificados conforme orienta o Sistema de Classificação Internacional de Atividade Principal das Organizações Não Lucrativas da ONU.

Neste sentido, seguimos fazendo uma breve exposição sobre a espacialidade da desigualdade social e econômica da área de abrangência da presente pesquisa, a partir da sistematização de alguns indicadores oficiais. Essa desigualdade espacial influencia negativamente sobre as oportunidades de desenvolvimento que são ofertadas aos adolescentes e jovens que ali habitam. Retomaremos também algumas reflexões sobre o cenário do debate atual em torno da formulação de políticas públicas voltadas para o segmento etário em destaque.

2.1 Realidade da juventude no espaço da cidade – periferia e desigualdade

O município de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, região Nordeste do Brasil, tem população de 712.317 habitantes (IBGE, 2000), estando sua economia baseada no comércio, fruticultura e carcinicultura, produção de petróleo e gás, além de serviços e turismo. Possui PIB per capita de R\$ 5.511 (IBGE – 2005), ocupando a 17ª colocação entre as capitais do país e o 6º lugar entre as capitais do Nordeste. Apresenta renda média per capita de R\$ 339,90, inferior a um salário-mínimo em vigor, e 28,70% de sua população é considerada pobre.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade de Natal tem se elevado na última década, atingindo o indicador de 0,788 no ano 2000. Porém, segundo estudos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica dessa cidade, existe uma grande

desigualdade, em termos de qualidade de vida, entre as suas regiões mais ricas e as mais pobres. Esta constatação foi verificada a partir dos estudos desenvolvidos por essa Secretaria, que desenvolveu um Índice de Qualidade de Vida (IQV), com vistas a verificar esta condição nas diversas regiões e bairros da cidade e orientar as políticas públicas locais.

A cidade de Natal está dividida em quatro regiões administrativas – Sul, Norte, Oeste e Leste – sendo que as regiões Sul e Leste são as que concentram a população de maior renda, bem como a maior parte da oferta de recursos e serviços da cidade, enquanto nas regiões Oeste e Norte se encontram os maiores bolsões de pobreza extrema.

Os principais problemas sociais enfrentados pela cidade de Natal, e em particular a Região Oeste, estão, portanto, relacionados à pobreza, ao desemprego, à falta de renda e à baixa oferta de serviços públicos. São índices adversos que atingem principalmente a população de faixa etária infantil, uma vez que 41,8% das crianças vivem em famílias com renda inferior a meio salário-mínimo.

Uma outra questão que preocupa se expressa nas diversas formas de violência, como a exploração sexual infanto-juvenil, a violência doméstica, a violência urbana, além da gravidez precoce, com índices que se aproximam dos 30% dos partos de nascidos vivos, em alguns bairros.

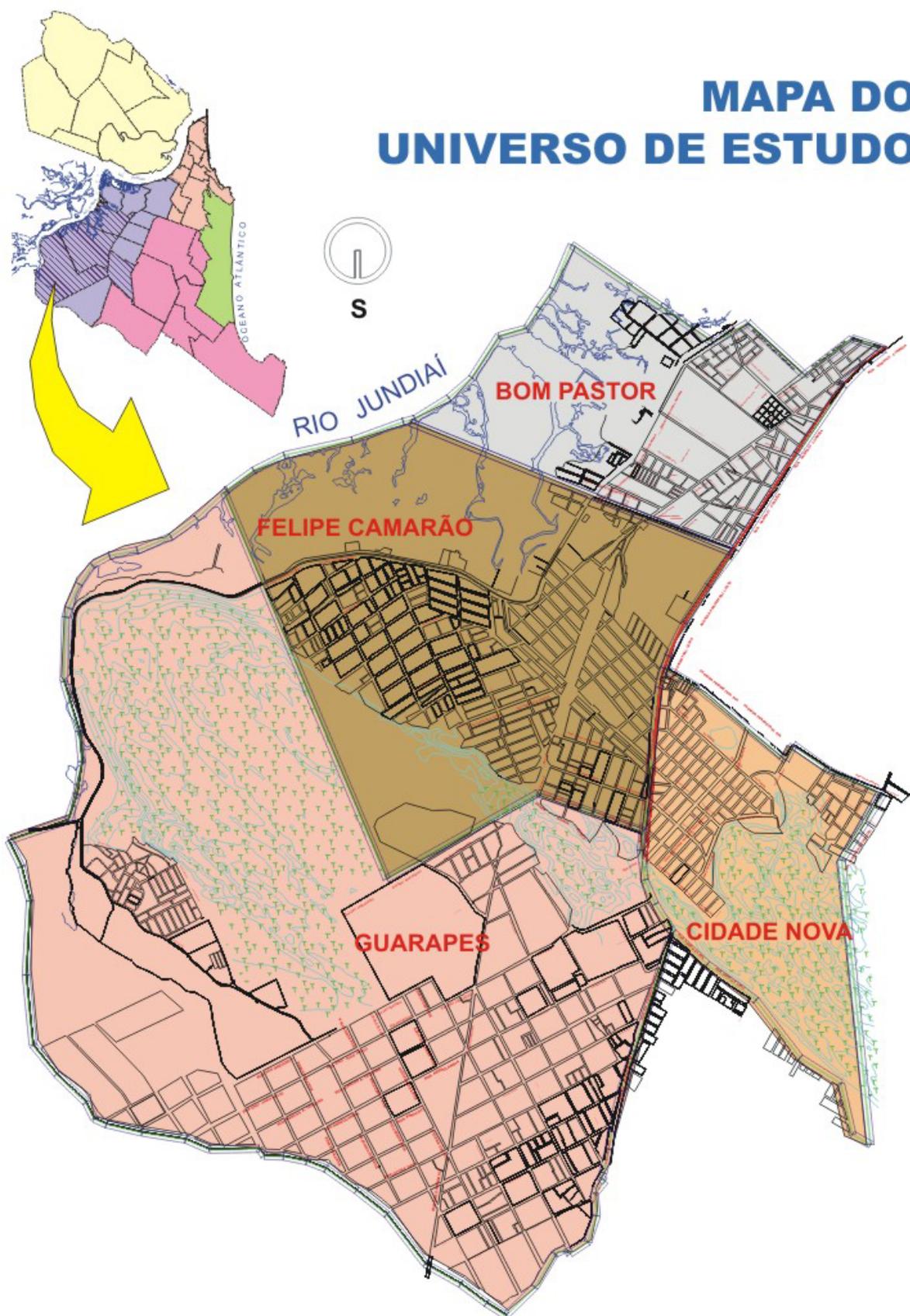
É a região Oeste que lidera também os indicadores relacionados às violências, em particular os homicídios, sendo também nessa região que se encontram os maiores índices de transgressões cometidas por adolescentes e jovens. Em 2002, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde (SMS-Natal) – Sistema de Informações sobre Morbidade/mortalidade –, as “Causas Externas (CID-10)” foram responsáveis por 75,82% das mortes de adolescentes e jovens na faixa etária de 15 a 19 anos, e por 66,30% das mortes entre 20 e 29 anos, causa essa seguida pelas neoplasias, com 8,8% e 7,7%, respectivamente. A região se destaca ainda nos indicadores de trabalho infanto-juvenil, atividades laborais ilícitas (tráfico de drogas) e exploração e abuso sexual.

A Região Oeste de Natal é constituída por dez bairros²⁸, sendo a segunda região mais populosa da cidade, com 195.584 habitantes. Os quatro bairros, que constituem a área de abrangência da presente pesquisa, possuem 88.084 habitantes, sendo que 21,2% (18.685) constituem população adolescente e jovem, considerando a faixa etária dos 15 aos 24 anos. Esse número corresponde ainda a 12,4% dos adolescentes e jovens da cidade, de mesma faixa etária, que somam 150.253 pessoas residentes, nas quatro regiões administrativas.

²⁸ Quintas, Nordeste, Dix-Sept Rosado, Bom Pastor, Nossa Senhora de Nazaré, Felipe Camarão, Cidade da Esperança, Cidade Nova, Guarapes e Planalto.



MAPA DO UNIVERSO DE ESTUDO



FONTE: CAERN, 2007
Elaborado por: Heitor Andrade

NOTA: Neste estudo foi adotado a indicação
do SUL como referencial de localização
cartográfica

Eis a tabela abaixo que descreve, detalhadamente, a população por faixa etária nos quatro bairros abrangidos pela presente pesquisa:

TABELA 1 - População por faixa etária dos bairros compreendidos na área de abrangência da pesquisa - 2006

BAIRRO	0 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	Subtotal 10 a 29	30 a 44	45 a 64	65 a +	TOTAL GERAL
Bom Pastor	3.786	1.981	2.013	1.814	1.525	7.333	3.712	2282	871	17.984
Felipe Camarão	10.873	5.361	5.201	4.539	3.954	19.055	9.315	5046	1618	45.907
Cidade Nova	3.617	1.718	1.786	1.607	1.371	6.482	3.272	1815	592	15.778
Guarapes	2.311	1.118	945	780	632	3.475	1.582	801	246	8.415
TOTAL	20.587	10.178	9.945	8.740	7.482	36.345	17.881	9944	3327	88.084

Fonte: SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, com base nos dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Demográfico 2000. Elaboração nossa.

Considerando apenas a faixa etária definida para efeito dessa pesquisa (15 a 24 anos), temos a seguinte tabela:

TABELA 2 - População adolescente e jovem dos bairros compreendidos na área de abrangência da pesquisa – 2006

BAIRROS	População – IBGE - 2000							
	15 a 19 Anos		20 a 24 Anos		Total Pop. Jovem		Pop. Total do Bairro	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Bom Pastor	2.013	2,29	1.814	2,06	3.827	4,34	17.984	20,42
Felipe Camarão	5.201	5,90	4.539	5,15	9.740	11,06	45.907	52,12
Cidade Nova	1.786	2,03	1.607	1,82	3.393	3,85	15.778	17,91
Guarapes	945	1,07	780	0,89	1.725	1,96	8.415	9,55
TOTAL	9.945	11,29	8.740	9,92	18.685	21,21	88.084	100,00

FONTES: População (SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, com base nos dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Demográfico 2000). Elaboração nossa.

Quanto à educação, a cidade possui 117 escolas municipais, 128 escolas estaduais, 230 escolas particulares e 04 federais. Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2000), Natal possui taxa de analfabetismo, na faixa etária de 15 a 17 anos, de 3,02%, e de 4,73% entre aqueles que se encontram na faixa etária entre 18 e 24 anos. Apenas 38,64% dos adolescentes de 15 a 17 anos estão cursando o 2º grau, e só 11,74% dos jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos freqüentam educação superior. Quanto à freqüência escolar, na faixa etária dos 15 a 17 anos, 85,59% freqüentam a escola, contra 14,41% que estão fora dela.

Em relação aos indicadores de saúde, Guarapes possui o mais alto índice de gravidez precoce, com 35,48%; também os demais bairros (área de abrangência da pesquisa) ocupam posições

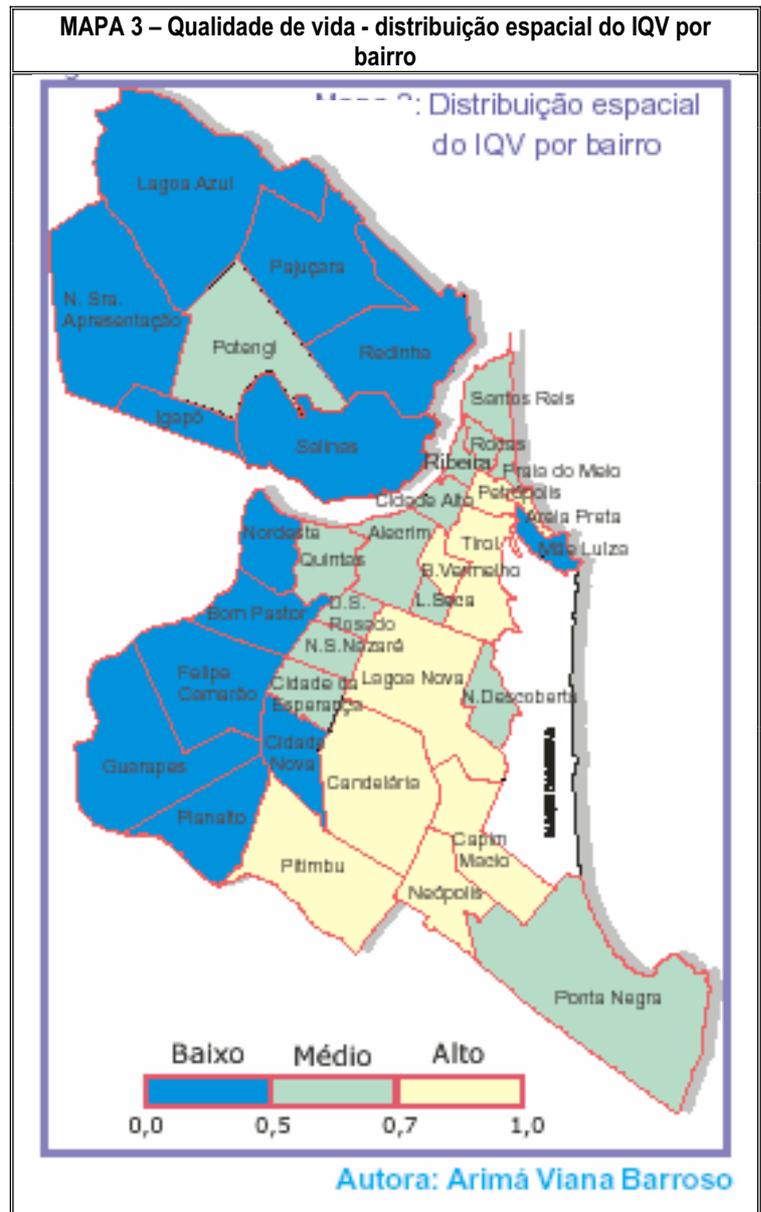
altíssimas, estando entre os maiores índices do município: Cidade Nova, 30,03% (3º pior índice da cidade), Felipe Camarão, 28,79% e Bom Pastor, 27,01%.

É na região Oeste também que se verificam os piores Indicadores de Qualidade de Vida (IQV), conforme nos mostra o mapa e quadro abaixo, bem como é possível visualizar a distribuição espacial da desigualdade social e econômica, pela localização dos melhores e piores IQVs da cidade:

QUADRO 2 – Qualidade de vida - distribuição espacial do IQV por bairro	
BAIRROS	IQV
Bom Pastor	0,36
Felipe Camarão	0,27
Cidade Nova	0,27
Guarapes (pior da cidade)	0
Melhor IQV da Região OESTE – Cidade da Esperança (Médio IQV)	0,62
Melhor IQV da cidade – Tirol (LESTE)	1

FONTE: Prefeitura Municipal de Natal / SEMPLA: Mapeando a Qualidade de Vida em Natal (2003).

NOTA: Esse índice registra uma variação que vai de 1 (que corresponde ao maior nível de IQV) e 0 (pior nível de qualidade de vida.). É considerado IQV baixo os índices inferiores a 0,5 e alto os índices superiores a 0,7.



A região Oeste não possui, portanto, nenhum bairro no grupo de Alto IQV (maior que 0,7), estando seis dos seus bairros no grupo de Baixo IQV e quatro outros no grupo de Médio IQV. Os quatro bairros, apresentados como área de abrangência dessa pesquisa, ocupam as piores posições da cidade.

Em relação à distribuição de renda, a geografia da desigualdade se repete. Na tabela abaixo, observamos a distribuição de renda, na qual é possível constatar que os bairros inseridos na presente pesquisa possuem os piores níveis de renda da cidade, abaixo, inclusive, da média da região onde se inserem:

QUADRO 3 – Ranking do rendimento médio mensal municipal por bairros e regiões administrativas

BAIRROS / REGIÕES	Posição na Cidade	Rendimento médio em Salários Mínimos
Região OESTE	3º	2,92 SM
Região SUL	1º	11,62 SM
Bom Pastor	32º	2,23 SM
Felipe Camarão	33º	2,17 SM
Cidade Nova	30º	2,33 SM
Guarapes (pior da cidade)	36º	1,63 SM
Melhor rendimento médio da Região OESTE – N. S. de Nazaré	16º	5,16 SM
Melhor rendimento médio da cidade – Petrópolis (LESTE)	1º	22,09 SM

FONTE: SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – Anuário de Natal 2005, com base em dados do IBGE – Censo Demográfico 2000. Elaboração nossa.

Quanto aos anos de freqüência aos bancos escolares, temos a seguinte posição:

TABELA 3 - Anos de freqüência aos bancos escolares dos responsáveis pelos domicílios

Bairros /Regiões	Sem instrução (%)	1 a 3 anos (%)	4 a 7 Anos (%)	8 a 10 Anos (%)	11 a 14 Anos (%)	15 ou + (%)	Não Determinado (%)
Região Oeste	19,46	19,55	31,80	13,27	13,67	2,06	0,20
Região Sul (Melhor da cidade)	4,38	5,78	5,29	11,11	34,44	28,87	0,13
Bom Pastor	22,33	22,12	33,22	11,59	9,04	1,0	0,7
Felipe Camarão	21,91	24,55	32,39	11,81	8,47	0,74	0,14
Cidade Nova	23,13	21,54	31,69	21,11	10,73	0,70	0,10
Guarapes (2ª pior da cidade)	33,32	23,19	30,13	7,92	4,83	0,36	0,26
Melhor nível de escolaridade da Região OESTE – Cidade da Esperança	12,17	14,89	30,30	17,48	21,36	3,58	0,21
Melhor nível de escolaridade da cidade – Capim Macio (SUL)	0,95	2,24	7,07	7,61	37,70	44,00	0,42
Pior nível de escolaridade da Cidade – Salinas (NORTE)	17,73	44,33	26,11	5,91	5,42	0,49	-

FONTE: SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – Anuário de Natal 2005, com base em dados do IBGE – Censo Demográfico 2000. Elaboração nossa

Também, em relação ao indicador “educação”, observamos que os quatro bairros apresentam indicadores bem abaixo da média da própria região, e o bairro de Guarapes continua a manter sua trágica liderança, em termos das piores posições em relação aos demais bairros da cidade.

Quanto à oferta de serviços públicos e existência de equipamentos sociais e comunitários, os bairros em pauta apresentam uma grande carência. No que diz respeito aos equipamentos educacionais, numa primeira análise geral, parece haver uma baixa oferta de serviços educacionais, em particular, do ensino médio para o bairro de Felipe Camarão, quando comparado o número de estruturas em relação à população do bairro, pois o mesmo possui apenas duas escolas ofertando esse nível de ensino, sendo uma pública e uma privada (porém gratuita), uma unidade escolar da Fundação Bradesco, parte de uma rede nacional de escolas mantidas pelo Banco Bradesco, através de sua Fundação.

QUADRO 4 – População adolescente e jovem e oferta de equipamentos e serviços públicos e comunitários

BAIRROS	População Jovem (15 a 24 anos)	Escolas de 5 a 8ª	Ensino Médio	EJA	Serv Saúde (público)		Praças	Quadras de Esportes	Áreas de Lazer	Cinema Teatro	Biblioteca Pública /Particulares	Organizações e grupos comunitários
					Amb.	Hosp.						
Bom Pastor	3.827	4	1	3	2	-	3	3	-	-	-	10
Felipe Camarão	9.740	5	2	7	2	1	-	2	-	-	1	8
Cidade Nova	3.393	2	1	3	1	-	-	-	-	-	-	13
Guarapes	1.725	4	0	4	1	-	-	3	-	-	1	6
TOTAL	18.685	15	4	17	6	1	3	8	0	0	2	37

FONTES: População (SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, com base nos dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Demográfico 2000); Equipamentos e serviços públicos e comunitários (INEP/2006), acesso: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/cadastroescolas/> ; SEMURB: “Conheça melhor seu bairro: Bom Pastor, Felipe Camarão, Cidade Nova e Guarapes (2005). Avesso: www.natal.m.gov.br . **NOTA:** As organizações e grupos comunitários inscritos nesse item correspondem aos que estão registrados junto à Secretaria Municipal de Assuntos Comunitários. Quadro: elaboração nossa

Eis, portanto, a análise comparativa de alguns indicadores gerais e secundários, através dos quais buscamos situar o leitor em relação à forma desigual com que os habitantes dos bairros em pauta se inserem na cidade.

2.2 Valorizando a percepção dos adolescentes e jovens da área de abrangência da pesquisa

Assim, como vem sendo diagnosticado em muitos outros estudos e pesquisas sobre juventude, também o diagnóstico interativo confirma que os adolescentes e jovens não têm um lugar específico na sociedade, uma vez que a cidade não oferece espaços de sociabilidade e desenvolvimento para os adolescentes e jovens.

São vistos como pessoas numa fase intermediária, pois não são mais crianças e ainda não são adultos. Uma outra questão é que a sociedade tem uma visão em geral negativa do jovem, principalmente daqueles da periferia. Isso se reflete, por exemplo, na natureza das políticas públicas destinadas aos adolescentes e jovens; segundo Villela (2005), em artigo publicado na Folha de São Paulo, no qual comenta os resultados do relatório Mundial sobre Juventude 2005, divulgado pela ONU “na maioria dos casos, a juventude só se torna objeto de uma política pública quando associada a estereótipos negativos”, quando já tiveram seus direitos e sua integridade violados, quando se envolveram em atividades ilegais, como delinquência, gangs, uso e tráfico de drogas, assaltos; ou quando abandonaram os estudos, tornando-se analfabetos funcionais ou sem qualificação, engrossando os indicadores de desemprego, perdendo, muitas vezes, a esperança no futuro.

A questão da exclusão social é um tema importante, em virtude de criar um pessimismo, uma descrença e falta de esperança, assim como gera situações concretas que levam esses jovens à violência, num ciclo vicioso que envolve exclusão social, marginalidade, ausência de confiança na sociedade e, novamente, mais violência.

Dentre as várias formas de violência, destaca-se a violência física, aquela que mata e fere; a violência simbólica, aquela na qual existe um abuso de poder na relação, ela não mata, mas fere psicologicamente; e a violência institucional, aquela que nega o acesso aos bens públicos que são necessários à dignidade humana e ao exercício da cidadania.

Pôde-se constatar, a partir do referido diagnóstico, que os jovens se ressentem do baixo investimento e atenção dos pais e da ausência de espaços de convivência e sociabilidade saudáveis, esporte e lazer. Do mesmo modo, nas análises das falas articuladas por estes mesmos jovens, foi possível desvelar que, para além de ausência de espaços físicos (de lazer e convivência), os jovens não encontram espaços sociais de desenvolvimento e participação na comunidade e na cidade.

Sobre esta questão, Takeuti (2002) nos traz a seguinte contribuição:

Viver a condição de relegado social significa ser ‘inapto’ para participar na sociedade legal, (...) Se pensarmos num largo espaço de tempo histórico, na sociedade brasileira, os jovens das camadas mais pobres têm vivido predominantemente na condição de negligenciados

das políticas públicas de outros mecanismos sociais e institucionais de regulação e proteção visando a seu favor. (TAKEUTI, 2002, p.154)

A situação da juventude submetida à condição de pobreza no Brasil revela a face perversa de um projeto de modernidade que falhou. “Esses jovens são, certamente, os significantes do fracasso do processo civilizatório dessa modernidade que se quis forjar como uma sociedade de ‘ordem e progresso’ para a perfeita integração social dos indivíduos.” (TAKEUTI, 2002, p. 206-207).

A paisagem que se delineia, portanto, faz da questão da juventude uma pauta urgente na agenda local e mundial e vem mobilizando amplos setores governamentais e da sociedade civil nesse debate.

As Nações Unidas, através do seu Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, criou o Programa Mundial de Ação para a Juventude e a Agenda Jovem da ONU, com vistas a ser discutido pelos países membros e acordada a implementação dessas diretrizes. Está prevista, para os anos de 2005/2006, uma revisão da situação do jovem no mundo que será conduzida pela sua Assembléia Geral, o que revela, assim, a atualidade do tema em estudo.

Conforme nos informa Moreira (2003), sobre o contexto brasileiro desse debate, a partir de 2003, o processo de discussão e formulação de políticas públicas para a Juventude tem se intensificado e alcançado uma dimensão nacional. Em maio desse mesmo ano, foi criada a Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, da Câmara dos Deputados, que realizou, no mês de setembro, a Semana de Juventude, reunindo jovens, representantes de organizações não governamentais e setores governamentais de todo o país.

Atualmente, está em discussão no Congresso Nacional, conduzida pela Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, da Câmara dos Deputados, a criação de um Estatuto da Juventude e, desde o final de 2003, vêm acontecendo Seminários e Conferências locais e nacionais, com vistas a construir o arcabouço desse documento.

Destaca-se ainda, em meio a essas iniciativas, o Projeto Juventude do Instituto Cidadania, o qual, juntamente com a Comissão Especial da Câmara, vem promovendo um amplo debate e um diagnóstico nacional, a fim de elaborar e reunir dados e proposições para elaboração de um Plano Nacional da Juventude. Os normativos correspondentes que vão dar vida e institucionalidade para esse debate aguardam votação no Congresso Nacional.

Na ocasião do I Fórum Social Brasileiro (Belo Horizonte, novembro/2003), ocorreu intensa discussão da temática da juventude. Finalmente, no âmbito do Nordeste do Brasil, observa-se, do mesmo modo, uma diversidade de projetos sociais para a juventude, de cunho local ou regional, congregando organizações não governamentais, universidades, entidades governamentais e setores

do empresariado, bem como associações de bairro e grupos de comunidades, com o intuito de discutir e levantar proposições para políticas públicas e juventude. É no Nordeste do Brasil que o Projeto Rede Juventudes²⁹ tem mobilizado diversas organizações, bem como apoiado e promovido eventos para discutir e levantar proposições para políticas públicas, garantindo, assim, a participação regional neste debate nacional.

Em fevereiro de 2005 foi criado o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve)³⁰, um órgão de caráter consultivo, cujo objetivo é assessorar a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) para: a) a formulação de diretrizes para as ações governamentais; b) promoção de estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; c) assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.

O processo de discussão das políticas públicas de juventude, ao contrário do processo que culminou no Estatuto dos Direitos da Criança e Adolescente, vem se estabelecendo não só no campo dos movimentos sociais, mas também dentro dos governos e em parceria com ele, se construindo assim, dentro de um campo de institucionalidade e tem se constituído num exercício prático de repensar a relação sociedade civil e Estado. Isso não significa que não haja conflitos, mas, ao que parece, estes acontecem no contexto e no espaço de um “movimento político”, cujos conflitos buscam mais ampliar a participação dos sujeitos sociais nos processos de tomada de decisão, ou seja, “tende a melhorar a posição do ator nos processos decisórios ou garantir-lhe acesso aos mesmos.” (MELUCCI, 2001, 42)

2.3 Caracterização do universo espacial da pesquisa

Apresentamos, a seguir, alguns dados específicos de cada bairro, bem como uma síntese do diagnóstico interativo realizado pelo Fórum Engenho de Sonhos/Grupo de Trabalho Metodológico (PPSC/PROEX) junto aos adolescentes e jovens destas localidades, no ano de 2001/2002.

²⁹ O Projeto Rede Juventudes é uma articulação de organizações não governamentais, de vários estados no Nordeste, em sua maioria, apoiadas pela Fundação W. K. Kellogg, que tem promovido eventos diversos e intercâmbios com vistas a organizar e qualificar o debate sobre políticas públicas de juventude na região. Tem sede em Recife-PE.

³⁰ O Conjuve é formado por 20 conselheiros representantes do poder público, e 40, da sociedade civil, com a seguinte composição: Governo – Secretaria Nacional de Juventude, todos os Ministérios que têm programas voltados para juventude, a Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados, o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude e representantes das associações de Prefeitos;. Sociedade Civil – representantes dos movimentos juvenis, organizações não governamentais, especialistas e personalidades com reconhecido trabalho voltado para a juventude.

2.3.1 Guarapes

- a) Área: 778,42 Ha
- b) Estimativa populacional (2005): 10.766 habitantes
- c) Densidade Demográfica estimada: 13,83
- d) Limites: ao Norte, Rio Jundiá; ao Sul, Macaíba (Município) e bairro do Planalto; ao Leste, bairros de Cidade Nova e Felipe Camarão; ao Oeste, municípios de Macaíba e São Gonçalo do Amarante.
- e) Localidades: Baixa do Sagüi
- f) Áreas subnormais (favelas), Nº de domicílios e população estimada³¹: Alta Tensão, 184 domic. e 736 hab.; Alto do Guarapes, 377 domic., 1508 hab.; Sítio Guarapes, 12 domic., 48 hab.; e Leningrado, 255 domic., 1020 habitantes.
- g) Aspectos Legislativos: Lei de criação nº. 4.328, de 05 de abril de 1993, que definiu os limites dos bairros de Natal e que especifica, inclusive, os do bairro de Guarapes. Passou a vigorar a partir de 07 de setembro de 1994, quando foi publicada no Diário Oficial do Estado.

Em 1998, o bairro foi desmembrado, por força da Lei Promulgada nº. 151, de 26 de março, publicada no Diário Oficial do Estado, de 28 de março de 1998, passando parte do seu antigo território a constituir o bairro Planalto.

2.3.1.1 Breve histórico

O bairro do Guarapes foi nos idos de 1869, um local de grande prestígio econômico, por ser lá que se instalara, segundo Câmara Cascudo (1999) “um dos mais avassaladores e prestigiosos domínios comerciais de que há notícia no Rio Grande do Norte”. Lá, um negociante, Major Fabrício Gomes Pedroza, instalou-se, em lugar estratégico, às margens do Rio Jundiá, e levantou um importante entreposto comercial, recebendo navios e mercadorias diretamente da Europa, de outros estados do Nordeste e do interior do Rio Grande do Norte. O mais influente negociante, ali fundou a

³¹ Dados elaborados pela SEMURB com base em levantamento realizado pela Fundação Apolônio Sales (FADURPE) da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em 2005. A estimativa populacional foi calculada pela SEMURB.

"Casa de Guarapes" e "construiu filas de armazéns bojudos que tudo guardavam e vendiam". Monopolizava o comércio do sal para o interior e investiu na modernização da produção de açúcar, no vale do Ceará-Mirim.

Até as primeiras décadas do século XX, esta área fazia parte das terras de propriedade do comerciante português Manuel Duarte Machado, que incluía terras de Natal e do município vizinho, Macaíba. Após sua morte, a vasta área passou ao domínio da viúva do comerciante, mais conhecida como a Viúva Machado, sendo através da mesma, a senhora Amélia Duarte Machado, que a propriedade foi posteriormente desmembrada, dando origem a loteamentos e bairros de Natal.

Atualmente o bairro é ocupado por famílias de baixa renda, oriundas da remoção de favelas situadas em áreas de risco, como as favelas do Fio e do DETRAN, que, em 1988, foram ali abrigadas por viverem nestas áreas de risco; o bairro recebe também um grande contingente de imigrantes do interior do estado, bem como de outros bairros da região Oeste.

Localiza-se, no bairro, a Ponte dos Guarapes, marco divisório entre os Municípios de Natal e Macaíba. Ainda é possível ver as ruínas da casa onde morou a Viúva Machado, numa das colinas que dá para o rio, lugar de grande beleza cênica e importante marco da história da cidade, estando totalmente esquecido.

2.3.2 Felipe Camarão

- a) Área: 663,40 Ha
- b) Estimativa populacional (2005): 51.279 habitantes
- c) Densidade Demográfica estimada: 77,30
- d) Limites: ao Norte, Bom Pastor; ao Sul, Guarapes; ao Leste, Cidade da Esperança e Cidade Nova; e ao Oeste, o município de São Gonçalo do Amarante.
- e) Localidades: Peixe-Boi; KM 06; Baixa do Sagüi; Barreiros
- f) Áreas subnormais (favelas), nº de domicílios e população estimada³²: Wilma Maia, 126 domic., 504 hab.; Lavadeiras, 357 domic., 1428 hab.; Barreiros, 120 domic., 480 hab.; Torre (ou Alta Tensão), 66 domic., 264 hab.; Fio, 284 domic., 1136 hab.; e Alemão, 680 domic., e 2720 habitantes.

³² Dados elaborados pela SEMURB com base em levantamento realizado pela Fundação Apolônio Sales (FADURPE) da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em 2005. A estimativa populacional foi calculada pela SEMURB.

- g) Aspectos Legislativos: Pela Lei n.º 1.760, de 22 de agosto de 1968, na administração do Prefeito Agnelo Alves, Felipe Camarão foi oficializado como bairro. Em 1993, teve seus limites redefinidos pela Lei nº 4.330, de 05 abril do referido ano, publicada no Diário Oficial do Estado em 07 de setembro de 1994.

2.3.2.1 Breve histórico

As terras do atual bairro Felipe Camarão pertenciam à viúva Machado, tradicional proprietária de terrenos no Município de Natal, esposa do comerciante Manoel Machado.

Em 1962, uma parte das terras, entre os bairros Guarapes e Felipe Camarão, foi vendida pela viúva Machado, para o empresário Raimundo Paiva; e a outra, para a empresa GERNA – Agropecuária e Indústria Limitada. Em 1964, o empresário Gerold Geppert, alemão, naturalizado brasileiro, registrou o terreno, criando o loteamento que recebeu o nome de REFORMA. Esperava, com isso, que se utilizasse o terreno de uma nova forma, diferente da ocupação que se verificava em outros locais da cidade, porém, semelhante ao que ocorreu com a área da Cidade Nova, no início do século XX, atuais bairros Tirol e Petrópolis. Tal pretensão justificava-se, visto que o referido loteamento atingia 10% da área total do Município. Abrangendo terras de Guarapes, Planalto, Quintas do Vigário e Peixe-Boi, o loteamento Reforma era, na época, o maior já registrado no Rio Grande do Norte. Assim sendo, pretendia o Sr. Gerold ver essas terras com largas ruas e avenidas, como inspirara o plano de Giácomo Palumbo. Infelizmente, tal intenção não se concretizou, devido às constantes invasões.

A partir da década de 1950, essa área já contava com o trabalho de um grupo de padres e leigos preocupados com a miséria na periferia de Natal.

Na década de 1970, o bairro teve um incremento populacional, segundo atestam Eunádia Cavalcanti e Verônica Lima em seu livro “Construindo o seu lugar”. Uma das formas de ocupação se deu em pequenos lotes, com moradias autoconstruídas por migrantes interioranos. Outra forma foi motivada pelos programas institucionais para a população de baixa renda, como o Programa de Remoção de Favelas, mais conhecido como PROMORAR, que resultou no Conjunto Habitacional Felipe Camarão II. Houve ainda ocupação ilegal de uma área da localidade Quilômetro 06 e de granjas de diversos proprietários. Tem-se também, como resultado do programa de erradicação de favelas, o Conjunto Habitacional Morada Nova (1986), com 238 casas tipo embrião.

Distinto dos demais desta área, o Conjunto Jardim América foi construído em 1982, financiado pela Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte (APERN), cujos moradores se diferenciam por uma renda mais alta que a maioria dos habitantes de Felipe Camarão.

Em 15 de maio de 1976, foi criado o Conselho Comunitário de Felipe Camarão, por iniciativa de líderes locais, como Abraão Lira e Francisco Roberto, quando a população começou a se reunir embaixo de um abacateiro para discutir a falta de água e de energia elétrica. No primeiro momento, visavam obter a construção de um posto de saúde, conseguido através de ajuda financeira americana e do trabalho de mutirão dos habitantes do bairro.

A ocupação efetiva da área, porém, só se concretizou a partir da venda de terrenos, tanto à vista quanto a prazo. Seus clientes eram pessoas físicas, em sua maioria, humildes, desejosas de construir moradia.

Apenas alguns lotes foram adquiridos por uma empresa de transportes; outros foram doados à Igreja Católica e, um outro, ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Para o início da construção das casas, foi cavado um poço que fornecia água às obras. Esse poço ficou conhecido popularmente como "Poço do Alemão", referência ao proprietário das terras. Após sua exaustão, o poço foi desativado e aterrado.

Atualmente, a comunidade do bairro recebe a assistência social de igrejas e comunidades religiosas e organizações governamentais e não governamentais. Mas, na década de 1960, quando começou a se estruturar, recebeu os primeiros benefícios com a construção de equipamentos urbanos, alguns deles construídos em sistema de mutirão: a Igreja Católica e a primeira escola (Escola União do Povo, na Rua Indomar), sob a orientação do Pe. Thiago Theisen, elo entre a comunidade e o poder público. Os moradores do lugar, na época desses primeiros trabalhos comunitários, recebiam doação de alimentos da Aliança para o Progresso.

Em 1983, novas reivindicações mobilizaram os habitantes do bairro. Desta vez, pela assistência para o Quilômetro 06, e após essa mobilização, conseguiram a construção de uma clínica popular.

Na retrospectiva histórica do bairro, a população organizada já conseguiu, através de suas reivindicações, a construção da Escola União do Povo; a Igreja de Santa Luzia, padroeira do bairro e onde se realizam festas comemorativas todos os meses de dezembro, na Rua do Fio; o Conselho Comunitário, o Posto de Saúde, a Clínica Popular e o Chafariz do Conjunto Morada Nova.

No ano de 2002, o bairro conheceu outra forma de unidade habitacional, com a construção de um edifício do Programa de Arrendamento Familiar (PAR), da Caixa Econômica Federal, em parceria com a Prefeitura Municipal de Natal.

O nome do bairro é uma homenagem a Felipe Camarão, nosso índio Poti, que se destacou no combate ao invasor holandês. Anteriormente, era a localidade de Peixe-Boi, devido ao aparecimento de um grande peixe nos mangues ali existentes.

O bairro possui também uma grande riqueza e tradição cultural, como o Boi de Reis do Mestre Manoel Marinheiro, o Mamulengo do Mestre Chico Daniel, vários tocadores de rabeca, alguns já na terceira geração de rabequeiros, além da tradição da quadrilha junina e capoeira, preservadas através dos diversos grupos existentes por todo o bairro.

Identificamos, portanto, que o bairro de Felipe Camarão tem demonstrado um grande potencial de enfrentamento da realidade de vulnerabilidade social gerada pela pobreza e em particular pelas violências, através do caminho da arte e da cultura popular.

2.3.3 Cidade Nova

- a) Área: 273,07 Ha
- b) Estimativa populacional (2005): 15.889 habitantes
- c) Densidade Demográfica estimada: 58,19
- d) Limites: ao Norte, Cidade da Esperança; ao Sul, Pitimbu; ao Leste, Candelária; e ao Oeste, Guarapes, Planalto e Felipe Camarão.
- e) Localidades: Nova Cidade
- f) Áreas subnormais (favelas), Nº de domicílios e população estimada³³: Detran, 240 domic, 960 hab.; Promorar, 138 domicílios, 552 hab.; Palha, 114 domic., 456 hab.; Urubu, 37 domic., e 148 habitantes.
- g) Aspectos Legislativos: Cidade Nova teve seus limites definidos somente quando da sua publicação em 1994, através da Lei nº 4.328, de 05 de abril de 1993, oficializada no Diário Oficial do Estado, em 07 de setembro de 1994.

³³ Dados elaborados pela SEMURB com base em levantamento realizado pela Fundação Apolônio Sales (FADURPE) da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em 2005. As estimativas apresentadas seguem o método de crescimento demográfico indicado pelo Censo Demográfico 2000.

2.3.3.1 Breve histórico

O bairro Cidade Nova teve o início de sua ocupação a partir da década de 1960, através de pequenos loteamentos. Naquela ocasião, em suas vizinhanças, o povoamento já vinha ocorrendo com a construção e ocupação da Cidade da Esperança. Os primeiros moradores eram imigrantes que vinham do interior fugindo da seca e buscando melhores condições de vida na capital.

A instalação do forno do lixo naquele bairro, em 1971, pela Prefeitura Municipal de Natal, contribuiu também para a sua ocupação, pois começou a invasão das áreas limítrofes ao aterro sanitário, por parte de catadores e pequenos comerciantes participantes da cadeia de comércio em torno do reaproveitamento e reciclagem de materiais.

A presença aí do aterro sanitário gerou durante muito tempo graves problemas para o bairro e para a cidade: alto impacto ambiental negativo, uma vez que estava situado em área de duna, ou seja, de alimentação dos aquíferos da cidade, além da poluição do ar causada pela queima do lixo; constituiu-se em um local de trabalho infantil (filhos dos catadores), bem como de extremo risco à saúde, à segurança, pelas precárias condições de armazenagem do material coletado, inclusive lixo hospitalar, etc.

Após diversas denúncias, mobilizações e processos judiciais movidos contra o poder público local e empresa de coleta de lixo, inclusive pelo Unicef, em setembro de 1999, a Prefeitura implantou, no bairro, um Núcleo de Ação Social de Cidade Nova, visando oferecer atendimento às crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos – tanto àquelas que catavam lixo no Aterro Sanitário, quanto aos filhos de pais que sobrevivem da coleta de detritos –, estando hoje incorporado à rede de unidades de atendimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), cuja gestão está municipalizada. O Núcleo, que é referência nacional, funciona em dois turnos e atende 400 crianças e adolescentes.

Atualmente, o aterro sanitário da cidade foi transferido para o município de Ceará-Mirim, situado na região metropolitana de Natal; no local, onde antes funcionou o antigo lixão, continua funcionando a usina de reciclagem que é co-gerenciada pela Empresa de Serviços Urbanos de Natal (URBANA) e uma cooperativa de catadores. Lá está instalado ainda o processo de recepção do lixo coletado e está se iniciando a construção de um grande espaço de lazer e cultura para a região Oeste.

2.3.4 Bom Pastor

- a) Área: 319,90 Ha
- b) Estimativa populacional (2005): 18.110 habitantes
- c) Densidade Demográfica estimada: 56,61
- d) Limites: ao Norte, Nordeste e Quintas; ao Sul, Felipe Camarão; ao Leste, Dix-Sept Rosado e Nossa Senhora de Nazaré; e ao Oeste, Rio Jundiá
- e) Localidades: Km 06 e Mereto
- f) Áreas sub-normais (favelas), Nº de domicílios e população estimada³⁴: Salgadinho e Maré, 344 domic, 1376 hab.; Mereto, 335 domic., 1340 hab.; Cruzeiros, 39 domic., 156 hab.; Cambuim, 49 domic., e 196 habitantes.
- g) Aspectos Legislativos
- h) O bairro Bom Pastor teve seus limites definidos pela Lei nº 4.328, de 05 de abril de 1993, oficializada quando da sua publicação no Diário Oficial do Estado, em 07 de setembro de 1994.

2.3.4.1 Breve histórico

As terras onde se situa o atual bairro Bom Pastor pertenciam, até o final da década de 1950 e início de 1960, a diversos proprietários. Um deles, o Sr. Manoel Luiz de Maria, mais conhecido como Manoel Caboclo, é um dos fundadores do lugar.

Ao longo do tempo, a área vem sofrendo desmembramentos pelos proprietários e familiares, desmembramentos estes que são responsáveis pela ocupação e crescimento do bairro. Muitas dessas terras foram loteadas e vendidas abaixo do preço à população que necessitava construir moradias.

A família Tavares Flor é outra tradicional proprietária da área. Seus domínios se estendem da margem direita do Rio Potengi às imediações da Rua Bom Pastor, uma das principais vias do bairro.

Conforme informações do funcionário municipal, topógrafo, Sr. Calixto Cabral de Oliveira, profundo conhecedor da cidade, em 1955, existia, no Bom Pastor, um número reduzido de habitações.

³⁴ Dados elaborados pela SEMURB com base em levantamento realizado pela Fundação Apolônio Sales (FADURPE) da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em 2005. As estimativas apresentadas seguem o método de crescimento demográfico indicado pelo Censo Demográfico 2000.

Em 1962, a Prefeitura adquiriu terras do Sr. João Caldas, para ali construir um estádio de futebol. O projeto não foi efetivado, sendo, em seu lugar, instalado o Cemitério Bom Pastor.

O período de maior intensidade na ocupação do bairro ocorreu por volta dos anos de 1966. Para isso, contribuiu a Imobiliária Potiguar, uma das primeiras de Natal. Vendia lotes que podiam ser pagos em até 100 meses, em prestações iguais, sem correção monetária, além de incentivos para quitação antecipada. Este fato estimulou a compra de terrenos e a ocupação do bairro.

O nome Bom Pastor é um termo de origem bíblica, usado geralmente pelas comunidades cristãs para lembrar a figura de Jesus Cristo. Na literatura universal, o Pastor é a figura guia, política ou religiosa de uma comunidade.

3 CARTOGRAFAR É PENSAR RELACIONALMENTE: UMA CARTOGRAFIA SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE NATAL

A idéia de construir um mapa social não significa apenas a expressão espacial de uma realidade social, mas, sobretudo, uma oportunidade de estabelecer relações entre as informações e os sujeitos sociais dos territórios cartografados (HESPANHA E SOUSA, 2002). No nosso caso, favorece uma visão das possíveis relações que se conformam a partir da forma como se apresentam os perfis e identidades das organizações e de como se movimentam no campo da sociedade civil e no espaço em pauta.

Uma cartografia social permite “reduzir a realidade geográfica, por mais extensa que seja, a uma representação que caiba numa folha de papel dominável pelo nosso olhar e, nesse processo de abstracção e representação, seleccionar indicadores que traduzam mais fielmente as dinâmicas a estudar”. (HESPANHA; SOUSA, 2002, p. 97)

Em particular, podem possibilitar a espacialização da oferta de serviços, bem como do potencial mobilizador ou emancipatório de um determinado espaço social, a partir, por exemplo, do reconhecimento das identidades dos seus sujeitos e do desenho que estes compõem coletivamente. Pensar uma cartografia social suscita muitas possibilidades. Ao situar o campo do projeto “A reinvenção da emancipação social”, desenvolvido em seis países periféricos e semiperiféricos, dentre os quais o Brasil, Santos (2005b) apresenta uma cartografia das iniciativas por ele identificadas como contra-hegemônicas, na medida em que busca “determinar em que medida a globalização alternativa está a ser produzida a partir de baixo e quais são suas possibilidades e limites.” (SANTOS, 2005b, p. 93).

Dada à diversidade do que estamos denominando como organizações da sociedade civil, a idéia da cartografia simbólica de Boaventura de Sousa Santos, como proposta metodológica, abrange não só um conjunto de técnicas, mas, uma reflexão epistemológica, por considerar a relevância da experiência social dos sujeitos que atuam na periferia da periferia do mundo, nosso espaço de pesquisa: quatro bairros periféricos da cidade do Natal, estado do Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil, área por nós denominada como o “Espaço dos 4 Bairros”.

O “Espaço dos 4 Bairros” é aqui compreendido como um “espaço social”, não só geográfico, lugar onde se desenham diversos contextos de maior ou menor intensidade, em termos de mobilização social e de emancipação, aqui observado a partir da caracterização dos sujeitos sociais, as organizações da sociedade civil, pelo perfil dos sujeitos, “[...] um espaço multidimensional, conjunto

aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto[...]" (BOURDIEU, 2004, p. 153)

Para realizar a cartografia em pauta, trilhamos alguns caminhos, com vistas a tecer e interrelacionar as idéias e reflexões que têm permeado o debate sobre os novos contornos e desenhos assumidos por uma sociedade civil, cada vez mais complexa, que ocorre tanto nas ciências sociais, como entre os próprios sujeitos sociais dessa sociedade civil, e que apresentamos a seguir: i) a observação de alguns aspectos da nossa história recente, que julgamos ter tido influência sobre os valores, culturas políticas, perfis e finalidades das organizações da sociedade civil cartografadas; ii) um resgate das muitas terminologias utilizadas por essas organizações – muitas vezes de forma autonomizadas – buscando identificar quais as concepções que as fundamentam, bem como os valores identitários que estas podem sinalizar; iii) uma incursão sobre algumas visões e concepções de sociedade civil em debate, no sentido de orientar uma decomposição e uma recomposição dos elementos caracterizadores das diversas expressões e segmentos identificados, como pertencentes ao campo da sociedade civil nos respectivos planos teóricos e político-culturais.

Nesta incursão, tomamos como princípios, conforme nos apresenta Santos (2002, 2003, 2004, 2005a, 2005b, 2006), Nogueira (2003), Houtart (2001) e Rivera (1998), que esse campo não é homogêneo e que nele estão em disputa distintos projetos sociais hegemônicos e contra-hegemônicos. Também pela análise da sociedade civil não como instância isolada e autônoma, mas em suas interfaces contínuas e múltiplas com o Estado, o mercado e outros segmentos da própria sociedade civil, em escala global e local.

O procedimento ora proposto, assim como aponta Melucci (2001), quando em sua análise dos movimentos sociais, segue a lógica similar de tentar realizar, a partir da identificação e escolha de alguns dos elementos caracterizadores da diversidade existente no interior do campo da sociedade civil, uma decomposição desses elementos e sua recomposição em um sistema de relações que possa singularizar o sentido e a direção dos subgrupos identificados, quanto aos seus valores, perfis e finalidades anunciadas.

A recomposição dos elementos identificados foi realizada a partir de uma abordagem relacional, proposta por Santos (2006), na sua cartografia simbólica do campo do direito que orientou nosso olhar, bem como as opções utilizadas na análise dos dados empíricos obtidos, identificando sua pertinência, sua relevância e suas possíveis interfaces.

Partimos, portanto, de duas grandes premissas: a sociedade civil, como campo complexo, permeada pelas influências em disputa de dois projetos políticos estruturais (hegemônico e contra-

hegemônico), que assume uma configuração marcada pela diversidade, multiplicidade e singularização dos sujeitos e das lutas; a segunda, em que os distintos tipos de associativismo, que se expressam nesse campo da sociedade civil, em suas respectivas características, definem diferentes potenciais emancipatórios, fazendo com que eles se movimentem ou se situem entre dois pólos: o pólo da regulação/adaptação e o pólo da emancipação/transformação.

Os conceitos trabalhados foram sintetizados em alguns mapas com vistas a permitir uma visão em escala, mas que possibilitam ainda percorrer caminhos mais abrangentes e uma análise não só instrumental, mas também sócio-histórica e política, uma vez que compreendemos os sujeitos sociais como produto e produtores da realidade e da história.

3.1 Breve contextualização do processo de coleta e sistematização dos dados da pesquisa

Um dos primeiros passos de nossa pesquisa foi a construção de um banco de dados, que, no momento inicial, não se limitou às aquelas organizações que tradicionalmente são reconhecidas como voltadas para o público jovem e adolescentes. Constatamos que muitas organizações atuam como distintos públicos e faixas etárias; sendo assim, também estariam a compor a oferta de serviços e atividades ao segmento em questão.

Foi, portanto, nossa intenção construir um modelo de análise que privilegiasse essa dimensão social e política desse segmento, ou seja, exercitar um outro olhar sobre essas organizações, através de um esforço de explicação e articulação dos elementos caracterizadores já mencionados e assim identificar novos desenhos e significados para a existência desses sujeitos – as organizações da sociedade civil.

No que diz respeito às organizações sociais examinadas, ao se realizar o primeiro levantamento exploratório no município, chegamos ao total de 306 organizações com atuação nas mais diversas temáticas e públicos. Ressaltamos, porém, que o universo que constitui o campo da sociedade civil em Natal é infinitamente maior, uma vez que as organizações encontradas são aquelas que freqüentam determinados espaços públicos, conforme poderá ser visualizado, mais adiante, quando listamos os locais de busca das referidas organizações.

O período de coleta e organização dos dados compreendeu os meses de setembro de 2005 a julho de 2006, sendo realizada ainda nos meses de setembro e outubro, uma revisão geral e complementação de alguns dados, para fechamento do universo de dados ora trabalhados. Vale

ressaltar que este período de coleta de dados acabou por ser bastante extenso, muito além do que foi inicialmente previsto no projeto de pesquisa. Dentre as razões que provocaram esse fato, destacamos o elevado número de entidades existentes, a dispersão de dados, que exigiu a busca em diversas fontes, bem como a diversidade de perfis encontrados, o que provocou alguma dificuldade na definição dos recortes a serem definidos.

A coleta em apreço constituiu-se num esforço concentrado na busca e sistematização de dados junto a diversas fontes de diferentes origens (governamentais e privadas), porém todas de caráter público³⁵, buscados através de meios digitais (Internet) – sistemas de busca e sites das organizações –, documentos e materiais de divulgação institucional, relatório de eventos, visitas a algumas instituições e aplicação de questionários semi-estruturados.

Durante esse processo de composição do banco de dados, foram eliminadas algumas organizações, considerando como critério aquelas que estivessem fora do seguinte recorte: a) organizações que atuassem com adolescentes e jovens, exclusiva ou prioritariamente; b) que estivessem legalmente instituídas (ou seja, aquelas pertencentes a um universo de formalidade institucional); c) que atuassem de forma direta ou indireta nos bairros de Felipe Camarão, Cidade Nova, Bom Pastor e Guarapes; d) aquelas com um conjunto mínimo de informações levantadas e sistematizadas no período em pauta; e) as que possuem sede em um dos quatro bairros ou que atuam ou atuaram nos mesmos, direta e indiretamente, no período de 2002 a 2006; f) aquelas que expressassem a diversidade dos perfis de organização existentes no campo da sociedade civil, em termos de atuação e características singulares, uma vez que um dos nossos propósitos é identificar a heterogeneidade desse vasto campo.

Após a aplicação desses critérios, saímos das 306 organizações, inicialmente encontradas, e configuramos um universo de 70 organizações da sociedade civil, objeto da presente análise ³⁶.

³⁵ Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG); Banco de Dados da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte e da Câmara Municipal de Natal/RN; Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETS) da Fundação Getúlio Vargas (através do banco de dados denominado Mapa do Terceiro Setor); Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Natal (COMDICA); Conselho Municipal de Assistência Social; Conselho Nacional de Assistência Social (CMAS); Instituto Brasileiro do Terceiro Setor (Cadastro Nacional de ONGs); Lista de Participantes da 1ª. Conferência Estadual de Juventude de 2005; Banco de dados das organizações participantes nas Atividades de mobilização social da Agenda 21 de Natal (anos de 2005 e 2006); Ministério da Fazenda (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica); Ministério da Justiça (Lista das Organizações com Certificação de OSCIP, Lista das Organizações com Título de Utilidade Pública Federal e Cadastro de Instituições Executoras de Medidas Sócio-educativas); Ministério do Trabalho e Emprego (Lista das organizações participantes do Consócio Social da Juventude); Rede Estadual de Diretos Humanos do Rio Grande do Norte; Redes de Informações para o Terceiro Setor (RITS); SEBRAE (Catálogo de Expositores da Feira do Empreendedor – itens: Empreendedorismo Cultural e Social, 2004); Secretaria de Tributação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (Campanha Cidadão Nota 10); Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal/RN (Anuário de Natal 2005), TELEMAR (Serviços de Auxílio à Lista – 102 On Line), visita a algumas instituições e aplicação de questionários.

³⁶ O banco de dados construído para a catalogação das organizações contempla as seguintes informações: a) CNPJ; b) Ano de Criação Formal; c) Natureza Jurídica; d) Atividade Econômica Registrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas; e) Certificação como OSCIP; f) Titulação como Entidade de Interesse Público Municipal; g) Titulação como

Ressaltamos que, sendo o universo da sociedade civil em Natal infinitamente maior, a amostra trabalhada nesta pesquisa não tem a pretensão de se constituir em uma amostra estatisticamente significativa.

Os bairros de Felipe Camarão, Cidade Nova, Bom Pastor e Guarapes – todos localizados na região administrativa Oeste da Natal –, constituíram o nosso recorte geográfico, região que merece destaque no cenário municipal, por se tratar de uma área territorial com alto índice demográfico e de população adolescente e jovem (18.685 habitantes na faixa etária de 15 a 24 anos – IBGE, Censo 2000), elemento este associado a uma característica socioeconômica de população de baixa renda e exposta às diversas formas de exclusão social, conforme pode ser observada na caracterização circunstanciada que apresentamos anteriormente.

Os bairros, em pauta, fazem parte de nossa atuação profissional e social, nos últimos dez anos, através de diversos projetos e programas sociais, desenvolvidos, inclusive pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através do Projeto UNI-Natal, Projeto Saúde no Ar e do Fórum Engenho de Sonhos, ambos projetos estruturantes de articulação de extensão universitária, ensino e pesquisa, bem como através da Disciplina Saúde e Cidadania (Dep. de Saúde Coletiva / Centro de Ciências da Saúde), na qual atuamos na qualidade de tutora por meio de estágio/docência (1999 a 2004).

Todas estas experiências têm em comum o fato de se desenvolverem nos bairros de Cidade da Esperança, Cidade Nova, Felipe Camarão, Bom Pastor e Guarapes, envolverem a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), através da Pró-Reitoria de Extensão Universitária e de contarem com o apoio financeiro da Fundação W. K. Kellogg.

O Projeto UNI-Natal, “Uma Nova Iniciativa de Educação de profissionais de Saúde”, foi um projeto interinstitucional, desenvolvido pela UFRN, em parceria com as Secretarias de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte e do Município de Natal e algumas organizações comunitárias e ONGs. A partir da articulação, em rede, entre os segmentos universidade, serviços de saúde e comunidade, o UNI desenvolveu um conjunto de onze subprojetos de inovação social e tecnológica no campo da educação, saúde e cidadania.

Na Proex se constituía como Programa Estruturante de Extensão que articulava também o Ensino e a Pesquisa. Fazia parte de uma rede de 19 UNIs, desenvolvidos em onze países da América

Entidade de Interesse Público Estadual; h) Titulação como Entidade de Interesse Público Federal; i) Forma de Constituição Civil; j) Registro no Conselho Nacional de Assistência Social; l) Inscrição no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente; m) Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social; n) Finalidade Estatutária; o) Subgrupo de Atuação; p) Atividades ou Serviços Desenvolvidos; q) Tipo de Associativismo; r) Razão Social/Nome Fantasia; s) Endereço, Telefone, Fax, e-mail e Site na Internet; t) Zona Administrativa de atuação/localização da sede administrativa; u) Área de Abrangência; v) Local de Atuação; x) Público Alvo e z) Formas e fontes de Captação de Recursos za) participação em redes e fóruns locais, nacionais e globais; zb) participação nas redes públicas/governamentais de proteção social básica e especial.

Latina e Caribe. O UNI-Natal foi desenvolvido no período de 1993 a 2003, e foi participante importante das iniciativas inovadoras que desenvolveu ou incentivou e que foram absorvidas pelas instituições parceiras.

Dentre as iniciativas existentes, que foram desdobramentos do Projeto UNI-Natal, destacamos a Disciplina Saúde e Cidadania do Departamento de Saúde Coletiva da UFRN, uma Atividade Integrada de Educação Saúde e Cidadania, que faz parte de um programa que envolve, simultaneamente, ações de ensino, pesquisa e extensão e se coloca como iniciativa estruturante no espaço da flexibilização dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos da Área da Saúde da UFRN.

É desenvolvida prioritariamente nos espaços da comunidade e unidades de saúde, e visa oferecer ao aluno, nos primeiros anos dos cursos, um ambiente propício à reflexão sobre os problemas de saúde da população e as ações de atenção à saúde na comunidade. Vivenciando uma experiência de trabalho/aprendizado multiprofissional e interdisciplinar.

O Programa Saúde e Cidadania (SACI) está formalizado e integralizado nos currículos acadêmicos como uma disciplina optativa e complementar, ofertada semestralmente, aos alunos matriculados no primeiro ou segundo período dos cursos de Medicina, Enfermagem, Nutrição, Farmácia, Fisioterapia e Odontologia da UFRN.

O Fórum Engenho de Sonhos de Combate à Pobreza foi um consórcio que envolveu doze organizações não governamentais, projetos e a UFRN, cujo propósito era o desenvolvimento, a partir da constituição de uma rede local, de um projeto de desenvolvimento local direcionado para os jovens dos bairros de Cidade da Esperança, Cidade Nova, Felipe Camarão, Bom Pastor e Guarapes. Teve início em 2000 e foi finalizado no ano de 2004.

O Projeto Saúde no Ar foi uma iniciativa de educação para a saúde, cidadania e protagonismo juvenil, através do rádio, envolvendo adolescentes e jovens em situação de risco social. Foi um dos subprojetos concebidos pelo UNI-Natal e tinha como parceiro a ONG Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua de Natal (MNMNR). Foi desenvolvido no período de 1999 a 2003.

Na busca inicial dos dados uma ferramenta essencial foram os sistemas de busca via acesso à Internet (Google, Scielo, banco de dados virtuais de diversas organizações e órgãos públicos, etc.), que nos permitiram o acesso a dados de diversas ordens.

Para operacionalização do banco de dados, optamos pela planilha eletrônica Excel (Microsoft Office), que embora não possua os melhores recursos de programas de banco de dados especializados, nos possibilitou o manejo das informações coletadas e a elaboração das tabelas, quadros e gráficos que apóiam esta análise, com os conhecimentos de que dispúnhamos.

3.2 De um banco de dados a uma cartografia social e simbólica: nossa construção metodológica e as possibilidades de sua utilização

Segundo Santos (2002), os mapas retratam e ao mesmo tempo distorcem a realidade através de três mecanismos principais: a escala, a projeção e a simbolização. Tratam-se de mecanismos autônomos, porém interdependentes, dado que a escala influencia a quantidade de detalhes que podem ser mostrados, e, em última instância, o fenômeno a ser verificado, bem como a eficácia da simbolização utilizada e as formas e lugares das distorções projetadas.

Estas distorções, contudo, se fazem segundo certas regras e intencionalidades e não de maneira aleatória. De acordo com o fenômeno estudado, as distorções são aceitas a fim de se alcançar um objetivo maior. No caso dos mapas, as distorções da realidade retratada se realizam para instituir o objetivo da orientação ou da representação. Aí se encontra a característica essencial dos mapas, ou seja, para cumprir adequadamente as suas funções, os mapas têm de, inevitavelmente, distorcer a realidade. Nessa distorção, os eixos da orientação e da representação assumem lugares antagônicos, pois, não é possível adequar a praticidade do mapa no sentido da orientação, mantendo a fidelidade rigorosa de sua representação da realidade. Existe, portanto, uma tensão permanente entre representação e orientação. Aqueles que privilegiam a representação seguem a cartografia por mapas-imagem. Já aqueles que privilegiam a orientação, seguem a cartografia por mapas instrumentais.

Apoiado-nos na cartografia simbólica, desenvolvida por Santos (2005a), apresentamos, em breves linhas, os três mecanismos citados.

3.2.1 A escala

A escala é considerada o primeiro grande mecanismo de distorção/representação da realidade. Diz respeito à relação entre a distância no mapa e a correspondente distância no terreno. Implica uma decisão sobre o grau de pormenorização da representação. Quanto maior a escala, maior grau de pormenorização, pois cobre uma área inferior a que é coberta por mapas de pequena escala (versão miniaturizada da realidade, envolvendo uma decisão sobre os detalhes mais significativos e suas características mais relevantes, reduz, por fim, da realidade a sua essência). Deste modo, a

decisão sobre a escala é também a decisão sobre o fenômeno que se quer investigar. Ao mudar a escala, muda-se também o fenômeno.

[...] o mecanismo da escala também se aplica à ação social. Os urbanistas e os chefes militares, tal como os administradores e os legisladores, definem as estratégias em pequena escala e decidem a atuação cotidiana em grande escala. O poder tende a representar a realidade social e física numa escala escolhida pela sua virtualidade para criar os fenômenos que maximizam as condições de reprodução do poder. A representação/distorção da realidade é um pressuposto do exercício do poder (SANTOS, 2002, p. 202).

3.2.2 A projeção

A projeção é considerada o segundo grande mecanismo de produção dos mapas. Cada tipo de projeção cria um campo de representação no qual as formas e os graus de distorção têm lugar, segundo regras conhecidas e precisas. Existem dois tipos de projeção, cujo efeito de exatidão de um é inversamente proporcional ao efeito de exatidão do outro. São eles:

- a) Projeção conformal: representa corretamente as áreas, mas distorcem os ângulos, as formas e as direções.
- b) Projeção equivalente: distorce a área e representa corretamente os ângulos, as formas e as direções.

Os tipos de projeção apontam para um alerta fundamental: as diferentes projeções distorcem de maneira diferente a representação do espaço. Isto, portanto, gera a impossibilidade de se obter o mesmo grau de exatidão na representação dos distintos atributos de um mesmo espaço, haja vista que “tudo o que fazemos para aumentar o grau de exactidão na representação de um dado atributo contribuirá, por certo, para aumentar o grau de erro na representação de qualquer outro atributo” (SANTOS, 2005a, p. 203).

Neste sentido, o cartógrafo terá de, inevitavelmente, realizar escolhas e a escolha de um dos tipos de projeção depende de aspectos técnicos e de aspectos subjetivos, isto é, “a decisão sobre o tipo e o grau de distorção a privilegiar é condicionada por fatores técnicos, mas não deixa de ser baseada na ideologia do cartógrafo e no uso específico a que mapa se destina” (SANTOS, 2005 p. 203).

Outra característica da projeção é que todos os mapas têm um centro, um ponto fixo, um espaço físico ou simbólico referencial (central) à volta do qual se dispersam organizadamente os demais espaços.

Esta relação centro/periferia pode ser observada nos mapas atuais, seja nos cartográficos, seja nos mentais (imagens cognitivas visuais do mundo que nos rodeia que tanto são mais detalhadas

quanto maior nossa relação com o espaço imaginado, atribuindo-se mais significado àquilo que nos é mais familiar e próximo e menos significado àquilo que nos é estranho ou distante).

3.2.3 A simbolização

A simbolização é o terceiro grande mecanismo de distorção/representação da realidade. Lança mão de símbolos (sinais) para assinalar elementos e características da realidade espacial selecionada. Essa sinalização pode se dar por intermédio de sinais icônicos e de sinais convencionais:

- a) Sinais Icônicos: sinais naturalísticos, que estabelecem relação de semelhança com a realidade representada. Ex.: várias árvores para designar a existência de uma floresta;
- b) Sinais Convencionais: sinais mais arbitrários, a exemplo de linhas para designar estradas e fronteiras e círculos de diferentes tamanhos para designar vilas e cidades.

Os mapas, na perspectiva simbólica, podem, assim, ser mais figurativos ou abstratos, assentar em sinais emotivos ou expressivos ou, pelo contrário, em sinais referenciais ou cognitivos. Os mapas, então, podem ser feitos para ser vistos ou lidos e, porque não dizer, também sentidos.

As diversas variáveis que serão manejadas na análise, em pauta, foram articuladas conforme os três patamares identificados por Santos (2005a), para o espaço específico da regulação jurídica, ora adaptados para nossa pesquisa, cometendo-se com isso, o que Cortesão e Stoer (2002, p 388) considera uma “dupla transgressão metodológica”, por ser a cartografia simbólica do campo do direito uma elaboração baseada num conhecimento gerado para outras ciências, as ciências geográficas e cartográficas. Estamos, portanto a nos aventurar pelas potencialidades de reflexão que sua aplicação na análise do campo da sociedade civil possa nos oferecer.

São eles os patamares da *detecção* (distingue o relevante do irrelevante), da *discriminação* (distingue os tipos de ação social entre semelhante e diferente) e da *avaliação* (distingue a qualidade ética da ação, ensejando uma variação de sentidos). Esses patamares, conforme foi concebido por Santos (Idem) para a análise do campo do direito, possibilitam os seguintes exercícios:

- a) Patamar de detecção: diz respeito a um nível mínimo de pormenor da ação social que pode ser objeto de regulação e que permite distinguir entre o relevante e o irrelevante;
- b) Patamar de discriminação: diz respeito às diferenças mínimas na descrição da ação social, suscetíveis de justificar diferenças de regulação e permitindo distinguir entre o mesmo (que deve ter tratamento igual) e o distinto (que deve ter tratamento diferente);

- c) Patamar de avaliação: diz respeito às diferenças mínimas na qualidade ética da ação social, suscetíveis de fazerem variar qualitativamente o sentido da regulação, permitindo distinguir entre o legal e o ilegal ou o legítimo e o ilegítimo.

Assim como no campo do direito, os patamares de análise da regulação jurídica podem ser, por analogia, aplicados ao objeto de estudo desta pesquisa. Quanto ao *patamar da detecção*, temos a definição da escala pequena e média, como definidora dos níveis de detalhes desejados para a realização de um desenho panorâmico das organizações que atuam com adolescentes e jovens na área geográfica definida; quanto ao *patamar da discriminação*, elegemos os caracteres relevantes para identificar as organizações entre as categorias existentes na classificação construída em relação às configurações de sociedade civil (pequena escala) e quanto aos tipos de associativismo (média escala). Enfim, pelo *patamar da avaliação*, pudemos distinguir algumas variações qualitativas entre as organizações e, conseqüentemente, uma variação de sentido quanto à sua descrição no aspecto valorativo, uma vez que, ao identificar como se situam em meio a um contínuo entre “o pólo da institucionalidade e o pólo da insurreição” (SANTOS, 2005a, p.12), que se manifestam no interior da sociedade civil, distinguem formas determinadas de inserção no espaço público e de afinidade com os projetos de sociedade hegemônicos (adaptação) e contra-hegemônicos (transformação) existentes e em disputa em nosso tempo.

Santos, referindo-se à sua análise do campo do direito, faz a seguinte reflexão orientadora quanto às variáveis das distintas formas de direito ou modos de juridicidade, cujos enfoques julgamos que também se aplicam no exercício de análise em curso:

Essas diferentes formas variam quanto aos campos de ação social ou aos grupos sociais que regulam, quanto à sua durabilidade [entenda-se em nosso caso, por temporalidade], que pode ir da longa duração da tradição imemorial até à efemeridade de um processo revolucionário, quanto ao modo como previnem os conflitos individuais ou sociais e os resolvem sempre que ocorram, quanto aos mecanismos de reprodução da legalidade, e distribuição ou sonegação do conhecimento jurídico. (SANTOS, 2005, p. 205) [grifo com sublinhado nosso]

No que tange ao **mecanismo da projeção**, este será útil para a definição das fronteiras na descrição destas organizações civis, bem como para sua tipificação e classificação. Sendo um dos elementos principais da projeção, o seu referencial de centralidade, ou seja, a existência de um ponto central ao redor do qual se situam os demais pontos do mapa, estaremos manejando basicamente com duas centralidades, quais sejam as dimensões temporal e espacial, enquanto fatores referenciais de detecção dos perfis e ações das organizações.

Aplicada ao nosso objeto de estudo, o uso da projeção irá designar as relações possíveis (ou não) entre os contextos sócio-históricos em que as organizações foram formalizadas e os respectivos

perfis encontrados, bem como que relações poderemos encontrar quando admitimos o espaço – bairros/ áreas de abrangência da pesquisa – como elemento de centralidade da análise.

Em relação à **temporalidade**, buscaremos perceber se existe relação entre a época (contextos sócio-históricos) em que as organizações foram formalmente criadas (as décadas) e o perfil de atuação que apresentam. Neste sentido, alguns cruzamentos de dados são possíveis:

Quanto à década de instituição formal *versus*:

- a) inscrição/registro junto aos conselhos de direitos;
- b) participação em Fóruns e Redes;
- c) formas e fontes de captação de recursos públicos e/ou privados;
- d) existência de Títulos de Utilidade Pública e certificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP);
- e) tipos de associativismos encontrados e ausentes.

Em relação à **espacialidade**, procedemos os seguintes cruzamento de dados, os distintos bairros e regiões administrativas onde estão localizadas as sedes das organizações, *versus*:

- a) tipos de associativismos encontrados e ausentes;
- b) grupo de atividade principal ou subgrupos de atividade;
- c) campos de ação social (pode ser temático e espacial/geográfico – quando as organizações chegaram nos respectivos bairros);
- d) títulos de utilidade pública e certificação como OSCIP;
- e) participação em Fóruns e Redes.

Por fim, o mecanismo da simbolização terá seu lugar na presente pesquisa devidamente condicionado e articulado aos mecanismos anteriores. Nele, buscaremos formas de representação da realidade das organizações sociais através de algumas das possíveis metáforas que o objeto de estudo engendra.

Na cartografia social de Boaventura de Sousa Santos (2002), a simbolização, como forma de construir a “*face visível da representação da realidade*” (SANTOS, 2002, p. 217), assume duas metáforas distintas: a metáfora de Homero (Odisséia) e a metáfora bíblica. No estilo homérico, os significados são bem delimitados, inequívocos, recorrendo-se a formas exteriorizadas sem qualquer perspectiva psicológica ou lastro histórico (olhar instrumental). Já no estilo bíblico, os significados são sensíveis à complexidade dos problemas humanos, falando, inclusive, pelo não-dito, pelo pano de fundo dos acontecimentos, pela ambigüidade dos sentidos e pela centralidade das interpretações à luz da história (olhar imagético e figurativo), permitindo, como sugere Santos (2002, p. 94) ao expressar a

sua preferência pela leitura paradigmática³⁷ do tempo presente, o florescer das nossas sensibilidades e criatividade, exercitando os sentidos e a racionalidade, a partir dessa leitura, com vistas a conseguir encontrar os sinais deixados por essas experiências e iniciativas transformadoras, que se capilarizam nas periferias, sinais e expressões de cooperação, de solidariedade de resistência, que acontecem no espaço cotidiano.

O mecanismo da simbolização se aplica à nossa pesquisa na metáfora de Homero (Odisséia), quando aplicamos a média escala, definição dos tipos de associativismos, mais objetiva e próxima da realidade das organizações no observar de suas ações e atividades; e em sua metáfora bíblica por ocasião das análises entre os pontos que se mostraram recorrentes, a partir dos grupos de organizações definidos pelos tipos de associativismo e que, em diálogo com alguns autores, expressamos nossa interpretação de seus significados. As recorrências escolhidas se referem às seguintes questões: formas de institucionalização, reconhecimento público e credenciamentos formais; participação nos espaços de controle social, de discussão política e de formulação de políticas sociais; e os temas como potenciais multiculturais de emancipação.

Identificamos que, em meio às questões acima, se manifestam, no espaço do cotidiano das organizações, as idéias dos projetos políticos (confluência perversa) já mencionados que, como alerta Dagnino (2004, p.96-97), estabelecem e reproduzem “dois conjuntos de princípios básicos sob os quais se articula toda uma variedade de subprojetos” cuja distinção torna-se difícil pela aparente coincidência de interesses, em torno do papel da sociedade civil:

Ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva. Essa identidade de propósitos, no que toca à participação da sociedade civil, é evidentemente aparente. Mas essa aparência é sólida e cuidadosamente construída através da utilização de referências comuns, que tornam seu deciframento uma tarefa difícil, especialmente para os atores da sociedade civil envolvidos, cuja participação se apela tão veementemente e em termos tão familiares e sedutores. A disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia. (DAGNINO, 2004, p. 97)

Conforme já assinalamos, a cartografia simbólica desenvolvida por Santos tem como objeto a representação social da realidade, conforme os mecanismos e estratégias de elaboração de mapas territoriais, sociais e simbólicos.

³⁷ Santos (2002) descreve duas perspectivas de ler a realidade as leituras paradigmáticas e subparadigmáticas. A leitura paradigmática é aquela que apela aos atores coletivos que privilegiam a ação transformadora enquanto a leitura subparadigmática apela aos atores coletivos que privilegiam a ação adaptativa. (p. 93) E aponta que “(...) os atores que privilegiam a leitura paradigmática tende a ser mais apocalípticos na avaliação dos medos, riscos, perigos e colapsos do nosso tempo e a ser mais ambiciosos relativamente ao campo das possibilidades e escolhas históricas que está a ser revelado.” (SANTOS, 2002, p 94) Para os atores que privilegiam a leitura subparadigmática, “as atuais transformações globais na economia, na política e na cultura, apesar de sua relevância indiscutível, não estão a forjar nem um novo mundo utópico, nem uma catástrofe. Expressam apenas a turbulência temporária e o caos parcial que acompanham normalmente qualquer mudança nos sistemas rotinizados.” (idem, ibidem)

Diante das associações realizadas entre os mecanismos de representação e distorção da realidade (escala, projeção e simbolização), bem como sua aplicação no universo de investigação das organizações sociais, construímos quadros referenciais de análise, relacionando alguns dos elementos do debate sobre o campo e os sujeitos sociais da sociedade civil e sua caracterização.

Como forma de articular as identidades e igualdades que unem as organizações cartografadas, nos apoiamos nas formulações de Rivera (1998), e realizamos a construção de uma tipologia básica de associativismo, a partir da adaptação das tipologias por ele elaboradas.

Por associativismo civil, estaremos tomando de empréstimo o conceito construído por Rivera, que estabelece que:

[...] el concepto de asociacionismo civil para referirnos a las distintas formas de acción colectiva relativamente institucionalizada que constituyen la parte activa de la sociedad civil, mientras que éste concepto permanece como el más abstracto, definiendo a la vez un orden institucional y un conjunto de actores y movimientos. (RIVERA, 1998, p. 7)

Ao apresentar sua tipologia, ressalta o próprio autor, que não se trata de uma tipologia exaustiva que alcance toda a diversidade da sociedade civil, mas sim de “una clasificación primaria” de caráter operacional. As distintas formas de associativismo ora adotadas foram estabelecidas conforme as características das organizações, suas funções e formas de relacionamentos que estabelecem no espaço público local e global, bem como em sua experiência e história real. Essas características lhes conferem diversos potenciais de influencia no espaço público e essa influência, como já anunciado, transita entre a regulação e a emancipação.

la sociedad contemporánea existen muy diversas formas de asociacionismo, cada una de las cuales tiene un origen histórico, una forma particular de institucionalización, una vía de legitimación de sus prácticas y un modo particular de relación con los sistemas político y económico. (RIVERA, 1998, p. 11)

A seguir, trazemos a classificação das organizações da sociedade civil cartografadas, conforme seus tipos de associativismo:

- a) Associações Religiosas (AR): têm em sua base a orientação religiosa e dependem, com frequência, da hierarquia eclesiástica. Dadas as diferentes posições relativas ao papel religioso, estas organizações se apresentam com algumas distinções:
- Promoção Social: possuem grande importância na geração de um ideal/visão de mundo, (valores cristãos da solidariedade e da justiça social) e uma interpretação da religião numa perspectiva libertária, criando e nutrindo (política e ideologicamente) outros atores e movimentos sociais. Expressam uma vocação transformadora nos setores progressistas da Igreja Católica na América Latina. São as Comunidades Eclesiais de Base, as

Pastorais católicas relacionadas com alguns temas sociais, como: juventude, Terra, Justiça e Paz, etc;

- Religiosa / Civil e Corporativas: estão vinculadas aos setores mais conservadores e tradicionais das Igrejas Católicas e Evangélicas (grupos pentecostais / carismáticos), bem como grupos maçônicos. Atuam com vigor no espaço público, em geral em torno de temáticas de ordem moral e corporativas, possuindo influência política importante, inclusive ocupando espaços na política institucional;
 - Religiosa / Cultural e Educacional: assumem atividades específicas e estruturadas no campo religioso/cultural e educacional (Provida, escolas católicas e evangélicas de todos os níveis, inclusive universidades, etc.). Estão vinculadas a congregações de âmbito nacional ou internacional. Possuem personalidade jurídica, principalmente aquelas ligadas às atividades educacionais. As que atuam no campo religioso/cultural têm sua ação vinculada à idéia de ajuda mútua e humanitária, generosidade cristã, ecumenismo. Desenvolvem ações educacionais e/ou de promoção social, orientadas eticamente pelos valores cristãos, de solidariedade e de ecumenismo. Estas associações tradicionalmente exercem grande importância na geração de um ideal/visão de mundo, (valores cristãos da solidariedade e da caridade) e uma interpretação da religião que defende a justiça social e a paz entre os povos. Além disso, a atuação dessas associações tem criado e nutrido (política e ideologicamente) outros atores e movimentos sociais;
- b) Associações de Assistência Social Privada (ASP): têm atuação pautada pela concepção da caridade e ajuda aos necessitados. Tomam aqueles a quem ajuda como objetos da ação e não como sujeitos; expressam um conceito de solidariedade cristã e de moral pública que não questionam a ordem estabelecida nem pretendem modificá-la. Sendo assim, não criticam nem questionam as causas da pobreza, atuando apenas no sentido de combater ou minorar seus efeitos pela via assistencial tradicional. São, em sua maioria, legalmente constituídas, captam recursos públicos governamentais e executam formas de assistência social originariamente de responsabilidade estatal, assumindo uma função gerencial nessa assistência. Incluem-se nessa tipologia as instituições filantrópicas, e as que atuam com saúde e amparo em situações de crise.
- c) Associações de Tipo Cultural (AC): incluem-se nessa tipologia os grupos musicais e de dança, teatrais e artísticos, em geral; grupos de defesa do patrimônio histórico, de recuperação e preservação de tradições culturais, etc. Estas associações representam a parte ativa do patrimônio cultural de cada nação e são parte fundamental na criação e

manutenção da identidade nacional. Têm uma grande importância simbólica pela possibilidade de constituírem-se em movimentos de resistência à indústria cultural e de massa. Em sua maioria elas não possuem personalidade jurídica e carecem de reconhecimento e apoio oficiais. Estas associações podem ser absorvidas pela indústria do espetáculo e entretenimento e converter-se, em parte, em vendedores de produtos culturais.

- d) Associações de tipo Político/Cultural (PC): mais conhecidas como organizações não governamentais ou organizações civis, possuem vocação deliberada e explícita por transformar uma ordem social, pautando-se, para tanto, em princípios éticos/políticos de caráter mais universais. São organizações formais com algum tipo de registro legal, influenciam na formulação de políticas públicas estruturantes, ocupam os espaços formais de participação como os Conselhos de Direitos, bem como espaços políticos não formais: fóruns e redes locais e globais. Possuem boa capacidade de gestão e desenvolvem ações de intervenção direta em projetos de promoção do desenvolvimento, criação de grupos e movimentos culturais, temáticas de ordem multiculturais (gênero, geração, etnia, ecologia, etc.). São originárias e ou fortemente influenciadas pelos movimentos sociais tradicionais (partidário e sindical). Postulam os preceitos da democracia participativa e o valor da autonomia da sociedade, frente aos sistemas político (institucional) e econômico. Criam novas agendas sociais e políticas e são atores importantes para uma estratégia alternativa de desenvolvimento e democratização.

Outra vertente desta classificação aflora como “os novos movimentos sociais”, organizações não governamentais que refletem uma conotação mais sociocultural que propriamente política. Com atuação em âmbito nacional ou global, estas associações trabalham em geral em torno de temas fortemente concentrados na vocalização de metas não “materiais”, tópicas e particulares, tais como as “políticas de identidade” e de ordem multicultural (direitos humanos, ecologismo, pacifismo, étnica, religião, cultural, gênero e geração); atores da “cibermilitância”. Refletem e vocalizam uma intenção deliberada e explícita por transformar uma ordem social que se considere injusta à luz de princípios éticos/políticos e defendem a idéia de uma cidadania e de uma sociedade civil global. Operam em rede sem prever regularidades e hierarquias organizacionais, o que lhe confere baixa capacidade operacional e de intervir de forma mais institucional no espaço público. Nem sempre são organizações formalizadas (com registro legal). Fomentam e participam de fóruns e redes, com forte atuação política e social, em espaços formais e

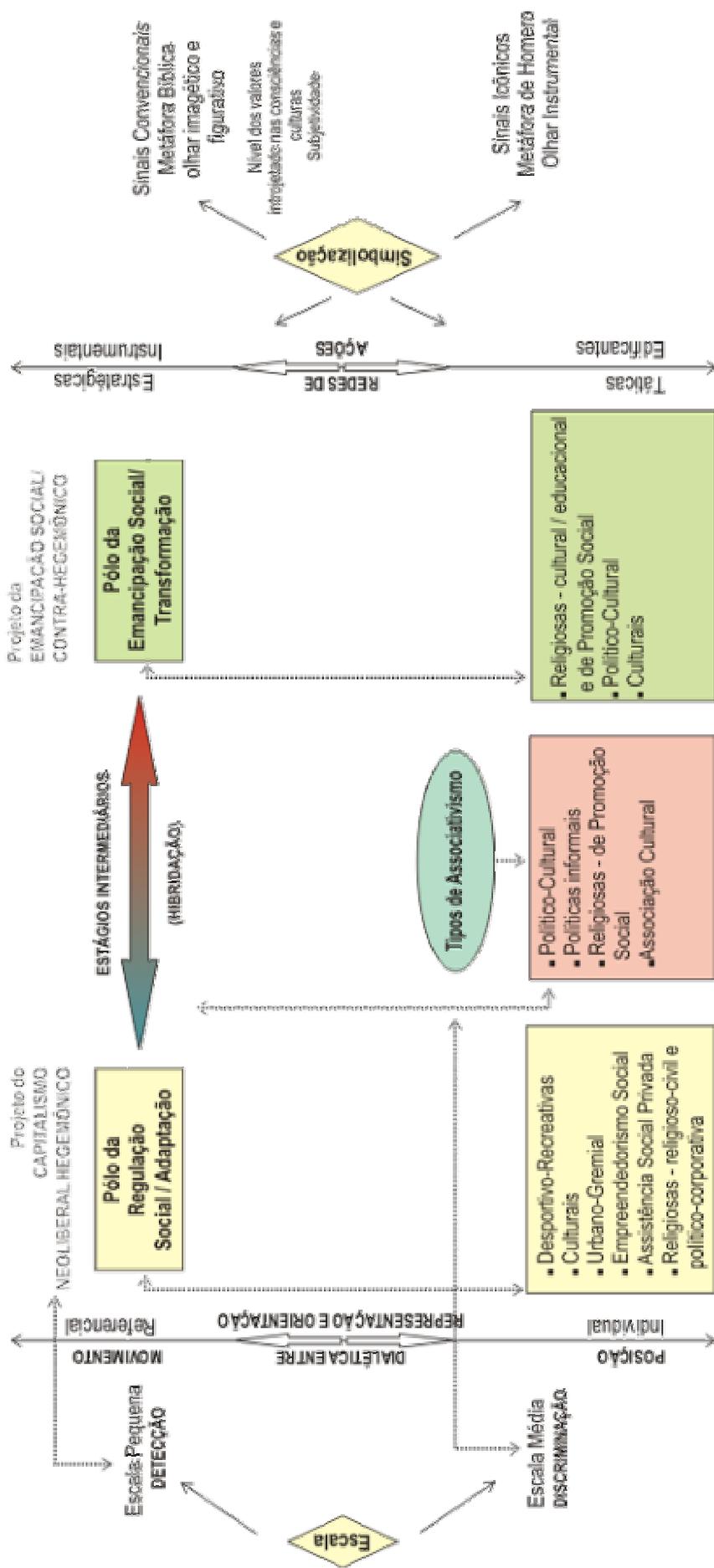
institucionais e alternativos. Estas associações são de fundamental importância no mundo contemporâneo, na medida em que postulam um conceito participativo de democracia e o valor da autonomia da sociedade, frente aos sistemas político e econômico. Criam e pautam novas agendas sociais e políticas e são, por conseguinte, atores relevantes para uma estratégia alternativa de desenvolvimento e democratização. Assumem orientação supra-institucional e supranacional; Buscam ativar uma sociedade civil mundial. Possuem fragilidade pela flexibilidade e fluidez de sua proposta de atuação, pouco factível e imperfeita e não claramente definida, em termos lógicos, políticos e operacionais.

- e) Associações do Tipo Urbano/Gremial (UG): têm atuação em torno de interesses de grupos bem específicos e localizados geograficamente, como distritos, comunidades ou bairros e vão desde as associações de moradores de algum bairro, edifício, ou de um conjunto deles; até grupos populares urbanos, organizados com frequência como demandantes de serviços públicos. Podem assumir duas vertentes: a) ser mobilizados por um particularismo gremial (corporativo) e despolitizado; b) imbuídos de um universalismo cidadão, criando uma curiosa mescla de prática privatista/corporativa com uma cultura associativa mobilizada por um sentido de solidariedade comunitária, (liberista social).
- f) Associações Políticas de Tipo Informal (PI): com este perfil de organização temos duas subdivisões:
- Promovem lutas políticas pautadas em princípios éticos universais, em âmbito nacional e internacional. Buscam a criação de uma esfera pública transnacional, em relação aos direitos individuais, coletivos e políticos e criam novas formas de participação política da sociedade. Expressam-se mais como movimento social do que como instituição. Atuam, em geral, em rede e possuem pouca organicidade e capacidade gerencial. Sua existência e atuação são fundamentais para o fortalecimento da atuação e autonomia da sociedade civil. Em sua maioria, elas não possuem personalidade jurídica mas gozam de uma institucionalidade política que as faz serem ouvidas em espaços formais e oficiais.
 - Promovem lutas políticas que influenciam na regras do sistema político formal. Buscam a ampliação da esfera pública, em relação aos direitos individuais e políticos e criam novas formas de participação política da sociedade. Expressam-se mais como movimento social do que como instituição. Sua existência e atuação são fundamentais para os fins de fortalecimento da atuação e autonomia da sociedade civil. São movimentos como o MST, Fóruns e Redes locais e regionais que articulam políticas públicas locais e nacionais.

- g) Associações Privadas de Tipo Desportivo e Recreativo (DR): são importantes como instâncias primárias de socialização das elites e das quais podem surgir também iniciativas assistencialistas. Possuem personalidade jurídica e em geral captam recursos públicos/governamentais. Têm também grande poder de agregação de grupos juvenis. As originárias de bairros periféricos, em sua maioria, não possuem registro legal.
- h) Associações voltadas para o Empreendedorismo Social (PSS): funcionam quase como empresas privadas, na medida em que negociam produtos, distinguindo-se destas pela natureza desses produtos. Podem atuar em parceria com empresas que desenvolvem algum nível de ação de responsabilidade social e entendem a estratégia de “venda” de produtos e serviços sociais como uma alternativa de sustentabilidade econômica e de intervenção social.

Trazemos, na seqüência, o mapa conceitual da Cartografia Social ora apresentada, que permite-nos visualizar as diversas relações entre os mecanismos adaptados da cartografia simbólica desenvolvida por Boaventura Santos – a escala, a projeção e simbolização – à nossa análise do campo das organizações da sociedade civil.

Mecanismos de análise - ESCALA / PROJEÇÃO / SIMBOLIZAÇÃO



MAPA 4 - Mapa conceitual da aplicação da Cartografia Simbólica de Boaventura de Sousa Santos à análise do Universo das Organizações da Sociedade: Civil de Natal

FONTE: Elaboração nossa - 2006

3.3 Um sobrevôo sobre o campo das organizações da sociedade civil de Natal – percepções, resultados

A idéia de um mapeamento das organizações que atuam com adolescentes e jovens em Natal não revela apenas uma necessidade do presente estudo. Esse tema tem mobilizado e gerado diversas iniciativas que vêm sendo empreendidas por universidades, institutos de pesquisa, organizações da sociedade civil, dentre outros, no sentido de produzir e sistematizar informações que possam colaborar para um estudo mais profundo dos sujeitos sociais atuantes nesse campo e o seu significado no momento atual de nossa história.

Uma dessas iniciativas foi o estudo realizado pelo IBGE/IPEA, em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), no ano de 2004, intitulado “As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – 2002”³⁸, que realizou um levantamento das organizações da sociedade civil do país, no sentido de construir um retrato mais completo dessas instituições, bem como elaborar e aplicar, em conformidade com critérios internacionais, uma proposta de identificação e de classificação das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) do Brasil.

Trazemos alguns dados, desse estudo, que apóiam o exercício do mecanismo da escala (relação global/local) de nossa cartografia, relacionando as distintas informações que temos sistematizado a partir do “Espaços dos 4 Bairros”, com contextos maiores, nesse caso, na escala de Brasil.

Segundo o estudo do IBGE/IPEA, entre 1996 e 2002, o número de FASFIL cresceu de 107 mil para 276 mil organizações classificadas como sem fins lucrativos –, um crescimento de 157% no período – sendo que 44% delas estão no Sudeste³⁹.

A proporção em que as organizações foram criadas supera em muito a velocidade de surgimento de instituições dos outros segmentos, inclusive entre as empresas privadas, que cresceram na ordem de 66%, no mesmo período. Houve, portanto, uma ampliação na representação dessas organizações no Cadastro em pauta; em 1996, as FASFIL representavam 3% das entidades contidas no Cadastro; e em 2002, essa proporção elevou-se para 5%.

³⁸ O estudo nacional foi desenvolvido a partir dos dados contidos no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE e as análises e interpretações elaboradas, em conformidade com critérios internacionais, foram realizadas no sentido de construir uma proposta de identificação e de classificação das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL), no Brasil. Os dados analisados permitiram a resposta das seguintes perguntas: quantas são as FASFIL brasileiras, onde estão, qual a idade, qual o porte, o que fazem, e quantos assalariados empregam.

³⁹ 1/3 das organizações do país estão nos estados de São Paulo (21%) e Minas Gerais (13%).

Em proporção à população do país, o estudo também identifica que existe uma organização sem fins lucrativos para cada 60 mil habitantes, cuja distribuição acompanha de forma proporcional a distribuição da população do país. De acordo com o nosso levantamento local inicial, no qual foram identificadas 306 organizações da sociedade civil e fazendo um exercício semelhante ao estudo nacional, verificamos que, em termos de distribuição espacial, a maior parte delas está sediada nas regiões Leste e Oeste⁴⁰.

Esse dado nos parece interessante, pela sua objetividade, pois permite-nos, mesmo grosseiramente, refletir sobre qual o impacto das organizações da sociedade civil, tendo em mente sua localização espacial e capacidade de cobertura em relação à demanda social.

Tomando como referência as organizações com localização definida que somam 275 organizações, 64% (176) delas encontram-se sediadas nas duas regiões mais ricas da cidade (Leste e Sul), restando 36% (99) das organizações, localizadas nas regiões Norte e Oeste, onde se concentra a maior população absoluta de Natal e a maior parte da população em situação de pobreza e vulnerabilidade social e pessoal.

Também encontra-se uma mesma tendência de concentração e de distribuição da pobreza e dos recursos, até mesmo, quando mapeamos os recursos sociais de origem privada. Esclarecemos que, para ter uma relação de proporcionalidade mais real, excluimos nesse ponto (para efeito de cálculo dos percentuais) as 31 organizações que não conseguimos, no tempo de coleta de dados, identificar seu endereço.

⁴⁰ Com exceção das organizações comunitárias, que mapeamos apenas as dos bairros do espaço da pesquisa, a maioria das demais tipologias estão nos bairros de Cidade da Esperança, Dix-Sept Rosado e Quintas.

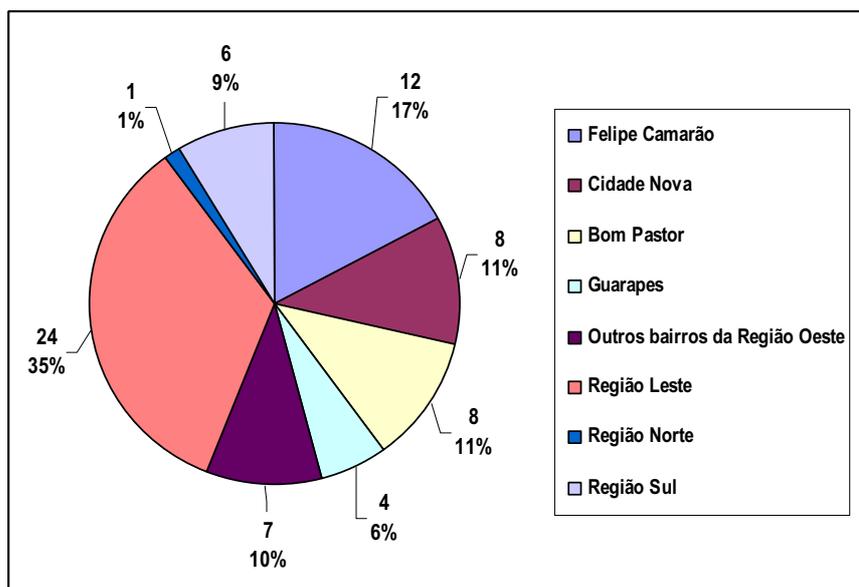


GRÁFICO 4 – Total das organizações cartografadas por tipo de associativismo e localização da sede administrativa – 2006

FONTE: Dados da pesquisa

Quanto à idade das organizações civis, o estudo nacional mostra que as entidades sediadas no Norte e no Nordeste são bem mais jovens do que aquelas com endereço no Sudeste e no Sul. Mais de 70% das FASFIL, localizadas nas primeiras duas regiões (72% e 74%, respectivamente) foram inauguradas depois de 1990.

Nas Regiões Sudeste e Sul, esses percentuais são de 56% e 57%, respectivamente. Ainda assim, segundo os analistas responsáveis pelo estudo, a região Sudeste abriga o maior número de entidades mais jovens: das 238 mil FASFIL criadas a partir de 1990, 40% encontram-se nesta região. As organizações de saúde e educação estão entre as mais antigas, particularmente, hospitais e escolas de segundo grau.

Na escala local, considerando o universo das organizações cartografadas, a taxa de crescimento foi bem inferior⁴¹ à encontrada no estudo nacional; entre os anos de 1996 e 2002, o número de organizações aumentou apenas 42%, saído de 31 organizações em 1996 para 44 organizações em 2002, como pode ser visualizado no gráfico a seguir.

⁴¹ A quantidade de organizações criadas por década, em nossa cartografia, pode indicar apenas uma tendência, uma vez que não trabalhamos uma amostragem definida em função de critérios técnicos probabilísticos, e sim em função dos perfis das organizações.

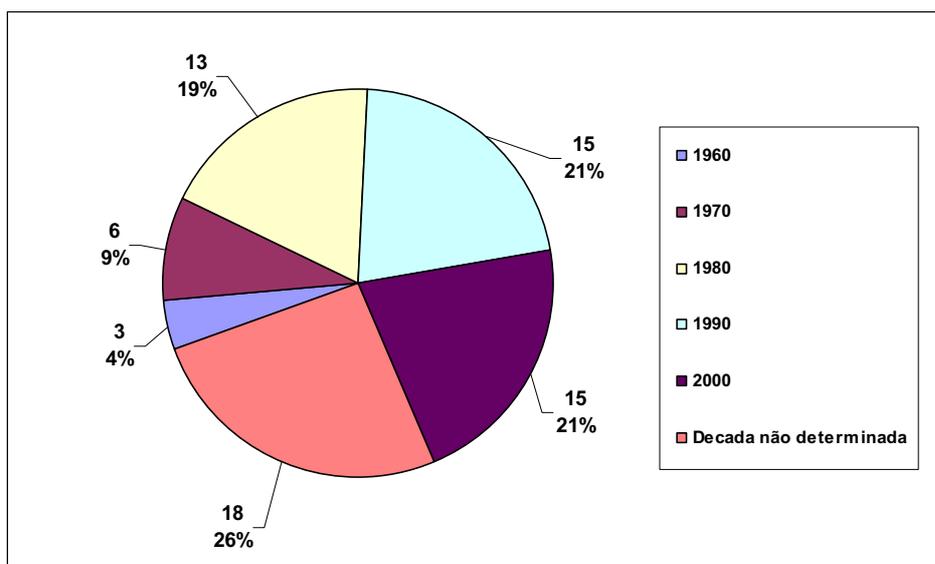


GRÁFICO 5 : Organizações cartografadas por década de instituição – 2006

FONTE: dados da pesquisa

Em relação à composição interna desse grupo, observa-se que pouco mais da metade (51%) corresponde a organizações de tipo Urbano/Gremial, sendo que, dentro desta tipologia, um terço (32%) é constituído por centros e associações comunitárias e de moradores e 10% referem-se a organizações que defendem direitos de grupos específicos e minorias. Um número menor de FASFIL se dedica a ações culturais e recreativas: cerca de 38 mil. Elas correspondem a 14% do total e estão mais concentradas em entidades esportivas e de recreação do que em atividades culturais e artísticas, propriamente ditas.

Em termos de área principal de atividade, em nível nacional evidencia-se o crescimento recente das entidades voltadas para a promoção do desenvolvimento e defesa de direitos. Estas representam 16% do total das FASFIL, e a maior parte delas (76%) foi criada depois de 1990. O gráfico abaixo possibilita uma melhor visualização deste contexto.

As organizações que atuam, prioritariamente, na área de assistência social representam 12% das FASFIL. Estão aqui incluídas as entidades voltadas para o atendimento de grupos específicos da população (crianças, adolescentes infratores, idosos, pessoas com deficiência, dentre outros). “Nesta área verifica-se uma ambigüidade de fronteiras com o campo das religiões, onde a função confessional aparece muitas vezes imbricada com a ação social secular e pública.” (IBGE/IPEA, 2004, p. 34) Em termos de distribuição espacial também é no Sul que as entidades assistenciais são proporcionalmente mais numerosas.

O estudo informa ainda que, de um modo geral, o crescimento não ocorreu de forma homogênea entre todas as áreas de atuação, sendo maior nas áreas de meio ambiente, desenvolvimento, e defesa dos direitos, nas quais o número de organizações civis aumentou mais que

quatro vezes, nesses seis anos, passando da quinta posição (10%), em 1996, para a segunda (16%), em 2002.

Houve crescimento menos expressivo nas áreas de saúde, que teve um crescimento de 56%, e entre as entidades de religião, que diminuíram sua participação relativa, passando de 30% do total das FASFIL, em 1996, para 26%, em 2002, ainda que permaneçam como o grupo mais numeroso.

Ao observar como se comportam as organizações da sociedade civil do Brasil, a partir dos aspectos que destacamos do referido estudo, fazemos um exercício de pensar em escala, na medida em que estamos observando também se algumas das características e tendências identificadas no cenário nacional (pequena escala), trazidas para este trabalho, a partir do estudo do IBGE/IPEA, estão presentes também no local, no “Espaço do 4 Bairros” (grande escala). Ou seja, se as nossas regularidades e diferenciações seguem alguma tendência mais geral, em relação às regularidades e diferenciações presentes no cenário nacional e internacional. Alguns dos dados, que estaremos comparando, dizem respeito às formas de distribuição espacial no país e na cidade de Natal, os períodos em que foram criadas, bem como quanto aos temas e áreas em que atuam.

3.4 Formas de institucionalização, reconhecimento público e credenciamentos formais

Um dos pontos que observamos e elegemos, para a análise das formas de institucionalização, reconhecimentos públicos e credenciamentos formais, que estão presentes nos perfis das organizações, foi a presença de diplomação como entidades de interesse público, que é conferida através da concessão dos Títulos de Utilidade Pública, bem como de qualificação como OSCIP.

São formas de reconhecimento público concedidas pela via institucional e Estatal e que nos chamam atenção por serem instrumentos que, em última instância, conferem sustentação para a criação e operação dessas organizações. As escolhas feitas, em termos legais, são reflexos também das escolhas políticas que estas fazem, sejam elas conscientemente ou não.

A idéia de considerar organizações da sociedade civil como de utilidade pública tem raízes próprias, tanto na história brasileira, quanto por influências de um conceito internacional, principalmente europeu, que remonta ao século XIX. No Brasil, nos primeiros anos do século XX, a partir de 1905, já se encontram os decretos que declaram de utilidade pública certas instituições importantes à vida social nacional daquela época, bem como aquelas envolvidas com a caridade e o cuidado com os

indigentes, uma vez que, até então, o Estado não reconhecia como sua a responsabilidade com o bem-estar de todas as pessoas, posição que muda a partir da Constituição da República de 1934, cujo preâmbulo já indica essa mudança:

Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (MARTINS, 2006, p. 3: Preâmbulo da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934) [grifo do autor]

A conversão em Lei do reconhecimento de organizações, como de Utilidade Pública, ocorreu na esfera federal em 1937, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, que assumiu o poder pela via militar em 1930.

Para entender o significado que esses instrumentos formais podem estar tendo para as organizações da sociedade civil, partimos do levantamento, em termos quantitativos, do universo das organizações que os possuem, verificando, a partir da aplicação dos mecanismos da escala, da projeção e da simbolização, em suas dimensões temporal, espacial (referencial) e de identidade, aquilo que, em termos de institucionalização, as igualam e as unem ou aquilo que as diferenciam ou separam.

Como podemos observar na tabela abaixo (Tabela 4), a proporção de organizações detentoras de títulos federais que se encontram no estado do Rio Grande do Norte e, particularmente, na cidade de Natal e no “Espaço dos 4 Bairros”, revela a concentração destas entidades, mantendo-se as relações de desigualdades regionais e sociais, verificadas em outros campos. Em termos de Brasil, existe 1 entidade diplomada como de Utilidade Pública Federal para cada 1.207 habitantes; no Rio Grande do Norte, essa proporção é de 1 para cada 13.711 habitantes.

TABELA 4 – Títulos de utilidade pública federal, registro no CNAS e certificação como OSCIP – por área de abrangência – Brasil a espaço da pesquisa – 2006

Títulos / Registros	Brasil	RN	Natal	Região Oeste	4 bairros
Registro no CNAS (2003)	15.478	222	60	12	2
Título de Utilidade Pública Federal (2006)	11645	87	37	7	2
OSCIP (2006)	4.050	44	28	2	1

FONTES: Site do Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Justiça – Nov 2006:
<http://www.mj.gov.br/snj/utilidadepublica/consulta.htm>; e <http://www.mj.gov.br/sistemas/OSCIP/resultadoconsulta.asp>

Essa relação desigual de proporcionalidade reproduz-se, no nível do estado, cidade e bairros de Natal, ou seja, as regiões do país e da cidade, consideradas mais desenvolvidas economicamente, concentram um número bem mais representativo de organizações com títulos estatais de interesse ou

utilidade pública. Essa credencial pode favorecer, por exemplo, a captação e aplicação de recursos, em suas respectivas áreas de atuação.

Da observação dos números levantados referentes ao município de Natal, em particular ao universo empírico do nosso trabalho, identificam-se apenas duas organizações da sociedade civil, com sede em um dos quatro bairros estudados (Felipe Camarão), que possuem Título de Utilidade Pública Federal, correspondendo a uma representatividade, em relação à cidade, de apenas 5% da sua totalidade.

Porém, as duas organizações são de âmbito nacional e global, possuindo uma unidade no bairro citado, sendo que os títulos foram conferidos através de suas respectivas matrizes ou escritórios centrais, ambos situados na região Sudeste do país. Significa dizer que, havendo uma alteração nas linhas estratégicas das organizações, as mesmas, por exemplo, podem mudar-se de bairro, de cidade ou de estado, levando consigo seus credenciamentos.

Quanto aos títulos de Utilidade Pública Municipal e Estadual, conferidos às organizações cartografadas, 31% (22) delas possuem Título Estadual e 35% (25) possuem Título Municipal.

No que diz respeito à esfera do município, o mesmo texto legal de 1937, usado para o âmbito federal, foi transformado em lei municipal em um outro período, de regime ditatorial, em 1967⁴², pelo então prefeito da cidade de Natal, o jornalista Agnelo Alves. Neste sentido, como aponta Martins (2006), os termos desse reconhecimento tiveram um contexto original fortemente marcado pelo autoritarismo.

Quanto à existência de regulamentação dos critérios para concessão do referido Título na esfera estadual, segundo informações fornecidas pela Secretaria Geral da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, estes não estão definidos em lei, existindo orientação apenas quanto à documentação a ser anexada ao pedido de concessão, que é apresentado por via de projeto de lei parlamentar, votado em assembléia e sancionado pelo executivo estadual.

No que tange a essas duas esferas locais (municipal e estadual), verifica-se, contudo, uma semelhança quanto ao elevado número de certificações por elas canceladas. Ao fazermos a busca nos bancos de dados da Câmara Municipal de Natal e Assembléia Legislativa do RN, constatamos que esse título é concedido com extrema facilidade, sugerindo haver uma banalização do seu significado. Sendo assim, embora permaneçam válidas as suas prerrogativas práticas e legais, o mesmo não se pode dizer quanto ao seu significado em termos de legitimidade ou credibilidade pública ou política, no

⁴² A Lei Ordinária de Nº 1721 de 29 de dezembro de 1967 (em anexo) que por sua vez possui o mesmo texto legal de lei federal de mesmo intento, instituída pelo governo instituído pelo Estado Novo, em 1930, apoiado e sustentado militarmente: Lei no 91, de 28 de agosto de 1935 (em anexo). Como apresenta Martins, em 1961, um Decreto de nº 50.517 especificou pontos importantes na concessão do certificado de utilidade pública, dando-lhe um formato que perdura até os dias de hoje.

que diz respeito às suas funções sociais, ou quanto à implicação de algum diferencial qualitativo para as organizações nestas esferas diplomadas.

As organizações da sociedade civil, sediadas em Natal, reconhecidas com esse título, constituem um universo tão numeroso que não conseguimos quantificá-las, nem as respectivas casas legislativas tinham essa informação, no período em que foram procuradas.

No aspecto político, considerando sua vinculação aos momentos históricos de repressão, independente da esfera governamental que venha a conferir tais títulos, Martins (idem) chama atenção para o paradoxo que parece existir nas posições hoje assumidas pelas organizações da sociedade civil⁴³, em buscar esse tipo de certificação, particularmente entre aquelas de forte tradição nas lutas políticas e sociais, pelo restabelecimento da democracia no país e pela justiça social.

O texto legal que confere os referidos títulos, naquela época forjado e ainda em vigor, impõe critérios de concessão e manutenção que na prática colocam em xeque os princípios da autonomia⁴⁴ das organizações em relação ao Estado, além de submeterem-se a critérios subjetivos de concessão, definidos à vontade do “executivo de plantão”, uma vez que a lei é muito pouco clara, quanto ao que seja “servir desinteressadamente a coletividade”.

Art. 1º.- As Sociedades Civis, as Associações e as Fundações constituídas no Município com fim exclusivo de servir desinteressadamente a coletividade, podem ser reconhecidas de Utilidade Pública provados os seguintes requisitos:

- a) Que adquiriram personalidade jurídica;
- b) Que estão em efetivo funcionamento de Utilidade Pública desinteressadamente a coletividade.
- c) Que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

(NATAL, Lei Nº 1721/1967) [grifo nosso]

A configuração legal estabelecida pelos títulos, segundo Martins (2006), apresenta ainda alguns aspectos, que, em geral, ferem princípios democráticos e da administração pública: da participação, da igualdade, da transparência, pois submetem àqueles que passam a possuí-los aos seguintes critérios: as organizações ficam submetidas a realizar uma prestação de contas cujos critérios de avaliação não são conhecidos:

Art. 5º.- As Sociedades, Associações e Fundações reconhecidas de Utilidade Pública ficam obrigadas a apresentar todos os anos, exceto por motivo de ordem superior reconhecido, a critério do Secretário Municipal de Educação e Cultura, relação circunstanciada dos serviços que houverem prestado a coletividade. (NATAL, Lei Nº 1721/1967)

⁴³ O autor se refere a essas organizações utilizando a terminologia “terceiro setor”, que eventualmente estaremos também utilizando, para manter uma maior proximidade com a interpretação/ posição dos autores com quem dialogamos neste item.

⁴⁴ Estamos considerando aqui o entendimento formulado por Salamon e Anheier (1997), de caráter estrutural/operacional, amplamente utilizada e aceita por diversos autores, e que se constitui num referencial aceito pelo assim chamado “terceiro setor”, embora reconheçamos suas limitações. Para os autores, seriam “Autônomas” as organizações sociais que possuem os meios para controlar sua própria gestão, não sendo controladas por entidades externas. (ver capítulo 1).

Aceitam ainda uma aparente confusão no entendimento do conceito de não lucratividade com o conceito de “caritatividade”⁴⁵ que proíbe a remuneração de dirigentes; submetem-se à decisão exclusiva do chefe do Poder Executivo⁴⁶, sobre a concessão do título, uma vez que, em última instância, é quem o sanciona; por fim, restringem ou adaptam seus objetivos ao conjunto de atividades sociais limitadas a temas específicos, ainda com grande grau de generalidade, como: educação, pesquisas científicas, cultura, atividades artísticas e filantropia.

Enfim, pelas características apresentadas, observamos que os termos da referida lei não mais se enquadram no novo cenário político e democrático vigente em nosso país, que estão inclusive na Constituição Federal de 1988, como pondera Martins:

Contudo esse certificado não se enquadra numa visão mais moderna do que entendemos por direito e muito menos do que entendemos por legitimidade dos atos administrativos. Tanta capacidade de conceder ou denegar, sem que haja critério para tanto, tanta subjetividade submete o terceiro setor ao aparato formal do Estado, numa relação anacrônica, que hoje já se reconhece inteiramente incômoda. O Certificado de Utilidade Pública Federal é marcado pela subjetividade e pela manifestação do poder governamental. (...) Não há como não se incomodar, hoje em dia, com o fato de que esse certificado não é ainda um direito das instituições..(MARTINS, 2006, p. 7)

Montaño (2005) também observa, como uma contradição das organizações, a ausência de crítica quanto à legislação que vem sendo elaborada nos últimos anos (ou mantida), para o “terceiro setor”, destacando os termos e condicionantes associados à concessão dos Títulos de Utilidade Pública ou de qualificação como OSCIP.

Destaca ainda os aspectos da legislação relacionada à Seguridade Social e como esta regula a realização de serviços sociais por organizações privadas.

Uma das questões que o autor levanta se refere à falta de rigor na definição das entidades que comporiam o terceiro setor, e conseqüentemente poderiam ser beneficiárias dos referidos reconhecimentos e qualificações. Montaño (2005) adverte para a imprecisão dos termos que estabelecem como critérios ser as organizações: “entidades privadas com ‘interesse público’, ‘não governamentais’ e ‘sem fins lucrativos’, como corolário e justificativa para o processo liberal de desresponsabilização do Estado.” (MONTAÑO, 2005, p. 200).

Para além dos títulos ou termos de qualificações, tem-se como pano de fundo o debate em torno do Marco Legal para o “terceiro setor”, que estabelece os termos, possibilidades e condicionalidades para as relações de cooperação e parceria entre Estado e Sociedade, que tem se concretizado, através da execução de políticas sociais, por organizações civis. Esse Marco Legal é um

⁴⁵ Martins (2006), p. 6

⁴⁶ Nota do autor: “Apenas por curto período de tempo na história republicana, esse certificado foi emitido pelo Congresso Nacional.”

aspecto que merece nossa atenção por ser o que, em última instância, dá sustentação à vida real dessas organizações, definindo ou influenciando, inclusive, seus posicionamentos políticos.

O debate do Marco Legal, ainda põe em evidência a relação que os novos termos do binômio Estado/sociedade civil ganha em relação à política de seguridade social, que, nos últimos anos, em particular durante o período dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2003) sofreu uma série de alterações legais/constitucionais⁴⁷ que, na prática, findam por estabelecer uma progressiva transferência das responsabilidades sociais do Estado para a sociedade civil. Este processo, identifica Montaño, faz parte das medidas de ajustes estruturais condicionadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e, em última instância, da agenda do Consenso de Washington.

Por outro lado, observados sob o aspecto funcional e prático, os títulos, registros e qualificações conferem às organizações algumas credenciais, quais sejam:

- a) diferenciar as organizações que os possuem, inserindo-as num regime jurídico específico;
- b) demonstrar à sociedade que a organização possui credibilidade;
- c) facilitar a captação de investimentos privados e a obtenção de financiamentos;
- d) facilitar e credenciar para o acesso a benefícios fiscais;
- e) possibilitar o acesso a recursos públicos, assim como a celebração de convênios e parcerias com governos e possibilitar a utilização de Incentivos Fiscais pelos doadores.

Estes benefícios são reconhecidos e desejados pelas organizações, conforme pudemos constatar nas respostas aos questionários aplicados, sob os argumentos de que os títulos podem “conferir legitimidade e credibilidade”; “credenciar para captação de recursos públicos e junto à cooperação internacional”, “isenção de tributos municipais e estaduais” e, enfim, “trazer benefícios” de uma forma geral.

Ao que parece, frente ao grande número de títulos concedidos às organizações, dos mais distintos perfis, estes últimos aspectos, ou seja, as vantagens instrumentais estão prevalecendo à crítica política que se faz dos mesmos. Quanto às principais fontes de financiamento, no gráfico que se segue, observamos que, em grande número, as organizações captam recursos junto a algumas das três esferas de governo.

⁴⁷ Constituição Federal de 1988, Art. 194, que define a Seguridade Social como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade. Destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à Previdência e à Assistência Social”; Outros normativos que definem e posteriormente modificam as responsabilidades do Estado em relação à seguridade social: Lei 8.212 de 24/07/91, denominada Lei Orgânica da Seguridade Social; Lei 9.720 de 30/11/98, denominada Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Esta última também institui os Conselhos de Assistência Social

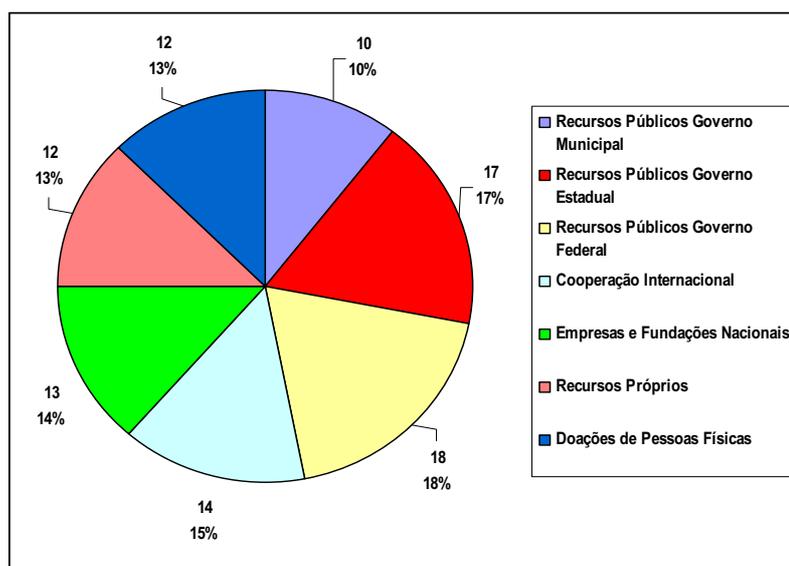


GRÁFICO 6 – Organizações cartografadas por fontes de captação de recursos – 2006

FONTE: Dados da Pesquisa

Em relação à captação de recursos, via governo estadual, encontramos uma fonte freqüente que é a Campanha de Educação Fiscal “Cidadão Nota 10”, que estimula as organizações ou pessoas a trocar notas fiscais por dinheiro (caso das organizações) ou benefícios culturais, como ingressos para shows, cinema, etc. (pessoas físicas).

O interesse por este tipo de reconhecimento também é recente; das 22 organizações que possuem Título de âmbito municipal onze delas obtiveram o referido título na década de 2000 e oito outras, nos anos 1990. A mesma tendência se mantém, em proporção semelhante, quanto à aquisição dos títulos de âmbito estadual. Das 16 organizações⁴⁸ que possuem o Título de Utilidade Pública Federal, oito delas adquiriram nos anos 2000, duas nos anos 1990 e outras duas nos anos 1980.

Considerando o contexto histórico dessas décadas, o país vivia o processo de redemocratização e a relação Estado/sociedade civil começava a se ressignificar. Isto nos parece um reflexo de como as mudanças de percepção sobre a relação Estado/sociedade civil, por parte desses sujeitos, estão se concretizando também no desenho institucional das organizações civis, bem como nos seus referenciais de reconhecimento público.

Na perspectiva apontada por Gohn (1998), estaria havendo uma movimentação estratégica nas formas de relação, passando do confronto à colaboração. As organizações da sociedade civil buscam agora um tipo de credenciamento, reconhecimento e legitimidade que faz sentido, prioritariamente em relação a alguns sujeitos, em especial o Estado e aqueles que podem influenciar sobre os processos de captação de recursos.

⁴⁸ Para termos uma idéia do universo de organizações criadas em cada década.

No que diz respeito ao debate em torno do novo status formal das organizações da sociedade civil, em suas relações com o Estado e o mercado e os novos papéis frente ao agravamento dos problemas sociais, tem-se como um dos seus Marcos Legais, talvez o de maior visibilidade, a Lei nº 9.790/99, mais conhecida como "a nova lei do Terceiro Setor". Ressaltamos que não é objetivo desta pesquisa fazer uma análise minuciosa da referida lei e do debate em curso, estaremos destacando tão somente alguns aspectos que, de alguma forma, se fizeram presentes no nosso universo empírico estudado.

Além dos aspectos, já analisados, em relação aos Títulos de Utilidade Pública e alguns dos termos do chamado "Marco Legal do terceiro setor", essa lei traz algumas novidades, em termos de facilitação para a celebração de "Parcerias" envolvendo o Estado e a sociedade civil para execução ou formulação de políticas sociais, que, para tanto, permite, por exemplo, que ocorram transferências de recursos públicos para essas organizações. Montaño (2005, p. 204) destaca, "além da Lei 9.790/99, outros normativos⁴⁹ que instituem mecanismos para essas renúncias de receita ou transferências, bem como os critérios estabelecidos para tanto (definição dos temas, requisitos para prestação de contas, formas de controle institucional estatal e de controle social, dentre outros)".

Uma das questões mais polêmicas em torno da Lei das OSCIPs é a introdução de um novo instituto jurídico para mediar as relações de parceria e de transferência de responsabilidade estatal com a seguridade social, – o Termo de Parceria.

Conforme explicado, no Prefácio de Augusto de Franco à publicação "Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP): a Lei n.º 9.790 como alternativa para o terceiro setor", os novos termos definidos na referida lei permitiria ao Estado

[...] se associar a organizações da Sociedade Civil que tenham finalidade pública, para a consecução de ações de interesse público, sem as inadequações dos contratos regidos pela Lei 8666/93 (que supõe concorrência e, portanto, pressupõe uma racionalidade competitiva na busca de fins privados, válida para o Mercado mas não para aquelas organizações da Sociedade Civil que buscam fins públicos) e as inconveniências dos convênios, regidos pela Instrução Normativa n.º 1, de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional (um instrumento deslizado do seu sentido original, que era o de celebrar relações entre instâncias estatais – mas que se transformou num pesadelo kafkiano quando aplicado para regular relações entre instâncias estatais e não estatais). (FRANCO, Augusto, 2001, Prefácio, p. 6) [grifo nosso]

A ABONG, assim como Montaño (2005), fazem severas críticas a essa lei por algumas ausências e vazios importantes em sua formulação. Por exemplo, não fica claro quais seriam os critérios para as escolhas das organizações com as quais o Estado estaria firmando os termos de

⁴⁹ A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 150, inciso VI, alínea c, que estabelece a isenção de impostos sobre patrimônio, renda ou serviço às instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos; a lei 9.732 de 11/12/1998 que altera os dispositivos anteriores para isenção de contribuição à seguridade social das entidades filantrópicas; o Decreto nº 2.536 de 06/04/98, alterado pelo Decreto nº 3.504 de 13/06/2000, que dispõem sobre a concessão do certificado de entidade de fins filantrópicos. Os normativos em pauta estão disponíveis no site: www.rits.org.br.

parceria, situação que apresenta os seguintes problemas: a) estar-se-ia novamente entregue à subjetividade da vontade dos gestores de ocasião, para escolha dos projetos e parceiros; b) as organizações passariam a ser meras executoras de políticas sociais previamente formatadas pelos governos, sem a participação da sociedade civil, ou seja, seriam meros “terceirizadores” da política social, sem contribuição em sua formulação e sem oportunidade de crítica; c) essa situação feriria profundamente a democracia, os princípios participativos que ora os movimentos sociais vêm defendendo e construindo: o controle social, a transparência, a probidade administrativa, dentre outros; d) poderia sugerir uma política homogeneizante da atual diversidade existente na sociedade civil, uma vez que sugere que as organizações deveriam optar por essa qualificação, ou seja, o não reconhecimento da diferença.

Uma última questão, que destacamos, é que a lei em pauta regula apenas as organizações certificadas como OSCIP, mantendo-se a situação atual, quais sejam, critérios diferenciados e pouco claros, em relação aos benefícios e responsabilidades das organizações situadas nos demais perfis de qualificação: beneficentes, filantrópicas, associações civis, fundações, cooperativas sociais, entre outras.

Neste sentido, essas titulações e diplomações estariam sendo buscadas, tendo em vista a legitimidade formal que lhes é atribuída, porém, cabe indagar se não estariam as organizações, nesse processo, deixando em segundo plano o aspecto da legitimidade substancial enquanto associada à idéia das suas metas, objetivos e valores e não apenas aos títulos ou honrarias estatais, conforme idéia formulada por Weber, citado por Arnaud (1999). A escala que escolhemos, para nossa cartografia social das organizações da sociedade civil, não nos fornece o nível de pormenor que nos permita responder a esta pergunta, nem, por outro lado, nos impede de fazê-la. Permite, no entanto, constatar sua relevância.

Outrossim, as formas de institucionalização, aqui abordadas, podem ser interpretadas, conforme é pensado por Bourdieu (2004), em sua teoria dos campos sociais, pois apontam para uma aceitação de determinada visão legítima (e hegemônica), dominante no campo do Estado, quanto ao que é relevante em termos de reconhecimento e legitimidade pública, visão que passa a ser aceita, e até desejada, pelos sujeitos de um outro campo social, no caso o campo da sociedade civil. “O que está nela em jogo é o poder de se apropriar, se não de todas as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, quer dizer, suscetível de ser publicamente e oficialmente afirmada e reconhecida. (BOURDIEU, 2004, 125)

Bourdieu (2004, p. 125) coloca ainda, se referindo aos processos de dominação e revolução simbólica, que, no processo de disputa do “poder de definir os princípios de definição do mundo social

[construir uma hegemonia] em conformidade com seus próprios interesses”, a sociedade civil parece estar parcial ou temporariamente abdicando de uma condição de sua identidade – a autonomia –, como quem abdica “em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se [...] para fazer-se reconhecer.”

Podemos imaginar, fazendo analogia à discussão de Santos (2003), ao nos referir aos múltiplos lugares e formas de lutas sociais existentes na atualidade e as formas como os atores sociais se movimentam entre os campos hegemônicos e contra-hegemônicos, que estas lutas estariam acontecendo dentro de um campo de “institucionalidade” e de reconhecimento mútuo para os sujeitos de dois campos, “inteligíveis apenas na linguagem do Estado moderno e da cidadania moderna” (SANTOS, 2003, 38). Assim, sob essa lógica, “a resistência e as alternativas terão possibilidades de sucesso apenas na medida em que sejam capazes de alcançar esse reconhecimento e essa legitimidade, por parte do Estado” (SANTOS, 2003, 38).

A questão da procura pelos títulos de utilidade pública ou qualificação como OSCIP nos suscita duas questões. Em primeiro lugar, nos referindo particularmente aos Títulos de Utilidade Pública, considerando sua tradição autoritária, coloca, a nosso ver, essa posição de busca, da parte das organizações da sociedade civil, por esses títulos como sendo uma posição mais próxima do pólo da regulação/adaptação do que do pólo da emancipação/transformação, falando na linguagem de Boaventura Santos. Em segundo lugar, grande parte das organizações parece estar priorizando os aspectos instrumentais e práticos dos referidos títulos e suas vantagens em relação à captação de recursos.

3.5 Participação nos espaços de controle social, de discussão política e de formulação de políticas sociais

3.5.1 Conselhos de Direitos

Para analisar os aspectos relativos à participação social e política das organizações, tivemos como foco a associação das organizações nos Conselhos de Direitos⁵⁰ e a participação nos fóruns e redes, sendo que este segundo será foco de nossa análise no item seguinte. Os Conselhos verificados foram o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente (COMDICA), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Os conselhos de direitos e setoriais são espaços de participação, incorporados às estruturas de funcionamento do Estado e da nossa democracia após a Constituição Federal de 1988, que institucionalizou a participação da sociedade civil em instâncias de deliberação, controle social e elaboração das políticas sociais, ou seja, no “processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, pautado pelo caráter democrático e descentralizado”. Representam uma das conquistas dos movimentos sociais, pois permitem que a sociedade civil exerça o controle social sobre a gestão das políticas sociais, ao mesmo tempo em que se constitui num espaço de mediação e interlocução entre sociedade civil e Estado.

Conforme nos informa Gohn (1995, 213), esses espaços tiveram sua inspiração nos conselhos populares e comunitários surgidos por iniciativa da própria sociedade civil, nos anos de 1970 a 93, em São Paulo. A idéia da organização comunitária no nível das comunidades e dos bairros foi absorvida pelos governos militares, que passaram a estimular esse tipo de associação e instituí-las legalmente como – únicos - representantes das suas respectivas comunidades – um mecanismo de controle das massas –, tirando assim o seu original caráter de mobilização social de base.

O CMAS foi criado pela Lei nº 4.657/95,⁵¹ é um órgão deliberativo de caráter permanente e de âmbito municipal, tem composição paritária e atribuições de aprovação de prioridades da assistência social, dos planos municipais e orçamentos; a autorização de funcionamento de

⁵⁰ As informações referentes às organizações registradas no Conselho Nacional de Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA) não estavam disponíveis, via internet e não tivemos retorno de nossas solicitações feitas via e-mail.

⁵¹ Lei nº 4.657, de 26 de julho de 1995.

organizações⁵² da área de assistência social; a fiscalização, monitoramento e aprovação de ações de governo e da sociedade civil na assistência social, dentre outras atribuições, conforme artigo abaixo:

Art. 2º – Respeitada as competências exclusivas do legislativo municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

(...)

VIII – Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de Assistência Social prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

(...)

X – Definir critérios para celebração de Contratos de Convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de Assistência Social no âmbito municipal;

XI – Apreciar previamente os Contratos e Convênios referidos no inciso anterior;

XII – Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social;

(NATAL, Lei Nº 4657/1995, Art. 2º)

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA)⁵³ foi criado pela Lei n.º 095/1991, que dispõe sobre a Política Municipal da Promoção dos Direitos e Defesa da Criança e do Adolescente e cria o Conselho. Tem natureza deliberativa, composição paritária e dentre as suas atribuições estão controle e a fiscalização da execução da política municipal, da aplicação dos recursos, bem como:

Art. 8º – Compete ao Conselho Municipal da Promoção dos Direitos e Defesa da Criança e do Adolescente.

(...)

XV – Registrar as entidades governamentais e não governamentais, de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, que mantenha programas em regime de:

a) orientação e apoio sócio-familiar;

b) apoio sócio-educativo em meio aberto;

c) colocação sócio-familiar;

d) abrigo;

e) liberdade assistida;

f) semi liberdade;

g) internação, fazendo cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente.

(NATAL, Lei Nº 95/1991)

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), foi criado pela Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é o órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social; tem composição paritária (18 membros ao todo), cujos membros (do governo) são nomeados pelo Presidente da República, e os representantes da sociedade civil são escolhidos em foro próprio, sob fiscalização do Ministério Público Federal, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor.

⁵² Ver Resoluções do CMAS nº 10 e 11 de julho de 2000.

⁵³ Ver também os termos do Artigo 152, da Lei Orgânica do Município e o que dispõe a Lei Federal nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

No que se refere ao tema da participação da sociedade civil nos conselhos, destacamos o seguinte artigo da LOAS:

Art. 18. Compete ao Conselho Nacional de Assistência Social:

I – aprovar a Política Nacional de Assistência Social;

II – normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social;

III – fixar normas para a concessão de registro e certificado de fins filantrópicos às entidades privadas prestadoras de serviços e assessoramento de assistência social; (Vide Medida Provisória nº 2.187-13, de 24.8.2001)

IV – conceder atestado de registro e certificado de entidades de fins filantrópicos, na forma do regulamento a ser fixado, observado o disposto no art. 9º desta lei; (Vide Medida Provisória nº 2.187-13, de 24.8.2001)

V – zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social; (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – LOAS)

Ao trazer os textos dos instrumentos normativos reguladores da habilitação formal e do credenciamento das entidades em foco, junto aos Conselhos de Direitos, nossa intenção foi demonstrar as necessidades e “vantagens” instrumentais de participação nos referidos Conselhos, que podem estar condicionando e até mesmo obrigando a inserção de algumas organizações nesses espaços.

Não temos dúvidas de que, para muitas outras organizações, a motivação principal para participar desses espaços é de fato de ordem ética/política, como demonstra uma das organizações cartografadas, que assim justifica seu interesse em participar dos Conselhos: “ter uma participação ‘propositiva’ na formulação e monitoramento de políticas públicas, ‘compromisso político’.”⁵⁴

Não temos a intenção, nesta pesquisa, de analisar a qualidade da participação das organizações nos Conselhos, uma vez que nossa escala de investigação se centra na observação dos espaços sociais ou campos dos quais participam as organizações cartografadas, e identificar as possibilidades de sentido dessa participação. Porém, como ressalta Dagnino (2004), essas são questões que são expressões concretas de como se conforma, na prática, as referências dos distintos pólos das formas de lutas sociais e conseqüentemente dos projetos participativos que se constroem em meio a elas.

Um dado nos chama atenção, a partir da observação da composição, ou seja, da “representação” que o “Espaço dos 4 Bairros” tem, nos referidos Conselhos, que configura pouca diversidade, em termos de perfil dos sujeitos sociais participantes. Este sinal pode indicar um baixo nível de contestação, conflito e debate político, dentro daquele espaço do Conselho, uma vez que haveria uma hegemonia de um determinado segmento, que possivelmente poderá também dominar as

⁵⁴ Resposta dada por uma das organizações que respondeu os questionários, à pergunta: Qual a razão que motivaram vocês para buscar esses registros? Em nossa pesquisa esta organização está classificada, quanto ao tipo de associativismo, como de tipo político-cultural. NOTA: os critérios de classificação foram explicitados no capítulo da metodologia.

pautas do referido conselho. Aspecto semelhante foi verificado por Perissinotto (2002), que analisou o funcionamento do CMAS de Curitiba, tendo constatado como verdadeira a hipótese aqui levantada.

Das 70 organizações cartografadas, 38% (27) têm assento no COMDICA, 30% (21) são inscritas no CMAS e 19% (13) têm registro no CNAS. O COMDICA possuía, na ocasião da nossa coleta de dados, 70 organizações inscritas e apenas 5 delas, ou seja, 7% têm sede em um dos bairros que compõe o “Espaço dos 4 Bairros” estudado. Já no que diz respeito aos tipos de associativismo, as organizações cartografadas contribuem com a composição dos conselhos da seguinte forma:

TABELA 5 – Organizações cartografadas inscritas nos Conselhos de Direitos – 2006

Conselhos de Direitos	AC	API	AR	PC	ASP	DR	PSS	UG	TOTAL
Registro no CNAS	0	0	6	2	5	0	0	0	13
Inscrição no CMAS	0	0	4	3	10	0	1	3	21
Inscrição no COMDICA	1	0	5	10	9	1	0	1	27

FONTE: COMDICA, CMAS, CNAS. Elaboração nossa.

NOTAS: **AC** = Associações Culturais; **API** = Associações Políticas Informais; **UG** = Associações Urbano-Gremiais (comunitárias); **ASP** = Associações de Assistência Social Privada; **DR** = Associações Privadas Desportivo-Recreativas; **PSS** = Associações de Prestação de Serviços Sociais; **PC** = Associações Político-Culturais; **AR** = Associações Religiosas

No COMDICA, observa-se um maior equilíbrio entre as organizações de assistência social privada (ASP), 33% e de tipo político/cultural (PC), 37%, bem como uma maior diversidade de perfis associativos, o que pode sugerir situação inversa à constatada a partir da análise da composição do CMAS, ou seja, uma maior multidisciplinaridade, no sentido da possibilidade de uma problematização mais rica das questões sociais relacionadas às políticas voltadas para criança e adolescente.

Das 21 organizações cartografadas que participam do CMAS, 76% (16) desenvolvem ações que fazem parte da rede de proteção social básica e especial disponível para os adolescentes e jovens do campo de pesquisa e, entre estas últimas, 48% (10) delas recebem recursos públicos de uma ou mais esferas de governo para executar alguma política social. Já no COMDICA, das 27 organizações, 63% (17) delas recebem recursos públicos de alguma esfera de governo e, dentre estas últimas, 44% (12) participam da rede de proteção básica e especial.

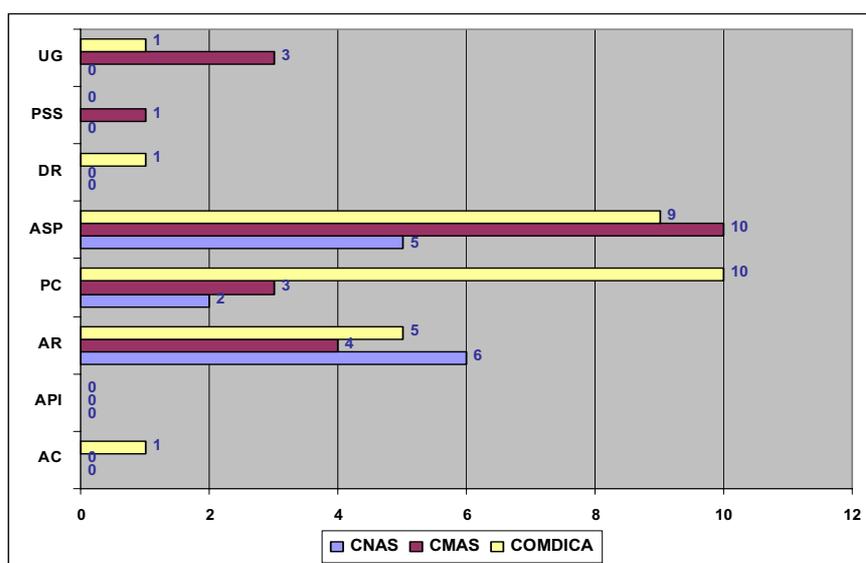


GRÁFICO 7 Inscrição e registro nos Conselhos de Direitos por tipo de associativismo – 2006

FONTE: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (COMDICA); Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Elaboração nossa.

NOTA: AC = Associações Culturais; API = Associações Políticas Informais; UG = Associações Urbano-Gremiais (comunitárias)
 ASP = Associações de Assistência Social Privada; DR = Associações Privadas Desportivo-Recreativas; PSS = Associações de Prestação de Serviços Sociais; ; PC = Associações Político-Culturais; AR = Associações Religiosas

Como pode ser observado no gráfico acima, nos três conselhos, existe uma predominância das organizações basicamente de três tipos de associativismo, nessa ordem: as organizações de assistência social privada (ASP), as organizações de caráter político/cultural (PC) e as associações religiosas (AR). No CMAS existe uma prevalência absoluta das associações de assistência social privada (ASP) que corresponde a 48% das organizações⁵⁵ cartografadas; os demais perfis presentes são de tipo político/cultural e urbano/gremial (UG), 14% (3) e as associações religiosas (AR) com 18 % (4) da representação.

Essas constatações podem sugerir que o perfil atual dos dois conselhos teria um enfoque de controle social voltado muito mais para a pauta gerencial dos programas e políticas de assistência e proteção da criança e adolescência, juventude e assistência social, bem como na prestação de contas dos recursos financeiros repassados às organizações executoras de programas de assistência. Pode sinalizar também que a associação a esses conselhos poderia estar tendo um propósito mais instrumental que político. Essa associação é requisito em alguns casos para funcionamento⁵⁶ ou de

⁵⁵ Também na composição geral das organizações inscritas no CMAS, as associações de assistência social privada predominam na mesma proporção.

⁵⁶ Ver Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8742 de 07 de dezembro de 1993: Art. 9º O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso. § 1º A regulamentação desta lei definirá os critérios de inscrição e funcionamento das entidades com atuação em mais de um município no mesmo Estado, ou em mais de um Estado ou Distrito Federal.

habilitação para participação em determinados espaços públicos e institucionais, para concorrer e aprovar projetos e para captação de recursos públicos, junto a alguns órgãos de governo e agências de fomento.

No CNAS, apenas as organizações de assistência social privada (ASP), as organizações de caráter político/cultural (PC) e as associações religiosas (AR), estão presentes, mantendo-se as relações de proporcionalidade semelhantes as já analisadas nos outros Conselhos.

A região Oeste, particularmente o “Espaço dos 4 Bairros” – espaço social de nossa pesquisa – representa um universo populacional expressivo, em relação à cidade como um todo. É lá também onde se encontram os maiores contingentes de população jovem da cidade (incluindo-se aqui as crianças e adolescentes) e a que se encontra mais exposta às conseqüências da pobreza, e como também às diversas formas de violência social e urbana.

No entanto, ao olharmos para os espaços dos Conselhos, lugar privilegiado de discussão política e de ação, no sentido da defesa dos direitos das crianças, adolescentes, jovens e demais populações em situação de vulnerabilidade, a representação da sociedade civil, cujas organizações têm sede administrativa no “Espaço dos 4 Bairros”, é pouco expressiva. O CMAS, por exemplo, tinha, na ocasião do levantamento dos dados, 112 organizações inscritas, que proporcionalmente representam um universo de um representante para cada 6.946 habitantes da cidade⁵⁷. A proporção de instituições que tem sede no “Espaço dos 4 Bairros” corresponde a uma representatividade: no CMAS, 1 representante para cada 16.007 habitantes; e no COMDICA, de 1 para 19.208, habitantes.

Os demais perfis de associativismo que são encontrados têm uma natureza de atuação mais centrada no local. São organizações comunitárias (Tipo Urbano-gremiais – UG), desportivas (DR) e culturais; a exceção fica com uma organização de prestação de serviços sociais (PSS), que, inclusive, participa da execução de uma política pública de âmbito federal.

Embora tenhamos identificado no “Espaço dos 4 Bairros” um número expressivo de organizações do tipo Urbano/gremial, por serem organizações de atuação muito localizada, ao nível do bairro ou no máximo da região administrativa Oeste, estas estão pouco presentes nos espaços sociais

§ 2º Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Conselho de Assistência Social do Distrito Federal a fiscalização das entidades referidas no caput na forma prevista em lei ou regulamento. § 3º A inscrição da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, é condição essencial para o encaminhamento de pedido de registro e de certificado de entidade de fins filantrópicos junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). (Vide Medida Provisória nº 2.187-13, de 24.8.2001) § 4º As entidades e organizações de assistência social podem, para defesa de seus direitos referentes à inscrição e ao funcionamento, recorrer aos Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal. Ver também Resoluções do CMAS nº 10 e 11 de 12 de julho de 2000, que regulamentam os critérios de concessão de inscrição no CMAS e obtenção de atestado de funcionamento.

⁵⁷ As Estimativas populacionais para 2005: Natal, 778.040 hab.; Bairros de Felipe Camarão 51.279 hab.; Cidade Nova, 15.889 hab.; Bom Pastor, 18.110; e Guarapes, 10.766. Total da população dos quatro bairros, 96.044. Fonte: para Natal, TCU disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/poptRN.def>; Bairros: SEMURB/Anuário Natal 2005.

mais amplos e de caráter mais político da cidade. Isto pode sugerir que estas configuram uma representação de atuação mais cartorial e formal que política, ou de fato de mobilização social.

No período de coleta de dados, identificamos situação diferente apenas no bairro de Felipe Camarão, que envolve essas organizações em um espaço de rede local, através do Fórum de Qualidade de Vida, sobre o qual falaremos no ponto seguinte.

Ressaltamos a configuração que o conjunto das organizações da sociedade civil, conforme os diversos tipos de associativismo, desenham no CMAS, sinalizando para uma tendência de atuação destas mais próxima do pólo da regulação/adaptação do que do pólo da emancipação/transformação, uma vez que os tipos de associativismo que predominam, tem, em geral, pouca tradição política de crítica ao sistema ou ao projeto hegemônico. Consideramos que as organizações de tipo político/cultural e religioso (minoria nesse conselho) teriam maior potencial emancipatório.

Estas duas últimas são mais numerosas no COMDICA, apresentando assim a possibilidade de uma maior influência na definição de pautas de caráter mais estruturantes e orientadas por princípios éticos/políticos, estando, portanto, o espaço desse Conselho mais propício para o debate em termos de emancipação social.

No CNAS, tem-se a presença de apenas 3 tipos de associativismo: organizações religiosas, de assistência social privada e de tipo político/cultural; nesse espaço, portanto, tem-se uma situação intermediária entre as já analisadas, sugerindo que a representação que sai do RN e do “Espaço dos 4 Bairros” não estaria refletindo nenhuma tendência predominante.

Diversos autores (DAGNINO, 2004; FIGUEIREDO, 2002), bem como algumas organizações da sociedade civil têm se dedicado a analisar a composição dos conselhos e como isso configura como um reflexo da uma disputa global entre projetos, que se capilariza nos distintos espaços da sociedade. Há a constatação de que se está diante do risco de que “a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias, defendida pelas forças que sustentam o projeto participativo democratizante como um mecanismo de aprofundamento democrático e de redução da exclusão, possa acabar servindo aos objetivos do projeto que lhe é antagônico”. (DAGNINO, 2004, p. 97)

3.5.2 Redes e fóruns locais, globais e redes de proteção social básica e especial

A idéia das redes é um fenômeno fortemente ligado à globalização e aos avanços tecnológicos nas áreas da informação e comunicação e emergiu, a partir dos últimos 30 anos do século XX, como uma estratégia de organização, tanto dos movimentos sociais, dos governos e das empresas, em particular daquelas empresas transnacionais.

Nas empresas (CASTELLS, 1999; MARCON, et. al., 2001), a partir dos anos 1960, a estratégia/rede assume uma configuração, diferenciada, pelas mudanças nas tecnologias da informação e comunicação, bem como pela intensificação dos processos de internacionalização da economia e do que Castells denomina de “capitalismo informacional”. “[...] os mercados financeiros globais e suas redes [financeiras] de gerenciamento são o verdadeiro capitalista coletivo, a mãe de todas as acumulações.” (CASTELLS, 1999, p. 419)

Surgem redes de capital, de informação, de mercados e de trabalho tornando-se uma tendência hegemônica e sobrevém a necessidade de se abrir as filiais em outros países. A partir de então, a lógica da rede invade também o universo dos outros campos sociais.

Para Castells, as redes são:

Estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho) Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. (CASTELLS, 1999, p. 566).

As redes, como estratégia de organização dos movimentos sociais, são pautadas pela idéia da “*colaboração solidária*”, refletem os valores da democracia, da participação, da autonomia, da afirmação das identidades, enfim, de novas relações de poder, conforme nos informa Amaral (2004), citando Fritjof Capra, “redes sociais são redes de comunicação que envolvem a linguagem simbólica, os limites culturais e as relações de poder”. Estes novos referenciais dos movimentos ganham concretude, conformando-se em um novo desenho para a organização política dos movimentos e organizações civis, não mais fundado na idéia de direção central, que inclusive marcou por muito tempo os movimentos sociais e a prática dos partidos políticos e sindicatos. Enfim, a experiência de implementar a cultura organizacional de rede revela-se uma experiência política transformadora.

A participação em fóruns e redes também se apresentou como uma das regularidades em nossa pesquisa, sendo, portanto, um dos pontos que estamos considerando para analisar o comportamento das organizações da sociedade civil cartografadas. Essas redes se apresentam,

contudo, com configurações diferentes, suscitando a necessidade de elaborarmos uma diferenciação, com vistas às suas especificidades, que tomamos como referência os seguintes aspectos: o potencial emancipatório, níveis de participação direta, horizontalidade nos processos de decisão, raio de abrangência, nível de estruturação, vinculações institucionais, etc. Encontramos, portanto, três configurações de rede, conforme descrevemos a seguir.

Temos redes e fóruns que configuram movimentos políticos, estrutura horizontal, descentralizada, organizados por iniciativa e vontade das próprias organizações da sociedade civil e que atuam sobre múltiplos temas e em articulações que atingem distintos raios de abrangência. Para esses agrupamentos, que entre si possuem algumas identidades éticas/políticas ou temáticas, o critério de diferenciação foi estabelecido tendo em conta os limites espaciais de sua influência, em termos, a priori, físico-geográficos.

Temos, portanto, as redes e fóruns locais, que compreendem o espaço da cidade de Natal e o estado do Rio Grande do Norte. Entre estas, estão, por exemplo, o Fórum Comunitário de Promoção da Saúde e pela Qualidade de Vida de Felipe Camarão, a Rede Estadual de Direitos Humanos, o Fórum Social Potiguar. E ainda, as redes e fóruns globais que abrangem os espaços regionais – Nordeste –, nacionais e internacionais, como o Fórum Social Mundial, o Fórum Social Brasileiro, Fórum das ONGs/AIDS, Rede Juventudes (NE), bem como algumas organizações nacionais ou internacionais que possuem estrutura em rede, tais como Visão Mundial, Lar Fabiano de Cristo, Fundação Bradesco, BEMFAM, União Escoteira do Brasil.

Contudo, temos uma exceção em relação ao Fórum Social Potiguar (FSP), que, embora seja, inicialmente, de âmbito geográfico estadual, faz parte da articulação do Fórum Social Mundial (FSM), um fenômeno social e político novo, de escala global. Sendo assim, consideramos que este seria ao mesmo tempo local e global.

Um segundo critério observado definiu a nossa terceira configuração, que são as redes institucionalizadas e governamentais, estruturadas para organizar a assistência e seguridade social, as Redes de Proteção Social Especial e Básica que fazem parte da estrutura de atendimento da Política Nacional de Assistência Social, definida pela LOAS⁵⁸.

A participação da sociedade civil na execução dos programas de assistência social é matéria constitucional, regulamentada na LOAS, que prevê a participação dessas organizações na formulação e no controle das ações em todos os níveis. Conforme definido em lei, essa participação tem como propósito complementar a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social, e o controle social sobre a mesma, cabendo ao Estado o papel de coordenador e articulador dos distintos

⁵⁸ LOAS – Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993

parceiros: as ONGs, as OGs e os segmentos empresariais, se for o caso. Apenas entidades qualificadas como “beneficentes” e de “assistência social” podem executar os programas, serviços e projetos de assistência social e essa diplomação é dada pelo CNAS.

Em relação às Redes de Proteção Social, temos um desenho de rede em formato de teia, na qual se tem um ponto central, no caso o Estado. “Na assistência social, a constituição de rede pressupõe a presença do Estado como referência global para sua consolidação como política pública.” (PNAS, 2004, p. 41). A participação das organizações da sociedade civil nesta rede teria como característica predominante o caráter gerencial, enquanto executor da política de assistência. Participam dessa rede as organizações da sociedade civil que executam programas de assistência social de âmbito federal, estadual ou municipal, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Plano Nacional de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Criança e Adolescente, as organizações envolvidas na execução do Consórcio Social da Juventude, uma iniciativa patrocinada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os Pontos de Cultura, projeto patrocinado pelo Ministério da Cultura (MINC).

Para entendermos melhor o sentido dessa participação e a organização dessa configuração de rede, seguimos com uma breve explicação sobre a política de assistência social, que se destina prioritariamente as crianças, adolescentes jovens, idosos e portadores de necessidades especiais.

Conforme está inscrito no Plano Nacional de Assistência Social (2004, p. 25), o princípio da “proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e, convívio ou vivência familiar”.

A proteção social básica tem o foco de sua ação na prevenção de situações de risco, centrado na família e populações em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza e privação material, ou da “fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social” (Idem, p. 28).

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Está subdividida em serviços de média e alta complexidade⁵⁹.

⁵⁹ Os serviços de média complexidade são: Serviço de orientação e apoio sociofamiliar; Plantão Social; Abordagem de Rua; Cuidado no Domicílio; Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; Medidas socioeducativas em meio-aberto (PSC – Prestação de Serviços à Comunidade e LA – Liberdade Assistida). Os serviços de alta complexidade são: Atendimento Integral Institucional; Casa Lar; República; Casa de Passagem; Albergue; Família Substituta; Família Acolhedora; Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (Semiliberdade, Internação provisória e sentenciada); Trabalho protegido. (PNAS, 2004, p. 32)

A tabela e o gráfico a seguir, apresentam o comportamento das organizações e os tipos predominantes em cada uma das configurações de rede que estabelecemos.

TABELA 6 – Organizações cartografadas que participam de fóruns ou redes por tipo de associativismo 2006

Fóruns e Redes	AC	API	AR	PC	ASP	DR	PSS	UG	TOTAL
Redes e Fóruns Locais	4	1	4	14	4	2	5	5	39
Redes e Fóruns Nacionais/Globais	1	1	5	13	5	0	2	1	28
Redes de Proteção Social Básica e Especial	2	0	4	8	9	0	4	0	27

FONTE: Dados da Pesquisa

NOTA: AC = Associações Culturais; API = Associações Políticas Informais; UG = Associações Urbano/Gremiais (comunitárias) ASP = Associações de Assistência Social Privada; DR = Associações Privadas Desportivo/Recreativas; PSS = Associações de Prestação de Serviços Sociais; PC = Associações Político/Culturais; AR = Associações Religiosas

Das 70 organizações cartografadas, 56% (39) estão inseridas nos espaços de redes e fóruns locais; 40% (28), nas redes e fóruns globais; e 39% (27) delas participam da rede de proteção social especial.

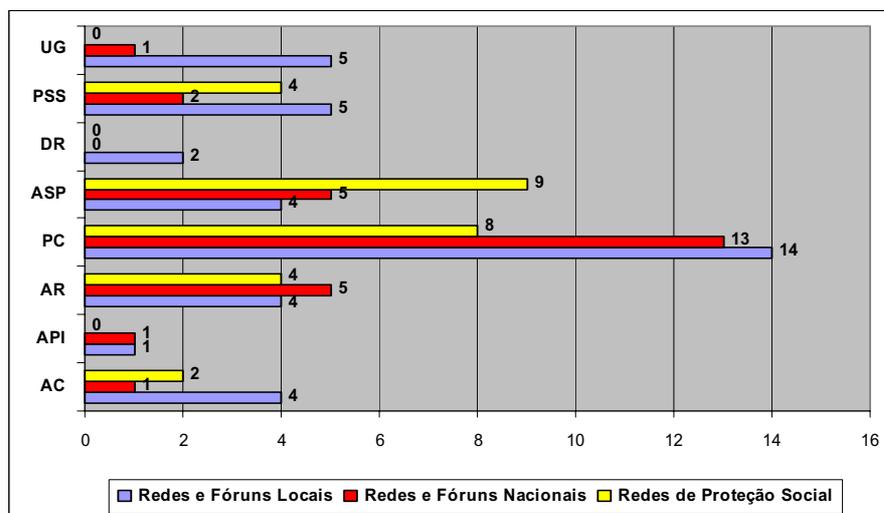


GRÁFICO 8 – Organizações participantes em fóruns e redes por tipo de associativismo – 2006

FONTE: Dados da Pesquisa

NOTA: AC = Associações Culturais; API = Associações Políticas Informais; UG = Associações Urbano/Gremiais (comunitárias) ASP = Associações de Assistência Social Privada; DR = Associações Privadas Desportivo/Recreativas; PSS = Associações de Prestação de Serviços Sociais; ; PC = Associações Político/Culturais; AR = Associações Religiosas

O desenho formado no gráfico anterior revela que, assim como acontece em relação à participação nos Conselhos, temos três tipos de associativismo predominantes nos espaços das redes: as organizações de assistência social privada (ASP), as organizações de tipo político/cultural e as associações religiosas.

As redes globais e locais – como espaço político de discussão e mobilização social –, sintonizadas com os temas e questões debatidos pelo Fórum Social Mundial e suas edições regionais e locais, são os espaços predominantes das organizações de tipo político/culturais, espaços estes que têm sido, inclusive, um lugar onde se vêm discutindo de forma sistemática e bastante propositiva as políticas públicas de juventude.

Temos ainda 34% (24) das organizações que participam das redes e fóruns locais e globais, o que segundo Santos (2003), sinaliza para um maior potencial emancipatório, uma vez que, estando nos dois espaços, haveria mais possibilidades de articulação e trocas das experiências locais/globais, bem como de vocalização das demandas.

A proporção das organizações, por tipo de associativismo, que estão presentes nos dois espaços, assume o desenho que mostramos no gráfico a seguir:

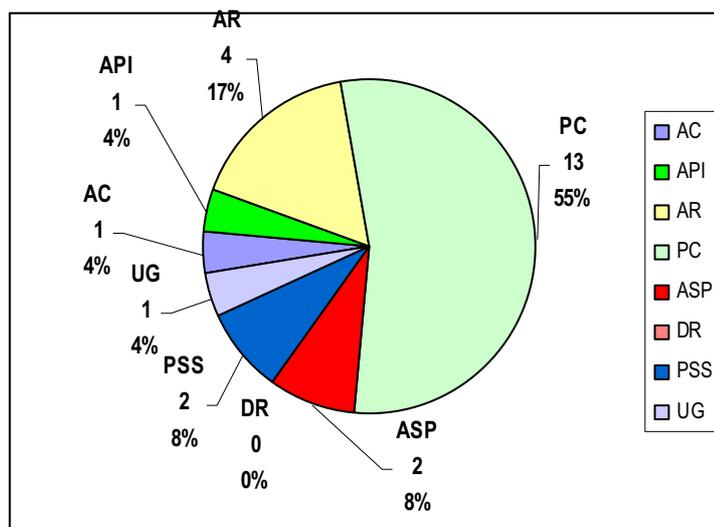


GRÁFICO 9 – Organizações cartografadas que participam de fóruns ou redes de âmbito local por tipo de associativismo – 2006

FONTE: Dados da Pesquisa.

NOTAS: AC = Associações Culturais; API = Associações Políticas Informais; UG = Associações Urbano/Gremiais (comunitárias) ASP = Associações de Assistência Social Privada; DR = Associações Privadas Desportivo-Recreativas; PSS = Associações de Prestação de Serviços Sociais; ; PC = Associações Político/Culturais; AR = Associações Religiosas

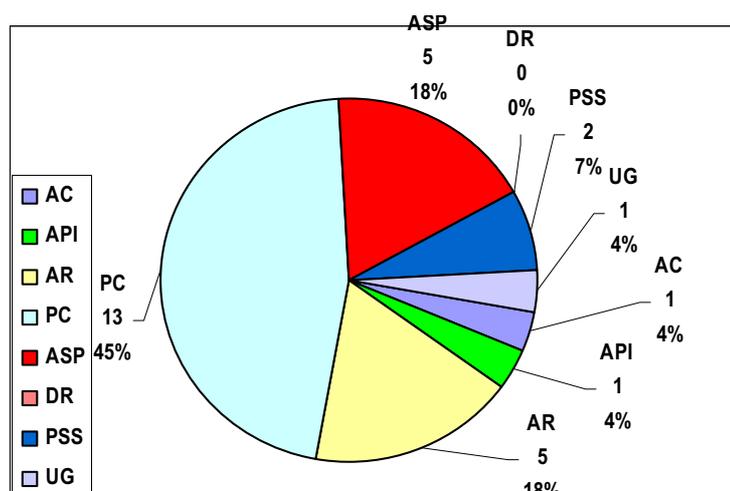


GRÁFICO 10 – Organizações cartografadas que participam de fóruns ou redes globais por tipo de associativismo – 2006

FONTE: Dados da Pesquisa.

NOTAS: AC = Associações Culturais; API = Associações Políticas Informais; UG = Associações Urbano/Gremiais (comunitárias); ASP = Associações de Assistência Social Privada; DR = Associações Privadas Desportivo/Recreativas; PSS = Associações de Prestação de Serviços Sociais; PC = Associações Político/Culturais; AR = Associações Religiosas

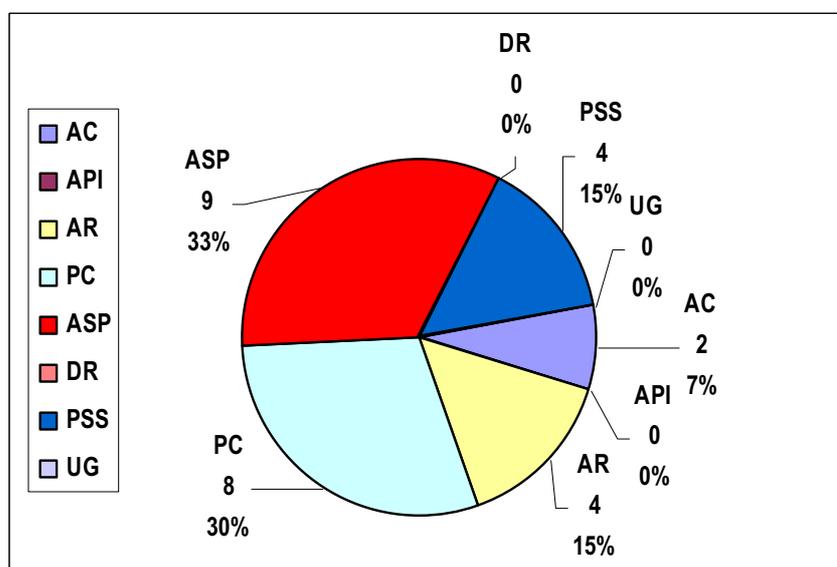


GRÁFICO 11 – Organizações cartografadas que participam de redes de proteção social básica e especial – 2006

FONTE: Dados da Pesquisa.

NOTAS: AC = Associações Culturais; API = Associações Políticas Informais; UG = Associações Urbano/Gremiais (comunitárias) ASP = Associações de Assistência Social Privada; DR = Associações Privadas Desportivo/Recreativas; PSS = Associações de Prestação de Serviços Sociais; ; PC = Associações Político/Culturais; AR = Associações Religiosas

O autor coloca que a viabilidade das formas de política multicultural pressupõe a capacidade para dar respostas adequadas a um dos problemas que as transformações do capitalismo global apresenta para as lutas emancipatórias, qual seja, tendo a maior parte dessas lutas uma origem local,

a sua legitimação e a sua eficácia dependem da capacidade de atores coletivos e movimentos sociais de forjar alianças translocais e globais, que também elas pressupõem a inteligibilidade mútua possível, através de uma disposição ao multiculturalismo.

Neste quadro, o potencial emancipatório das alternativas tem irremediavelmente dois tipos de limitações: o seu caráter negativo e reativo, sem o qual as experiências locais são reduzidas ao 'tradicional' e encerradas numa incomensurabilidade com as dinâmicas da modernidade; e o seu caráter local, que só pode ser superado pela mediação constituída pelo próprio sistema a que resistem." (SANTOS, 2003, p. 38)

Entre as organizações de assistência social privada, apenas 2 participam das redes e Fóruns de caráter mais político ou multicultural, nos espaços locais e global, ao contrário das associações religiosas que aparecem mais na rede de proteção social e especial.

As organizações que predominam nas redes de proteção social básica e especial, de iniciativa governamental de uma das três esferas, desenvolvem programas e projetos, em sua maioria, pré-formatados, tais como o Consórcio Social da Juventude, o PETI, dentre outros. Do total das organizações cartografadas, 20% (14) desenvolvem projetos e programas de âmbito federal e 16% (11), realizam atividades de assistência social vinculadas aos governos municipal e estadual.

A participação das organizações na execução de projetos e programas governamentais, tal qual se apresenta em nossa pesquisa, nos sinaliza duas situações. A primeira, suscita as perguntas: como fica a questão da autonomia dessas organizações perante o Estado, bem como a sua liberdade de desenvolvimento dos seus potenciais criativos, no que diz respeito à inovação social? Não estariam elas abrindo mão desses princípios, que são suas características iminentes, uma vez que, em sua maioria, não participaram da formulação dessas políticas?

Aqui pode estar ocorrendo uma relação Estado / sociedade civil tutelada, configurando esta última em um "recurso gerencial", conforme aponta Nogueira (2005). Santos (2003) chama nossa atenção para esse contexto na relação Estado / sociedade civil, que se apresentaria como uma posição mais próxima do "pólo regulador / adaptativo" do que da "emancipação / transformação". Dentro desse campo de relação, conforme expressa Nogueira (2003) e Melucci (2001), não ocorrem contestações ao sistema e os conflitos se dão dentro dos limites da institucionalidade definidos pelo Estado. Assim, como argumenta Lowe e Lloyd (1997 a: 7-8), citado por Santos (2003, p. 38), estaria no Estado o poder de definição dos projetos e o que neles estaria em jogo, em termos da capacidade de ampliação, redefinição de democracia e da cidadania ou de intensidade dos antagonismos e contestações nos distintos espaços da vida social.

As organizações de tipo político/cultural e as associações religiosas têm uma maior participação nas redes, inclusive nas redes de proteção. Têm também maior participação simultânea

em mais de uma rede, que sinalizam, conforme aponta Santos (2003), para o maior potencial de transformar as lutas locais em lutas translocais, configurando um contexto de atuação de maior potencial emancipatório.

Ainda segundo Boaventura Santos (2003), os espaços das redes sociais são espaços de grande potencial para a proliferação de alternativas emancipadoras. Esse potencial é facultado pela comunicação de idéias e de experiências, entre seus sujeitos, bem como pela possibilidade de expressão da solidariedade, como condição da rede.

3.6 Temas e Perfis Identitários como Potenciais Multiculturais de Emancipação

Conforme observa Santos (2003, 2005), a multiplicidade temática e de áreas que definem a ação coletiva dos sujeitos sociais são elementos que nos ajudam a pensar a emancipação social, pois têm relações com a possibilidade da diversidade, da diferença e da igualdade. Deste modo, o projeto da emancipação social, fundado na realização multicultural dos direitos humanos, manifesta como imprescindível essa diversidade temática. Como ressalta Germano (2006),

A cultura é o campo das diferenças e, portanto, da resistência à homogeneização. Em decorrência, a globalização não deve ser encarada apenas, como adverte Canclini (2000), como um simples processo de homogeneização, mas de reordenamento das diferenças e desigualdades. [...] a multiculturalidade, por sua vez é um tema indissociável dos movimentos antiglobalização. (GERMANO, 2006, p. 40)

Estes temas e áreas pode ser expressão não apenas da diversidade, como assinala Germano, mas também de solidariedade, bem como apresentam a possibilidade de a mesma emergir. O debate da solidariedade se encontra com a idéia de emancipação, enquanto projeto contra-hegemônico, na medida em que ambos apontam a necessidade de reconhecimento do outro. Assim também nos enuncia Maturana (1998, p. 68), apontando como condição constituinte do social o reconhecimento do outro “como um legítimo outro na convivência”.

Por outro lado, Santos (2005) sinaliza também que, nem toda expressão do multiculturalismo tem caráter emancipatório, pois a multiplicidades de temas mobilizadores pode contribuir, não para um projeto do bem comum, mas, para reforçar o particularismo e o individualismo. Um movimento multicultural, para ser emancipatório e contra-hegemônico, precisa ser capaz de ativar uma atitude de

solidariedade ilimitada entre as distintas formas de luta, que acontecem nos diversos espaços sociais e geográficos.

Ou seja, assim como foi observado nos pontos anteriores, também os temas podem assumir distintos papéis e significados conforme o caráter político e ético definido ou determinado por um dos dois projetos que disputam a hegemonia na atualidade – projeto hegemônico e contra-hegemônico – que se capilarizam nos diversos espaços e campos sociais e promovem lutas transnacionais, que exercem fortes influências sobre os espaços e campos sociais locais.

A esse respeito, Dagnino (2004) reflete que, a partir de referenciais aparentemente comuns, dois projetos políticos distintos podem evocar as mesmas expressões e metas, porém com significados e finalidades que se afastam. Esta situação se reproduz também na relação verificada entre os tipos de associativismo e os respectivos temas ou áreas de atuação das organizações cartografadas. Do mesmo modo que os temas podem ser instrumento de transformação social ou de adaptação ao projeto hegemônico já existente.

Ao observar as organizações da sociedade civil, objeto de nosso estudo, procedemos a uma análise na qual o caminho das operações mentais se deu a partir da inter-relação entre três aspectos fundamentais de sua caracterização com seus respectivos contextos temporais de surgimento e tipos de associativismo.

Estes três aspectos básicos examinados contemplam: a) as formas de institucionalização e reconhecimento público; b) as formas de inserção no espaço público; e, por último, c) os temas e áreas de atuação predominantes entre as organizações.

No que diz respeito à definição das áreas de atuação/temas das organizações, optamos por utilizar o sistema de Classificação Internacional de Organizações Não-Lucrativas (ICNPO)⁶⁰, desenvolvido pela Johns Hopkins University, em cooperação com a United Nations Statistics Division, e que é utilizado pela ONU nos estudos e levantamentos estatísticos das organizações não lucrativas em mais de 180 países. Tal escolha se justifica por permitir que os resultados da presente pesquisa possam ser comparados com outros estudos, como o desenvolvido pelo IBGE/IPEA, ao qual recorreremos no início do presente capítulo.

O sistema utilizado possui 12 grandes grupos de atividades principais, quais sejam: cultura e recreação; educação e pesquisa; saúde; assistência e promoção social; meio ambiente; desenvolvimento e moradia; serviços legais, defesa de direitos civis e organizações políticas; intermediárias filantrópicas e de promoção de ações voluntárias; internacional; religião; associações profissionais, de classes e sindicatos; e não classificado em outro grupo.

⁶⁰ Tabela de Classificação de Atividade Principal das Organizações e dos Projetos posta em anexo.

As áreas principais de atividade das organizações foram, então, classificadas a partir destes temas, gerando o gráfico que se segue, através do qual é possível visualizar quantas organizações e de qual tipo de associativismo estão atuando nas áreas temáticas acima descritas. A partir daí é possível verificar o número e perfil das organizações conforme os temas que mais as mobilizam.

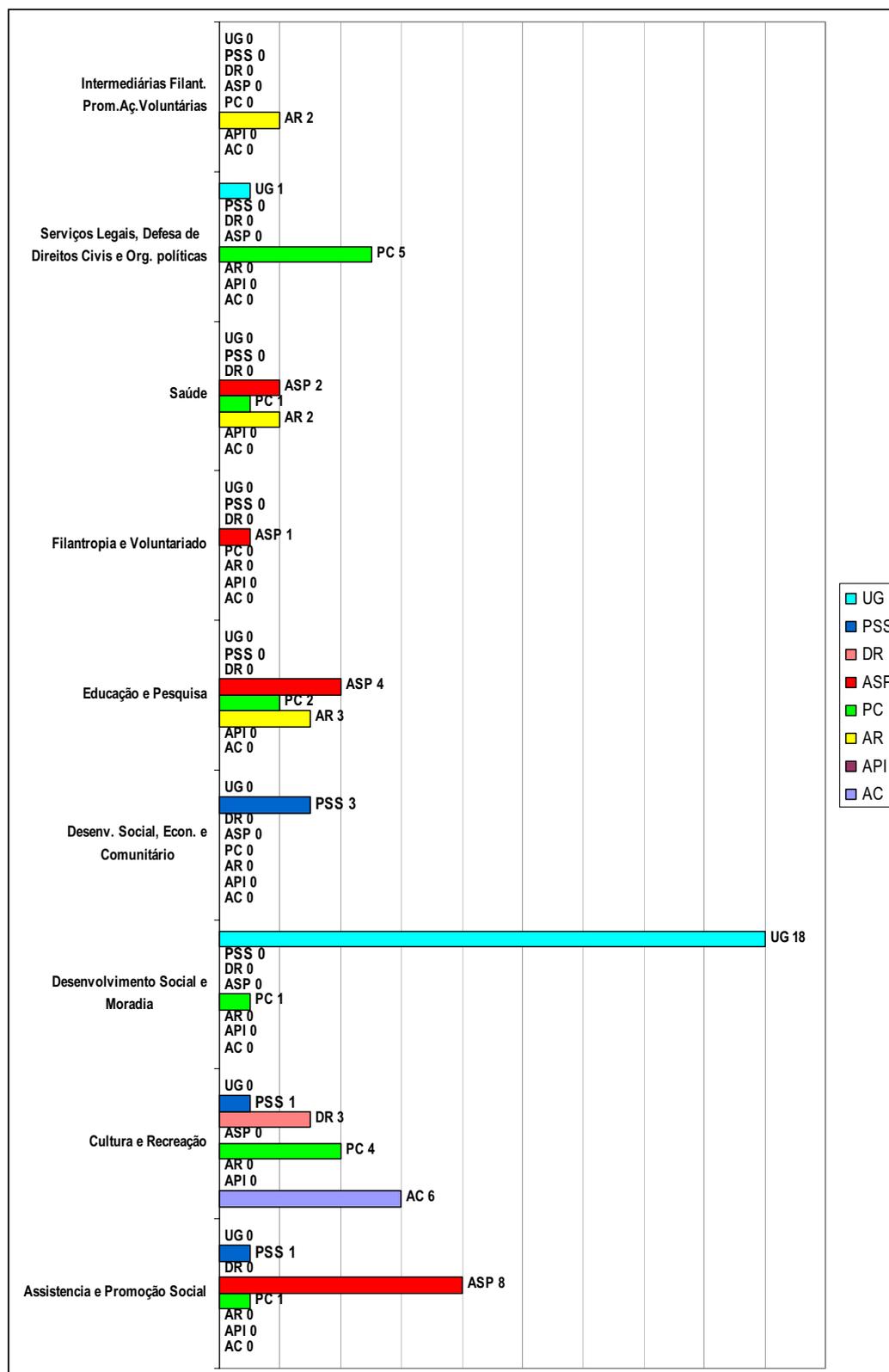


GRÁFICO 12 - Total das Organizações cartografadas por área de atuação principal e por tipo de associativismo – 2006

FONTE: Dados da Pesquisa

NOTAS: AC = Associações Culturais; API = Associações Políticas Informais; UG = Associações Urbanas/Gremiais (comunitárias) ASP = Associações de Assistência Social Privada; DR = Associações Privadas Desportivas/Recreativas; PSS = Associações de Prestação de Serviços Sociais; PC = Associações Políticas/Culturais; AR = Associações Religiosas

No que se refere aos temas/atividades principais desempenhadas, os distintos perfis atuam com uma maior ou menor diversidade de temas. As organizações de tipo político/cultural (PC) são as que apresentam a maior variedade de áreas de atuação (seis delas), tendo participação predominante nas áreas de: Serviços Legais, Defesa de Direitos Cívicos e Organização Política e na área de Cultura e Recreação; as organizações de assistência social privada (ASP) estão presentes em quatro áreas, predominando nas áreas de: Educação e Pesquisa e na área de Assistência e Promoção Social; as organizações de prestação de serviços sociais (PSS) estão presentes em três áreas, predominando na área de Desenvolvimento Social, Econômico e Comunitário; as associações religiosas (AR) estão presentes nas áreas de Educação e Pesquisa, de Saúde e de Organizações Intermediárias; os demais tipos de associativismo atuam dentro de áreas bem específicas, como as associações culturais (AC) e as organizações desportivas/recreativas, que se concentram na área de Cultura e Recreação; as urbanas/gremiais (UG) em sua maioria, são organizações comunitárias ou associações de moradores que atuam na área de Desenvolvimento Social e Moradia.

Excetuando o tema do Desenvolvimento Social e Moradia, que congrega quase a totalidade das organizações de tipo urbano/gremial, constatamos que existe uma pulverização das organizações em torno dos temas, com pouca predominância mais geral de alguma área em relação à outra, o que destaca justamente a questão da diversidade como elemento multicultural de atuação.

Alguns autores apontam que essa tendência ao multiculturalismo correspondeu, também, a um esvaziamento da política, uma vez que, como nos informa Castells (1999), boa parte destas organizações tem como pretensão apenas atuar na melhoria da qualidade de vida. Gohn (1999) também destaca a força da cultura neste cenário: “Outras formas de associativismo e associacionismo surgem fora do mundo dos movimentos sociais, ao redor das novas organizações da sociedade civil. A novidade é que a grande força impulsionadora dos novos processos não advém da política propriamente dita, mas da cultura.” (GOHN, 1999, p.3).

Quando observamos o perfil das organizações por década de criação, verificamos que, ao passar dos anos, novos perfis vão aparecendo no campo da sociedade civil, ampliando a sua diversidade.

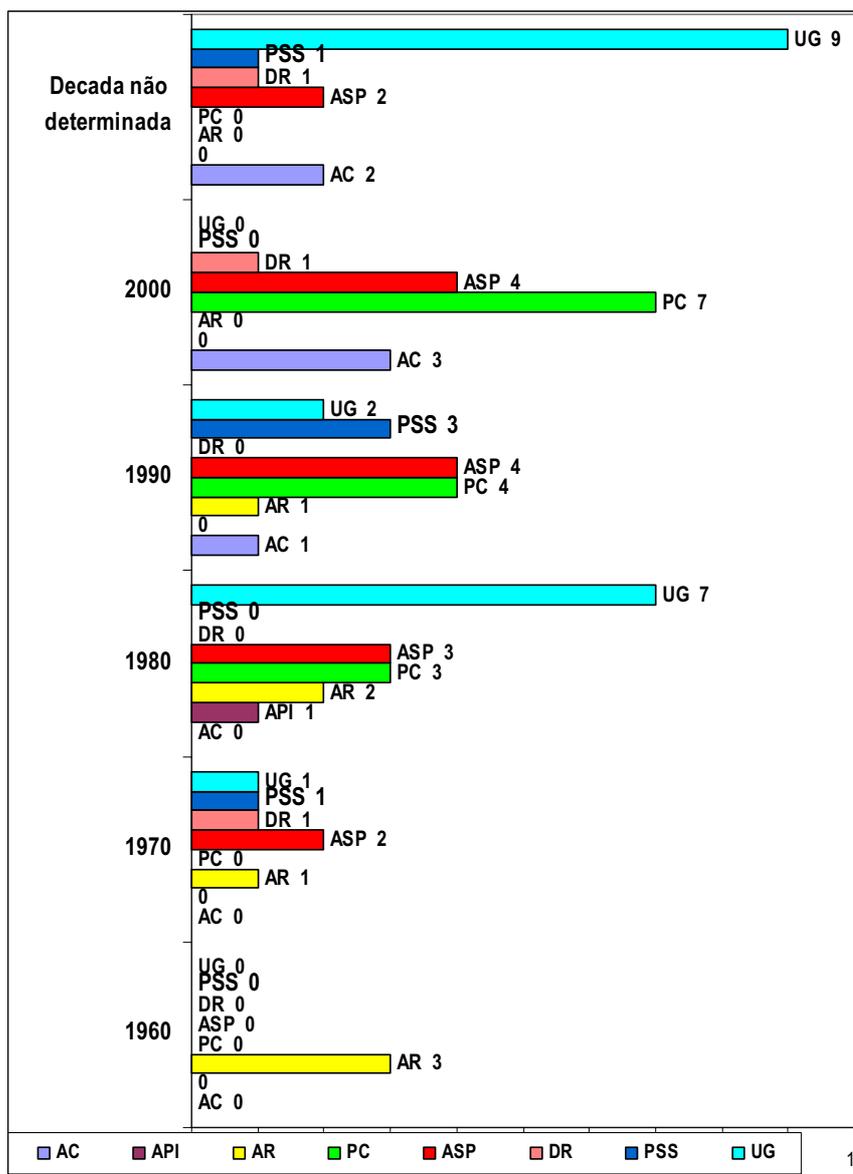


GRÁFICO 13-- Total das organizações cartografadas por tipo de associativismo e década de instituição – 2006

FONTE: Dados da Pesquisa.

NOTA: AC = Associações Culturais; API = Associações Políticas Informais; UG = Associações Urbanas/Gremiais (comunitárias) ASP = Associações de Assistência Social Privada; DR = Associações Privadas Desportivas/Recreativas; PSS = Associações de Prestação de Serviços Sociais; PC = Associações Políticas/Culturais; AR = Associações Religiosas

Enquanto que na década de 1960 tínhamos apenas organizações religiosas, voltadas para a filantropia, o que caracterizava a atuação da sociedade civil na época, nas décadas seguintes surgem os demais tipos de associativismo. Neste segundo momento, destacam-se duas tipologias: as organizações de tipo urbano/gremial, no caso da década de 1980 (maioria organizações comunitárias ou de moradores) e as organizações de tipo político/cultural nos anos 1990 e 2000.

No que se refere às organizações urbanas/gremiais, seu contexto de surgimento está relacionado ao processo de migração e urbanização que teve grande influência no desenho de sua ocupação nos bairros de Felipe Camarão e Cidade Nova. Nos anos 1970 e 1980, foi palco da instalação de diversos programas de habitação popular e de erradicação de algumas favelas instaladas originalmente nas regiões Sul e Leste, e, associado a este processo, a criação dos Centros Sociais Urbanos (CSUs).

Neste período, a organização comunitária era estimulada pelo governo militar e pelos governos locais, constituindo-se em instrumentos de domínio das elites locais. Segundo Andrade, citada por Lima (2001), em pesquisa realizada em 1987, constatou-se que 67% dos conselhos comunitários de Natal foram criados durante o governo de José Agripino Maia, na ocasião, prefeito da cidade (1979 – 1983).

O estímulo e a valorização das formas locais de associativismo, tal como este foi implementado pela Ditadura e elites locais, estariam muito mais no campo da regulação do que da emancipação, pois tratava-se de uma participação tutelada e meramente formal. Formatada dentro da “concepção hegemônica de democracia” (SANTOS, 2005, p.41), centrado na representação indireta, que era apresentado como “o modelo” de organização, até para os níveis mais localizados de agregação social.

Essas organizações, embora numerosas, apresentam baixa representatividade e potencial emancipatório limitado, pois, em sua maioria, não apresentam os elementos caracterizadores de potencial emancipatório por nós identificados, ou seja: não possuem títulos de utilidade pública, não estão inscritas nos Conselhos de Direitos e não estão presentes nas redes e fóruns.

Verificamos, porém, uma exceção entre as organizações comunitárias do bairro de Felipe Camarão, que possui o maior número delas (12), em comparação aos demais bairros (área da pesquisa), possuindo os atributos já nomeados. Possivelmente um reflexo do capital social que aquele bairro vem acumulando pelos muitos projetos e iniciativas que lá vêm se desenvolvendo.

Felipe Camarão tem sido palco de diversos programas e projetos estruturantes, alguns deles desenvolvidos pela UFRN, desde os anos de 1993.

O bairro também possui uma forte tradição cultural, reconhecida internacionalmente, cujos ícones são o Mestre Manuel Marinheiro, com seu Boi de Reis, e o Mestre Chico Daniel, mamulengueiro. No final dos anos 1990 e início de 2000, foi constituído também o Fórum Comunitário pela Promoção da Saúde e Qualidade de Vida, que envolve organizações comunitárias, serviços públicos de saúde, a UFRN, igrejas, grupos culturais, religiosos e juvenis, organizações da sociedade civil (comunitárias, ONGs, etc.).

O Fórum tem mobilizado o bairro para discutir e buscar alternativas de enfrentamento para os seus problemas, bem como já participa de espaços de discussão de políticas públicas no âmbito da cidade, relacionadas a questões de política urbana, saneamento, saúde, educação e juventude. Isto demonstra que as entidades que atuam no bairro revelam ampliar o seu potencial emancipatório.

Já o surgimento das organizações políticas/culturais tem relação com o processo de redemocratização do país, com a pauta dos direitos humanos e com a ampliação e fortalecimento da democracia participativa, conforme examinado em capítulo anterior.

O desenho conformado no gráfico, em pauta, sugere uma correspondência entre o surgimento das organizações estudadas e alguns cenários fundamentais que se inter-relacionam e vêm se desenrolando paralelamente nas últimas décadas, como, inclusive, é analisado por Gonh (1995, 1999): o período da ditadura militar; o processo de lutas pela redemocratização do país; a nova pauta dos direitos humanos; e a investida neoliberal contra o Estado, gerando um “vazio de regulação social e política” (GERMANO, 2006, 42).

Além do que já foi considerado a respeito do processo de criação das organizações urbanas/gremiais, esses cenários incentivam principalmente o crescimento de dois segmentos de organizações da sociedade civil: o primeiro, aquele que atua enquanto um recurso gerencial, passando a assumir a execução de políticas e projetos sociais (organizações de assistência social privada e de prestação de serviços sociais); e o segundo, aquele identificado com os temas éticos e multiculturais (organizações políticas/culturais, associações religiosas e culturais).

Conforme vem sendo discutido por Santos (2003, 2005) e Clanlini (2006), essa nova sociedade civil, muito mais complexa e estratificada, estaria assim acompanhando as tendências de âmbito nacional/global no que diz respeito ao surgimento de novas pautas, novas formas de organização social, acompanhando os respectivos contextos históricos das últimas décadas. Sendo assim, temos que

o global acontece localmente. É preciso fazer com que o local contra-hegemônico aconteça globalmente. (...) criar inteligibilidade recíproca entre as lutas locais, aprofundar o que têm em comum de modo a promover o interesse em alianças translocais e a criar capacidades para que estas possam efetivamente ter lugar e prosperar. (SANTOS, 2002, p. 74)

4 CONSIDERAÇÕES PARA UM NOVO COMEÇO

A discussão em torno das organizações da sociedade civil e dos seus respectivos perfis, no cenário contemporâneo, não pode prescindir de uma contextualização dos elementos de identidade que as singularizam no cenário político de uma globalização hegemônica e dos movimentos contra-hegemônicos. Historicamente, e em particular no contexto das quatro últimas décadas da história do Brasil, a sociedade civil representa um campo cujo relacionamento com o Estado configurou uma relação de confronto, tendo os movimentos de contestação e reivindicação como a ênfase desse relacionamento. Isto colocava o espaço estatal e o espaço da sociedade civil com âmbitos antagônicos de interesses e projetos sociais.

Hoje, contudo, observa-se uma redefinição desse relacionamento, na qual Estado e sociedade civil colocam-se lado a lado, na tentativa de construir um “consenso organizado”, que, na perspectiva gramsciana, nos é apresentada por Coutinho (2003) e Nogueira (2003) e se baseia num diálogo e na negociação dos interesses. Isto desloca a tensão, antes existente entre sociedade civil e Estado, para uma postura de maior cooperação na discussão de um único projeto social. Ainda assim, ressaltamos, essa construção não estaria livre de tensões, pois, este projeto, mesmo sendo considerado como produto de um consenso que hoje se constrói, não deixa de trazer em si e no seu interior a heterogeneidade de intenções, interesses, concepções, conflitos e sentidos.

Esta contradição, na verdade, representa a própria dialética social que enxerga todas as interações como resultado de uma tensão permanente entre distintas forças heterogêneas que atuam nos mesmos campos. Na relação entre sociedade civil e Estado, portanto, mesmo diante desse possível “consenso”, se percebe características que podem transitar entre o que Boaventura Santos (2002, 2003, 2005) denomina de projeto de regulação social e projeto de emancipação social. Sendo assim, o conflito que se estabelece não mais se dá entre sociedade civil e Estado, mas “entre os interesses e grupos sociais, que se reproduzem melhor sob a forma de Estado e interesses e grupos sociais, que se reproduzem melhor sob a forma de sociedade civil.” (SANTOS, 2003, p. 431)

Sob esse pano de fundo, o campo da sociedade civil assume uma face de diversidade e complexidade, tanto pelos projetos que comporta quanto pelos sujeitos sociais que dela participam, o que, certamente, torna difícil sua conceituação e significação. Como expressão dessa complexidade de significados atribuídos à sociedade civil, vale ressaltar que ela hoje integra não somente os antigos espaços de reivindicação e contestação, mas também é chamada para participar dos processos de formulação e execução de políticas e programas sociais, por meio de duas vias: a primeira, mediante a realização do projeto da emancipação social, que se estrutura, por exemplo, através dos mecanismos

já instituídos de ampliação da democracia direta; e a segunda, mediante o projeto da dominação capitalista que, investindo fortemente contra os Estados-nação, promove um processo de transferência de responsabilidades sobre as políticas de proteção social deste para a sociedade civil.

Sendo assim, a questão fundamental que se colocou como problema da presente pesquisa foi a necessidade de caracterizar as organizações sociais do campo da sociedade civil que trabalham com adolescentes e jovens na região Oeste de Natal, assim como sua relação com os contextos de criação, as suas áreas de atuação e as formas de inserção no espaço público, com vistas a identificar o seu potencial emancipatório.

Para a construção do mapa social, ora desenvolvido, nos apoiamos na idéia da Cartografia Simbólica de Boaventura Santos (2005a), cujas variáveis foram manejadas, de forma articulada, conforme os três patamares identificados pelo autor para o espaço específico da regulação jurídica. São eles os patamares da detecção (distingue o relevante do irrelevante), da discriminação (distingue os tipos de ação social entre semelhante e diferente) e da avaliação (distingue a qualidade ética da ação, ensejando uma variação de sentidos).

No que diz respeito à nossa pesquisa, as organizações cartografadas apresentam alguns elementos comuns de caracterização fática, tais como: possuir certo nível de institucionalização, ter sede ou atuar nos bairros de Cidade Nova, Felipe Camarão, Bom Pastor e Guarapes; e ter como público exclusivo ou prioritário adolescentes e jovens.

Ao fazermos um exame mais sensível sobre as organizações cartografadas, foi possível organizá-las em categorias, considerando os critérios básicos – a identidade temática e política – que se apresentavam como seus traços mais marcantes, a partir dos quais foram estabelecidos os tipos de associativismo, elemento constituinte de nossa análise. Foram então identificados 8 tipos de associativismo, compondo o seguinte mapa:

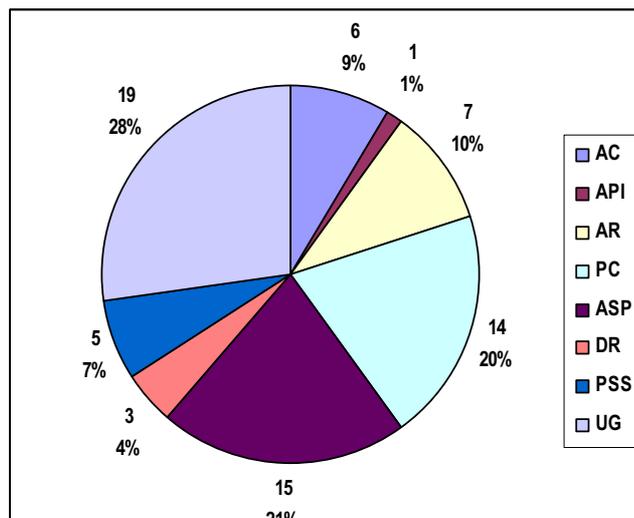


GRÁFICO 14 – Total das organizações cartografadas por tipo de associativismo – 2006

FONTE: Dados da pesquisa

NOTA: AC = Associações Culturais; API = Associações Políticas Informais; UG = Associações Urbanas/Gremiais (comunitárias); ASP = Associações de Assistência Social Privada; DR = Associações Privadas Desportivas/Recreativas; PSS = Associações de Prestação de Serviços Sociais; PC = Associações Políticas/Culturais; AR = Associações Religiosas.

Dentre as organizações cartografadas, existe uma predominância quantitativa de três das tipologias: Associações Urbanas/gremiais (28%), Associações de Assistência Social Privada (21%) e Associações Políticas/culturais (20%), que, juntas, representam 69% das organizações mapeadas.

Na caracterização e análise das organizações que permitiu identificar seus respectivos potenciais emancipatórios, levou-se em conta os aspectos sócio-históricos e políticos que condicionam a participação nos espaços políticos/coletivos (Conselhos de direitos, fóruns e redes locais e globais; temas e áreas de atuação, bem como as formas de institucionalização e reconhecimentos públicos). Neste sentido, a participação nos âmbitos de controle social, de discussão política, de formulação de políticas sociais e do debate de temas com potenciais multiculturais de emancipação foram os referentes que permitiram uma conclusão teórica ao presente trabalho.

Considerando os referenciais adotados e o que foi identificado como recorrente nos perfis e ações das organizações cartografadas, encontramos características que contribuem para a construção do potencial emancipatório de uma organização civil. a) Quanto aos mecanismos de reconhecimento público: aquela que participa de fóruns e redes políticas, assim como aquela que participa de movimentos e lutas globais e multiculturais translocais; b) Quanto à forma de participação social: aquela que participa dos espaços de democracia direta, da formulação e controle social sobre políticas de uma forma geral; e, bem como, aquela que atua nas redes de proteção social, de forma crítica, a partir de um foco ético/político; c) Quanto às áreas ou temas de atuação: aquela que assume uma posição de solidariedade ilimitada com as demais áreas e lutas sociais, reconhecendo o direito à

diferença e à igualdade. Portanto, todos os temas ou áreas são passíveis de promover o potencial emancipatório das organizações, sejam os referentes à cultura, à educação ou à saúde, sejam ações voluntárias, religiosas ou de proteção e assistência social.

Por fim, pode-se cogitar ou projetar que o potencial emancipatório das organizações cartografadas é tanto maior quanto for a soma e sobreposição desses elementos. Uma outra constatação, que se apresenta, é que a aplicação dos tipos de associativismo, considerando o conjunto de significados que lhes podem ser atribuídos, conforme os distintos contextos, constitui-se em um elemento sinalizador do potencial emancipatório das organizações, mas não aprisiona, nem rotula nenhum sujeito social, quanto a um destino inexorável.

Temos, portanto, como resultado da aplicação dessa cartografia social, enquanto modelo analítico no “Espaço dos 4 Bairros”, a identificação de maior potencial emancipatório nos seguintes tipos de associativismo, assim categorizados, conforme as características empiricamente verificadas na pesquisa: Políticas/culturais, Associações Culturais, Associações Religiosas e Associações Políticas Informais.

A apresentação desta constatação não elimina a possibilidade de que uma organização classificada num outro tipo possa apresentar também potencial emancipatório, pois, esses grupos (tipos de associativismo), internamente, não são homogêneos, apresentando também singularidades e contradições.

O exercício de classificação das organizações, a partir dos tipos de associativismo, tem valor metodológico na medida em que permite visualizar tendências mais globais de emancipação em uma análise de pequena e média escala. Esta classificação, porém, não determina a priori o caráter emancipatório das organizações individualmente, o que apenas se dá ao serem avaliadas enquanto um conjunto, conforme o contexto existente.

Assim, como assinala Santos (2005), emancipação social tem caráter multicultural e está condicionada pelas circunstâncias locais e certos contextos sócio-históricos. Um comportamento ou ação pode ser emancipatório num determinado momento, lugar ou contexto, e pode ser regulação em outro. Temos que, não há uma única forma de emancipação social, mas sim, várias formas.

Isto se confirma na verificação empírica realizada no espaço do bairro de Felipe Camarão. O desenho geral formado pelas organizações de tipo urbano/gremial, encontradas no “Espaço dos 4 Bairros”, apresenta elementos contextuais que a situam mais próximas do pólo da regulação que da emancipação. Porém, essa situação não se ratifica para esse tipo de associativismo quando o universo observado é o bairro de Felipe Camarão, uma vez que, nas organizações comunitárias lá existentes, são encontrados alguns dos aspectos já citados como sinalizadores de potencial emancipatório. Ou

seja, sua articulação em redes locais e inserção em fóruns e outros espaços públicos de discussão de políticas públicas.

Esta exceção, ao contrário de significar uma lacuna da cartografia social desenvolvida, fornece-nos um elemento de sua flexibilidade e possibilidade de ser aplicada em diferentes contextos, permitindo, assim, não a homogeneização, mas a singularização das diferenças, como parte do processo de identificação das regularidades (igualdades).

Não podemos, então, estabilizar tais resultados como conclusões teóricas definitivas. Ao contrário, todos os dados levantados e analisados na presente investigação indicam o caráter dinâmico, híbrido e dialético das organizações e de suas ações cotidianas, em relação aos projetos políticos da emancipação / transformação ou da regulação / adaptação.

A dialética entre igualdade e diferença se apresenta e se reproduz, no interior dos espaços globais, na sociedade civil, nos agrupamentos ora definidos por tipologias de associativismo, bem como no interior das organizações e indivíduos, ou seja, uma mesma organização, mesmo possuindo uma das características, acima destacadas, como emancipatórias, pode ter traços (híbridos) do projeto social hegemônico e regulador, assim como o seu inverso também é verdadeiro.

Apresentamos a seguir dois Mapas-sínteses, no primeiro, visualizamos um conjunto de elementos caracterizadores dos projetos políticos – da regulação/adaptação e da emancipação social – e no segundo, os elementos que caracterizam a ação social e política dos distintos sujeitos. O que se expressa nestes mapas são fenômenos que compartilham o mesmo espaço-tempo, o nosso espaço tempo atual, ocorrendo nos espaços públicos e privados de relações sociais e nos diversos campos: da política, da cultura, da ciência, do direito, da produção, do mercado, dentre outros.

Por fim, vale destacar que essa ambigüidade (ou hibridação) se dá não apenas no âmbito das características presentes de cada organização, mas também nas perspectivas de futuro que elas podem escolher e assumir. São ambigüidades que ensejaram oportunidades de acomodação ou de mudança, de conformismo, cooptação ou de rebeldia e rebelião. Conhecer e apropriar-se ou não da ética que orienta um ou outro projeto societal será por fim o elemento catalisador para a emancipação social ou para a regulação.

De nossa parte acreditamos e apostamos no projeto da emancipação social, na utopia, que nos encanta com a sua “mágica presença das estrelas⁶¹” e como nos diz Santos (2002), na força da imaginação que permite-nos explorar novas possibilidades humanas e novas utopias pelas quais valem a pena lutar.

⁶¹ Mário Quintana (1998)

PROJETO POLÍTICO ⁶²	CAPITALISMO NEOLIBERAL HEGEMÔNICO		EMANCIPAÇÃO SOCIAL / CONTRA-HEGEMÔNICO	
	Pólo da Regulação / Adaptação	Estágios intermediários (Hibridação)		Pólo da Emancipação social / Transformação
Ação Política dos Sujeitos	Globalismo localizado Localismo globalizado	Globalismo localizado Localismo globalizado Cosmopolitismo	Globalismo localizado Localismo globalizado Cosmopolitismo	Cosmopolitismo Patrimônio Comum da Humanidade
Quanto aos processos de globalização	Sociedade civil liberista – recurso gerencial – terceiriza a política social	Sociedade civil político-estatal	Sociedade civil político-estatal	Sociedade civil político-estatal Sociedade civil social cosmopolita
Quanto às concepções de sociedade civil	Local Global (nacional)	Local Global (nacional)	Local Global (nacional)	Local Global (nacional, internacional)
Quanto aos espaços de atuação	Movimento reivindicatório – melhor distribuição dos recursos, não questiona o poder nem o modo de produção social Ações conformistas Solidariedade Corporativa	Movimento político – ampliação de direitos, defesa da democracia, ampliação dos espaços de participação direta Ações conformistas/Rebeldes	Movimento político – ampliação de direitos, defesa da democracia, ampliação dos espaços de participação direta Ações conformistas/Rebeldes	Movimento Antagonista – questiona status quo do modo de produção social; não reconhece como legítimas as regras do sistema hegemônico. Ações rebeldes Solidariedade limitada
Quanto às formas de sustentabilidade (financiamento)	Controle pelas condicionalidades de liberação de recursos –linhas de financiamento e programas determinados Agências Multilaterais, Cooperação internacional, estatal internacional (EUA)	Controle parcial – define linhas estratégicas amplas Cooperação internacional / governamental local e nacional	Controle parcial – define linhas estratégicas amplas Cooperação internacional / governamental local e nacional	Apóia iniciativas locais e globais de formulação dos movimentos sociais Cooperação internacional / governamental local e nacional Estatal internacional (União Européia)

MAPA 5 – Mapa de caracterização teórica dos projetos políticos em disputa na atualidade quanto ao seu potencial emancipatório - 2006

FONTE: Elaboração nossa

⁶² Estamos adotando a noção de projeto político formulada por Dagnino (2004, 98), de inspiração gramsciana, que "designa os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos."

PROJETO POLÍTICO Ação Política dos Sujeitos	CAPITALISMO NEOLIBERAL HEGEMÔNICO Pólo da Regulação / Adaptação	Estágios intermediários (Hibridação)	EMANCIPAÇÃO SOCIAL / CONTRA- HEGEMÔNICO Pólo da Emancipação social / Transformação
Quanto aos Tipos de associativismos ⁶³ encontrados	ASP, PSS, UG, AR, AC, DR	ASP, PC, AC, AR,	PC, AC, AR, API
Quanto aos mecanismos de reconhecimento público	Títulos de Utilidade Pública – credenciamentos formais e financeiros	Títulos de Utilidade Pública e Inscrição e Registro nos Conselhos de Direitos – finalidades instrumentais / controle social de caráter gerencial	Participação em Fóruns e Redes Políticas; participação movimentos e lutas globais e multiculturais translocais Participação nos Conselhos de direitos – controle social de caráter ético-político
Quanto às formas de Participação social - Conselhos de direitos	Interesses instrumentais Controle social sobre os recursos financeiros Credenciamento para captação de recursos	Democracia formal Controle social sobre os recursos financeiros Cumprimento obrigação legal	Controle social sobre a política como um todo Fortalecimento da democracia participativa
Quanto às formas de participação social – Redes e fóruns	Redes de Proteção Social – apenas executa – terceirização dos programas sociais Redes Locais de foco reivindicatório Redes corporativas nacionais e internacionais	Rede de Proteção Social –executa e contribui na formulação localmente / pontualmente Redes Locais de foco reivindicatório Redes globais de foco reivindicatório	Rede de Proteção – executa e participa da formulação em âmbito nacional ou global Redes locais de foco ético-político Redes globais de foco ético-político
Quanto aos temas / Área de Atuação	Assistência e Promoção Social Educação e Pesquisa Saúde Desenvolvimento Social e Moradia Desenvolvimento Social, Econômico e Comunitário Filantropia e Voluntariado Cultura e recreação Serviços Legais, Defesa de Direitos Civis	Assistência e Promoção Social Educação e Pesquisa Saúde Cultura e recreação Serviços Legais, Defesa de Direitos Civis	Cultura e recreação Intermediação Filantrópica e Promoção de Ações Voluntárias Religião Moradia Desenvolvimento Social e Moradia Educação e Pesquisa Saúde Serviços Legais, Defesa de Direitos Civis

MAPA 6 – Mapa de caracterização da ação social e política dos sujeitos quanto ao seu potencial emancipatório

FONTE: Elaboração nossa.

⁶³ **AC** = Associações Culturais; **API** = Associações Políticas Informais; **UG** = Associações Urbanas/Gremiais (comunitárias); **ASP** = Associações de Assistência Social Privada; **DR** = Associações Privadas Desportivas/Recreativas; **PSS** = Associações de Prestação de Serviços Sociais; ; **PC** = Associações Políticas/Culturais; **AR** = Associações Religiosas

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. **Propostas da ABONG para o Marco Legal das ONGs**. Maio de 2004. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2005.

ABRAMOVAY, Miriam, et al. **Juventude e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

AMARAL, Viviane. **Redes sociais e redes naturais: a dinâmica da vida**. Rede de Informação para o Terceiro Setor – RITS Disponível em: <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_fev2004.cfm> Acesso em: 13 nov. 06.

AMARAL, Viviane. **Redes: uma nova forma de atuar**. 2004. Mapa do Terceiro setor. Disponível em: <<http://www.mapadoterceirosetor.org.br/adm/download/redes.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 05.

ARMANI, Domingos. **Breve Mapa do Contexto das ONGs Brasileiras**. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, Disponível em: <<http://www.abong.org.br/novosite/bibli.asp?ID=13>> Acesso em: 30 jun. 2005.

ARNAUD, André-Jean, [et al.]. (org.) **Dicionário Enciclopédico de Teoria e de Sociologia do Direito**. Tradução de: Patrice Charles, F. X. Willaume, Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

BARROSO, Arimá Viana. **Mapeando a Qualidade de Vida em Natal**. IN: PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL / Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica – SEMPLA. Natal / RN, 2003. 29 p.

BETTO, Frei. Fórum Social Mundial 2003. In: **Correio da Cidadania**, ed. 329 – semana 18/01 a 25/01 de 2003. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br>> Acesso em: fev. 2003.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 43-62

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/secretarias/pnas_final.pdf> Acesso em: 10 dez. 06.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Coordenadora Anne Joyce Angher, 8. ed., atual. até 31.12.2001. São Paulo: Rideel, 2002. (série compacta)

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social. Publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL. Lei n.º 8.069/1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências**. Publicada no Diário Oficial da União de,

BRASIL. Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Publicada no Diário Oficial da União de, 8 de dezembro de 1993.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara, **História da Cidade do Natal**. Natal (RN): RN Econômico, 1999, 496p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1 (A era da informação: economia, sociedade e cultura) p. 565.-574.

CASTELLS, Manuel. **Fim de Milênio, “conclusão: desprendendo nosso mundo”**, São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 3 (A era da informação: economia, sociedade e cultura) p. 411-39.

CASTRO, Mary Garcia. et al. (Orgs.). **Cultivando vida desarmando violências**: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001. 583p.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS). **Resolução nº 010/2000**, Natal-RN, 12 de jul. de 2000.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS). **Resolução nº 011/2000**, Natal-RN, 12 de jul. de 2000.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas**: Estratégias para entrar e Sair da Modernidade. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução Gênese Andrade. 4. ed. 1. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2006. – (Ensaio Latino-americanos, 1).

CENTRO NACIONAL DE ESTUDOS E PROJETOS (CNEP). **Glossário de Termos Técnicos para o Terceiro Setor**. Disponível em: <<http://www.cnep.org.br/glossario.htm>> Acesso em: 31 jul. 2005.

CORTESÃO, Luíza; STOER, Stephen R. Cartografando a Transnacionalização do campo educativo: o caso português. In SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. p.377-416.

COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [versão online]. Fev. 1997, vol.12, n. 35. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 Set. 2005. ISSN 0102-6909.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci e a Sociedade Civil**. Resenha sobre o livro Giovanni Semeraro [Gramsci e a sociedade civil. Petrópolis, Vozes, 1999]. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv93.htm>> Acesso em: 09 fev de 2006.

DAGNINO, Avelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. In: MATO, Daniel. (coord.), **Políticas de cidadania y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 95-110. Disponível em: <<http://www.globalcult.org.ve/pub/Rocky/Libro2/Dagnino.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

DURÃO, Jorge Eduardo Saavedra (Dir. Geral). **Ação das ONGs no Brasil: perguntas e respostas**. Abong, 2005. Disponível [versão digital] em: <<http://www.abong.org.br/novosite/livre.asp?cdm=2302>> Acesso em: 10 nov. 2005.

FALCONER, Andrés Pablo. **A Promessa do Terceiro Setor: um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão**. Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor (CETS), Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.lasociedadcivil.org/uploads/ciberteca/andres_falconer.pdf> Acesso em: 17 mai. 2006.

FERRAREZI, Elisabete, REZENDE, Valéria. **Organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP** : a lei 9.790 como alternativa para o terceiro setor. Brasília: Comunidade Solidária, 2001. 108 p.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior; EICHNER, Klaus. Sobre a estruturação de redes sociais em associações voluntárias: estudo empírico de organizações não governamentais da cidade do Recife. In: **Sociedade e Estado: revista semestral de Sociologia – Universidade de Brasília (UnB)**. Brasília: v. 16, n. 1-2, jan./dez. 2001. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

GERMANO, José Willington. Resistência desfeita: educação, cultura popular, reforma social. In: **Escola, Culturas e Saberes**. XAVIER, Libânia Nacif et. al. (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GERMANO, José Willington. Globalização alternativa, políticas emancipatórias e solidariedade. In: CASTRO, Janete Lima; FORMIGA, Jacinta Maria Moraes; VILAR, Rosana Lúcia Alves. (orgs.). **Política e gestão em saúde: reflexões e estudo**. Natal: Editora Observatório RH NESC-UFRN, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **A História dos Movimentos Sociais: a Construção da Cidadania dos Brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. O Novo Associativismo e o Terceiro Setor. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 58, São Paulo, Ed. Cortez, Nov. 1998.

_____. **Educação não-Formal, Novo Associativismo e Terceiro Setor no Brasil**. Grupo de Estudo sobre Movimentos Sociais, Demandas Educativas e Cidadania/Faculdade de Educação/UNICAMP. Disponível em: <http://lite.fae.unicamp.br/grupos/gemdec/art_gloria.html> Acesso em: 15 dez. de 2006.

HESPANHA, Pedro; SOUSA, Liliana, et al. Cartografia das desigualdades Sociais em Aveiro. In: **Horizontes Sociais** nº 2, Janeiro 2002 . Observatório Permanente de Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://portal.ua.pt/opds/pdf/cartografia.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2004. p.95-107

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUTART, François. **Sociedade civil e espaço público**. Fórum Social Mundial 2001. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic/por_houtart.php>. Acesso em: 19 mar. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil – 2002**. 2.ed. Rio de Janeiro, 2004. (Série Estudos e Pesquisas Informação Econômica, 4), In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/fasfil.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2006.

JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS, Natal: Fundação W. K. Kellogg, 2002 (Documento final do Seminário – UNESCO sistematizado por Rita de Cássia A. S. Advíncula).

KURZ, Robert. “Os últimos combates”. In. **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 46, nov. de 1996. pp. 39-75.

LABRA, Maria Eliana e FIGUEIREDO, Jorge St. Aubyn de. Associativismo, participação e cultura cívica: O potencial dos conselhos de saúde. In: **Ciênc. saúde coletiva**. [versão on line]. 2002, v. 7, n. 3 p. 537-547. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 Set. 2005. ISSN: 1413-8123.

LATOUCHE, Serge. **O Sul e o Ordinário etnocentrismo do desenvolvimento**. Le Monde Diplomatique, ed. Nov. de 2004. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2004-11,a1012>> Acesso em: 21 nov. 2006.

LIMA, Pedro de. **A Terceira Margem do Rio**: formação dos espaços de pobreza de Natal. In: ???

LOPES JUNIOR, Edmilson. **A Construção social da cidade do prazer**: Natal. Natal-RN: EDUFRN, 2000. 188p. Originalmente apresentado como tese à Universidade de Campinas

MANSANO, Sonia Regina Vargas. **Vida e profissão**: cartografando trajetórias. São Paulo: Summus, 2003. p. 18.

MARCON, Chistian, MOINET, Nicolas. **Estratégia-Rede**: ensaio de estratégia. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política (Prefácio, 1859)**. São Paulo, Ed. Abril, 1978. p. 127-137. (Coleção Os pensadores).

MARTINS, Paulo Haus. Origem e histórico do certificado de utilidade pública. REDE DE INFORMAÇÕES PARA O TERCEIRO SETOR – RITS. **Revista Rets** – Tema do Mês de Abril de 2006, Disponível em: <<http://www.rits.org.br>>. Acesso em: 25 mai 2006.

MATOS, Aécio Gomes de. Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário. Editorial Abaré, 2003. (Série Debate e Ação, v.4).

MATURANA, R., Humberto. **A ontologia da realidade**. Organizadores: Cristina Magro, Mirian Graciano, Nelson Vaz. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. p.42-46;

MAX Weber, uma sociologia compreensiva do mundo moderno. IN: LALLEMENT, Michel, **História das idéias sociológicas**: das origens a Max Weber. Petrópolis,(RJ): Vozes, 2003. Parte III – Fundações. Cap. 2., p. 255-311.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 199p.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Sociedade Civil, entre o Político-Estatal e o Universo Gerencial. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, nº 52, junho 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18072.pdf>> Acesso em: 09 de fevereiro de 2006.

OFFENHEISER, Ray. As ONGs como sujeitos políticos na luta pelo direito ao desenvolvimento. In: **Desenvolvimento e direitos humanos: diálogos do Fórum Social Mundial**. São Paulo: Peirópolis: ABONG, 2002. p. 107-120.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. **Cidadania e Cultura Política no Poder Local**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2003. p.15-60.

OLIVEIRA, Miguel Darcy. **O Protagonismo dos cidadãos e de suas organizações: um fenômeno recente, massivo e global**. IDAC, 2001: Disponível em: <http://www.rits.org.br/idac.rits.org.br/protag/idac_protag_1.html> Acesso em 21 out. 2006.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Participação e democracia: o caso do Conselho de Assistência Social de Curitiba**. Núcleo de pesquisa Democracia e Participação Política – UFPR, 2002. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br/encontro/estpol.htm>> . Acesso em: 06 dez. 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. Secretaria Municipal de meio Ambiente e Urbanismo. – Natal (RN). Departamento de Informação Pesquisa e Estatística, **Anuário**. Natal, 2005. 280p. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/semurb/arquivos/Natal_2005_CD.pdf> . Acesso em: 19 jun. 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Os Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/index.php?lay=odmi&id=odmi>> . Acesso em: 26 set 2006.

PROJETO JUVENTUDE. São Paulo: Instituto Cidadania, 2003. Disponível em: <www.projetojuventude.org.br> Acesso em: 18 jan. 2004.

QUINTANA, Mário. **Antologia Poética**. 6. ed., Rio de Janeiro: Ediouro, 1998 (Coleção Prestígio). p. 42.

NATAL. Lei n.º 1721, de 29 de dezembro de 1967. Determina regras pelas quais são as sociedades reconhecidas de Utilidade Pública. **Diário Oficial do Estado [Rio Grande do Norte] (D.O.E.)**. Natal, 03 jan. 1968.

_____. Câmara Municipal de Natal. Lei n.º 95, de 10 de abril de 1991. Dispõe sobre a Política Municipal da Promoção dos Direitos e Defesa da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.cmnat.rn.gov.br/> > Acesso em: 28 out. 2006.

_____. Prefeitura Municipal do Natal. Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, Departamento de Proteção Social Especial. **Plano Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Criança e Adolescente**. Natal, 2006.

RIVERA, Alberto J. Olvera. **Problemas conceptuales en el estudio de las organizaciones civiles: de la Sociedad Civil al Tercer Sector**. Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales, Universidad Veracruzana. 1998. Disponível em: <<http://www.lasociedadcivil.org/uploads/ciberteca/olvera.pdf>> Acesso em: 17 mai 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. O Papel da Produção de Conhecimento na Transformação Social. In: **O papel da sociedade civil nas novas pautas políticas**. São Paulo: Peirópolis / ABONG: 2004. p. 39-54.

_____. As armadilhas da paisagem: para uma epistemologia do espaço-tempo. In: **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. V. 1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2005a. P. 191-224.

_____. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005c. p. 9-7

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção para um novo senso comum; v. 4).

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, (org.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b. (Coleção Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos; 1)

SEMINÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, 1., Niterói (RJ). Realizado nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 2006, **Informações básicas**. [Informe do Conselho Nacional de Juventude sobre sua realização, objetivos e outras informações]. BRASÍLIA: Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)/

Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/polinadejuv.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2006.

SILVA, Eduardo Marcondes Filinto; AGUIAR, Marianne Thamm de. **Terceiro Setor: em busca de uma conceituação**. Centro de Estudos de Fundações e Entidades de Interesse Social (Fundata). 2001. Disponível em: <<http://www.fundata.org.br/Artigos%20-%20Cefeis/4%20-%20Terceiro%20Setor%20-%20Buscando%20uma%20Conceitua%C3%A7%C3%A3o.htm>> . Acesso em: 03 out. 2005.

TAKEUTI, Norma M. **No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

_____.et. al (2002). **Relatório de Diagnóstico: análises preliminares dos discursos obtidos pelos jovens participantes dos Seminários de Diagnóstico nos bairros da Zona Oeste de Natal**. Natal: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / PROEX – UFRN, 2002.

TOMMASI, Livia De. **Abordagens e práticas de trabalho com jovens das ONGs brasileiras**. 2004 Disponível em: <<http://www.redesejuventudes.org.br/sispub/cgi-bin/myPage.fcgi?idWebSite=1268&idSecao=3369&idNota=14068&pagOrigem=pagCapa&acao=mostrarMateria&iframe=1>>. Acesso: 10 mai. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. ATIVIDADE INTEGRADA DE EDUCAÇÃO SAÚDE E CIDADANIA – SACI /**Disciplina Saúde e Cidadania**. Programa da Disciplina para o semestre de 2005.1.

VALENTE, Jonas. **Segundo pesquisa, falta de emprego e educação atrapalha participação de jovens**. Carta Maior, matéria da editoria Direitos Humanos, edição de 5 de março de 2006.

VILLELA, Milú. Políticas públicas para jovens já. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 de novembro de 2005, Opinião, p. A3.

VIEIRA, Liszt. **Os Argonautas da Cidadania: a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WITHAKER, Francisco. Redes: Uma estrutura Alternativa de Organização. In: **Revista RETS da rede de informação para o terceiro setor. [virtual]** 1998 Disponível em: <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_estrutalternativa.cfm> Acesso em: 21 fev 2005.

ANEXOS

- A. Lei nº 91, de agosto de 1935, Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública
- B. Lei nº 1721/1967 [NATAL], Determina regras pelas quais são as sociedades reconhecidas de Utilidade pública [municipal]
- C. Resolução nº 010/2000 do Conselho Municipal de Assistência Social, estabelece os critérios de concessão de inscrição junto ao CMAS
- D. Resolução nº 011/2000 do Conselho Municipal de Assistência Social, estabelece os critérios para obtenção de atestado de funcionamento.
- E. Classificação da Atividade Principal das Organizações – Padrão Internacional de Classificação Setorial (ISIC) adotado pela ONU.

ANEXO A

Lei nº 9 de 28 de agosto de 9

Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública.

O presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art 1º - As sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no país com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à colectividade podem ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

- a) que adquiriram personalidade jurídica;
- b) que estão em effectivo funcionamento e servem desinteressadamente à colectividade;
- c) que o cargos de sua directoria não são remunerados.

Art. 2º - A declaração de utilidade pública será feita em decreto do Poder Executivo, mediante requerimento processado no Ministério da Justiça e Negócios Interiores ou, em casos excepcionaes, *ex-officio*.

Paragrapho único. O nome e característicos da sociedade, associação ou fundação declarada de utilidade pública serão inscriptos em livro especial, a esse fim destinado.

Art. 3º - Nenhum favor do Estado decorrerá do título de utilidade pública, salvo a garantia do uso exclusivo, pela sociedade, associação ou fundação, de emblemas, flammulas, bandeiras ou distinctivos próprios, devidamente registrados no Ministério da Justiça e da menção do título concedido.

Art 4º - As sociedades, associações e fundações declaradas de utilidade pública ficam obrigadas a apresentar todo os annos, excepto por motivo de ordem superior reconhecido, a critério do ministério de Estado da Justiça e Negócios Interiores, relação circunstanciada dos serviços que houverem prestado à colectividade.

ANEXO B

Lei que determina as regras pelas quais são as sociedades reconhecidas de Utilidade Pública Municipal

Lei Nº 2/68	
Data:	29/12/1967
Autor:	AGNELO ALVES
Tipo:	LEI ORDINÁRIA
Assunto:	RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA
Ementa:	Determina regras pelas quais são as sociedades reconhecidas de Utilidade Pública.
Telo:	<p>O PREFEITO MUNICIPAL DE NATAL,</p> <p>Faço saber qua a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1º.- As Sociedades Civis, as Associações e as Fundações constituídas no Município com fim exclusivo de servir desinteressadamente a coletividade, podem ser reconhecidas de Utilidade Pública provados os seguintes requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Que adquiriram personalidade jurídica;b) Que estão em efetivo funcionamento de Utilidade Pública desinteressadamente a coletividade.c) Que os cargos de sua diretoria não sao remunerados. <p>Art. 2º- O reconhecimento de Utilidade Pública será feito atraves de Lei Municipal.</p> <p>Art. 3º - O nome e características da Sociedade, Associação ou Fundação reconhecida de Utilidade Pública, serão inscritos em livro especial, a esse fim destinado, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.</p> <p>Art. 4º - Nenhum favor do Município decorrerá do titulo de Utilidade Pública, salvo o direito da Sociedade, Associação ou Fundação mencionar o titulo concedido.</p> <p>Art. 5º - As Sociedades, Associações e Fundações reconhecidas de Utilidade Pública ficam obrigadas a apresentar todos os anos, exceto por motivo de ordem superior reconhecido, a critério do Secretário Municipal de Educação e Cultura, relação circunstanciada dos serviços que houverem prestado a coletividade.</p> <p>Parágrafo Único- Será cassado o reconhecimento de Utilidade Pública, no caso de infração deste dispositivo, ou se por qualquer motivo a declaração exigida não for apresentada em três anos consecutivos.</p> <p>Art. 6º- Será também cassado o reconhecimento de Utilidade Pública, mediante representação documentada do órgão do Ministério Público, ou de qualquer interessado, sempre que se provar que a Sociedade, Associação ou Fundação o deixou de preencher qualquer dos requisitos do Art. 1º.</p> <p>Art. 7º - As Sociedades, Associações e Fundações ja reconhecidas de Utilidade Pública, ficam subordinadas as regras desta Lei e serão inscritas imediatamente no livro de que trata o Art. 3º.</p> <p>Art. 8º.- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.</p> <p>Palacio Felipe Camarão, em Natal, 29 de Dezembro de 1967.</p> <p>AGNELO ALVES – PREFEITO GARIBALDI ALVES FILHO - CHEFE DA CASA CIVIL ALUIZIO MACHADO CUNHA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA</p> <p>Publicado no D.O.E de: 03/01/68.</p>

V - relatório de atividades, assinado pelo representante legal da Entidade em que se descrevam, quantifiquem e qualifiquem as ações desenvolvidas;

VI - cópia da ata de eleição dos membros da atual diretoria, devidamente averbada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

VII - cópia do documento de inscrição do CNPJ (antigo CGC) do Ministério da Fazenda, atualizado.

§ 1º - Em se tratando de Fundação, a requerente deverá apresentar, além do previsto nos incisos I a VII deste artigo, os seguintes documentos:

a) cópia autenticada da escritura de sua Instituição, devidamente registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou lei de sua criação;

b) comprovante de aprovação dos estatutos, bem como de suas respectivas alterações, se houver, pelo Ministério Público.

Art. 6º - O pedido de inscrição deverá ser apresentado diretamente à Secretaria Executiva do Conselho.

Art. 7º - O Conselho Municipal de Assistência Social julgará a solicitação da Entidade e, no caso de indeferimento, caberá pedido de reconsideração no próprio CMAS.

§ 1º - O pedido de reconsideração somente será acatado se apresentado no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de ciência da decisão e comprovado através de Aviso de Recebimento (AR);

§ 2º - O pedido de reconsideração será examinado por junta composta pelo Secretário-Executivo e dois (02) Conselheiros.

Art. 8º - Para a manutenção do Atestado de Inscrição, a Entidade deverá cumprir as seguintes formalidades:

I - sempre que for feita qualquer alteração nos estatutos, regulamentos ou compromisso social da Entidade, esta deverá comunicar ao CMAS, com a remessa da certidão do respectivo registro em Cartório competente;

II - manter devidamente atualizados os dados cadastrais, informando ao CMAS sempre que ocorrer alteração de nome, sede, endereço, telefone e eleição de nova diretoria;

III - apresentar outras informações e/ou documentos, quando solicitados pelo Conselho.

Art. 9º - Terá seu registro cancelado a Instituição que:

I - infringir qualquer disposição desta resolução;

II - seu funcionamento tiver sofrido solução de continuidade;

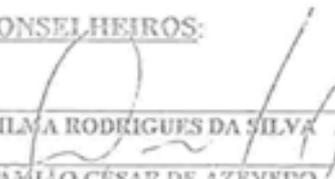
III - através de processo administrativo, ficar comprovada irregularidade na gestão administrativa.

Art. 10º - Fica desde já, deliberado que a partir da publicação desta, as Instituições já inscritas ficarão sujeitas às exigências contidas nesta Resolução.

Art. 11º - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.


MARCIA FARIA MAIA MENDES
PRESIDENTE DO CMAS

CONSELHEIROS:


NILZA RODRIGUES DA SILVA

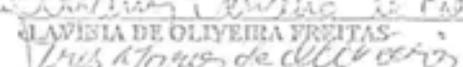
BAMILÃO CÉSAR DE AZEVEDO

LAÉRCIO BEZERRA DE ARAÚJO


MARIA DAS GRACAS E. C. DA MOTTA

MARIA AMELIA DE LIMA FREIRE

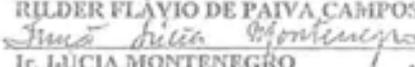

CLÁUDIA DE OLIVEIRA FREITAS

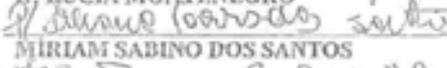

IRIS MARIA DE OLIVEIRA

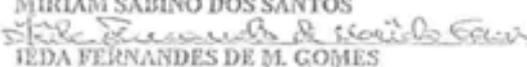

TEREZA ELIZABETH GURGEL FARIA

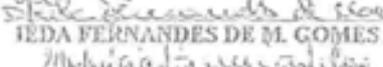
IR. DJANIRA CAPISTRANO

RILDER FLAVIO DE PAIVA CAMPOS


LUCIA MONTENEGRO


MIRIAM SABINO DOS SANTOS


IEDA FERNANDES DE M. GOMES


MARIA LUCIA SANTOS F. DA SILVA

JOÃO FREIRE DA COSTA



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CRIADO EM 26/07/95 - Lei n° 4.657/95

Resolução n.º 010/2000 - CMAS

Natal(RN), 12 de Julho de 2000.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, criado pela Lei n.º 4.657 de 26 de julho de 1995, no uso de suas atribuições estatutárias, de acordo com o art. 2º, parágrafos X e XI do regimento interno;

CONSIDERANDO, o estabelecido no Artigo 9º da Lei Federal n.º 3.742, de 07.12.93 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), que determina que o funcionamento das Entidades e organizações de Assistência Social, depende de prévia inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

CONSIDERANDO, o que estabelece o Regimento Interno do CMAS, no Artigo 2º, incisos IV, V e X, concernentes as inscrições e critérios de funcionamento das organizações;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de normatizar os critérios indispensáveis ao Processo de Inscrição de Entidades de Direito Privado sem fins lucrativos, junto ao CMAS.

RESOLVE:

Art. 1º - A concessão de inscrição de Entidade do Conselho Municipal de Assistência Social conforme competência estabelecida no art. 9º da Lei n.º 3.742 - LOAS, de 07 de dezembro de 1993, obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Parágrafo Único - O Atestado de Inscrição fornecido pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS terá validade por tempo indeterminado.

Art. 2º - Poderão obter inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social as Entidades que, sem fins lucrativos, promovam:

I - a proteção à família, à infância, à maternidade e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - ações de prevenção, habilitação, reabilitação e integração à vida comunitária de pessoas portadoras de deficiência;

IV - a integração ao mercado de trabalho;

V - a assistência educacional ou de saúde;

VI - o desenvolvimento da cultura;

VII - as pessoas ou grupos sociais em situações circunstanciais e conjunturais que atentem contra a dignidade humana;

VIII - o atendimento e assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social e a defesa e garantia de seus direitos.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Assistência Social só poderá conceder registro às Entidades que estejam em funcionamento a pelo menos 01 (um) ano.

Art. 4º - Somente poderá ser concedido o registro à Entidades Sociais que tenham sua sede e atuação no município de Natal.

Art. 5º - São documentos necessários ao encaminhamento do pedido de registro ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - requerimento/formulário fornecido pelo CMAS devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade, que deverá rubricar todas as folhas;

II - cópia autenticada do estatuto ou documento comprobatório devidamente registrado no Cartório Civil das Pessoas Jurídicas, nos termos da lei, com identificação do mesmo Cartório em todas as folhas e transcrição dos dados do registro no próprio documento ou em certidão;

III - comprovante de inscrição, caso possua, no Conselho Estadual de Assistência Social e/ou no Conselho Nacional de Assistência Social;

IV - declaração de que a Entidade está em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias e no qual conste a relação nominal, dados de identificação e endereço dos membros da Diretoria da Entidade, conforme modelo fornecido pelo CMAS, assinado pelo Dirigente da Instituição;



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CRIADO EM 26/07/95 - Lei nº 4.657/95

Resolução nº 011/2000 – CMAS

Natal,(RN) 12 de Julho de 2000.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NATAL – CMAS, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, o estabelecido no artigo 9º da Lei Federal 8.742, de 07.12.93 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), que determina que o funcionamento das Entidades e Organizações de Assistência Social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO, que cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social a fiscalização das Entidades, de conformidade com o Parágrafo 2º, artigo 9º da Lei 8.742;

CONSIDERANDO, ainda o que estabelece o Regimento Interno do CMAS no seu artigo 2º incisos IV, V e X; concementes as inscrições e critérios de funcionamento das organizações:

RESOLVE:

Art. 1º - Poderão obter Atestado de Funcionamento no Conselho Municipal de Assistência Social as Entidades que, sem fins lucrativos, promovam:

- I - a proteção à família, à infância, à maternidade e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - ações de prevenção, habilitação, reabilitação e integração à vida comunitária de pessoas portadoras de deficiência;
- IV - a integração ao mercado de trabalho;
- V - a assistência educacional ou de saúde;
- VI - o desenvolvimento da cultura;
- VII - pessoas ou grupos sociais em situações circunstanciais e conjunturais que atentem contra a dignidade humana;
- VIII - o atendimento e assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social e a defesa e garantia de seus direitos.

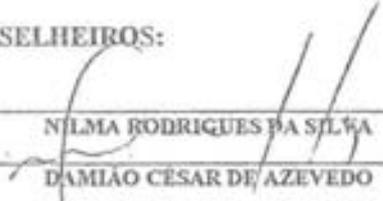
Art. 2º - Estabelecer os critérios técnicos de funcionamento para as Entidades e Órgãos Públicos e Privados, que prestam serviços à população no município de Natal, observando o disposto nos incisos deste artigo:

- I - As Entidades devem estar com sua inscrição regularizada perante o CMAS;
- II - A Entidade deve apresentar capacidade física instalada condizente com os serviços prestados/finalidade;
- III - Experiência comprovada na prestação de serviços ao usuário da Assistência Social, em pelo menos um ano, tendo como instrumento comprobatório relatório de atividades, contemplando estatística de atendimento;
- IV - Contar com pessoal técnico especializado;
- V - Condições adequadas de higiene no espaço físico, nos recursos humanos e nos serviços prestados;
- VI - Constar dias e horários de atendimento da entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor após sua aprovação e publicação no Diário Oficial do Estado.

MARCIA FARIA MAIA MENDES
PRESIDENTE DO CMAS

CONSELHEIROS:


NILMA RODRIGUES DA SILVA
DAMIÃO CÉSAR DE AZEVEDO
LAÉRCIO BEZERRA DE ARAÚJO
MÁRIA DAS GRAÇAS F. C. DA MOTTA
MÁRIA AMÉLIA DE LIMA FREIRE
LAVÍNIA DE OLIVEIRA FREITAS
IRIS MARIA DE OLIVEIRA


TEREZA ELIZABETH GURGEL FARIA
I. DJANIRA CAPISTRANO
RILDER FLAVIO DE PAIVA CAMPOS
LÚCIA MONTENEGRO
MIRIAM SABINO DOS SANTOS
JEDA FERNANDES DE M. GOMES
MÁRIA LÚCIA SANTOS F. DA SILVA
JOÃO FREIRE DA COSTA



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CRIADO EM 26/07/95 - Lei nº 4.657/95

Resolução nº 011/2000 – CMAS

Natal,(RN) 12 de Julho de 2000.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NATAL – CMAS, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, o estabelecido no artigo 9º da Lei Federal 8.742, de 07.12.93 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), que determina que o funcionamento das Entidades e Organizações de Assistência Social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO, que cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social a fiscalização das Entidades, de conformidade com o Parágrafo 2º, artigo 9º da Lei 8.742;

CONSIDERANDO, ainda o que estabelece o Regimento Interno do CMAS no seu artigo 2º incisos IV, V e X; concementes as inscrições e critérios de funcionamento das organizações:

RESOLVE:

Art. 1º - Poderão obter Atestado de Funcionamento no Conselho Municipal de Assistência Social as Entidades que, sem fins lucrativos, promovam:

- I - a proteção à família, à infância, à maternidade e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - ações de prevenção, habilitação, reabilitação e integração à vida comunitária de pessoas portadoras de deficiência;
- IV - a integração ao mercado de trabalho;
- V - a assistência educacional ou de saúde;
- VI - o desenvolvimento da cultura;
- VII - pessoas ou grupos sociais em situações circunstanciais e conjunturais que atentem contra a dignidade humana;
- VIII - o atendimento e assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social e a defesa e garantia de seus direitos.

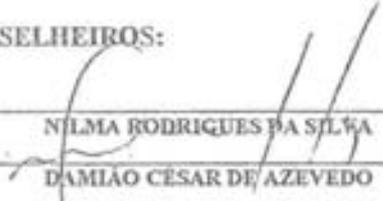
Art. 2º - Estabelecer os critérios técnicos de funcionamento para as Entidades e Órgãos Públicos e Privados, que prestam serviços à população no município de Natal, observando o disposto nos incisos deste artigo:

- I - As Entidades devem estar com sua inscrição regularizada perante o CMAS;
- II - A Entidade deve apresentar capacidade física instalada condizente com os serviços prestados/finalidade;
- III - Experiência comprovada na prestação de serviços ao usuário da Assistência Social, em pelo menos um ano, tendo como instrumento comprobatório relatório de atividades, contemplando estatística de atendimento;
- IV - Contar com pessoal técnico especializado;
- V - Condições adequadas de higiene no espaço físico, nos recursos humanos e nos serviços prestados;
- VI - Constar dias e horários de atendimento da entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor após sua aprovação e publicação no Diário Oficial do Estado.

MARCIA FARIA MAIA MENDES
PRESIDENTE DO CMAS

CONSELHEIROS:


NILMA RODRIGUES DA SILVA
DAMIÃO CÉSAR DE AZEVEDO
LAÉRCIO BEZERRA DE ARAÚJO
MIRIAM DAS GRAÇAS F. C. DA MOTTA
MÁRCIA AMÉLIA DE LIMA FREIRE
LAVÍNIA DE OLIVEIRA FREITAS
IRIS MARIA DE OLIVEIRA


TEREZA ELIZABETH GURGEL FARIA
I. DJANIRA CAPISTRANO
RILDER FLAVIO DE PAIVA CAMPOS
LUCIA MONTENEGRO
MIRIAM SABINO DOS SANTOS
JEDA FERNANDES DE M. GOMES
MARIA LÚCIA SANTOS F. DA SILVA
JOÃO FREIRE DA COSTA



CLASSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE PRINCIPAL DAS ORGANIZAÇÕES

CULTURA E RECREAÇÃO

- 01. Cultura e Arte
- 02. Esportes
- 03. Outras em Recreação e Clubes Sociais

EDUCAÇÃO E PESQUISA

- 04. Educação Infantil, Fundamental e Média
- 05. Educação Superior
- 06. Outras Ações em Educação
- 07. Pesquisa

SAÚDE

- 08. Hospitais e Clínicas de Reabilitação
- 09. Casas de Saúde
- 10. Saúde Mental e Intervenção de Crises
- 11. Ações Específicas em Saúde

ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL

- 12. Promoção Social
- 13. Emergência e Amparo
- 14. Auxílio à Renda e Sustento

MEIO AMBIENTE

- 15. Meio Ambiente
- 16. Proteção à Vida Animal

DESENVOLVIMENTO E MORADIA

- 17. Desenvolvimento Social, Econômico e Comunitário
- 18. Moradia
- 19. Emprego, Treinamento e Geração de Renda

SERVIÇOS LEGAIS, DEFESA DE DIREITOS CIVIS E ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS

- 20. Defesa dos Direitos Humanos, Civis e Organizações Cívicas
- 21. Serviços Legais
- 22. Organizações Políticas

INTERMEDIÁRIAS FILANTRÓPICAS E DE PROMOÇÃO DO VOLUNTARIADO

- 23. Fundações Financiadoras
- 24. Organizações Intermediárias e de Promoção do Voluntariado

ATIVIDADES INTERNACIONAIS

- 25. Atividades Internacionais

RELIGIÃO

- 26. Associações e Congregações Religiosas

ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS, DE CLASSES E SINDICATOS

- 27. Organizações Empresariais e Patronais
- 28. Associações Profissionais
- 29. Organizações Sindicais

OUTRAS ÁREAS DE ATUAÇÃO Especifique:

- 30. Outros Sub-Grupos de Atuação

APÊNDICES

- A. Lista Geral das Organizações da Sociedade Civil Cartografadas – parte 1 e 2
- B. Questionário de Coleta de Dados

APÊNDICE A - Organizações da Sociedade Civil Cartografadas que atuam no 'Espaço dos 4 Bairros'

Organizações da Sociedade Civil Cartografadas que atuam no 'Espaço dos 4 Bairros'

Nº	Razão Social	GRUPO DA ATIVIDADE PRINCIPAL	Sub-grupo de Atuação	Atividade / Serviços	Âmbito de Atuação	Tipo Associativismo	Reg. Administ da Sede	Sede	Localização Administrativa (Bairro)	Púb Jovem	Púb Adolesc	Tipo de Sede	OSCP	Util Pub Estadual	Util Pub Federal	REG CNAS	REG COMDICA	REG CMAS	Redes e Fóruns Locais	Redes e Fóruns Globais	Rede de Prot. Social Básica ou Especial
1	Associação Cultural do Bom Pastor	Cultura e Recreação	Cultura e Arte	Organização Comunitária e Ações Educacionais e culturais	B	AC	Oeste 4	Bom Pastor		S	S	Adm/A ten				N		N	N	N	
2	Associação Cultural Talento Suzuki	Cultura e Recreação	Cultura e Arte	Ativ Artísticas / Preserv Cult	NAT	AC	Leste	Alecrim		S	S	Adm/A ten	UPM2 001			N	S	N	S	N	B
3	Associação de Capoeira Boa Vontade	Cultura e Recreação	Cultura e Arte	Ativ Artísticas / Preserv Cult	B	AC	Oeste 4	Bom Pastor		S	S	Adm/A ten				N		N	S		
4	Associação Pau e Lata	Cultura e Recreação	Cultura e Arte	Ativ Artísticas / Preserv Cult	RN	AC	Sul	Lagoa Nova		S	S	Adm				N		N	S	N	
5	Centro de Documentação e Comunicação Popular - CECOP	Cultura e Recreação	Cultura e Arte	Mídia e Comunicações; documentação e pesquisa; produção e publicações.	RN	AC	Sul	Mirassol		S	S	Adm		S		N		N	S	N	
6	Gente Feliz	Cultura e Recreação	Cultura e Arte	Artes plásticas e visuais; Orientação socio-educacional; Qualificação profissional	B	AC	Oeste 4	Cidade Nova		S	S	Adm/A ten	OSCP2 006			N		N	N	N	E
7	Centro Educacional Dom Bosco	Educação e Pesquisa	Educ Fundamental e Mídia	Form Téc e Profissional; ativ. Complem. à escola.	RN	AR	Norte	Gramoré		S	S	Adm/A ten		UPM1 992	UPF2 005	CNAS	S	S	S	S	E
8	Diaconia	Intermediárias Filant. Prom. Aç. Voluntárias	Fundações Financiadoras	Gestão de fundos com fins diversos; suporte para org. do terceiro setor	INT	AR	Sul	Pitumbu		S	S	Adm/A ten			UPF?	N	N	N	S		
9	Instituto do Bom Pastor	Saúde	Serv. Soc Apoio à Saúde	Orientação socio-educacional	B	AR	Oeste 4	Bom Pastor		S	S	Adm/A ten				CNAS	S	S	N	N	
10	Núcleo Espírita Irmã Scheilla	Educação e Pesquisa	Educ infân, Fundam e Mídia	Educação Fundamental	B	AR	Oeste	Quintas/Bom Pastor		S	S	Adm/A ten		UPE?	UPF2 005	CNAS	S	S	N	N	B
11	Programa de Desenvolvimento Urbano de Natal - PRODURN	Saúde	Ações Específ em Saúde	Clinica Médica / ações preventivas	NAT	AR	Leste	Lagoa Seca		S	S	Adm/A ten		S		CNAS	S	N	S	S	B
12	Serviço de Assistência Rural de Natal - SAR / FAP	Educação e Pesquisa	Defesa Direitos Humanos	Orientação socio-educacional; organização comunitária	RN	AR	Leste	Cidade Alta		S	S	Adm			UPF2 004	CNAS		S	S	S	
13	Visão Mundial	Intermediárias Filant. Prom. Aç. Voluntárias	Fundações Financiadoras	Gestão de fundos com fins diversos; suporte para org. do terceiro setor.	INT	AR	Oeste 4	Felipe Camarão		S	S	Adm/A ten			UPF1 984	CNAS	S	N	S	S	

APÊNDICE A - Organizações da Sociedade Civil Cartografadas que atuam no "Espaço dos 4 Bairros"

Nº	Razão Social	GRUPO DA ATIVIDADE PRINCIPAL	Sub-grupo de Atuação	Atividade / Serviços	Âmbito de Atuação	Tipo Associativismo	Reg. Administ da Sede	Sede	Localização (Bairro)	Púb Jovem	Púb Adolec	Tipo de Sede	OSCP	Util Pub Municipal	Util Pub Estadual	Util Pub Federal	REG CNAS	REG COMDICA	REG CMAS	Redes e Fóruns Locais	Redes e Fóruns Globais	Rede de Prot. Social Básica ou Especial
14	Aldéias Infantis SOS Brasil - Aldeia da Juventude de Natal	Assist e Prom Social	Promoção Social	Adoção	BR	ASP	Oeste	Cidade da Esperança	Localização Administrativa (Bairro)	S	S	Adm/A ten		UPM2 000	S	UPF1 995	N	S	S	N	S	E
15	Associação Básica de Saúde Padre João Maria (Dep. Alvaro Dias)	Saúde	Ações Especif em Saúde	Ações Integradas de Reabilitação; Ambulatório Médico	B	ASP	Oeste 4	Felipe Camarão		S	S	Adm/A ten		UPM2 006			N		N	S	N	B
16	Associação de Atividades de Valorização Social - ATIVA	Assist e Prom Social	Promoção Social	Organ Comunit e Ações Educacionais; Orient. socio-educacional; Qualif. profissional	NAT	ASP	Leste	Tirol		S	S	Adm/A ten			S	UPF2 000	CNAS	S		N	N	E
17	Associação de Orientação aos Deficientes - ADOTE	Assist e Prom Social	Promoção Social	Orientação socio-educacional; Qualificação profissional	NAT	ASP	Oeste	Cidade da Esperança		S	S	Adm/A ten		UPM1 993	S	UPF1 994	CNAS	S	S	N	N	B
18	Casa do Menor Trabalhador de Natal	Educação e Pesquisa	Outras Ações em Educação	Orientação socio-educacional; Qualificação profissional	NAT	ASP	Leste	Alecrim		S	S	Adm/A ten		UPM1 992	S	UPF2 000	CNAS	S	S	S	N	E
19	Centro de Apoio Social e Educação Integrada	Assist e Prom Social	Promoção Social	Organização Comunitária e Ações Educacionais e culturais	B	ASP	Oeste	Guarapes		S	S	Adm/A ten	OSCP2 004	UPM2 003	UPE2 003		N	S		N	N	
20	Centro de Recuperação do Viciado - CERVI	Assist e Prom Social	Promoção Social	Serv. Prev e Reab Dep Químicos	RN	ASP	Oeste	Nordeste		S	S	Adm/a ten				UPF2 004	N	S	N	N	N	
21	Centro de Voluntários de Natal	Filantropia e Voluntariado	Prom Voluntariado	Voluntariado e Resp Social Empresarial	NAT	ASP	Leste	Tirol		S	S	Adm					N	S	S	S	S	
22	Centro Educacional Antonia Ester de A. Souza	Educação e Pesquisa	Outras Ações em Educação	Educação Fundamental	B	ASP	Oeste 4	Felipe Camarão		N	S	Adm/A ten					N	N	N	N	N	
23	Escola de Educação Básica e Profissionalizante - Fundação Bradesco	Educação e Pesquisa	Educ Fundamental e Média	Educação Fundamental; ativ. Complem. à escola; Ensino Médio	BR	ASP	Oeste 4	Felipe Camarão		S	S	Adm/a ten		UPM1 993			N	N	N	S	S	B
24	Fundação Maria Neuzelides de Alencar Andrade (Adão Eridán)	Assist e Prom Social	Promoção Social	Serv saúde	B	ASP	Oeste 4	Felipe Camarão		S	S	Adm/A ten		UPE1 999			N	S	S	?	?	B
25	Fundação Marie Jost - Fundação	Educação e Pesquisa	Educ infan, Fundam e Média	Educação Fundamental; atividades complementares à escola	INT	ASP	Leste	Cidade Alta		S	S	Adm	OSCP 2004	UPM2 005			N	S	N	N	N	
26	Lar Fabiano de Cristo	Assist e Prom Social	Promoção Humana e Social	Orientação socio-educacional; atividades complementares à escola; arte-educação	BR	ASP	Oeste 4	Felipe Camarão		S	S	Adm/A ten			UPE2 005	UPF1 985	CNAS	S	S	N	S	B
27	Movimento de Integração e Orientação Social - MEIOS	Assist e Prom Social	Promoção Humana e Social	Promo Humana e Social; organização comunitária	RN	ASP	Leste	Tirol		S	S	Adm/A ten			UPE1 979	UPF2 003	CNAS	S	S	N	N	E
28	Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil - BEMFAM	Saúde	Ações Especif em Saúde	Saúde sexual e Reprodutiva	BR	ASP	Leste	Petrópolis		S	S	Adm/A ten		UPM2 005	UPE2 005	UPF 005	N	S	S	S	S	B

APÊNDICE A - Organizações da Sociedade Civil Cartografadas que atuam no "Espaço dos 4 Bairros"

No	Razão Social	GRUPO DA ATIVIDADE PRINCIPAL	Sub-grupo de Atuação	Atividade / Serviços	Âmbito de Atuação	Tipo Associativismo	Reg. Administ da Sede	Sede	Localização (Bairro)	Púb Jovem	Púb Adolesc	Tipo de Sede	OSCP	Util Pub Municipal	Util Pub Estadual	Util Pub Federal	REG CNAS	REG COMDICA	REG CMAS	Redes e Fóruns Locais	Redes e Fóruns Globais	Rede de Prot. Social Básica ou Especial
29	Associação Esportiva Cultural e Ação Social	Cultura e Recreação	Esportes	Organização Comunitária e Ações Educacionais e desportivas	B	DR	Oeste 4	Cidade Nova		S	S	Adm/A ten					N	S	N	?	?	
30	Guarani Futebol Clube	Cultura e Recreação	Esportes	Esportes e condicionamento físico (escolinha de futebol)	B	DR	Oeste 4	Felipe Camarão		S	S	Adm/A ten					N		N	S	N	
31	Natal Futebol Clube	Cultura e Recreação	Esportes	Esportes e condicionamento físico	B	DR	Oeste 4	Bom Pastor		S	S	Adm/A ten					N		N	S	N	
32	Associação Companhia Terramar	Cultura e Recreação	Cultura e Arte	Ativ Artísticas / Preserv Cult	RN	PC	Leste	Tirol		S	S	Adm					N	S	N	S	S	B
33	Associação de Juventudes Construindo Sonhos	Serv Legais e Def Direitos	Defesa Direitos Humanos	Organização Comunitária e Ações Educacionais e culturais	B	PC	Oeste 4	Felipe Camarão		S	S	Adm/A ten			S		N		N	S	S	
34	Associação Nova Mente	Educação e Pesquisa	Outras Ações em Educ	Organização Comunitária e Ações Educacionais e culturais	NAT	PC	Leste	Ponta Negra		S	S	Adm			UPE2 005		N	S	N	S	S	
35	Canto Jovem	Saúde	Defesa Direitos Humanos e	Saúde sexual e Reprodutiva; Ações Educacionais e culturais	RN	PC	Leste	Petrópolis		S	S	Adm/A ten		UPM2 001	S		CNAS	S	S	S	S	E
36	Centro Brasileiro de Informação e Orientação da Saúde Social - CEBRAIOS - Casa	Serv Legais e Def Direitos	Defesa Direitos Humanos e	Suporte à vítimas de violência; assistência legal; Defesa da	RN	PC	Leste	Petrópolis		S	S	Adm/A ten		UPM1 992	S	UPF2 004	CNAS	S	S	S	S	E
37	Centro de Direitos Humanos e Memória Popular - CDHMP	Serv Legais e Def Direitos	Defesa Direitos Humanos	Mídia e Comunicações; documentação e pesquisa; produção	BR	PC	Leste	Cidade Alta		S	S	Adm		UPM1 993			N	S	N	S	S	
38	Centro de Estudos Pesquisa e Ação Cultural - CENARTE	Cultura e Recreação	Cultura e Arte	Mídia e Comunicações; documentação e pesquisa; produção	RN	PC	Leste	Cidade Alta		S	S	Adm			S		N		N	S	S	
39	Centro de Referência e Apoio a Criança e Adolescente Usuários de Drogas - CRIAD /	Assist e Prom Social	Promoção Social	Serv Prev e Reab Dep Químicos	RN	PC	Oeste	Cidade da Esperança		S	S	Adm/A ten					N	S	N	S	S	E
40	Comitê para Democratização da Informática - CDI	Desenv Soc e Moradia	Desenvolvimento Social, Econômico e	Inclusão Digital; Informática para inclusão social	INT	PC	Sul	Lagoa Nova		S	S	Adm					N	S	N	S	S	
41	Espaço Vida	Cultura e Recreação	Cultura e Arte	Ativ Artísticas / Preserv Cult	B	PC	Oeste 4	Felipe Camarão		S	S	Adm/A ten			S		N		N	S	N	B
42	Fundação Fé e Alegria do Brasil - Regional RN	Educação e Pesquisa	Educ infan, Fundam e Mídia	Ativ Complement à Escola / Cultura e Arte: ativ. Literárias e humanísticas	INT	PC	Oeste	Cidade da Esperança		S	S	Adm/A ten			S	UPF	N	S	S	S	S	
43	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - RN	Serv Legais e Def Direitos	Defesa Direitos Humanos	Defesa da Cidadania e Acesso Serviços	BR	PC	Leste	Cidade Alta		S	S	Adm				UPF	N	S	N	S	S	E
44	Posse de Hip Hop Lelo Melodia	Cultura e Recreação	Cultura e Arte	Orientação socio-educacional; organização comunitária	B	PC	Oeste 4	Guarapes		S	S	Adm/A ten			UPE2 006		N		N	S	S	E
45	SOS Criança (Vinculado à FUNDAC)	Serv Legais e Def Direitos	Defesa Direitos Humanos	Orientação socio-educacional	NAT	PC	Sul	Lagoa Nova		S	S	Adm/A ten					N	S	N	S	S	E

APÊNDICE A - Organizações da Sociedade Civil Cartografadas que atuam no "Espaço dos 4 Bairros"

Nº	Razão Social	GRUPO DA ATIVIDADE PRINCIPAL	Sub-grupo de Atuação	Atividade / Serviços	Âmbito de Atuação	Tipo Associativismo	Reg. Administ da Sede	Sede	Localização Administrativa (Bairro)	Púb Juvenm	Púb Adolecsc	Tipo de Sede	OSCIPI	Utili Púb Municipal	Utili Púb Estadual	Utili Púb Federal	REG CNAS	REG COMDICA	REG CMAS	Redes e Fóruns Locais	Redes e Fóruns Globais	Rede de Prot. Social Básica ou Especial
46	Pastoral da Juventude do Meio Popular - P.JMP	Religião	Atividades Pastorais	Organização Comunitária e Ações Educativas e pastorais	BR	PI	Leste	Cidade Alta	Cidade Alta	S	S	Adm					N		N	S	S	
47	Cooperativa de Produção Artesanal do CRUTAC - COOPERCUTAC	Assist e Prom Social	Promoção Social	Cooperativas Sociais	RN	PSS	Leste	Cidade Alta	Cidade Alta	N	N	Adm/A ten		UPM2 003			N		S	S	N	B
48	Galeria Zoom de Fotografia	Cultura e Recreação	Mídia e Comunicações	Prod e Dissemin Info e Comunicação	RN	PSS	Leste	Tirol	Tirol	S	S	Adm		UPM1 998	UPE1 998		N		N	S	S	
49	Instituto de Cultura do Trabalhador Potiguar - IJC	Desenv. Social, Econ. e Comunitário	Emprego e Treinamento	Qualificação profissional	RN	PSS	Leste	Cidade Alta	Cidade Alta	S	S	Adm					N		N	S	S	B
50	Instituto de Segurança do Trabalho e Ação Comunitária	Desenv. Social, Econ. e Comunitário	Emprego e Treinamento	Capacitação para o Trabalho	RN	PSS	Leste	Petrópolis	Petrópolis	S	S	Adm					N		N	S	N	B
51	Instituto Potiguar de Juventude pela Cidadania IP	Desenv. Social, Econ. e Comunitário	Emprego e Treinamento	Qualificação profissional	RN	PSS	Leste	Cidade Alta	Cidade Alta	S	S	Adm	OSCIPI 006	UPM1 999	UPE1 999		N		N	S	N	B
52	Associação dos Moradores de Cidade Nova	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educativas e culturais	B	UG	Oeste 4	Cidade Nova	Cidade Nova	S	S	Adm/A ten					N		N	N	N	
53	Associação dos Moradores de Felipe Camarão	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educativas e culturais	B	UG	Oeste 4	Felipe Camarão	Felipe Camarão	S	S	Adm/A ten					N		S	S	N	
54	Associação dos Moradores de Guarapes	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educativas e culturais	B	UG	Oeste 4	Guarapes	Guarapes	S	S	Adm/A ten					N		N	N	N	
55	Associação dos Moradores do Novo Horizonte	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educativas e culturais	B	UG	Oeste	Quintas	Quintas	S	S	Adm/A ten					N		S	N	N	
56	Centro Comunitário de Cidade Nova	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educativas e culturais	B	UG	Oeste 4	Cidade Nova	Cidade Nova	S	S	Adm/A ten		UPM2 001			N		N	N	N	
57	Centro Comunitário do bairro de Bom Pastor	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educativas e culturais	B	UG	Oeste 4	Bom Pastor	Bom Pastor	S	S	Adm/A ten					N		N	N	N	
58	Centro Comunitário do bairro de Cidade Nova	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educativas e culturais	B	UG	Oeste 4	Cidade Nova	Cidade Nova	S	S	Adm/A ten		UPM2 001			N		N	N	N	
59	Centro de Desenvolvimento Social do bairro de Cidade Nova	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educativas e culturais	B	UG	Oeste 4	Cidade Nova	Cidade Nova	S	S	Adm/A ten		UPM2 003	UPE2 002		N		N	N	N	
60	Centro Desportivo do bairro de Cidade Nova	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educativas e desportivas	B	UG	Oeste 4	Cidade Nova	Cidade Nova	S	S	Adm/A ten					N		N	N	N	
61	Centro Social Comendador Luis da Câmara Cascudo	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educativas e culturais	B	UG	Oeste	Cidade da Esperança	Cidade da Esperança	S	S	Adm/A ten					N		N	S	N	

APÊNDICE A - Organizações da Sociedade Civil Cartografadas que atuam no "Espaço dos 4 Bairros"

Nº	Razão Social	GRUPO DA ATIVIDADE PRINCIPAL	Sub-grupo de Atuação	Atividade / Serviços	Âmbito de Atuação	Tipo Associativismo	Reg. Administ da Sede	Sede	Localização (Bairro)	Púb Jovem	Púb Adolesc	Tipo de Sede	OSCIPI	Util Pub Municipal	Util Pub Estadual	Util Pub Federal	REG CNAS	REG COMDICA	REG CMAS	Redes e Fóruns Locais	Redes e Fóruns Globais	Rede de Prot. Social Básica ou Especial
62	Centro Social União dos Moradores do Guarapes	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educacionais e culturais	B	UG	Oeste 4	Guarapes	Guarapes	S	S	Adm/A ten					N	N	N	N	N	
63	Clube de Mães Celina Cavalcante	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educacionais e culturais	B	UG	Oeste 4	Bom Pastor	Bom Pastor	S	S	Adm/A ten		UPM1 984			N	S	N	N	N	
64	Conselho Comunitário de Cidade Nova	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educacionais e culturais	B	UG	Oeste 4	Cidade Nova	Cidade Nova	S	S	Adm/A ten					N	N	N	N	N	
65	Conselho Comunitário de Felipe Camarão I	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educacionais e culturais	B	UG	Oeste 4	Felipe Camarão	Felipe Camarão	S	S	Adm/A ten					N	N	N	S	N	
66	Conselho Comunitário de Felipe Camarão II	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educacionais e culturais	B	UG	Oeste 4	Felipe Camarão	Felipe Camarão	S	S	Adm/A ten					N	N	N	S	N	
67	Conselho Comunitário de Guarapes	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educacionais e culturais	B	UG	Oeste 4	Guarapes	Guarapes	S	S	Adm					N	N	N	N	N	
68	Conselho Comunitário do bairro de Bom Pastor	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educacionais e culturais	B	UG	Oeste 4	Bom Pastor	Bom Pastor	S	S	Adm/A ten					N	N	S	N	N	
69	Conselho Comunitário do Km 6	Desenv Soc e Moradia	Desenv Comunit	Organização Comunitária e Ações Educacionais e culturais	B	UG	Oeste 4	Bom Pastor	Bom Pastor	S	S	Adm/A ten					N	N	N	N	N	
70	União dos Escoteiros do Brasil - Região Escoteira do RN	Serv Legais e Def Direitos	Defesa Dir. Humanos, Cívics e org. Cívicas	Orientação socio-educacional; Cívismo	INT	UG	Leste	Tirol	Tirol	S	S	Adm		UPM1 970	S		N	N	N	S	S	

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PESQUISA DE CAMPO

Pesquisa acadêmica: "Juventude, educação e sociedade civil: uma cartografia dos perfis e ações de Organizações da sociedade civil"
Mestranda: Rita de Cássia de Andrade Silva Advíncula - e-mail: ritaandrade_m@yahoo.com.br - Tel. (84) 3211-7341 / 8813-9180

TEXTO EXPLICATIVO – A PESQUISA E OS DADOS

Prezado Coordenador(a) e demais membros da organização: _____,

Estou desenvolvendo a pesquisa em pauta cujo propósito é identificar as organizações da sociedade civil que atuam com adolescentes e jovens na região Oeste da cidade do Natal ou que ofertam atividades e serviços para aquela região. Com esse levantamento vamos construir uma cartografia social, identificando a diversidade das formas de atuação (o que fazem) e as formas de inserção no espaço público dessas organizações.

Segue, portanto, um questionário para levantar alguns dados básicos sobre sua organização (perfil institucional) e a natureza das ações e atividades que desenvolvem. O questionário é auto-explicativo, em sua maioria com questões objetivas. Possui também alguns campos nos quais vocês poderão fazer observações e comentários, que julgarem importantes para a compreensão de algum aspecto do perfil de sua instituição ou das atividades e projetos que desenvolvem. Pedimos que este questionário seja devolvido até: _____.

As informações solicitadas serão analisadas, em sua maioria, de forma global, ou seja, dentro do conjunto de organizações participantes, ou serão protegidas por pseudônimos. Na oportunidade nos comprometemos a apresentar o resultado da pesquisa em pauta.

Agradecemos desde já a colaboração dessa organização e nos colocamos a disposição para esclarecer qualquer informação sobre o preenchimento deste questionário ou sobre a pesquisa em pauta,

Rita Andrade

A - INDICAÇÃO DE PESSOA RESPONSÁVEL, PELA ORGANIZAÇÃO OU UNIDADE, PARA CONTATO

Nome	Cargo
Telefones (fixos e celulares)	E-mail na Organização
O responsável pelo contato é também o principal gestor(a) / coordenador(a) da Organização?	Sim [] Não []

B - RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO FORNECIDA

Nome Completo	Cargo na Organização
Telefone	E-mail

Autorizo o uso das informações prestadas para efeito da pesquisa em pauta

Local e Data	Nome e Assinatura	Cargo
--------------	-------------------	-------

SEÇÃO 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Razão Social			CNPJ
Sigla	Nome Fantasia		

1.2 - IDENTIDADE JURÍDICA

Associação Civil Fundação de Direito Privado Instituição religiosa Não está formalizada

1.3 - LOCALIZAÇÃO

Logradouro			Número	Complemento	
Bairro	Município	Estado	CEP		
Telefones	Fax		Site		
E-mail					

1.4 - TIPO DE ESTABELECIMENTO

Sede Administrativa Sede Administrativa com unidade de atendimento Unidade de atendimento

1.5 - ÁREA GEOGRÁFICA DE OPERAÇÃO DO PROGRAMA / PROJETO

Bairro(s) Quais? Região Administrativa da cidade. Qual? Município Outros: (especificar):

1.6 POPULAÇÃO ALVO

1.6.1 – QUANTIDADE DE ADOLESCENTES E JOVENS ATENDIDOS POR SUB-FAIXA ETÁRIA

Faixa Etária / Ano	2006	2005	2004	2003
De 12 a 13 anos e 11 meses				
De 14 a 17 anos e 11 meses				

Faixa Etária / Ano	2006	2005	2004	2003
De 18 anos até 21 anos e 11 meses				
De 22 anos até 24 anos				

1.6.2 - PERFIL DO PÚBLICO ALVO

SEÇÃO 2 - ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO

2.1 - DOCUMENTOS E TÍTULOS

REGISTRO formal Nº	Data E CARTÓRIO DE Registro:
--------------------	------------------------------

2.2 - CERTIFICADOS PÚBLICOS

CERTIFICADOS FEDERAIS		TÍTULOS DE UTILIDADE PÚBLICA E ANO DE RECONHECIMENTO?	
Certificado	Ano de Certificação	Título	Nº Lei e Ano de Reconhecimento
<input type="checkbox"/> OSCIP		<input type="checkbox"/> Municipal	
<input type="checkbox"/> CEBAS (antes denominado CEFF)		<input type="checkbox"/> Estadual	
<input type="checkbox"/> Outros (especificar)		<input type="checkbox"/> Federal	

Qual a razão que motivam vocês para buscar essas certificações e títulos?

2.3 - REGISTROS E INSCRIÇÕES OBTIDOS JUNTO A CONSELHOS DE DIREITOS

Órgão Público Responsável	Data da Publicação (DD/MM/AAAA)	Órgão Público Responsável	Data da Publicação (DD/MM/AAAA)
<input type="checkbox"/> Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS		<input type="checkbox"/> Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA	
<input type="checkbox"/> Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS		<input type="checkbox"/> Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	
<input type="checkbox"/> Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS		<input type="checkbox"/> Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA	
<input type="checkbox"/> Conselho Nacional da Juventude		<input type="checkbox"/> Outros (Especificar)	

Qual a razão que motivam vocês para buscar esses registros?

2.4 - FILIAÇÃO / PARTICIPAÇÃO EM REDES E FÓRUNS

Redes e Fóruns (informar nomes)		
<input type="checkbox"/>	Redes e Fóruns Locais (Nível estadual): _____	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Redes e Fóruns Regionais: _____	<input type="checkbox"/>
		Redes e Fóruns Nacionais: _____
		Redes e Fóruns Internacionais: _____

2.5 - PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS DE DISCUSSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE / PARA / COM ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE

Espaços e Eventos (citar os espaços / eventos, que tenha participado nos último 3 anos -2003/2006 -, informando data e local de realização assim como, forma e nível de participação)

SEÇÃO 3 – MISSÃO, HISTÓRICO E OBJETIVOS DA ORGANIZAÇÃO

3.1 - MISSÃO

3.2 - BREVE HISTÓRICO

3.3 – OBJETIVOS (Informar os Objetivos Estatutários)

APÊNDICE A - Organizações da Sociedade Civil Cartografadas que atuam no "Espaço dos 4 Bairros" - Parte 2

Nº	Razão Social	Sede	Localização Administrativa (Bairro)	Abertura Formal (Ano)	Forma de Constituição Jurídica	Recursos Gov Municipal	Recor Gov Estadual	Recor Gov Federal	Fonte Rec. Privados nacionais	Rec. Coop. Internacional	Rec Empresas Nacionais	Recursos Próprios	Rec. Doações (Pessoa Física, etc)	Orçamento Anual Total	CNPJ	Logradouro	Nº	Complemento	CEP	Telefone	Tel 2 / FAX	E-MAIL	Site na Internet
1	Associação Cultural do Bom Pastor	Bom Pastor			assoc civil	N	N	N	N	N						Av. Lima e Silva	80-A		59075-710				
2	Associação Cultural Talento Suzuki	Alecrim		2001	assoc civil			MINC		?	Petrobras			700 mil	04.233.8990 001-43	R. Tem. Alberto Gomes	1066		3611-0699 / 3222-8855	3235-3120 / 3218-6344			
3	Associação de Capoeira Boa Vontade	Bom Pastor			assoc civil	N	N	N	N	N		prest serv			N	Rua Santa Tereza	17			9973-7007			
4	Associação Pau e Lata	Lagoa Nova		2004	assoc civil	N	N	N			N		S		07.115.1980 001-06	Av. Salgado Filho, 3000	BrDep. Artes 1011/JFRN	59078-900	3206-7362	9996-7327			
5	Centro de Documentação e Comunicação Popular - CECOP	Mirassol		1992	assoc civil	N	CN10	N	N	N					10.873.3700 001-97	Av. Santos Dumont	415 sala 102	59078-200	3208-8970	9431-0679	cecop@digil.com.br		
6	Gente Feliz	Cidade Nova		2005	assoc civil	SEMT AS		MTEmp/ CS-Juv		N	S	S			07.656.6460 001-70	Tv. Getúlio Vargas	452	59072-635	3232-4781	9987-1608			
7	Centro Educacional Dom Bosco	Gramoré		1988	assoc civil	SEMT AS	CN10	MTEmp/ CS-Juv		?					12.978.0030 001-83	Av. Guaratinguetá	715	59135-500	3673-0634 / 9111-1932	3663-1808 R 26			
8	Diaconia	Pitumbu		1968	assoc civil			MDA		S	S	S		3 milhões	33.762.1540 001-70	R. Piquiá	7830		3218-6341	paadnata@diac onia.org.br	www.diaconia.org.br		
9	Instituto do Bom Pastor	Bom Pastor		1968	assoc civil			N		?					08.343.6830 001-91	R. Bom Pastor	SIN	59052-080	3653-9040				
10	Núcleo Espírita Irmã Schella	Quintas/Bom Pastor		1986	assoc civil	SEMT AS	CN10		S	N		S			10.868.0080 001-28	R. Napoleão Laureano ou R. Indl João Fco. da Mota	SIN C1 Vida ou Nova KM 6 2000	59050-480	3232-2279				
11	Programa de Desenvolvimento Urbano de Natal - PRODURN	Lagoa Seca		1990	assoc civil		CN10		S	S			S		35.302.3480 001-18	AV. Presidente Bandeira	1275	59032-200	3223-8495				
12	Serviço de Assistência Rural de Natal - SAR /FAP	Cidade Alta		1968	assoc civil		N			S	S				08.344.4590 001-14	Av. Floriano Peixoto	1060	59020-500	3663-1808 / 3615-2800	3201-9436 / 3222- 0527	fap@digil.com.br		
13	Visão Mundial	Felipe Camaráo		1975	assoc civil	N	N	N		S	S	S		300 a 500 mil	18.732.6280 001-47	R. Indomar	37	59074-300	3205-7252		pdanata.l@lg _com.br	www.visaomundial.org.br	
14	Aldeias Infântis SOS Brasil - Aldeia da Juventude de Natal	Cidade da Esperança		1990	assoc civil		CN10			?					35797364/00 01-29 /	Av. Interv. Mário Câmara	2038	59064-600	3421-3195	3421-2592			
15	Associação Básica de Saúde Padre João Maria (Dep. Alvaro Dias)	Felipe Camaráo		2004	assoc civil		S			N		S	S			R. São Sebastião	284	59072-350					
16	Associação de Atividades de Valorização Social - ATVA	Tirol		1989	assoc civil	SEMT AS	CN10	MDS	S	N					24.365.6860 001-82	R. Açú	418	59020-110	3221-1394 / 3201-2204	3222-6737 / 3221-4412			
17	Associação de Orientação aos Deficientes - ADOTE	Cidade da Esperança		1983	assoc civil	SEMT AS	CN10			N					08.679.0110 001-51	R. Aracati	30	59071-020	3205-2300	3205-3321	adote@digil.com.br		
18	Casa do Menor Trabalhador de Natal	Alecrim		1988	assoc civil		CN10			N					24.192.6430 001-42	R. Pres. José Bento,	927	59030-300	3223-6352	3232-7470 / 3213-3377	casadomenatal@ yahoo.com.br		

APÊNDICE A - Organizações da Sociedade Civil Cartografadas que atuam no "Espaço dos 4 Bairros" - Parte 2

Nº	Razão Social	Sede	Localização (Bairro)	Abertura Formal (Ano)	Forma de Constituição Jurídica	Recursos Gov Municipal	Recursos Gov Estadual	Recursos Gov Federal	Fonte Rec. Privados nacionais	Rec. Coop. Internacional	Rec Empresas Nacionais	Recursos Próprios	Rec. Doações (Pessoa Física, etc)	Orçamento Anual Total	CNPJ	Logradouro	Nº	Complemento	CPF	Telefone	Tel 2 / FAX	E-MAIL	Site na Internet
19	Centro de Apoio Social e Educação Integrada	Guarapes		2002	assoc civil			N	N	N					05.237.991/001-44	Rua Jerusalém	31 / 2200	59074-720 / 59056-100	3616-2405				
20	Centro de Recuperação do Viciado - CERVI	Nordeste		1991	INAPTA			N	N	N					40.756.421/001-61	Rua Jandira	145	59042-120	3223-2741				
21	Centro de Voluntários de Natal	Tirol		2000	assoc civil	N		N		S	S	S	S		03.762.372/001-43	Av. Rodrigues Alves	871	59020-200	3211-1527	3211-5624	natalvoluntarios@natalvoluntarios.org.br	www.natalvoluntarios.org.br	
22	Centro Educacional Antonia Ester de A. Souza	Felipe Camaráo			assoc civil			N		N						Rua Arco-iris	500	59074-310					
23	Escola de Educação Básica e Profissionalizante - Fundação Bradesco	Felipe Camaráo		1991	Fundação			N		N	S				60.701.521/001-06	Rua Prof Antonio Trigueiro	500	59074-100	3205-8180 / 3205-8179	3205-8181	natal@fundacaobradesco.org.br	http://www.fb.org.br/index.asp	
24	Fundação Maria Neuzelides de Alencar Andrade (Adão Eridan)	Felipe Camaráo		1997	Fundação			N		N					02.583.972/001-34	Rua Arco-iris	500	59074-310					
25	Fundação Marie Jost - Fundação	Cidade Alta		2002	Fundação					S					05.333.348/001-14	R. Prof. Zuza	263 sl 210-A	59025-160					
26	Lar Fabiano de Cristo	Felipe Camaráo		2002	assoc civil	SEMT AS	S	SUS	S	S	Capem	S	S	De 100 a 150 mil	33.948.381/006-07	R. São Matias	75	59072-740	3205-3658	3205-4488	upi.claradeassis@fc.org.br	www.l.f.c.o.s.g.br	
27	Movimento de Integração e Orientação Social - MEIOS	Tirol		1979	assoc civil	SEMT AS	CN10			?					08.482.382/001-49	R. Apodi	488	59020-130	3211-8730 / 3211-6177	3211-8730		www.meios.org.br	
28	Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil - BEMFAM	Petrópolis		1974	assoc civil			SUS	S	S		S			33.669.672/069-31	R. Polengi	737	59020-030	3202-4400 / 3202-2866	3202-3046	bemfam@bemfam.org.br	www.bemfam.org.br	
29	Associação Esportiva Cultural e Ação Social	Cidade Nova			assoc civil	?		N		N						R. Dantas Barreto	613	59072-590					
30	Guarani Futebol Clube	Felipe Camaráo		1979	assoc civil			N		N					08.460.511/001-06	Rua Indomar	18	59074-300	3231-3780				
31	Natal Futebol Clube	Bom Pastor		2002	assoc civil			N		N					07.065.080/001-02	Rua Antonio Basilio	410	59056-380	3653-2409	9983-9354/			
32	Associação Companhia Terramar	Tirol		2000	assoc civil			N	S	N	Petrobras			500 mil	03.917.322/001-98	R. Açú	394	59020-110	3201-1145		conexao@leibecam@arac@yahoo.com	http://www.cienramar.org.br/	
33	Associação de Juventudes Construindo Sonhos	Felipe Camaráo		2006	assoc civil	N	CN10	N		N					08.139.794/001-80	R. Santa Clara	33	59072-470	3605-9596	8838-1237			
34	Associação Nova Mente	Ponta Negra		2003	assoc civil	N		N		N					05.582.854/001-47	R. Cabo de São Roque	8925	59094-130	3236-3357			Daniel Valença	
35	Canto Jovem	Petrópolis		2000	assoc civil	S	CN10	MJ / MS	S	S	S	S	S	100 a 150 mil	03.650.354/001-70	Av. Deodoro da Fonseca	362	59020-600	3201-0772 / 3206-4110	3206-4110	cantojovem@cantojovem.org.br	http://www.cantojovem.org.br	
36	Centro Brasileiro de Informação e Orientação da Saúde Social - CEBRAIOS	Petrópolis		1991	assoc civil		CN10	MJ	S	S	S	S	S	301 a 500 mil	24.517.922/001-39	Rua Ana Neri	345	59.020-040	3211-1555 / 3201-4663	3611-3207	casbr@terra.com.br	www.casbr.org.br	

APÊNDICE A - Organizações da Sociedade Civil Cartografadas que atuam no "Espaço dos 4 Bairros" - Parte 2

Nº	Razão Social	Sede	Localização (Bairro)	Abertura Formal (Ano)	Forma de Constituição Jurídica	Recursos Gov Municipal	Recor Gov Estadual	Recor Gov Federal	Fonte Rec. Privados nacionais	Rec. Coop. Internacional	Rec Empresas Nacionais	Recursos Próprios	Rec. Doações (Pessoa Física, etc)	Orçamento Anual Total	CNPJ	Logradouro	Nº	Complemento	CEP	Telefone	Tel 2 / FAX	E-MAIL	Site na Internet
37	Centro de Direitos Humanos e Memória Popular - CDHMP	Cidade Alta	Cidade Alta	1988	assoc civil	N		MJ		?	S	S			12.759.361/001-03	R. Vigário Bartolomeu	635	ED 21 Marco, SI 606 e 607	59025-100	3221-5932 / 3211-0308	3201-0242	cdhmp@dhmet.org.br	http://www.dhmet.org.br/w3/cdhmp/
38	Centro de Estudos Pesquisa e Ação Cultural - CENARTE	Cidade Alta	Cidade Alta	1987	assoc civil	N	CN10	MJ		?					12.640.983/001-00	R. Vigário Bartolomeu	635	ED 21 MARCO	59.025-904				
39	Centro de Referência e Apoio à Criança e Adolescente Usuários de Drogas - CRIAD / Amor Exigente	Cidade da Esperança	Cidade da Esperança	1995	assoc civil					N					00.673.445/001-32	Av. Int. Mário Câmara	2038		3223-8495 / 3213.8357	3223-3115 / 3213-3195	ateregional@bol.com.br		
40	Comitê para Democratização da Informática - CDI	Lagoa Nova	Lagoa Nova	2003	assoc civil	N		N		S	S	S			00.969.401/001-54	Campus Universitário	s/n	59078-970	8823-4336		cdi-m@cdi.org.br	www.cdi.org.br	
41	Espaço Vida	Felipe Câmara	Felipe Câmara	2002	assoc civil		CN10			S					05.292.324/001-64	R. da Tamarineira	843				vspinho@bol.com.br		
42	Fundação Fé e Alegria do Brasil - Regional RN	Cidade da Esperança	Cidade da Esperança	1995	Fundação	N	CN10			S					46.250.411/009-93	Rua Jabotão	7		3205-5522	3205-5522	falegria@bol.com.br	http://www.falegria.org.br/	
43	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - RN	Cidade Alta	Cidade Alta	1987	assoc civil					N					02.704.880/001-02	Av. Rodrigues Alves	646		3211-0411			www.mmmmr.org.br	
44	Posse de Hip Hop Lelo Melodia	Guarapes	Guarapes	2006	assoc civil			MINC		N	N			180 mil	07.873.035/001-84	R. Neópolis	s/n	59074-800	9912-4229		posselelomeadia@yahoo.com.br	celmohiphop@yahoo.com.br	
45	SOS Criança (Vinculado à FUNDAC)	Lagoa Nova	Lagoa Nova	1991	Fundação					N					08.491.557/001-84	R. Cristal de Rocha	16	59076-150	0800-84-2000	3232-1899			
46	Pastoral da Juventude do Meio Popular - PJMP	Cidade Alta	Cidade Alta	1982	movimento	N		N		?					N	Av. Floriano Peixoto	1060	59020-500	9889-1366				
47	Cooperativa de Produção Artesanal do CRUTAC - COOPERCRUTAC	Cidade Alta	Cidade Alta	1972	cooperativa			MTEmp/CSJuv		N					08.029.993/001-36	Av. Rio Branco	743	59025-003	3221-4831	3201-1192	artesanato@sebraem.com.br	grutac@eol.com.br	
48	Galeria Zoon de Fotografia	Tiroi	Tiroi	1997	assoc civil			MINC		N				180 mil	02.266.752/001-24	Rua Des. Virgílio Dantas	766	59020-560					
49	Instituto de Cultura do Trabalhador Potiguar - IJC	Cidade Alta	Cidade Alta	1999	assoc civil			MTEmp/CSJuv		?					03.285.182/001-82	R. Princesa Isabel	844	SI 4 1º and.	59025-400		gilen@cabral@ig.com.br		
50	Instituto de Segurança do Trabalho e Ação Comunitária	Petropolis	Petropolis		assoc civil			MTEmp/CSJuv		?						Rua Alberto Silva	1319	1º andar					
51	Instituto Potiguar de Juventude pela Cidadania - IP	Cidade Alta	Cidade Alta	1999	assoc civil			MTEmp/CSJuv		N		S	S PF Sócios		03.285.182/001-82	R. Princesa Isabel	844	1º And. Si. 04	59025-400	3201-1943 / 8854-1248	ipcidadania@zipmail.com.br	ip@uol.com.br / natuce@uol.com.br	
52	Associação dos Moradores de Cidade Nova	Cidade Nova	Cidade Nova		assoc civil			N		N						R. Getúlio Vargas	927	59072-630					
53	Associação dos Moradores de Felipe Câmara	Felipe Câmara	Felipe Câmara	1990	assoc civil			N		N					24.518.326/001-73	R. Ant. Carolino ou R. 21 de Novembro	354 / 442	59074-330 / 59070-110					
54	Associação dos Moradores de Guarapes	Guarapes	Guarapes		assoc civil			N		N						R. do Dix-Sept Rosado	s/n	59074-670					
55	Associação dos Moradores do Novo Horizonte	Quintas	Quintas	1989	assoc civil			N		N					24.370.355/001-30	R. dos Patatis	2328						

Nº	Razão Social	Sede	Localização (Bairro)	Abertura Formal (Ano)	Forma de Constituição Jurídica	Recursos Gov Municipal	Recor Gov Estadual	Recor Gov Federal	Fonte Rec. Privados nacionais	Rec. Coop. Internacional	Rec Empresas Nacionais	Recursos Próprios	Rec. Doações (Pessoa Física, etc)	Orçamento Anual Total	CNPJ	Logradouro	Nº	Complemento	CEP	Telefone	Tel 2 / FAX	E-MAIL	Site na Internet
56	Centro Comunitário de Cidade Nova	Cidade Nova	Cidade Nova		assoc civil			N		N						Av. Solange Nunes do Nascimento	560	Av. Central	59072-500				
57	Centro Comunitário do bairro de Bom Pastor	Bom Pastor	Bom Pastor		assoc civil			N		N													
58	Centro Comunitário do bairro de Cidade Nova	Cidade Nova	Cidade Nova		assoc civil			N		N						R. Dantas Barreto	653		59072-590				
59	Centro de Desenvolvimento Social do bairro de Cidade Nova	Cidade Nova	Cidade Nova		assoc civil			N		N						R. Monte Calvo	25		59072-780				
60	Centro Desportivo do bairro de Cidade Nova	Cidade Nova	Cidade Nova		assoc civil			N		N						R. Augusto Calheiros	12		59072-700				
61	Centro Social Comendador Luis da Câmara Cascudo	Cidade da Esperança	Cidade da Esperança	1985	assoc civil	S		N		N					09.123.001/001-06	Av. Ceará	s/n		59071-110				
62	Centro Social União dos Moradores do Guarapes	Guarapes	Guarapes		assoc civil			N		N						Rua do Tirol	21		59074-840				
63	Clube de Mães Ceilina Cavalcante	Bom Pastor	Bom Pastor		assoc civil			N		N						Rua Sampaio Correia	3872	Bl A	59062-450				
64	Conselho Comunitário de Cidade Nova	Cidade Nova	Cidade Nova		assoc civil			N		N													
65	Conselho Comunitário de Felipe Camarão I	Felipe Camarão	Felipe Camarão		assoc civil			N		N						Rua Pai Celestial	22		59073-360				
66	Conselho Comunitário de Felipe Camarão II	Felipe Camarão	Felipe Camarão	1988	assoc civil			N		N						Rua São Matias	21		59072-000				
67	Conselho Comunitário de Guarapes	Guarapes	Guarapes	1989	assoc civil			N		N					24.366.015/001-36	Rua da Candelária	224-A		59074-620	3618-1255	8822-8467 / 9113-1591		
68	Conselho Comunitário do bairro de Bom Pastor	Bom Pastor	Bom Pastor	1985	assoc civil			N		N					09.394.800/001-09	Rua Tonhaca Dantas	51		59062-020				
69	Conselho Comunitário do Km 6	Bom Pastor	Bom Pastor		assoc civil			N		N						Av. Ind. João Francisco da Mota	2005		59060-480				
70	União dos Escoteiros do Brasil - Região Escoteira do RN	Tirol	Tirol	1977	assoc civil	N	CN10	N		?					33.788.431/0029-14	Rua Ceará-Mirim	380		59071-970	3211-9447		www.escoteiros.org.br	